



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

BEATRIZ LIMA ZANONI

**OS CAPITAIS MOVIMENTADOS EM DECISÕES SOBRE  
SUSTENTABILIDADE:**

UMA ANÁLISE BOURDIEUSIANA DE NARRATIVAS  
REFERENTES À E DA SAMARCO MINERAÇÕES S.A.  
E VALE S.A.

BEATRIZ LIMA ZANONI

**OS CAPITAIS MOVIMENTADOS EM DECISÕES SOBRE  
SUSTENTABILIDADE:**

UMA ANÁLISE BOURDIEUSIANA DE NARRATIVAS  
REFERENTES À E DA SAMARCO MINERAÇÕES S.A.  
E VALE S.A.

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós Graduação em Administração da  
Universidade Estadual de Londrina como  
requisito para a obtenção do Título de  
Mestre em Administração

Orientador: Prof. Dr. Rafael Borim-de-Souza

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

- Z33      Zanoni, Beatriz Lima.  
OS CAPITAIS MOVIMENTADOS EM DECISÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE : UMA ANÁLISE BOURDIEUSIANA DE NARRATIVAS REFERENTES À E DA SAMARCO MINERAÇÕES S.A. E VALE S.A / Beatriz Lima Zanoni. - Londrina, 2019.  
250 f. : il.
- Orientador: Rafael Borim-de-Souza.  
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2019.  
Inclui bibliografia.
1. Capital; Decisão; Sustentabilidade; Organizações; Bourdieu - Tese. I. Borim-de-Souza, Rafael. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.
- CDU 658

BEATRIZ LIMA ZANONI

**OS CAPITAIS MOVIMENTADOS EM DECISÕES SOBRE  
SUSTENTABILIDADE:  
UMA ANÁLISE BOURDIEUSIANA DE NARRATIVAS REFERENTES À  
E DA SAMARCO MINERAÇÕES S.A. E VALE S.A.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Administração da Universidade  
Estadual de Londrina como requisito para a  
obtenção do Título de Mestre em Administração

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Rafael Borim-de-Souza  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Luciano Muck  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Eric Ford Travis  
University of Montevallo

Londrina, 30 de outubro de 2019.

Decico este trabalho aos meus pais que me acompanharam e estiveram ao meu lado no decorrer dessa trajetória cheia de surpresas e aprendizados que foi o mestrado.

## AGRADECIMENTOS

Concluir essa etapa não seria possível sem fé, saúde, e tantas outras coisas que advêm de forças maiores. Por isso, agradeço a Deus e a Maria por não me deixarem desamparada por nenhum instante.

Ricardo e Edilaine, pai e mãe, obrigada por serem quem são. Obrigada por sonharem comigo, apoiarem minhas escolhas e principalmente por caminharem comigo durante este período. Vocês, e apenas vocês, são as pessoas que entendem como foi o mestrado para mim. Obrigada por respeitarem meu tempo, meu espaço e meus dias de cansaço. Obrigada por me pouparem de tanto para que eu me dedicasse aos estudos. Obrigada por todo suporte, pelas palavras de força, conselhos, orações, e companheirismo. Sem vocês nada disso seria possível, simplesmente obrigada.

Ao meu orientador, Rafael Borim, dessa vez com o nome certo, muito obrigada. Posso dizer que ter ido até a sua sala pedir para que fosse meu orientador de TCC, foi uma das melhores decisões já tomadas. Daquele momento em diante, a grande admiração que eu já tinha pelo Rafael, professor da graduação, só aumentou. Sou grata por poder ter vivido a experiência de aprender com você sobre a docência, edição de periódico, produção científica, orientações, e tantas outras coisas que me ajudaram na construção da minha experiência acadêmica, que está só começando. Hoje posso dizer também que admiro o Rafael amigo. Sou grata pelas nossas conversas nos momentos difíceis, grata pelas risadas, pelas músicas e vídeos engraçados, e grata até mesmo pelos memes. Brincadeiras a parte, obrigada por ser para mim exemplo de perseverança e dedicação. Obrigada por deixar transparecer seu amor pela educação e por ser alguém de coração gigante, que eu tenho a honra de conhecer cada dia mais.

Ao grupo de pesquisa que guardo em meu coração, muito obrigada. À Natália Woitas, Camila Ferreira e Natália Malaguti obrigada por serem veteranas de mestrado sempre dispostas a ensinar e ajudar. Da mesma forma, agradeço ao Henrique Letrari e ao Rodrigo Nitt por me acolherem no EOSI com tanto carinho. Obrigada pela amizade construída nas tardes de permanência. Aos alunos de graduação que supervisionei os trabalhos de conclusão de curso, obrigada pela paciência e pela oportunidade de aprendizado. Camilla Atibaia e João Gabriel Dias,

obrigada pela amizade, pelos momentos de distração, conversas, pelo incentivo e preocupação nesta reta final da dissertação, vocês foram essenciais.

Muitas outras pessoas que fazem ou fizeram parte do EOSI foram personagens importantes em diversos momentos da construção desta pesquisa e desta jornada acadêmica, portanto, muito obrigada. É difícil não reconhecer quão especial é este grupo. Além de todas as discussões teóricas riquíssimas que sempre tivemos, não poderia deixar de mencionar nosso querido Bourdieu, e dizer que nossos encontros sempre foram “reuniões de trabalho que costumavam acabar em horas inacreditáveis, [...] porque nos divertíamos muito” (BOURDIEU, 2004, p. 39). Obrigada por todos os momentos.

Ao Jacques Chiba, amigo-irmão que me acompanha desde o TCC, com quem eu dividi meus maiores áudios, muito obrigada. A graduação não seria suficiente para eu conhecer e reconhecer o ser humano que você é, então a vida se encarregou de nos levar juntos ao mestrado. Obrigada por partilhar comigo tantos momentos, bons e nem tão bons assim, no decorrer destes anos. Sua força me inspira, obrigada por ser exemplo. À Maria Fernanda Tomiotto, obrigada por todo o companheirismo e amizade no decorrer destes dois anos. Obrigada pela sintonia, por ajudar, por ouvir e acolher. Ao Pablo Capucho, obrigada pelo amigo que se tornou e por toda parceria que construímos. Sua serenidade para lidar com a vida e com todos os afazeres acadêmicos me surpreendem e me ensinam a cada dia. À todos os outros colegas de turma, obrigada. Mesmo em meio às mais diferentes perspectivas, nossas discussões em sala sempre foram teoricamente profundas, e ao mesmo tempo humanas, carregadas de respeito. Aos professores do PPGA-UEL, obrigada por todos os ensinamentos, toda a paciência, e dedicação à docência, vocês são exemplo e inspiração.

Especialmente ao Professor Luciano Munck agradeço por todas as contribuições acadêmicas feitas aos meus trabalhos no decorrer do período do mestrado, em particular pela dedicação e respeito que teve com minha dissertação e comigo na banca de qualificação. Obrigada pelas contribuições e por ter aceitado participar da etapa final. À Professora Natália Rese agradeço por ter vindo até Londrina para contribuir com o meu trabalho na banca de qualificação. Obrigada por demonstrar em banca a paciência e o carinho que tem pela educação, obrigada por ter lidado com a minha dissertação de forma respeitosa, e por ter disponibilizado materiais para me auxiliar. Ao Professor Eric Travis, agradeço por ter aceitado o

convite para participar de minha banca de defesa. Obrigada por mostrar-se disposto a dedicar-se à banca mesmo em meio à tanto outros compromissos acadêmicos.

Aos amigos de fora do meio acadêmico, muito obrigada. Sou grata por ter ao meu lado pessoas que dispuseram de seu tempo para ouvir sobre o que era mestrado, pessoas que torceram para que tudo corresse da melhor maneira possível, pessoas que foram compreensivas diante dos “nãos” por motivos de estudo, e se ajustaram por mim. Muito obrigada por todas as conversas e momentos de distração, com vocês é e sempre foi mais leve.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelos 19 meses de bolsa, que me deram suporte financeiro para me dedicar integralmente ao mestrado, participar de eventos, e contribuir para o PPGA de alguma forma.

*Estamos no início de uma extinção em massa e tudo o que vocês falam gira em torno de dinheiro e um conto de fadas de crescimento econômico eterno. Como ousam?*

*Greta Thunberg*

ZANONI, Beatriz Lima. **Os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade**: uma análise bourdieusiana de narrativas referentes à e da Samarco Minerações S.A. e Vale S.A. 2019. 249 fls. Defesa de Dissertação do Programa de Pós Graduação em Administração – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

As realidades de exploração de recursos e externalidades negativas geradas a partir de atividades organizacionais cresce a medida em que a corrida pelo crescimento econômico se intensifica. Com o intuito de debater situações como essas, o termo sustentável teve sua origem no século XVIII e é discutido atualmente a partir dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Nesta pesquisa, o desenvolvimento sustentável, é compreendido como um processo, e a sustentabilidade compreendida como ações objetivas no decorrer deste processo. Embora normalmente discutida em eventos, acordos internacionais e produções científicas a partir das perspectivas social, ambiental e econômica, ela também pode ser interpretada a partir de aspectos ideológicos e políticos. A sustentabilidade envolve interesse, poder e dominação, perpassando pelas influências do sistema capitalista. Ao analisar o tema em contexto organizacional, e interpretá-lo à luz da sociologia de Pierre Bourdieu, a sustentabilidade foi compreendida como a doxa, ou seja, com uma imposição ideológica disseminada pela prática, nesta pesquisa compreendida a partir da decisão. Portanto, tem-se como objetivo geral, analisar, a partir de narrativas referentes à e da Samarco Minerações S.A. e da Vale S.A., e em uma perspectiva bourdieusiana, os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade. Para que este objetivo fosse alcançado, a pesquisa caracterizou-se a partir de uma abordagem qualitativa subjetiva, exploratória e descritiva. E foi construída a partir de pesquisas bibliográficas e estudo de caso. Fundamentando-se nos critérios de seleção para o local de investigação, optou-se pela Vale, empresa selecionada dentre outras 14 empresas, devido a relevância do crime ambiental cometido em Brumadinho/MG. Com o intuito de complementar a análise, optou-se por analisar as decisões sobre sustentabilidade em uma de suas subsidiárias, a Samarco, que cometeu crime semelhante em Mariana/MG. Os dados foram alcançados por meio de pesquisas documentais, incluindo relatórios de sustentabilidade, vídeos, imagens e textos em redes sociais das empresas, e notícias sobre suas decisões advindas da revista Carta Capital e do jornal Estadão. Posteriormente, as informações obtidas foram trabalhadas a partir da análise de narrativas. Na análise de dados foi possível perceber que, tanto a Samarco quanto a Vale mantiveram seus posicionamentos acerca da sustentabilidade antes e depois dos rompimentos de barragens. As mudanças geradas pelos contextos, espaço e tempo, refletiram, contudo, nos diferentes modelos de decisão adotados e nos capitais movimentados em períodos posteriores aos ecocídios. Mesmo diante dos cenários mais críticos, percebe-se que os capitais econômico e tecnológico guiaram as decisões sobre sustentabilidade das empresas, e atribuíram à elas reconhecimento e legitimidade em campo orientado pelo sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Capitais. Decisão. Sustentabilidade. Organizações. Bourdieu.

ZANONI, Beatriz Lima. **The capitals movimented in sustainability decisions: a bourdieusian analysis of narratives for and from Samarco Minerações S.A. and Vale S.A.** 2019. 249 shts. Dissertation Defense of the PostGraduate Program in Administration - State University of Londrina, Londrina, 2019.

## ABSTRACT

The realities of resource exploitation and negative externalities produced by organizational activities grow as the race for economic growth intensifies. In order to discuss these situations, the term sustainable was originated in the eighteenth century and was currently discussed from the concepts of sustainable development and sustainability. In this research, sustainable development was understood as a process, and sustainability was understood as objective actions throughout this process. Although usually discussed in events, international agreements and scientific productions grounding on social, environmental and economic perspectives, it can also be interpreted from ideological and political aspects. Sustainability involves interests, power and domination, and is also associated with the influences of the capitalist system. Analyzing the theme in an organizational context, and interpreting it by means of Pierre Bourdieu's sociology, sustainability was understood as the doxa, which is an ideological imposition disseminated by practice, in this research understood as decision. Therefore, this research has, as a general objective of analysing from narratives referring to and from Samarco Minerações S.A. and Vale S.A., and from a Bourdieusian perspective, the capitals moved in decisions about sustainability. To accomplish this goal, the research was characterized by a qualitative subjective, exploratory and descriptive approach. And it was built from bibliographic research and case study. Based on the selection criteria for the investigation ground, Vale was chosen, the company was selected from 14 other companies, due to the relevance of the environmental crime committed in Brumadinho/MG. In order to complement the analysis, we decided to analyze sustainability decisions in one of its subsidiaries, Samarco, which committed a similar crime in Mariana/MG. The data were achieved by means of documentary research, including sustainability reports, videos, images and texts on corporate social networks, and news about their decisions from Carta Capital magazine and the newspaper Estadão. Subsequently, the information obtained was worked from narrative analysis. The data analysis demosntrated that both, Samarco and Vale, maintained their sustainability perspectives before and after tailings dam disruptions. The changes generated by the contexts, space and time, however, reflected in the different decision models adopted and in the capitals moved in post-ecocide periods. Even facing the most critical scenarios, it is clear that economic and technological capital guided the sustainability decisions of these companies, and gave them recognition and legitimacy in a field oriented by the capitalist system.

**Keywords:** Capitals. Decision. Sustainability. Organizations. Bourdieu.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Carteira do ISE 2014 .....	139
<b>Figura 2</b> – Carteira do ISE 2015 .....	140
<b>Figura 3</b> – Carteira do ISE 2016 .....	140
<b>Figura 4</b> – Carteira do ISE 2017 .....	140
<b>Figura 5</b> – Carteira do ISE 2018 .....	140
<b>Figura 6</b> – Orientações temáticas e suas relações .....	146

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Artigos que discutem decisão a partir de Bourdieu.....	133
<b>Quadro 2</b> – Empresas ausentes do ISE entre os anos de 2014 e 2018.....	141
<b>Quadro 3</b> – Empresas ausentes do ISE sem GRI .....	142
<b>Quadro 4</b> – Etapas da análise narrativas .....	153

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

GRI	Global Reporting Initiative
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
WCED	World Commission on Environment and Development
ONU	Organização das Nações Unidas
MPF	Ministério Público Federal
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
P4P	Projeto Quarta Pelotização
TTAC	Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 OBJETIVOS.....	22
1.1.1 Objetivo Geral .....	22
1.1.2 Objetivos Específicos .....	22
1.2 JUSTIFICATIVA .....	23
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>26</b>
2.1 A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA .....	26
2.1.1 Vida, Inspirações, Epistemologia e Obra.....	26
2.1.2 Interesse para Bourdieu .....	34
2.1.3 Teoria de Campo .....	37
2.1.3.1 Campo científico .....	42
2.1.3.2 Campo político .....	44
2.1.3.3 Campo jurídico .....	45
2.1.3.4 Campo artístico .....	46
2.1.4 O Simbólico e o Poder .....	48
2.1.5 A Teoria De Capitais .....	54
2.1.5.1 Capital social.....	57
2.1.5.2 Capital cultural .....	59
2.1.5.3 Capital econômico.....	61
2.1.6 O <i>Habitus</i> .....	64
2.1.7 Estratégia e Prática.....	68
2.1.8 Relações Teóricas dos Conceitos Bourdieusianos.....	72
2.2 TEORIA DE DECISÃO À LUZ DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA .....	79
2.2.1 Decisão Como Prática Reflexiva, Relacional, Paradigmática e Praxiológica ...	79
2.2.2 Decisão nas Organizações à Luz de Bourdieu .....	81
2.2.3 Modelos de Decisão.....	87
2.2.4 Decisão Centralizada e Descentralizada .....	91
2.3 ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE .....	99
2.3.1 A Administração, as Organizações e a Crise Ambiental.....	99
2.3.2 Eventos Sobre Sustentabilidade .....	103
2.3.3 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade .....	107

2.3.4 Um Caleidoscópio Teórico: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	110
2.3.5 Perspectivas Políticas e Ideológicas da Sustentabilidade .....	116
2.3.6 Ecocídio: uma forma de crime ambiental.....	119
2.4 DECISÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE: RELAÇÕES CONSTRUÍDAS A PARTIR DA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU.....	122
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>126</b>
3.1 A PESQUISA PARA BOURDIEU E SUAS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES .....	126
3.2 IDENTIDADE ONTO-EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA .....	128
3.2.1 Ontologia Historicista .....	128
3.2.2 Epistemologia Histórica .....	129
3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	132
3.4 TEORIA E EMPÍRIA EM PESQUISAS ORIENTADAS PELA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA....	135
3.5 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA.....	137
3.6 LOCAL DE INVESTIGAÇÃO.....	138
3.7 ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS.....	143
3.8 ACESSANDO AS INFORMAÇÕES NA REALIDADE.....	148
3.9 ANALISANDO AS INFORMAÇÕES .....	150
<b>4 ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>154</b>
4.1 SAMARCO MINERAÇÕES S.A. ....	154
4.2 VALE S.A. ....	187
4.3 SAMARCO MINERAÇÕES E VALE S.A.: ENTRE DOCUMENTOS E TEORIAS .....	220
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>234</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A tentativa de compreensão do processo de desenvolvimento das organizações permite o entendimento destas enquanto espaços em que o indivíduo foi compreendido em duas fases diferentes: na primeira fase, ele foi reconhecido como matéria prima, como um ser social, e teve sua relevância reduzida quando em comparação ao mercado; na segunda fase, a capacidade de intervenção do indivíduo na estrutura foi reconhecida, bem como a capacidade deste em impor ordem, interagir e demonstrar interesses (REED, 2007). A história e trajetória das organizações, constroem-se de forma que configuram a realidade atual, e fazem com que as duas fases mencionadas coexistam. Assim, é possível compreender as organizações enquanto espaços de complexo entendimento e multidimensionais, que tendem a enxergar o indivíduo a partir de aspectos objetivos, e a partir dos aspectos subjetivos, isto é, de suas próprias histórias, trajetórias e subjetividades (BOURDIEU, 2009).

Com o intuito de compreender então as multidimensionalidades das atividades organizacionais, três grandes temas foram abordados nesta pesquisa, são estes: decisões, sustentabilidade e capitais. Buscou-se abordar as teorias de forma dinâmica e interpretá-las a partir da sociologia de Pierre Bourdieu. Ter as decisões como uma das bases para o desenvolvimento da pesquisa, explica-se como uma forma de compreender algumas das atividades operacionais, gerenciais, e estratégicas de uma organização, neste caso, orientada pelo sistema capitalista. Como uma forma de abordar um assunto emergente, que impacta tanto as organizações, quanto a sociedade e o meio acadêmico, optou-se por discutir, especificamente, acerca das decisões sobre sustentabilidade. Em relação a estes dois temas, por sua vez, foi escolhido discuti-los e compreendê-los à luz da sociologia bourdieusiana, especificamente a partir do conceito de capitais.

Diante destes interesses, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar, a partir de narrativas referentes à e da Samarco Minerações S.A. e da Vale S.A., e em uma perspectiva bourdieusiana, os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade. As relações estabelecidas entre os três grandes temas e o objetivo explicam-se da seguinte maneira: as decisões foram compreendidas enquanto práticas, a sustentabilidade enquanto *doxa*, e os capitais enquanto meios para que as decisões sobre sustentabilidade aconteçam (BOURDIEU, 2009). Para que estas relações e associações teóricas fossem construídas, foi necessário

apresentá-las individualmente como uma forma de expor as interpretações referentes à esta pesquisa.

Em relação às teorias de decisão, quando interpretadas à luz da sociologia de Bourdieu, constituem-se a partir da relação entre a história reificada pelas estruturas organizacionais, e a história incorporada pelos agentes decisores que a compõem. Logo, esta pesquisa defende que as decisões podem ser semelhantes, mas nunca serão exatamente iguais, pois assim como a prática, não seguem regras, mas apenas regularidades. As decisões são reconhecidas então enquanto atividades que exigem envolvimento, permitem a manifestação de interesses, e, portanto, fundamentando-se na sociologia bourdieusiana, podem ser compreendidas enquanto formas de disputas de poder e reprodução de relações de dominação (BOURDIEU, 2009; HICKSON, 1996). Miller et al. (1996, p. 295-296) atestam esta informação quando explicam as decisões como "jogo de poder em que grupos de interesse competem entre si pelo controle de recursos escassos".

Diante das semelhanças entre o conceito de decisão escolhido como orientação temática desta pesquisa, e o conceito de prática da sociologia bourdieusiana, convém explicar que ambas partem de uma realidade concreta, dependem do tempo e do contexto. Nesta pesquisa, compreende-se que decisões partem dos aspectos objetivos do campo guiado pelos princípios capitalistas onde a Samarco e a Vale estão, e se manifestam a partir das estratégias dos agentes envolvidos em suas decisões. Estratégias estas constituídas por suas respectivas histórias, trajetórias e disposições incorporadas, chamada por Bourdieu de *habitus*. Os aspectos objetivos e subjetivos, portanto, interagem entre si e assumem uma relação dialética de interdependência. Neste sentido, a prática e as decisões podem ser consideradas elementos estruturado e estruturante, que não se constroem apenas a partir do agente ou apenas a partir da estrutura, mas da relação entre estes (BOURDIEU, 2009, 2012).

Diante da relação de interdependência entre os aspectos estruturados e estruturantes, elucida-se que a configuração da estrutura do campo em que as empresas estão se dá da seguinte forma: é um espaço micro, por representar um recorte do espaço social; é social por ser composto por agentes, enquanto indivíduos capazes de agir; e é hierarquizado por estes ocuparem diferentes regiões. Um campo com diferentes regiões, é também um campo que abriga diferentes forças, quando estas coexistem e conflitam, este se torna um campo de lutas (BOURDIEU, 2012).

Estas lutas, na sociologia de Bourdieu, são explicadas como jogos onde há constante manutenção das relações de poder. O grupo que ocupa a região dominante busca conservá-lo, e o grupo que ocupa a região dominada busca alcançá-lo. Para ter o direito de jogar o jogo, o agente precisa ter os capitais relevantes para o campo em que está. Quando não os detêm, o agente pode ter a autorização de entrar no jogo, mas não necessariamente de jogá-lo, encontrando-se então em uma *illusio*, apenas acreditando jogar. Quando detém os capitais necessários, por sua vez, este agente pode ser considerado representante da ortodoxia do campo (BOURDIEU, 2009, 2012).

Enquanto detentor *doxa*, ele é reconhecido e seu discurso é legitimado para que assim ele possa disseminá-lo enquanto uma imposição ideológica conforme seus próprios interesses. Fazendo isso por meio da prática, o agente constrói suas estratégias pautando-se em aspectos subjetivos advindos de sua história, trajetória e *habitus*. Contudo, a prática também se constrói fundamentando-se no interesse do agente em manter o campo em estado autonomizado, ou seja, manter as hierarquias das regiões conforme já estabelecidas pela estrutura, conservando sua posição de dominante (BOURDIEU, 2004, 2009, 2010, 2012).

Desta forma, a sustentabilidade quando defendida enquanto motivador das decisões, fundamenta-se na sociologia bourdieusiana e explica-se como a própria *doxa* disseminada por meio da prática das decisões. Isto porque nesta pesquisa, o conceito de sustentabilidade não se explica apenas a partir das perspectivas ambiental, social e econômica, mas também a partir de perspectivas ideológica e política. Ideológica por representar uma relação de dominação percebida no discurso social acerca do tema. E política por orientar-se a partir das ideologias capitalistas, notadas nos discursos desenvolvimentistas, buscando favorecer a elite financiadora do capitalismo (BORIM-DE-SOUZA et al., 2018; O'CONNOR, 2000).

Logo, compreende-se que sustentabilidade envolve interesses específicos de agentes da região dominante do campo, representada nesta pesquisa pelas empresas Samarco e Vale. As discussões sobre sustentabilidade em contextos organizacionais guiados pelo sistema capitalista, envolvem relações de poder e tentativas de perpetuação das relações de dominação. A manutenção destas relações acontece, por meio da disseminação das perspectivas que estes agentes têm acerca da sustentabilidade. Consideradas representantes da ortodoxia do campo, e, portanto, são reconhecidas e legitimadas, as empresas por meio de suas narrativas, constroem

discussões sobre sustentabilidade passíveis de serem compreendidas enquanto verdades pelos agentes dominados.

Para que estas relações de dominação, poder e imposições ideológicas aconteçam, faz-se necessário que os agentes detenham e movimentem capitais. Fundamentando-se nas investigações empíricas realizadas por Bourdieu, três capitais foram identificados como comuns em todos os campos por ele analisados: o capital social, relacionado as relações sociais do agente que o permitem acessar grupos específicos, e podem conferir a ele posição de honra e respeito (BOURDIEU, 2007); o capital cultural, que se manifesta em seu estado incorporado, a partir de valores passados nas primeiras relações sociais do agente, em estado objetivado, relacionado ao acesso à obras de arte e livros, por exemplo, e em seu estado institucionalizado, isto é, alcançado por meio de diplomas e certificados (BOURDIEU, 2011); e, por fim, o capital econômico, que representado por aspectos monetários, é aquele que torna favorável a existência dos outros dois capitais, e também explica-se a partir deles (BOURDIEU, 2011).

O sociólogo destaca também que todo campo tem seu próprio capital, que é aquele que dá nome ao campo. A combinação entre este capital e os três tipos comuns identificados por Bourdieu, representa o capital simbólico. Este explicado como o capital "de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores" (BOURDIEU, 2004, p.170). Assim, o agente que tem acesso ao capital simbólico, detém a autorização para exercer o poder simbólico, e por meio da *doxa* disseminada, reforçar a legitimidade da dominação (BOURDIEU, 2009).

É válido ressaltar que as práticas, na sociologia bourdieusiana acontecem em um campo hierarquizado, onde "há uma luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo" (BOURDIEU, 2004, p.119). Nesta pesquisa especificamente o campo é compreendido como a região onde as fronteiras são delimitadas pelos efeitos da *doxa*, ou seja, o campo se estende até onde os efeitos da sustentabilidade discutida em decisões organizacionais alcança. Na luta pela imposição ideológica da sustentabilidade, enquanto dominantes do campo, a Samarco e a Vale movimentam seus capitais em suas decisões. Ao compreender que ambas estão inseridas em um contexto de mercado, guiado por princípios do sistema capitalista, entende-se que o capital simbólico que atribui a elas legitimização e poder de reconhecimento para poder, de

fato, disseminar a *doxa* da sustentabilidade, é, ou assume relação direta com o capital econômico.

Fundamentando-se na apresentação dos principais conceitos e nas relações estabelecidas entre eles, ressalta-se que esta pesquisa foi motivada pelo seguinte problema: **quais são os capitais movimentados em decisões sobre a sustentabilidade na Samarco Minerações S.A. e na Vale S.A.?**

Para respondê-lo, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa subjetiva, exploratória e descritiva. Qualitativa subjetiva por ser motivada pela compreensão da realidade enquanto construída a partir da história incorporada e da história objetivada, pautada na realidade objetiva do campo e nas histórias, trajetórias e *habitus* dos agentes que nele estão (BOURDIEU, 2009; EISENHARDT; GRAEBNER, 2007; FLICK, 2014). Exploratória devido o interesse de entender as causas e consequências dos fenômenos, neste caso representados pelas decisões sobre a sustentabilidade, que quando analisadas a partir da movimentação de capitais, pautado na sociologia bourdieusiana, é considerado um tema pouco explorado (RICHARDSON, 2014). E descritiva pelo fato de que, esta pesquisa compreende a decisão enquanto uma prática, portanto, como um fenômeno que por ser também objetivo, pode ser descrito mediante acesso aos dados (EISENHARDT; GRAEBNER, 2007).

Como estratégia para acessar esses dados e compreendê-los, foram adotadas duas estratégias de pesquisa: uma a nível teórico, que é a pesquisa bibliográfica apresentada a partir do referencial teórico da pesquisa; e outra a nível empírico, representada pelo estudo de caso sobre as duas empresas. A escolha das estratégias é justificada pela identidade ontológica historicista e epistemológica histórica advinda da sociologia bourdieusiana, uma vez que a pesquisa é entendida enquanto uma tentativa de compreender a relevância dos fatos sociais, analisando-os tanto a partir da estrutura, quanto a partir das experiências sociais e construções mentais dos agentes (BOURDIEU, 2009; BROADY, 1996). Para Bourdieu (2009), um espetáculo deve existir no palco, neste caso percebido como a teoria, mas também precisa ser enxergada da plateia, compreendida como a empiria.

Os locais de investigação desta pesquisa, foram escolhidos a partir dos seguintes critérios: foram analisadas quais organizações saíram do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) entre os anos de 2014 e 2018, das 47 diferentes empresas listadas nestes cinco anos, 19 estiveram ausente em algum momento;

destas, apenas 14 publicavam seus relatórios nos padrões do Global Report Initiative (GRI); dentre estas, a Vale S.A. foi a empresa escolhida diante das discussões emergentes acerca de suas decisões sobre sustentabilidade após o crime ambiental de Brumadinho/MG. Com o interesse de aprofundar as discussões acerca do tema, optou-se por investigar uma de suas 27 subsidiárias brasileiras, a Samarco, que em 2015 cometeu crime ambiental semelhante, e, portanto, também apresentaria discussões relevantes sobre o tema sustentabilidade.

As informações em relação à movimentação dos capitais nas decisões sobre a sustentabilidade em ambas empresas foram acessadas por meio de pesquisa documental. Esta representa uma forma de acessar, por meio de documentos autênticos, as práticas sociais e organizacionais (COFFEY, 2014). Para esta pesquisa, especificamente, optou-se por trabalhar com os dados advindos dos seguintes documentos: relatórios de sustentabilidade da Samarco; relatórios de sustentabilidade da Vale; redes sociais das empresas, como Facebook, Instagram e Youtube; e, dois diferentes meios de comunicação, o Jornal Estadão e a Revista Carta Capital.

O recorte temporal escolhido para a seleção deste material pautou-se nos crimes ambientais cometidos pelas empresas. O rompimento de Barragem de Fundão e da Barragem I do Córrego de Feijão, causaram danos de extrema relevância ao ambiente natural e à sociedade (GORDILHO; RAVAZZANO, 2017). A partir de uma discussão emergente acerca da sustentabilidade diante destes eventos, foram selecionados documentos referentes há cinco anos antes dos rompimentos, e quando possível, cinco anos após. Além disso, foram analisados apenas os documentos que abordaram decisões sobre sustentabilidade.

As informações acessadas nos documentos foram analisadas a partir de narrativas. A escolha deste método de análise, explica-se pelo fato dele mesmo ser compreendido enquanto uma prática, e pelo fato de a análise de narrativa compreender a comunicação entre os agentes como histórica e relacional, mantendo-se alinhada à classificação onto-epistemológica da pesquisa (RESE, et al., 2010; FISHER, 1984). Neste sentido, os fenômenos de análise não são compreendidos apenas como objetos, mas são entendidos a partir de contexto, espaço e tempo, ou seja, considera relevante o pesquisador, as fontes dos documentos analisados, os contextos em que foram publicados e seus respectivos significados (HARRIS, 2008; LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998; SPARKES; SMITH, 2008).

Estabelecidas as perspectivas teórico-metodológicas, a pesquisa organizou-se da seguinte forma: após o tópico da introdução foi apresentado, enquanto segundo capítulo, o referencial teórico, no qual o primeiro tópico abriga as discussões acerca da sociologia bourdieusiana, perpassando pelos conceitos relevantes para a construção teórica deste trabalho; o segundo tópico do capítulo aborda a decisão a partir da sociologia de Pierre Bourdieu, explicando-as enquanto práticas; o terceiro tópico do referencial teórico aborda as discussões sobre sustentabilidade, explicando suas diferentes perspectivas, especialmente a política e a ideológica; no quarto e último tópico deste capítulo, apresenta-se uma construção dinâmica em que os três grandes temas são expostos de forma relacional e interdependente; no terceiro capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, revelando os caminhos que levaram ao capítulo subsequente; no quarto capítulo, portanto, são expostas as análises de dados dinâmica acerca das decisões sobre sustentabilidade da Samarco e da Vale; por fim, o quinto capítulo manifesta as considerações finais acerca desta pesquisa.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar, a partir de narrativas referentes à e da Samarco Minerações e da Vale S.A., e em uma perspectiva bourdieusiana, os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Interpretar decisão à luz da sociologia bourdieusiana;
- Defender, a partir da sociologia bourdieusiana, a sustentabilidade como fenômeno motivador de decisões;
- Descrever as decisões da Samarco e da Vale, a partir de suas respectivas trajetórias, que tenham relação com a sustentabilidade;

- Compreender a relação de interdependência estabelecida entre os capitais e as decisões sobre sustentabilidade.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A discussão acerca de três grandes temas como decisões, sustentabilidade e capitais, a partir de uma construção dinâmica, e fundamentada na sociologia de Pierre Bourdieu, pode ser considerada uma forma inédita de realizar pesquisa na área dos estudos organizacionais. Após um levantamento realizado nas bases de dados Web of Science, Spell e Ibict, nas áreas de Business e Management, e Administração, com as palavras chave Bourdieu, decisão e *decision*, foi possível perceber que o atual cenário das discussões que envolvem os dois temas representa um campo recente e ainda pouco explorado. Apenas cinco trabalhos científicos foram encontrados: um de 2009, um de 2010, dois de 2018 e um de 2019 (BEIMS, 2018; BENAKOUCHE, 2010; CARMONA; EZZAMEL; MOGOTOCORO, 2018; SADOWSKI, 2019; TERJESEN; ERLAM, 2009). Nenhum deles, porém, abordou os conceitos bourdieusianos para além da tríade – campo, *habitus* e capital – de forma relacional. Ademais, não foram apontadas discussões sobre sustentabilidade concomitantemente às teorias de decisões e à sociologia bourdieusiana. Dessa maneira, o estudo justifica-se teoricamente por utilizar essa abordagem enquanto escopo de pesquisa. Logo, suas contribuições sociais, organizacionais e científicas são apresentadas.

Acerca das teorias de decisão, percebe-se que o histórico de suas discussões abordados nesta pesquisa revelam diversos autores que contribuíram com o desenvolvimento de perspectivas econômico-matemáticas sobre o tema (KAPLAN, 2002; HUQ; CUTRIGHT; HALE, 2009), e alguns que, por sua vez, defenderam a impossibilidade de que decisões sejam tomadas fundamentando-se apenas em cálculos, valorizando, a relevância das perspectivas sociais nessas situações (PETTIGREW, 1973; SCHWENK, 1984). Compactuando com as ideias advindas do segundo grupo de pensadores, esta pesquisa gera contribuições ao aprofundar as discussões sobre perspectivas subjetivas das decisões ao nível sociológico.

Discutir decisão nas organizações, fundamentada no conceito bourdieusiano da prática, permite compreendê-la a partir da relação entre a história

reificada pela estrutura organizacional, e a história incorporada pelos agentes decisores (BOURDIEU, 2009). Nessa relação de interdependência entre aspectos objetivos e subjetivos, a decisão passa a ser entendida como uma prática carregada de interesses, sendo estes relacionados à tentativa de manter-se ou alcançar o poder, e conseqüentemente, manter as relações de dominação. Logo, um estudo que se propõe a refletir acerca da dominação intrínseca nas decisões sobre sustentabilidade nas organizações pode ser considerado um benefício social da pesquisa.

Em relação ao tema sustentabilidade, a pesquisa discute desde o contexto sócio histórico em que o termo surgiu até as diferentes formas com que a sustentabilidade é teoricamente abordada (CASTRO, 2004; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; LÉLÉ, 1991; MILNE; KEARINS; WALTON, 2006; PIERRI, 2001). Pelo fato de defendê-la enquanto um motivador para as decisões, e enquanto a *doxa* do campo analisado, pressupõe-se que as discussões sobre o tema fazem com que os agentes dominantes o imponham ideologicamente por meio da prática. Estas características, portanto, são condescendentes com a perspectiva política e ideológica da sustentabilidade, defendida por O'connor (2002) e reforçada nesta pesquisa. Os reflexos das práticas de empresas que adotam essas perspectivas sobre a sustentabilidade e orientam-se pelo sistema capitalista, são passíveis de discussão. As reflexões fomentadas acerca do tema expõem as consequências que as externalidades geradas por suas práticas podem causar ao ambiente natural e à sociedade.

A partir de uma fundamentação bourdieusiana, compreende-se que as práticas organizacionais envolvem a movimentação de capitais. Este conceito, para Bourdieu (2009, 2012) é reconhecido como uma das formas de definir regiões do campo, e como uma das formas de favorecer o acontecimento das práticas. Ou seja, quando movimentados, os capitais permitem que sejam configuradas ou que haja manutenção das relações de poder no campo. Dessa forma, as discussões provenientes da teoria de capitais, unidas às discussões sobre decisão e sustentabilidade, também construídas à luz da sociologia de Pierre Bourdieu, permitem reflexões aprofundadas para as organizações. Os três conceitos abordados nesta pesquisa de forma dinâmica, podem auxiliar as organizações a tomarem decisões sobre sustentabilidade pautando-se em perspectivas relacionais, isto é, auxiliá-las a tomar decisões considerando os diferentes contextos, espaços e tempo.

As posturas ontológica historicista e epistemológica histórica, aliadas ao recorte temporal definido para a pesquisa, aos documentos selecionados, e ao método de análise escolhido, tornam possível a compreensão de como a Samarco e Vale movimentaram seus capitais em decisões sobre sustentabilidade em diferentes momentos (BOURDIEU, 1993; BROADY, 1996; STEIMETZ, 2011). Apresentar um panorama acerca dos comportamentos adotados em períodos de atuação normal de mercado, e em momentos que marcaram negativamente a história das empresas, como os crimes ambientais cometidos, revelam as diferentes formas que elas lidam com as decisões sobre sustentabilidade ao longo de suas respectivas trajetórias.

Além dos benefícios para a sociedade, e para as organizações, é válido ressaltar que esta pesquisa beneficia também a Administração enquanto ciência. Teoricamente a pesquisa fortalece os poucos estudos na área. Isso é feito a partir da inclusão de compreensões sociológicas que oferecem novas perspectivas de reflexão aos estudos organizacionais. Também à nível teórico, esta pesquisa apresenta uma tentativa de rompimento com o *status quo* conceitual identificado nos estudos organizacionais quando se utilizam da sociologia bourdieusiana. Além dos conceitos de campo, *habitus* e capital, outros conceitos também são abordados e apresentados de forma relacional, destacando a relevância e interdependência entre eles para a construção de uma análise dinâmica.

Os avanços empíricos para a ciência da administração, por sua vez, são ressaltados pelo fato de a análise ter sido realizada a partir de documentos que retratam o contexto organizacional de duas empresas – Samarco e Vale – de grande relevância social e econômica para o país. Ambas ocupam atualmente posição de destaque não apenas por esta razão, mas por suas atividades serem reconhecidas enquanto pautas de discussões emergentes diante dos grandes impactos gerados após os crimes ambientais cometidos. Apresentadas as justificativas e possíveis contribuições advindas desta pesquisa, o próximo capítulo inicia as discussões teóricas acerca de cada um dos três grandes temas que a compõem.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

[...] para ler adequadamente uma obra na singularidade de sua textualidade, é preciso lê-la consciente ou inconscientemente na sua intertextualidade, isto é, através do sistema de desvios pelo quais ela se situa no espaço das obras contemporâneas; mas essa leitura diacrítica é inseparável de uma apreensão estrutural do respectivo autor, que é definido quanto às suas disposições e tomadas de posição, pelas relações objetivas que definem e determinam sua posição no espaço de produção [...] (BOURDIEU, 2004, p.177-178)

Bourdieu (2004) reconhece a necessidade da retomada do contexto sócio histórico do objeto de análise, seja ele um evento, um indivíduo ou um grupo de indivíduos, para que, como sua própria teoria ressalta, a “distância entre as práticas e experiências reais e as abstrações do mundo mental” (BOURDIEU, 2004, p.34) sejam compreendidas. Desta maneira, este capítulo tem como objetivo apresentar brevemente uma retomada biográfica de Pierre Félix Bourdieu, destacando os pensadores que o inspiraram enquanto sociólogo, suas principais obras, seu posicionamento enquanto as classificações onto-epistemológicas, bem como os principais conceitos por ele desenvolvidos (BONNEWITZ, 2003). Com o intuito de evidenciar os conceitos bourdieusianos sobre poder, interesse, estratégia, prática e capitais, este capítulo apresenta também o conceito de campo, para desvendar o espaço em que o poder se manifesta, e o conceito de *habitus* como um “sistema de disposições para a prática” (BOURDIEU, 2004, p. 98) que acontece no campo.

#### 2.1.1 Vida, Inspirações, Epistemologia e Obra

Pierre Félix Bourdieu, nasceu no ano de 1930 em uma região rural do interior da França, chamada Beárn, onde passou sua infância e cursou o ensino fundamental. Alguns anos mais tarde, no ensino médio, Bourdieu apresentou desempenho escolar de destaque e por isso foi incentivado por um de seus professores a inscrever-se para o ensino superior na École Normale Supérieure, em Paris, onde foi aprovado e cursou Filosofia dos anos de 1951 a 1954. Seguindo em uma trajetória bem-sucedida, o pensador começou a lecionar aos vinte e cinco anos, contudo, foi interrompido por ter sido convocado a auxiliar os militares em conflitos

que envolviam seu país. Alguns sinais históricos apontam que esta convocação se deu devido sua postura revolucionária no ambiente acadêmico, postura esta que não permitia uma relação pacífica entre ele e aqueles que estavam no mesmo espaço, ou como ele mesmo classificou, no campo acadêmico. Apesar de interrompida a carreira como professor, esta convocação permitiu sua ida, não espontânea, à Argélia, no ano de 1955 (WACQUANT, 2002).

Mesmo que por motivos de comportamentos rebeldes de Bourdieu, esta viagem contribuiu para o desenvolvimento de sua teoria da maneira como são conhecidas hoje. Ao vivenciar a realidade da sociedade argeliana em meio a um espaço de guerra, pela qual passava o país, o então filósofo assumiu-se interessado pelos estudos das ciências sociais. Entretanto, até este momento os estudos e pesquisas de Bourdieu classificavam-se como antropológicos e etnológicos, para apenas posteriormente caracterizarem-se como sociológicos. O próprio autor afirmou que a passagem para a sociologia aconteceu "para que certos questionamentos considerados impensáveis se tornassem possíveis" (BOURDEU, 2004, p.20). Além disso, Bourdieu defendeu a sociologia como detentora daquilo que a filosofia tanto deseja: a compreensão das estruturas cognitivas do indivíduo.

[...] Eu queria, por exemplo, estabelecer o princípio, jamais claramente determinado pela tradição teórica, da diferença entre proletariado e subproletariado; e, analisando as condições econômicas e sociais do surgimento do cálculo econômico, não só em matéria de economia, mas também de fertilidade, etc. [...] (BOURDIEU, 2004, p.19)

Para iniciar sua caminhada acadêmica nas ciências sociais de maneira fundamentada, Bourdieu inspirou-se em três principais nomes: Weber, Marx e Durkheim. Cada um deles contribuiu para a construção da sociologia bourdieusiana de alguma maneira em particular, e apesar de afirmar que escreveu com e contra estes pensadores, Bourdieu apropriou-se de perspectivas específicas de cada um para construir sua própria sociologia. Sobre o pensamento weberiano, por exemplo, os tipos ideais, os aspectos objetivos da análise histórica, isto é, a análise por meio de documentos, e as relações que levam à uma construção fenomenológica, foram considerados relevantes para a construção de sua sociologia. Em relação às teorias marxistas, utilizou-se da teoria da dialética, do materialismo histórico e da classificação da sociedade em classes. Sobre a sociologia de Durkheim, por sua vez, Bourdieu apropriou-se da funcionalização da sociedade e da empiria (BOURDIEU, 2004).

Dentre os sociólogos citados, “sabe-se que Durkheim, juntamente com Marx, é com certeza quem expressou de maneira mais consequente a posição objetivista” (BOURDIEU, 2004, p.150-151). Os dois sociólogos, no entanto, reconheceram também a perspectiva relacional do estudo da sociedade, isto é, que ela não consiste nos indivíduos, mas sim nas conexões e relações que se estabelecem entre eles (BORDIEU; WACQUANT, 1992). Weber, por sua vez, compreendeu a sociedade a partir de uma “pluralidade potencial das estruturações” (BOURDIEU, 2004, p. 160), no entanto, atribuiu também uma “visão interacionista das relações entre os agentes” (BOURDIEU, 2012, p.66). Ainda que os aspectos objetivistas sejam semelhanças ontológicas percebidas nas teorias dos três pensadores todos carregam também consigo a valorização das interações e relações entre os indivíduos que compõem a sociedade.

Sendo Marx, Weber e Durkheim sociólogos que se dedicaram aos estudos das estruturas sociais, das relações, e das interações que a compunham, Bourdieu afirma que escreveu com eles e contra eles. Com, pois também se dedicou a uma análise com características objetivistas e subjetivistas, da sociedade. Contra, pois Bourdieu demonstrou interesse pela compreensão destas relações e comportamentos, classificando-os como práticas sociais, em recortes da sociedade, fazendo dele um microssociólogo. Para tanto, o sociólogo buscou construir uma teoria com características que não o limitassem ao pensamento de um ou outro intelectual. E optou por romper com associações com marxistas, durkheimianas ou weberianas, para recorrer a estes apenas quando necessário. Afinal considera que

[...] um dos obstáculos ao progresso da pesquisa é esse funcionamento classificatório do pensamento acadêmico - e político -, que muitas vezes embaraça a invenção intelectual, impedindo a superação de falsas antinomias e de falsas divisões (BOURDIEU, 2004, p.41).

Com o intuito de construir sua própria sociologia Bourdieu optou por estudar as práticas sociais que se configuram tanto a partir da história reificada, isto é, da história que se dá a partir de acontecimentos objetivos, quanto da história incorporada, pautada no *habitus* dos agentes do campo. Diferentemente das sociologias daqueles que o inspiraram, Bourdieu não analisou a sociedade a partir de uma perspectiva de mundo social, isto é, enquanto “espaço de relações objetivas transcendente em relação aos agentes e irredutível às interações entre indivíduos” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Mas partiu de análises de recortes do espaço social. Recorte este que por representar tanto as funções e posições sociais, quanto

estruturas mentais, histórias e trajetórias dos indivíduos em suas práticas sociais, expressa uma relação de interdependência entre os aspectos objetivo e o subjetivo. Para Bourdieu esta é a representação do microcosmo, espaço que se estabelece como abrigo do universo intermediário, ou como destaca em sua teoria, o campo. O sociólogo volta-se, portanto, à uma análise microssociológica (BOURDIEU, 2012; 2004).

Pautando-se nas ideias de rompimento nos desdobramentos de sua teoria, Bourdieu se mostrou contrário a qualquer tipo de rotulação e classificações. Este posicionamento foi identificado quando Bourdieu afirmou se identificar tanto com algumas disposições advindas de perspectivas estruturalistas quanto construtivistas. Esta identificação com a primeira perspectiva revela a intenção em “reagir contra o que o existencialismo havia representado” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Segundo o sociólogo, representaria a tentativa firmar as discussões sobre a capacidade do agente em transformar a realidade social e natural.

Bourdieu notou, contudo, que os estruturalistas não compreendiam os indivíduos da mesma forma que ele o fazia. Diferentemente daqueles que os interpretavam enquanto acessórios da estrutura, Bourdieu defendia que os indivíduos eram agentes sociais. Isto porque não apenas obedeciam a máquinas, tempos e regras, mas tinham a capacidade de, por meio de seus contextos históricos e trajetórias, investir disposições incorporadas – *habitus* – no jogo que acontece no campo (BOURDIEU, 2004). Bourdieu então, desenvolve alguns questionamentos acerca da perspectiva estruturalista, e com o intuito de complementar as lacunas identificadas, busca referências na perspectiva construtivista.

O construtivismo representou para Bourdieu uma tentativa de amenizar o objetivismo pressuposto no estruturalismo. Objetivismo este que faz com que a ação do indivíduo seja compreendida como um cumprimento as regras e como uma reação mecanizada (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2004). Como Bourdieu se interessou pelas práticas sociais, defendeu que estas são construídas a partir do *habitus*, não são previsíveis ou determináveis, e são, portanto, construídas pelos agentes. Contudo, como uma crítica às escolhas radicais de uma ou outra perspectiva exclusivamente, Bourdieu destaca que este tipo de posicionamento “continua a ser um dos principais obstáculos para as rupturas genuínas que as ciências sociais devem fazer” (BOURDIEU 1993, p. 270).

Considerando a constante intenção da sociologia bourdieusiana em superar as análises sociais limitadas por radicalismos, o sociólogo em nenhum momento declarou com clareza suas classificações ontológicas ou epistemológicas. Contudo, no decorrer de sua trajetória acadêmica, Bourdieu se manifestou em certo momento destacando a necessidade do reconhecimento da existência de uma ontologia historicista para este assunto pudesse ser discutido com ele.

Por meio deste posicionamento, Bourdieu expressa seu interesse pela compreensão dos aspectos históricos do campo. Fundamentando-se no desenvolvimento teórico e conceitual da sociologia bourdieusiana, compreende-se a inclinação do sociólogo à ontologia historicista, este explica a relevância dos aspectos históricos quando afirma “não se pode apreender a lógica mais profunda do mundo social, a menos que se fique imerso na especificidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada” (BOURDIEU, 1993, p.271). Esta classificação ontológica está relacionada a tentativa de superar as divergências existentes entre teoria e empiria. A intenção é, portanto, destacar a característica relacional da sociologia de Bourdieu, e salientar a necessidade de relação entre a estrutura social, o *habitus*, e as práticas, para que a história seja compreendida (STEINMETZ, 2011).

Além da classificação ontológica historicista, ao demonstrar seu interesse em desvelar as histórias e trajetórias do campo, a sociologia de Bourdieu pode ser compreendida também a partir de uma epistemologia histórica. Epistemologia esta que se explica a partir da relação entre a história e a sociologia, isto é, a partir da relação entre os fatos sociais e dois tipos de história, a reificada e a incorporada. A história reificada representa aquela que se sedimentou ao longo do tempo, que é objetiva e está nos objetos, construções e monumentos. A história incorporada por sua vez, relaciona-se aos aspectos reflexivos da trajetória do agente, ou seja, a incorporação da história vivida por este, o *habitus* que carrega consigo.

Apesar de configurar sua própria forma de compreensão das práticas sociais a partir aspectos objetivos da história reificada e subjetivos da história incorporada, Bourdieu reconhece que demorou muito para assumir seu interesse pela sociologia, de fato. Primeiramente afirma que se admitiu etnólogo ao perceber seu interesse por questões sociais e econômicas que não seriam esclarecidas pela filosofia. Mais adiante buscou solucionar problemas de ordem antropológica, e apenas depois de já imerso no interesse de compreender a “consciência temporal, as condições de aquisição do *habitus* econômico”, Bourdieu afirmou tentar “trazer uma

contribuição à sociologia da ciência”. O próprio sociólogo reconheceu que caso realizasse suas pesquisas apenas pautado no rigor científico da filosofia, algumas descobertas não teriam sido possíveis. Sobre a filosofia ele afirma que “o fato de pertencer a um grupo profissional exerce um efeito de censura que vai muito além das coações institucionais e pessoais” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Sendo assim, os interesses sociológicos de Bourdieu permitiram que este fosse destaque nesta ciência a partir das diversas obras escritas no decorrer de sua trajetória acadêmica, algumas delas foram: “A Distinção” (1979), “O Senso Prático” (1980), “Homo Academicus” (1984) “Coisas Ditas” (1987), “O Poder Simbólico” (1989), “A Dominação Masculina” (1998) dentre outras. Além das obras escritas individualmente, Bourdieu também escreveu livros em parceria com outros autores, ou livros que foram resultados de entrevistas e seminários, dos quais destacam-se: “Um Convite a Sociologia Reflexiva” (1992) escrita com Wacquant, e “A Reprodução” (1970), escrita com Passeron. Dentre estas obras, algumas tiveram breves resumos apresentados em sequência por serem relevantes a esta pesquisa.

Na obra “O Senso Prático” (1980), Bourdieu tem como objetivo apresentar a relação de interdependência entre o campo e *habitus*, entre os aspectos objetivo e subjetivo, entre o estruturado e o estruturante, entre o símbolo e o simbólico, entre o agente e a estrutura. O autor pauta-se então na apresentação das estratégias, que tornam possível o acontecimento das práticas no campo, para explicar e interdependência entre os dois conceitos e o *habitus*. A partir do que afirma Bourdieu as estratégias são compostas pelo *habitus*. O *habitus* é explicado enquanto disposições incorporadas de lutas anteriores que atribuem ao agente o senso prático, ou senso de jogo.

Na obra “Coisas Ditas” (1987), a construção teórica se dá em sua maior parte por meio de um diálogo, no qual o autor expõe o caminho intelectual por ele percorrido. Caminho este que perpassa os principais nomes que o inspiraram, a passagem do campo da filosofia para a (micro)sociologia, e de maneira simultânea o autor discorre também sobre suas principais teorias. O modelo de construção deste livro acontece objetivando o rompimento com o raciocínio rigoroso, para tanto, Bourdieu busca citar exemplos, construir metáforas e analogias.

O livro intitulado “O Poder Simbólico” (1989), por sua vez, tem como objetivo retomar os principais conceitos de sua teoria, apresentando-os a partir da ideia de um jogo que é jogado no campo. Jogo este explicado, nesta obra

especificamente, a partir dos campos político, jurídico e artístico. Considerando o Poder Simbólico como um "instrumento de relativização" (BOURDIEU, 2012, p.2), o autor se baseia na ideia do consumo da arte para explicar as práticas de um grupo social, grupo que faz parte do campo, e assim como este representa um produto de lutas históricas. Além disso, Bourdieu explica as práticas também a partir da produção simbólica exercida por grupos sociais.

Dentre os livros escritos em parcerias com outros autores, está a obra "A Reprodução" (1970), escrita por Bourdieu e Jean-Claude Passeron. Passeron foi professor na École Pratique des Hautes Études, escola de ensino superior que abrigou o Centro de Sociologia Europeia. Com a colaboração de outros professores do centro, Bourdieu e Passeron tiveram como objetivo apresentar, por meio de uma análise do sistema de ensino, dos docentes e das classes sociais, como se dá a produção ou reprodução do conhecimento. A obra destaca a autoridade escolar como uma forma de dominação e uma possível representação do texto. A capacidade de ensinar, educar e instruir advinda da ação pedagógica, é interpretada como uma possível representação do contexto. O trabalho pedagógico, então, é discutido enquanto a relação dialética estabelecida entre texto e contexto, e se interpretado como uma metáfora é passível de comparação ao conceito de *habitus*. Segundo Bourdieu e Passeron (2014), a legitimidade das instituições de ensino e a autoridade dos docentes favorecem a divisão da sociedade de uma maneira mais simbólica quando comparada com a divisão de classes. Ainda assim, muito se assemelha o funcionamento do sistema de ensino, ao campo.

Outro livro em destaque dentre as obras bourdieusianas relevantes a essa pesquisa, foi escrito por ele em parceria com Loïc Wacquant. Sociólogo e antropólogo também francês, Wacquant é atualmente professor no Institute for Legal Research na Boalt Law School na Universidade da Califórnia e carrega consigo influências da sociologia bourdieusiana nos artigos que escreve e nas aulas que ministra. A obra escrita em parceria foi intitulada "Um Convite a Sociologia Reflexiva" (1992), e foi elaborada a partir do interesse de construir o raciocínio de Bourdieu com base em um diálogo. Segundo o próprio sociólogo entrevistado, a ausência do caráter de monólogo expresso em suas outras obras permitiu que, por meio de indagações feitas a ele, suas inspirações teóricas, dúvidas sobre posicionamento epistemológico, e alguns de seus conceitos, fossem esclarecidos. Segundo Bourdieu, esta construção teórica apresentou a vantagem de permitir que ele expressasse seu posicionamento

e que, conseqüentemente, o conhecimento fosse acessado de maneira pedagógica e objetiva.

Frente ao exposto, compreende-se a inclinação do sociólogo a centrar seus estudos em um núcleo conceitual que inclui a teoria de campo, capitais e *habitus*, principalmente. Conceitos estes que são normalmente analisados de forma relacional, o que faz com que Bourdieu valorize a prática como uma maneira de manter o elo entre os aspectos objetivos e subjetivos. Wacquant (2002) justificou o posicionamento de Bourdieu em suas teorias ao afirmar que,

[...] se o modo de argumentar de Bourdieu é como uma teia, com ramificações, se seus conceitos-chave são relacionais (*habitus*, campo e capital são todos constituídos de “feixes” de laços sociais em diferentes estados – personificados, objetivados, institucionalizados – e funcionam muito mais eficazmente uns em relação aos outros), é porque o universo social é constituído dessa maneira, segundo ele. (WACQUANT, 2002, p.102)

A ideia apresentada por Wacquant, que o *habitus*, o campo e capital são “conceitos-chave” e que são também relacionais, se aplica de fato na sociologia bourdieusiana. No entanto, junto a estes também estão diversos outros conceitos essenciais na construção teórica, como: interesse, poder, *regere*, *doxa*, *illusio*, história incorporada e reificada, estratégia, prática, dentre muitos outros. Ainda que alguns teóricos reconheçam e estudem Bourdieu para além da tríade, as pesquisas, muitas vezes se limitam a ela. A partir de uma observação realizada em pesquisas que utilizaram a sociologia bourdieusiana nos estudos organizacionais, esse argumento pôde ser confirmado, uma vez que a limitação ao uso da tríade ou o uso superficial de outros conceitos foi percebido.

Emirbayer e Johnson (2008), por exemplo, defenderam que, o conceito de *habitus* quando usado em conjunto com os conceitos de campo e capitais para a explicação de uma teoria, pode ser considerado um conceito inovador. No entanto, a maioria das pesquisas que relacionam Bourdieu e estudos organizacionais limitam-se a superficialidade de discorrer sobre essa tríade conceitual para explicar as organizações, não sendo assim um aspecto, de fato, inovador (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; SWARTZ, 2008; VAUGHAN, 2008).

A partir do que diz Swartz (2008, p.47) são úteis os conceitos de “*habitus* e campo - e capital – para conectar os níveis micro e macro de análise”, o autor explica o campo como macro e o indivíduo que está no campo como micro. Bourdieu, no entanto, compreende a ação dos agentes como práticas sociais passíveis de serem analisadas integralmente à um nível micro sociológico, uma vez

que o campo é considerado um recorte do espaço social. Além disso, Emyrbayer e Johnson (2008), afirmam que as condições de entrada no campo pautam-se no reconhecimento de limites e valores. Bourdieu, no entanto, explica que para que os agentes adentrem o campo e permitam que este continue em constante movimento, deve haver interesse, posse e movimentação de capitais.

Ao analisar também o artigo de Vaara e Whittington (2012), que buscaram apresentar a estratégia como prática, percebe-se que os autores mencionam o conceito de prática para Bourdieu. Entretanto, pouco se fala sobre os conceitos que constroem a prática, em especial o *habitus*, quando o mencionam, este é associado apenas ao campo e aos capitais. Fligsten e McAdam (2011) por sua vez, compreendem o campo organizacional a partir de relações de poder, e por isso, ainda que de maneira não aprofundada, incluem em sua teoria, além da tríade, também os conceitos bourdieusianos de prática, estratégia, dominantes, dominados.

Hurtado (2010) dentre os autores que foram acessados e que discutem Bourdieu nos estudos organizacionais, representa o aquele que mencionou mais conceitos além da tríade. Hurtado (2010) mencionou a prática, as estruturas objetivas, o interesse, a *doxa* e o poder simbólico como conceitos também relevantes para uma compreensão mais completa de fenômenos discutidos na sociologia bourdieusiana.

Os conceitos, que não da tríade, mencionados por estes autores, não foram aprofundados ou relacionados. A interdependência dos conceitos de Bourdieu, torna necessário uma construção teórica que apresente as definições de interesse, campo, *habitus*, capital, poder simbólico, *doxa*, *illusio*, estratégia, e prática de forma integrada e dinâmica. Com o intuito de contribuir com esta pesquisa, teve-se a intenção de apresentar as relações existente entre estes conceitos. Para que a construção destas relações se iniciasse, no tópico em sequência discorreu-se sobre o conceito de interesse enquanto atributo fundamental para a entrada no campo.

### 2.1.2 Interesse para Bourdieu

Bourdieu, em sua trajetória acadêmica buscou construir sua sociologia de maneira que não se fizesse semelhante às teorias de outros pensadores. Um exemplo disso são Marx, Weber e Durkheim, que apesar de

contribuírem com alguns conceitos para a sociologia bourdieusiana, não foram suficientemente utilizados nas reflexões de Bourdieu para que este se classificasse a partir de uma dessas correntes de pensamento. No que diz respeito às perspectivas da sociologia de Bourdieu, este buscou romper com distância estabelecida entre os aspectos objetivos e subjetivos, e afirmou construir sua sociologia a partir da relação entre ambos.

Quando o sociólogo em suas obras explica o conceito de interesse, estabelece uma nova ruptura, no momento em que se desvencilha das características economicistas, materiais e dominantes que remetem ao termo interesse (BOURDIEU, 2009). Bourdieu explica que este conceito, em sua teoria, representa o “investimento em um jogo e um desafio, *illusio*” (BOURDIEU, 2009, p.84). Investimento, não monetário, que acontece em um jogo, jogo este que se estabelece em um campo, o qual representa uma “construção social arbitrária e artificial” (BOURDIEU, 2009, p.109). Na sociologia bourdieusiana, o interesse representa uma *illusio* pelo fato de que “não se entra no jogo mediante ato de consciência” (BOURDIEU, 2009, p.109). A ausência de consciência mostra que quem está fora acredita ter se interessado pelo jogo, quando na verdade quem está dentro do jogo permitiu que este interesse, ou esse investimento, se manifestasse.

Bourdieu (2004) ressalta também, que não existem agentes detentores de um único interesse, mas sim de interesses que tendem a mudar de acordo com o contexto em que estão inseridos dentro do campo, e de acordo com o campo que participam ou o qual desejam entrar. Afinal, em suas palavras ele explica que existem diferentes campos e “cada campo invoca e dá vida a uma forma específica de interesse, uma *illusio* específica, como reconhecimento tácito do valor das apostas do jogo e como domínio prático de suas regras” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.117).

Desta forma, Bourdieu explica que o conceito de interesse se constrói em sua sociologia de três maneiras: universal, prático e específico. O interesse universal é exemplificado por Bourdieu por meio dos interesses tradicionais do campo intelectual da França. Segundo o sociólogo, os agentes que adentram este recorte do espaço social, veem-se obrigados a defenderem os interesses já determinados daquele campo (BOURDIEU, 2004). É considerado prático o interesse relacionado ao pertencimento do campo, como a carta de entrada no jogo que ali se joga, sendo que “aquele que não faz parte do campo não possui” (BOURDIEU, 2004, p.110). A partir

dessa afirmação, compreende-se o que Bourdieu fala sobre nascer no jogo e com o jogo (BOURDIEU, 2009). Isto porque, quando o agente acredita ter o poder de decisão para entrar no campo, ele não o tem, ele é aceito por ter condições de estar naquele espaço e jogar aquele jogo. “Compreende-se que não se entra neste círculo mágico por uma decisão instantânea da vontade, mas somente pelo nascimento ou por um lento processo de cooptação e de iniciação que equivale a um segundo nascimento” (BOURDIEU, 2009, p.111).

Os interesses são também específicos pois dentro de um mesmo campo, diferentes são as posições de força ocupadas pelos agentes, e conseqüentemente os investimentos realizados para que o campo permaneça em movimento diferem. O interesse do dominante é, normalmente, se manter em sua posição hierárquica. O interesse do dominado, por sua vez, é, normalmente, ascender. Ao associar os dominantes aos mandantes e os dominados aos mandatários, Bourdieu faz a seguinte afirmação:

[...] Essa coincidência estrutural dos interesses específicos dos mandatários e dos interesses dos mandantes está na base do milagre do ministério sincero e bem-sucedido. As pessoas que atendem bem aos interesses de seus mandantes são pessoas que atendem a si mesmas ao atendê-los (BOURDIEU, 2004, p.201).

Segundo Bourdieu e Wacquant (1992) para compreender e identificar os interesses enquanto cartas de entrada no campo, enquanto forças que movimentam o campo, e enquanto produto do campo, faz-se necessário uma observação empírica, sem deduções prévias. Em suas palavras, Bourdieu (2004, p.127) esclarece que:

[...] o interesse é simultaneamente condição de funcionamento de um campo (campo científico, campo da alta-costura, etc.), na medida em que isso é o que estimula as pessoas, o que as faz concorrer, rivalizar, lutar, e produto do funcionamento do campo.

Uma vez que a teoria bourdieusiana aproxima-se da epistemologia histórica, o conceito de interesse pode também ser compreendido por meio de histórias reificadas e incorporadas. Um aspecto que faz do interesse um conceito compreendido a partir de uma perspectiva mais objetiva relaciona-se às posições ocupadas pelos agentes no campo. Quando compreendido a partir de uma perspectiva mais subjetiva, por sua vez, entende-se que o interesse é também produto da construção histórica que reflete a trajetória do agente no campo em questão e em outros campos (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Logo, como poder de entrada do campo, como poder que movimenta o campo e produto do funcionamento deste, o

interesse se faz fundamental na explicação das práticas que se estabelecem neste recorte do espaço social

### 2.1.3 Teoria de Campo

A disposição de Bourdieu em analisar as práticas sociais não se pauta em uma análise de caráter macro. A partir do que este explica, sua unidade de pesquisa encontra-se inserida em um recorte do espaço social, definido por Bourdieu (2004) como campo, ou "produto de lutas históricas nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço" (BOURDIEU, 2004, p.26). Uma vez que a teoria bourdieusiana é caracterizada como microsociológica, a unidade de análise social escolhida por Bourdieu representa um recorte deste espaço social, o sociólogo explica seu interesse da seguinte forma:

[...] foi a preocupação de reagir contra as pretensões da grande crítica que me levou a 'dissolver' as grandes questões remetendo-as a objetos socialmente menores ou mesmo insignificantes, mas, em todo caso, bem circunscritos, logo, passíveis de serem apreendidos empiricamente, como as práticas fotográficas. (BOURDIEU, 2004, p.32)

Apesar deste posicionamento, Bourdieu afirma que também se percebeu interessado pelo universal, entretanto, ao saber disso e constatar que investiu muito dele mesmo, enquanto pesquisador, em trabalhos realizados, seus limites de pesquisa foram identificados (BOURDIEU, 2004). Limites estes não relacionados à capacidade reflexiva do sociólogo, mas ao interesse de, por meio da análise menores, compreender as práticas sociais dos agentes de maneira aprofundada. Em suas palavras Bourdieu explica que o campo é como uma tentativa de abreviação do espaço social, ou seja, explica a noção de campo como uma "estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa" (BOURDIEU, 2012, p.27).

Este conceito é então para Bourdieu, a representação do microcosmos, que se encontra entre o texto e o contexto, é a própria representação do universo intermediário. O texto e o contexto, por sua vez, são termos relacionados, respectivamente, aos aspectos objetivo e subjetivo do espaço social, que explicam o

caráter realista e interacionista que o campo assume. Uma leitura realista do campo se dá pela ideia de que os agentes, segundo Bourdieu (2004, p.153)

[...] ocupam posições semelhantes ou vizinhas estão colocados em condições semelhantes e submetidos a condicionamentos semelhantes, e têm toda a possibilidade de possuírem disposições e interesses semelhantes, logo, de produzirem práticas também semelhantes.

Já a leitura interacionista do campo explica-se por este ser o espaço onde “experiências que os agentes realmente têm nas interações, nos contatos sociais, e a contribuição que trazem à construção mental e prática das realidades sociais” (BOURDIEU, 2004, p.49). Ainda que as relações e interações estabelecidas construam a prática, não é possível afirmar que essas são independentes e pacíficas. Nas palavras de Bourdieu (2004, p.119) o campo é um espaço “no interior do qual há uma luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo”. Um campo por si só não é “produto de um ato deliberado de criação, e que siga regras ou, melhor, regularidades, que não sejam explícitas e codificadas” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.98). Quando associado ao jogo, no entanto, o campo torna-se arbitrário e artificial, torna-se um espaço onde as regras passam a ser explícitas e onde o espaço e o tempo são controlados (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2009).

Ao considerar a dialética presente na sociologia de Bourdieu, percebe-se que essa característica se estende aos conceitos por ele desenvolvidos. Conforme afirma o sociólogo, o campo é construído a partir do poder, e este termo representa em sua sociologia uma “contribuição à análise dos mecanismos objetivos e subjetivos através dos quais se exercem os efeitos de imposição simbólica, de reconhecimento e desconhecimento” (BOURDIEU, 2004, p.57). O campo é de poder e representa a dialética entre os aspectos objetivos e subjetivos, isto porque para Bourdieu, é um espaço composto por agentes que ocupam posições hierárquicas diferentes, e é pelas práticas sociais destes agentes que o poder é movimentado.

Além disso é um espaço em que relações de força se estabelecem entre as posições sociais. Essas forças “garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder” (BOURDIEU, 2012, p.29). Lutas estas que se configuram a partir de debates e conflitos, nos quais os objetos de disputas representam símbolos de poder naquele espaço. Percebe-se então, que o campo se mantém em funcionamento por meio do poder, mas também se incomoda com ele.

Assim, as classificações de campo existentes na teoria bourdieusiana são explicadas da seguinte forma: todo campo é um campo de poder, um campo social, um campo de forças e pode ser, conseqüentemente, um campo de lutas (BOURDIEU, 2012).

O aspecto social do campo é explicado a partir do sistema relações que este abriga. Isto porque o campo é composto por indivíduos, nomeados agentes, que se apresentam dispostos a debater e conflitar acerca do objeto de poder (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Objeto de poder este que na sociologia bourdieusiana pode ser explicado como “poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 2012, p.149). Sendo assim, os agentes tendem a dividir-se em grupos que compreendem de diferentes formas os acontecimentos e disputas do campo em que estão, seja pela divergência de contexto sócio histórico, por aspectos econômicos, sociais, culturais, ideológicos ou políticos.

Bourdieu esclarece em suas teorias, então, que as diferenças existentes no campo, quando compartilhadas por mais de um agente, propiciam o surgimento de grupos com ideais semelhantes, o que na visão de sociólogo, acaba por criar uma "condição da perpetuação de sua posição no espaço social" (BOURDIEU, 2004, p.94), ou um campo de forças (BOURDIEU, 2012). Estes grupos se diferenciam entre si a partir de suas diferentes posições no campo. Estas posições dependem, segundo Bourdieu, do contexto em que o indivíduo esteve inserido no decorrer de sua trajetória.

Sendo a história das estruturas constitutivas do campo o resultado de processos históricos, Bourdieu explica o caráter histórico-objetivo do campo afirmando que “os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos” (BOURDIEU, 2012, p.146). Os capitais podem ser explicados então como “poder sobre um campo (num dado momento), e mais precisamente, [...] produto acumulado do trabalho passado”. O capital simbólico, por sua vez, representa a “forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capitais” (BOURDIEU, 2012, p. 134-135).

Esta multidimensionalidade do campo social, que o faz também campo de forças, promove uma diversidade de visões, esta é explicada a partir do conceito bourdieusiano de di-visão. O campo caracteriza-se como um espaço em que os agentes ou grupos de agentes podem enxergar uma mesma situação de maneiras

diferentes, uma vez que cada um deles interpreta os fatos a partir dos locais que ocupam no campo social e de forças. Essas posições são fundamentadas na posse, movimentação e relevância dos capitais que os agentes do campo detêm (BOURDIEU, 2004, 2012).

Devido às divergências e forças contrárias existentes nesse recorte do espaço social, as diferentes ideologias, culturas, costumes etc., fazem com que os campos se caracterizem como campos de forças. No entanto, caso os agentes venham conflitar por suas diferentes abordagens, manifestar seus interesses particulares e questionar as relações de poder que ali se estabelecem, o campo torna-se um campo de lutas (BOURDIEU, 2012). Fundamentando-se nestas definições, é possível caracterizar todo campo como micro, social e hierarquizado. Micro por representar um recorte do espaço social; social por ser composto por agentes que interagem e constroem práticas sociais; e hierarquizado, uma vez que existem diferentes regiões no campo, ocupadas por aqueles que dominam e por aqueles que são dominados.

Ao investigar com profundidade a composição do campo no que diz respeito ao aspecto social, compreende-se que as relações de dominação previstas dentro deste recorte do espaço social, advêm do acúmulo de capital conquistado pelos agentes em lutas anteriores e pelas lutas em busca de poder no próprio campo em questão. O campo, divide-se assim em dois grupos principais, os dominantes, definidos por Bourdieu como "aqueles que em determinado campo estão em posição de fazê-lo funcionar a seu favor, mas devem sempre enfrentar a resistência, as reivindicações, a disputa, 'política' ou não, dos dominados" (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.102). E os dominados, que interiorizam os valores dos dominantes sem liberdade de agir. Estes veem-se subordinados, aceitando fazer o que fazem como resultado de sua vocação, ou seja, como um resultado daquilo que supostamente nasceram para fazer. Esta ausência de liberdade também se caracteriza pela missão objetiva atribuída ao grupo dos dominados, ou seja, aquilo que se espera deles (BOURDIEU, 2012).

[...] A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente. É assim, porque os fins ditos objetivos, que só se revelam, no melhor dos casos, tarde demais e do exterior, nunca são apreendidos e postos como tais de modo imediato, na própria prática, por nenhum dos agentes, nem mesmo pelos mais interessados [...], quer dizer, os agentes dominantes (BOURDIEU, 2012, p.86).

Ainda que Bourdieu evidencie a posse de capitais como um aspecto relevante para assumir posição dominante no campo, o mesmo esclarece que somente o volume não é capaz de determinar por completo esta posição. Cada recorte do espaço social tem suas particularidades e, conseqüentemente, a representatividade dos capitais muda de um para o outro. Considerando então, que o agente pode transitar entre campos, este pode assumir diferentes posicionamentos devido aos capitais que detém, podendo ser dominante em um campo e dominado em outro. Um pesquisador, por exemplo, pode dominar o campo fundamentado no capital científico que detém, no entanto, se este mesmo agente opta por se inserir na política, o capital científico pode não ser o mais relevante no novo campo, fazendo dele um dominado (BOURDIEU, 2004).

Esta divisão entre os agentes enquanto dominantes e dominados permite o entendimento do funcionamento do campo a partir de um outro conceito de Bourdieu: a *doxa*. Conceito que pressupõe uma imposição ideológica advinda do exercício da linguagem. Dentre as forças contrárias do campo, dominantes e dominados, os primeiros deixam de ser apenas uma representação mental e tornam-se uma representação objetiva do campo. Isso faz com que, por meio da linguagem, sua história torne-se reificada, e seja considerada a verdade do campo, afinal, conforme afirma Bourdieu (2004, p.46) “A verdade é um jogo de lutas em todo campo”. Esta imposição de verdades promovida pelos detentores da *doxa*, faz do campo um espaço objetivo que não pode ser objetivado a partir da subjetividade do dominado.

A *doxa* faz com que as estruturas sociais e mentais não sejam passíveis de questionamento, aquilo que o dominante nomeia como natural, é identificado pelo dominado como natural (BOURDIEU, 2004; WACQUANT, 2002). A partir do conceito da *doxa*, três outros conceitos são desmembrados para esclarecê-lo, são eles: ortodoxia, heterodoxia e alodoxia. Ortodoxia reflete o grupo dominante do campo, detentor do capital simbólico, representante da *doxa*. Grupo este que expressa seu modo de compreensão do campo como correto, e que fundamentados no poder que lhes é atribuído, promovem uma *illusio* por meio da codificação, “enquanto operação de ordenação simbólica” (BOURDIEU, 2004, p.101), que faz com que suas práticas sejam reproduzidas pelo grupo dominado. Esta submissão dos outros grupos aos interesses do grupo detentor da ortodoxia, faz com que o campo permaneça em estado de autonomização, ou seja, faz que não haja subversão das regularidades, e que tudo permaneça como está (BOURDIEU, 2012).

A heterodoxia, por sua vez, explica-se a partir do grupo dominado, que elucida a representação mental do campo, isto é, não objetivada. Este grupo conhece uma história incorporada em relação ao espaço em que estão inseridos, isto é, a história que convém apresentar a eles, e tendem a reproduzir os comportamentos conforme a codificação ortodoxa determina. No entanto, quando o grupo heterodoxo assume um posicionamento questionador daquilo que lhe é imposto, buscando modificar a ordem de funcionamento do recorte do espaço social em que está, este campo assume um estado de diferenciação. A alodoxia do campo, por sua vez, é explicada na sociologia bourdieusiana como aquilo que é dito e tomado como verdade, porém é dito por alguém sem propriedade alguma para falar sobre o assunto, isto é, algum agente, ou grupo de agentes, que não representa a ortodoxia ou a heterodoxia do campo, representa aquele que está no campo mais não joga o jogo do campo (BOURDIEU, 2012).

Em sua trajetória acadêmico científica, Bourdieu teve a oportunidade de analisar pessoalmente diversos campos, uma vez que faz parte de sua sociologia alinhar teoria e empiria. Nestes campos as explicações que compuseram a construção teórica deste conceito podem ser compreendidas. Dentre os campos analisados, estão: o campo científico, o qual explorou devido a sua inserção no mesmo, em especial para a construção da obra *Homo Academicus*; e os campos político, jurídico e artístico, sobre os quais discorreu no livro *O Poder Simbólico* (2012)).

### 2.1.3.1 Campo científico

Com o intuito de analisar o campo em que esteve inserido durante sua trajetória acadêmica, Bourdieu optou por escrever a obra *Homo Academicus* fundamentado em uma análise do campo científico (BOURDIEU; WACQUANT 1992). Esse campo é representado especificamente pelo espaço do ensino superior francês e considerado por Bourdieu como um espaço em que, o jogo que é jogado exige razão dos indivíduos que o compõem (BOURDIEU, 2004). Baseado em seu objetivo de compreender o funcionamento, Bourdieu buscou esclarecer que o campo científico foi analisado em um contexto de crises e revoluções na França, o que pode ter intensificado as crises dentro do próprio recorte do espaço social em questão.

Considerado um “universo em que os pesquisadores são autônomos e onde, para se confrontarem, precisam abandonar todas as armas não-científicas -

começando com as armas da autoridade acadêmica" (BOURDIEU; WACQUANT 1992, p.177), Bourdieu relata dois tipos específicos de conflitos no campo científico: os conflitos entre os integrantes do corpo docente e os conflitos entre os estudantes (BOURDIEU; WACQUANT 1992).

No que diz respeito aos docentes, a autoridade acadêmica mencionada, é considerada um "poder de violência simbólica que se manifesta sob a forma de um direito de imposição legítima, reforça o poder arbitrário que a estabelece e que ela dissimula" (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p.27). Esta é exercida a partir da divisão hierárquica que existe neste espaço, divisão fundamentada na posse e volume de capital cultural institucionalizado, que se refere à qualificação reconhecida, posse de diplomas e títulos, e que por sua vez, divide o corpo docente entre professores titulares, professores colaboradores e professores assistentes.

A crise entre o corpo estudantil, por sua vez, fundamenta-se nos questionamentos acerca das grandes quantidades de diplomas entregues, das reivindicações por maior reconhecimento de credenciais profissionais, dentre outros aspectos que quando se alteravam de uma instituição para outra, tornavam-se plausíveis de comparação e, conseqüentemente, de pequenas revoluções (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Ainda que ambos os grupos, docentes e estudantes, fizessem parte de um mesmo recorte do espaço social, Bourdieu reconhece que em um campo, seja ele qual for, detém a *doxa* aquele que detém o capital simbólico.

No campo científico, Bourdieu explica o então detentor do capital simbólico como "alguém que outorga um título escolar outorga um certificado de inteligência (sendo um dos privilégios dos titulares o de também poder manter a distância em relação ao título)" (BOURDIEU, 2004, p.116). Esta capacidade de outorgar, nomear, na sociologia bourdieusiana advém do agente representante da ortodoxia, detentor, portanto, da *regere sacra*, atribuída ao agente ou grupo que detém o poder de produzir "aquilo que é digno de ser reproduzido, tanto por sua existência mesma quanto pelo fato de delegar a uma instância a autoridade indispensável para o reproduzir" (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 39). Aquilo que é reproduzido pelo agente que detém a *regere sacra*, é chamado por Bourdieu de *regere fines* e explicada como o ato de "traçar fronteiras em linhas retas", em separar 'o interior e o exterior'" (BOURDIEU, 1996, p.109).

### 2.1.3.2 Campo político

Compreendido como um campo em que as relações que compõem sua estrutura se transformam constantemente, o campo político apropria-se das demandas que os campos econômico e social emitem, como por exemplo, discursos, práticas, programas e interpretações (BOURDIEU, 2012). Nas palavras do sociólogo, este recorte do espaço social define-se como

[...] lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra de um grupo de profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político (BOURDIEU, 2012, p. 185).

Uma vez que todo campo para Bourdieu representa um campo de forças, e divide-se em dois grupos de agentes, os dominantes e os dominados, no campo político Bourdieu (2012) define-os respectivamente como agentes ativos, sendo os representantes, e agentes passivos, sendo os representados. A capacidade de representar que alguns detêm no campo político faz com que, naturalmente existam outros que se sujeitam ao consumo daquilo que lhes é apresentado. Isto porque quem representa tem consigo o poder do discurso, que reside na capacidade de mobilização, e em um ato público oficializa e legitima aquilo que é dito, ou seja, detém o poder do discurso. Além disso, Bourdieu (2012) esclarece que, aqueles que representam a sociedade detêm o capital político quando inseridos em um partido, quando não, deixam de representar e não detêm mais forças no campo. Em suas palavras Bourdieu (2004, p.184) define os representantes da seguinte forma:

[...] aqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os dominados apresentem-se como detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o “povo” e, desse modo, de uma missão exclusiva, e, ao mesmo tempo, que instaurem como uma norma universal os modos de pensamento e expressão que lhes foram impostos [...]

Partindo do pressuposto que assim como em todo o campo analisado por Bourdieu verifica-se a existência de um jogo, compreende-se que no campo político os representantes manifestam e agem de acordo com os interesses de seus representados apenas quando estes convergem em seus próprios interesses. Aqueles que detêm menor capital cultural, no campo político exercem a crença nos que os representam, isto é, legitimam formalmente o poder simbólico exercido no campo. No entanto, não são todos os agentes passivos que creem, os que detêm um pouco de

capital cultural e sabem movimentá-lo tem a possibilidade de compreender e interpretar a lacuna entre o discurso e a ação política como algo real (BOURDIEU, 2012).

Ainda que essa lacuna seja identificada, o poder de ação do campo político está normalmente nas mãos daqueles que representam a estrutura, os detentores da *doxa*, ou os representantes da ortodoxia, que para Bourdieu (2012) são os que se expressam a partir de um discurso liberal. Dentro do campo político analisado pela sociologia bourdieusiana, os representantes da heterodoxia do campo, por sua vez, são associados aos que professam um discurso comunista. Estes encontram-se nessa classificação uma vez que questionam as estruturas do campo, e buscam um processo de diferenciação, no qual tentam fazer do significante, significado (BOURDIEU, 2012).

### 2.1.3.3 Campo jurídico

Assim como os outros campos analisados por Bourdieu em sua trajetória acadêmico-científica, o campo jurídico representa além de um campo social e de forças, também um campo de lutas, no qual por meio da compreensão e entendimento da lei, os agentes dividem-se em dois grupos, que segundo Bourdieu (2012) são chamados de profanos e profissionais. Estes nomes foram estabelecidos pelo sociólogo a partir da percepção da existência de divergência de interesses e do acesso ao capital do campo. Logo, Bourdieu define o campo jurídico como

[...] o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre e autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social" (BOURDIEU, 2012, p. 212);

A partir do que relata a teoria bourdieusiana, o capital do campo jurídico consiste na competência de compreender aquilo que está expresso na lei. Contudo, não existem apenas divisões entre os que possuem e não possuem este capital, mas também existe uma divisão entre grupos com volumes de capital jurídico diferentes, isto é, existe uma hierarquização entre os agentes jurídicos. Por exemplo, o juiz diferentemente de um advogado, representa uma figura de autoridade no campo, e tem a possibilidade de agir com autonomia e interpretar as leis de acordo

com cada caso particular. Contudo também tem a possibilidade de “sujeitar-se mais ou menos estritamente às exigências da lei, ficando sempre uma parte de arbitrário” (BOURDIEU, 2012, p. 223).

Essa arbitrariedade, no entanto, não representa apenas as características de ação dos juízes, mas das decisões jurídicas como um todo. Sendo este um campo que se apresenta como fechado e autônomo, as decisões nele tomadas são consideradas universais, neutras, públicas e incontestáveis, e todas estas características são pautadas em um formalismo racional positivista. A tentativa dos dominantes deste campo está em tentar criar por meio de seus rituais, uma linguagem própria, um código erudito por meio do qual estes se mantenham sua posição de domínio do campo.

Compreende-se então, que o poder de nomeação e reprodução das tradições do campo, são exercidos pelos juristas, que a partir do que Bourdieu (2012) afirma, sempre foram burgueses, e detentores da *doxa*. Sendo assim, o conceito de direito neste recorte do espaço social é “sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos” (BOURDIEU, 2012, p.237). Os dominantes, ou profissionais, enquanto representantes da ortodoxia do campo tem consigo “o culto do texto, o primado da doutrina” (BOURDIEU, 2012, p.252). Como consequência da divisão já existente no campo, os representantes da heterodoxia são os ditos profanos, estes que se unem com o objetivo de questionar as imposições e tradições avindas de leis, mas também se unem para compreendê-las a partir de uma linguagem própria.

#### 2.1.3.4 Campo artístico

Definido como o "lugar em que se produz e reproduz incessantemente a crença no valor da arte e no poder de criação do valor que é próprio do artista." (BOURDIEU, 2012, p.289), o campo artístico representa uma outra fonte clara para a explicação das relações que se estabelecem no campo de maneira geral. Bourdieu discorre sobre esse recorte específico do espaço social com o intuito de representar por meio da arte, uma revolução simbólica. Revolução esta que, em seu sentido literal, aconteceu a partir das pinturas de Manet, que no século XIX buscou romper com as ideias de arte que se estabeleciam no campo.

O campo da arte teve por muito tempo suas regras ditadas por artistas do movimento realista. Movimento este com o objetivo de retratar fielmente a realidade. Tudo aquilo que fugia de suas regras, não era considerado arte. Desta maneira, os pintores autorizados a expor suas obras nos salões faziam parte do grupo denominado consagrados. Uma vez que estes eram a representação mental e objetiva do campo. O realismo, no campo artístico pode ser considerado um movimento que representa os detentores da *doxa* do campo, isto é, o grupo representante da ortodoxia (BOURDIEU, 2012).

Devido à autoridade e ao poder de nomeação, em termos bourdieusianos pode-se dizer que este grupo detém a *regere sacra*, isto é, o poder de "pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado." (BOURDIEU, 2012, p.114). Sendo assim, são capacitados para professar a *regere fines*, que para Bourdieu representa "o ato que consiste em traçar as fronteiras em linhas rectas, em separar o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro [...]" (BOURDIEU, 2012, p.114). Neste campo especificamente, esta divisão se deu no sentido de definição daquilo que seria ou não arte.

Compreende-se dessa forma, que qualquer movimento contrário ao que definia a arte ocuparia posições opostas no campo. O movimento artístico considerado oposto neste período, foi o Impressionismo. Caracterizado por suas pinturas sem contornos, e por pinceladas rápidas, foi representado por Édouard Manet. Junto com outros artistas que o apoiaram, os impressionistas ficaram conhecidos como os renegados do campo, que faziam arte para si, e por questionarem valores artísticos já estabelecidos, representavam a heterodoxia do campo artístico (BOURDIEU, 2012; JAN-CHIBA; TADEO; BORIM-DE-SOUZA, 2017). Pelo fato de não serem autorizados a expor suas obras no mesmo salão que os consagrados, os renegados criaram seus próprios espaços, os chamados salão dos renegados (BOURDIEU, 2012).

Percebe-se que o senso de pertencimento à um destes grupos representa supostamente uma ligação entre a arte e fins econômicos, isto é, só consegue movimentar o capital do campo, neste caso, o capital artístico quem detém também o capital econômico. A alodoxia por sua vez, acaba por contestar esta determinação e ligação entre os dois capitais. A relação entre o movimento artístico e as classes econômicas é chamada de falso conhecimento dentro do campo. Sabe-se

que existe relação de práticas e interesses entre os capitais, no entanto, essa relação não pode ser formalmente provada (BOURDIEU, 2012).

Cria-se a ideia de que o agente é, está, e participa do campo, quando na verdade a liberdade de jogar o jogo é inexistente, ou contraditória, uma vez que os "adversários" dentro deste campo ocupam diferentes regiões, imersos em situações díspares no que diz respeito a posse de capitais, por exemplo. Bourdieu classifica esta ilusão como *illusio*, a qual permite que o indivíduo acredite jogar o jogo (BOURDIEU, 2012). Jogo este pautado na ideia de que o dominante exerce poder sobre o dominado, poder que quando manifestado no campo pode ser classificado como simbólico, movimentado pelos capitais e contestado pelo *habitus*. O próximo tópico apresenta, portanto, o universo do simbólico a partir da sociologia bourdieusiana, para que sua manifestação no campo seja compreendida.

#### 2.1.4 O Simbólico e o Poder

Uma vez apresentado o contexto de campo como um espaço que abriga práticas sociais, e se estabelecem relações de forças, poder, luta e dominação, compreende-se que, a partir da sociologia bourdieusiana, não necessariamente essas relações se constroem a partir de aspectos objetivos e formais. Bourdieu dedicou muitos de seus estudos aos aspectos simbólicos, contudo, ele não foi o primeiro. Os neo-kantianos, por exemplo, demonstravam acreditar que os universos simbólicos eram representados pelos mitos, língua, arte e ciência, e que juntos construiriam os aspectos objetivos do mundo.

Panofsky, foi um pensador conhecido pela teoria da iconologia e iconografia, estas que representavam o interesse na compreensão dos assuntos e de seus significados, respectivamente. Esses significados em grande parte das vezes poderiam estar relacionados às representações simbólicas. Desta forma, o pensador trabalhou com o simbólico a partir de perspectivas históricas. O interesse dele não estava na reconstrução das condições sociais de quem as produzia, uma vez que teve a intenção de romper com as tradições idealistas das formas simbólicas. Panofsky interessava-se por analisá-las, por enxergar na compreensão das condições sociais aspectos essenciais para a produção e reprodução das estruturas sociais (BOURDIEU, 2009, 2012).

Durkheim, uma das referências sociológicas para Bourdieu, dedicou-se aos estudos das formas simbólicas, ou formas de classificação, com o intuito de evitar que respostas fossem encontradas antes da análise empírica (BOURDIEU, 2012), afinal para o sociólogo, “o conhecimento científico só é obtido mediante uma ruptura com as representações primeiras” (BOURDIEU, 2004, p.151). Tanto ele, quanto seus seguidores, explicam estas formas de classificação a partir das “produções simbólicas relacionando-as com os interesses da classe dominante” (BOURDIEU, 2012, p.10). Contudo, Panofsky e Durkheim se desvencilharam da análise das formas de classificação a partir de uma perspectiva universal, e mostraram interesse pelo simbólico a partir das formas socialmente determinadas (BOURDIEU, 2012).

Não diferente de toda sua construção teórica, em que Bourdieu afirma escrever com e contra aqueles que o inspiram, e em uma perspectiva sociológica que caminha entre os aspectos objetivos e subjetivos, algumas perspectivas em relação as definições de simbólico citados pelos pensadores acima, foram apropriadas para desenvolver o seu próprio conceito de poder simbólico. Da teoria de Panofsky, é possível dizer que Bourdieu utilizou as inspirações referentes à reprodução das estruturas sociais, alinhadas ao aspecto histórico. A partir da sociologia de Durkheim, Bourdieu utilizou-se da relação estabelecida entre o simbólico e os interesses dos dominantes do campo, buscando compreender assim as práticas sociais por meio da empiria. A definição do conceito de símbolo na sociologia bourdieusiana expressa a influência destes dois pensadores, e torna-se um caminho para a compreensão do simbólico para Bourdieu.

[...] os instrumentos por excelência da integração social enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (BOURDIEU, 2012, p.10)

O interesse de Bourdieu pelo simbólico diferenciou-se de Panofsky e Durkheim pois representou a disposição em compreender para além do simbolismo das manifestações sociais objetivas. O interesse pela compreensão das práticas sociais, faz com que simbólico para Bourdieu remetesse a compreensão dos aspectos estruturais da prática social dos agentes que acontece no campo, mas representasse também o interesse por aquilo que está oculto, que é irreconhecível. O simbólico para

Bourdieu está na compreensão das disposições incorporadas e construções mentais dos agentes que compõem as práticas sociais (WACQUANT, 2013).

O sociólogo enxergou neste conceito a oportunidade de desafiar seu próprio desenvolvimento teórico-empírico, e uma das formas por meio da qual buscou entender a manifestação do simbólico em sua teoria, foi o poder. Poder este que não é compreendido aqui em seu sentido formal, como foi anteriormente apresentado: “poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 2012, p.149), mas como uma forma também oculta, “irreconhecível, transfigurada” (BOURDIEU, 2012, p.15). Bourdieu buscou então investigar o poder onde ele era completamente ignorado, ou seja, onde ele não pode ser visto, mas apenas sentido (BOURDIEU, 2012).

Unindo os dois conceitos, poder e simbólico, na sociologia bourdieusiana eles representam juntos aquilo que está oculto, invisível, e que é constantemente manifestado nas estruturas e nas práticas sociais. Poder explicado como aquele que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2012, p.7-8). Além disso, é possível dizer que apesar do poder simbólico se caracterizar pela ausência de ação física, sua efetividade pode ser maior do que em casos onde a força física se faz presente (BOURDIEU, 2012).

Segundo o sociólogo, este tipo de poder permeia todos os campos, seja ele qual for. Dentro de cada campo, no entanto, o poder se configura de diferentes maneiras, uma vez que seu exercício depende dos agentes que o compõem, das ideologias e dos conflitos ali existentes. Isto posto, Bourdieu explica que o poder simbólico se manifesta por meio dos sistemas simbólicos, sendo explicados como “instrumentos de conhecimento de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade [...]” (BOURDIEU, 2012, p. 9). Sua função é também esclarecida a partir das palavras de Bourdieu:

[...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentaram e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2012, p.11)

Estruturado e estruturante são dois termos normalmente utilizados em conjunto por Bourdieu para explicar o caráter objetivo e dominante, respectivamente, do conceito, sendo neste caso o instrumento. Esta explicação dos sistemas simbólicos relacionada aos termos estruturado e estruturante remete à ideia de que existem no campo posições hierárquicas, e que entre elas se estabelecem a partir de relações de luta, poder e dominação. Por se tratar de um conceito compreendido a partir da perspectiva simbólica, acredita-se que essa relação de dominação proveniente dos sistemas simbólicos acontece por três principais vias: por meio dos instrumentos simbólicos, da movimentação de capitais, e das histórias (BOURDIEU, 2012).

Por instrumentos simbólicos, a partir de Bourdieu (2012), compreende-se conceitos semelhantes às definições neo-kantianas de simbólico. Isto é, a arte, a religião e a ciência, são consideradas peças essenciais no jogo que é jogado no campo. O poder simbólico atribui a estes instrumentos uma grande força simbólica, definida como aquela "que permite a força exercer-se plenamente fazendo-se desconhecer enquanto força e fazendo-se reconhecer, aprovar, aceitar, pelo fato de se apresentar sob uma aparência de universalidade" (BOURDIEU, 2004, p.106). Desta maneira, por meio de instrumentos como o a linguagem, a arte, a religião e a ciência, as ações dos agentes podem ser moldadas de acordo com a vontade daquele que exerce o poder simbólico.

Por conseguinte, Bourdieu defende que o poder exercido pelos representantes da ortodoxia do campo é considerado um poder que representa uma forma eficaz de produzir e reproduzir a ordem social, sem que os agentes que a compõem reconheçam a contribuição que eles têm para a perpetuação das relações de dominação (BOURDIEU, 2012). Essa reprodução social representa a "reprodução da estrutura das relações de forças entre as classes" (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 25), e neste caso, o poder se manifesta por meio da codificação estabelecida por aquele, ou aqueles, caracterizado como autoridade do campo.

Outra forma reconhecida por Bourdieu como uma maneira eficiente do exercício do poder simbólico é por meio da posse e movimentação de capitais, inclusive do capital simbólico. Sendo este associado a um

[...] poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do

qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo (BOURDIEU, 2004, p.166).

Esta associação entre a manifestação do poder e a movimentação do capital é reforçada quando Bourdieu afirma que, "o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico" (BOURDIEU, 2004, p.166). Além disso, relata em suas obras que "O poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores" (BOURDIEU, 2004, p.166). Autoridade que dentro de um campo pode ser medida pela posse e movimentação de capitais.

Bourdieu (2012), cita ainda uma terceira via por meio da qual os sistemas simbólicos favorecem a manifestação do poder simbólico: a história. Definida por ele como "um dos meios mais eficazes para pôr a realidade à distância e para produzir um efeito de idealização e espiritualização e, deste modo, paradoxalmente, de eternização" (BOURDIEU, 2012, p.268), é considerada como uma forma de reproduzir, a partir das determinações ortodoxas, as estruturas e hierarquias dentro de um campo. Bourdieu (2012) defende a existência de dois tipos de história, a reificada, e a incorporada.

A primeira delas, a história reificada é considerada como a história objetivada, que acontece em campo autonomizado, ou seja, o campo onde a força da ortodoxia é sobressalente perante a heterodoxia do campo. As tradições e costumes apresentados como características do campo, são alguns exemplos de história reificada. Bourdieu explica a história reificada e objetivada como a "história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direitos etc." (BOURDIEU, 2012, p.82) e torna conveniente a manifestação do poder simbólico.

Este espaço que a história objetivada disponibiliza à manifestação do poder simbólico representa mais uma vez uma possibilidade de perpetuação de hierarquias sociais no espaço, uma vez que dentre os exemplos mencionados por Bourdieu, monumentos, livros e teorias, não são, normalmente, acessados com facilidade pelo grupo representante da heterodoxia do campo. Os costumes e direitos, apesar de serem supostamente de comum acesso, são frutos também de uma realidade pautada na reprodução das determinações do grupo ortodoxo.

A segunda história, por sua vez, a incorporada, representa uma construção subjetiva, que é repassada ao agente (BOURDIEU, 2012). Bourdieu

classifica a história incorporada como aquela "que se tornou *habitus*, aquele que retira o chapéu para cumprimentar *reactiva*, sem saber" (BOURDIEU, 2012, p.82). Compreende-se que nesta forma de manifestação do poder simbólico os costumes são levados à reprodução sem questionamentos, o que tende a favorecer a perpetuação do ciclo de poder e dominação do campo.

[...] a pressão vinda de cima impelia os menos favorecidos, para de libertarem dela, a imitarem aqueles que tinham conseguido chegar a uma posição mais favorável; por outras palavras, entravam no círculo vicioso de rivalidade das precedências (BOURDIEU, 2012, p. 84).

Ao explicar as três vias por meio das quais os sistemas simbólicos promovem o poder simbólico, percebe-se que em todas elas as relações de dominação se sobressaem. Dentro dos caminhos que o conceito de simbólico traça, é possível comparar a dominação promovida pelo poder simbólico, ou dominação simbólica, a uma servidão voluntária. Com o intuito de reforçar seus próprios argumentos, Bourdieu afirma que "Um poder simbólico é um poder que supõe a reconhecimento, isto é, a desconhecimento da violência que se exerce através dele." (BOURDIEU, 2004, p.194). Logo, a dominação quando "realiza-se através de um ato de cognição e de reconhecimento errado que está além ou abaixo dos controles da consciência" (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.171-172), deixa de ser apenas dominação e passa a ser reconhecida como violência simbólica.

A partir do que afirma Bourdieu, a violência simbólica pode se manifestar de diversas formas, algumas das que foram apresentadas em sua teoria foram: o direito e o poder de nomeação. O direito, Bourdieu (2004, p.106) explica que "é uma violência que se exerce, se assim podemos dizer, segundo as formas, dando forma". O poder de nomeação, por sua vez, Bourdieu explica como "o ato pelo qual se outorga a alguém um título, uma qualificação socialmente reconhecida, é uma das manifestações mais típicas do monopólio da violência simbólica legítima" (BOURDIEU, 2004, p.164).

Por meio da arte, da religião, da ciência, da movimentação dos capitais e da história que é contada, ou seja, dos sistemas simbólicos, a violência simbólica pode ser exercida a ponto daquele que a sofre se sentir preso por amarras quase físicas, não se vendo à altura de questionar aquilo que os detentores do monopólio da fala produzem, tornando-se assim, manipulados (BOURDIEU, 2004). As práticas simbolicamente violentas aparentam "mais brutais, mais primitivas, mais

bárbaras e ao mesmo tempo mais cordiais, mais humanas, mais respeitadas” (BOURDIEU, 2009, p.212).

Ao definir aquilo que é simbólico é possível comparar a dominação promovida pelo poder simbólico a uma servidão voluntária uma vez que Bourdieu afirma "Um poder simbólico é um poder que supõe a reconhecimento, isto é, a desconhecimento da violência que se exerce através dele" (BOURDIEU, 2004, p.194). Considerando os diversos caminhos que o estudo do simbólico permite desvendar, e ressaltando o interesse desta pesquisa em analisar, a partir de narrativas referentes à e da Samarco Minerações e da Vale S.A., e em uma perspectiva bourdieusiana, os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade, faz-se necessário também um aprofundamento no conceito de capitais desenvolvido por Bourdieu. O assunto será abordado com maior profundidade no tópico em sequência.

#### 2.1.5 A Teoria De Capitais

A partir dos conceitos bourdieusianas sobre interesse, campo, e poder simbólico, o conceito de capitais foi apresentado como uma carta necessária para entrar no campo, ou no jogo, como Bourdieu mesmo fala. Os capitais foram identificados também como formas de movimentar as relações do campo e como um dos caminhos para a manifestação do poder simbólico. Sabe-se que os capitais, juntamente com a linguagem, arte, ciência, e a história, são considerados objetos de interesse que criam poder e disputas dentro do campo.

A sociologia bourdieusiana abriga então o interesse pelas práticas sociais, que se constroem em uma estrutura estruturada e estruturante, isto é, objetiva e de dominação, respectivamente. Esta estrutura é nomeada por Bourdieu como campo, espaço hierarquizado que abriga relações de dominação. Por tais características, o campo é considerado um campo de poder, campo social, campo de forças, e em alguns casos, campo de lutas. Para compreender uma das formas por meio das quais o poder se manifesta no campo e compõe as práticas sociais, Bourdieu interessou-se por identificar os diferentes capitais que estariam presentes nestes recortes do espaço social, como, no campo artístico, no político, no jurídico, no econômico, no científico, dentre outros.

Em sua trajetória acadêmico-científica, Bourdieu ao buscar compreender as práticas sociais nos campos que analisou, percebeu que três capitais eram comuns em todos os recortes de espaços investigados, sendo eles: o capital econômico, o capital social, e o capital cultural (BOURDIEU, 2012). Além disso, Bourdieu esclareceu que todo campo tem um capital próprio, chamado por ele de capital do campo, que dá nome ao recorte do espaço social. Bourdieu percebeu também que todo campo tem um capital simbólico, enquanto um capital que se configura a partir da relação entre todos os capitais presentes naquele campo. Assim, Bourdieu explica o poder estabelecido a partir dos capitais, da seguinte forma,

[...] na primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que eles possuem sob diferentes espécies, e, na segunda dimensão, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, de acordo com o peso relativo das diferentes espécies de capital, econômico e cultural, no volume total de seu capital (BOURDIEU, 2004, p.154)

O volume de capitais a que Bourdieu se refere, está relacionado à quantidade de capitais que o agente tem para movimentar no campo. Um agente que detém muito capital pode ocupar posição de dominante e ser compreendido enquanto detentor do “poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo pelo menos no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural suficiente para exercer um poder sobre o capital cultural” (BOURDIEU, 2004, p.174-175). No entanto, ao explicar a segunda dimensão do capital, Bourdieu esclarece que quantidade não é suficiente para que a posição de dominante do campo seja alcançada. Se cada recorte do espaço social tem suas regras e características específicas, assim também acontece com os capitais. Um exemplo é a situação em que o agente detém diversos tipos de capitais mas não tem o capital artístico, e isso faz com que ele não tenha chances de entrar no campo artístico. Caso ele tenha o capital artístico, tenha conseguido entrar no campo, mas o capital simbólico deste espaço não seja o capital artístico, o agente não será dominante. Neste contexto, Bourdieu explica: “os escritores e os artistas são dominados nas suas relações com os detentores do poder político e econômico” (BOURDIEU, 2004, p. 175).

Mediante o exemplo do campo artístico, faz-se necessário explicar a diferença entre dois conceitos bourdieusianos: o capital do campo e o capital simbólico. O primeiro deles, representa, juntamente com o interesse, a condição de entrada do agente no campo. Para fazer parte do campo jurídico, por exemplo, faz-se necessário que o agente possua o capital jurídico, para fazer parte do campo

científico, o capital científico, e assim por diante. Entrar no campo no entanto, não atribui ao agente a capacidade de jogar o jogo do campo e disputar o poder que ali existe. O capital do campo na teoria bourdieusiana além de dar nome ao campo, representa condição de entrada, mas não necessariamente condição para lutar. A posse do capital que permite que o agente assuma posição de poder no campo em que está, é o capital simbólico. No entanto, ambos não estão completamente desvinculados. O capital do campo pode ser também o capital simbólico, ainda assim, as especificidades de cada campo são aspectos que somente a empiria, ou as vezes nem mesmo ela, pode demonstrar (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2004).

Os capitais simbólicos, são então explicados como os capitais que “se revestem as diferentes espécies de capital quando percebidas e reconhecidas como legítimas (BOURDIEU, 2004, p.174), e segundo Bourdieu (2009), uma vez reconhecido como legítimo é ignorado como capital. O capital simbólico representa então um "poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento" (BOURDIEU, 2004, p.166).

Na mesma obra Bourdieu (2004, p.170) define o capital simbólico como um "capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas". Apesar dos ideais de reconhecimento, entende-se que para Bourdieu, a definição de simbólico, associa-se ao efeito invisível, quase mágico, caracterizado como mais eficiente do que aquilo que pode ser visto, como a força física, por exemplo (BOURDIEU, 2012). Ao explicar a intangibilidade atribuída ao capital simbólico, Bourdieu (2009, p.201) afirma que “o capital simbólico não se deixa tão facilmente medir e enumerar como a terra ou o gado”.

No entanto, o agente que detém o capital simbólico, alcança o reconhecimento, ou seja, pode carregar consigo o poder de nomeação, e o poder de codificação. Enquanto o poder de nomear representa a autoridade de fazer existir, o poder de codificar significa “acabar com o fluido, o vago, as fronteiras mal traçadas e as divisões aproximativas, produzindo classes claras, operando cortes nítidos, estabelecendo fronteiras bem-definidas” (BOURDIEU, 2004, p. 103). Desta forma, o agente que detém capitais suficientes para assumir posição ortodoxa no campo e exercer esse poder, é caracterizado por Bourdieu como representante da *regere*

*sacra*. Aquilo que ele nomeia e codifica como verdade, dissemina a *regere fines* (BOURDIEU, 2012).

Ao analisar então diversos campos e as práticas sociais que os compreendem, Bourdieu percebeu que além dos capitais do campo e simbólico, três outros capitais eram comuns a todos, são estes: o capital social, o capital cultural e o capital econômico. Com intuito de explica-los, os subtópicos em sequência abordam esclarecimentos sobre os mesmos, respectivamente.

#### 2.1.5.1 Capital social

Assim como as práticas se constroem a partir da estrutura do campo e a partir das disposições incorporadas dos agentes, o conceito de capital social de Bourdieu apresenta também características objetivas e subjetivas. Isto porque o capital social está relacionado à proximidade hierárquica que os agentes têm entre si, como com as relações que constituem as práticas sociais no campo, e relacionadas também à história e *habitus* dos agentes que o compõem (BOURDIEU, 2007).

Bourdieu identificou então o capital social como uma das possíveis formas para o agente se diferenciar e obter lucros, simbólicos ou materiais, a partir de sua vinculação à determinado grupo. Grupos estes que são definidos como clubes seletos, famílias renomadas, uma escola de elite ou uma aristocracia (BOURDIEU, 2011). Nas palavras do sociólogo, os agentes que tem boas redes de contatos e relacionamentos são agentes "capazes de comprar todo o mercado mesmo se saíram com mãos vazias podem se permitir ir ao mercado tendo como uma única moeda o seu rosto" (BOURDIEU, 2009, p.198-199).

Para entrar nos grupos seletos o agente precisa ter capital social individual, este que pode ser resultado de lutas anteriores, ou resultado de uma herança. Ao associar-se a algum grupo reconhecido no campo, no entanto, não se tem mais apenas a força do seu próprio eu, mas carrega consigo a propriedade coletiva e a força da instituição que aquele grupo lhe concede. O agente carrega consigo o capital social coletivo. Uma vez identificadas as duas formas de capitais sociais da teoria bourdieusiana, compreende-se a primeira delas, o capital social individual tem influência da segunda, do capital social coletivo. Isto porque o capital social individual adquirido pelo agente é considerado produto de um trabalho coletivo,

e em alguns casos é associado a uma herança, algo não escolhido pelo agente. (BOURDIEU, 2007).

[...] O herdeiro herdado, apropriado à herança, não precisa de querer, quer dizer, de deliberar, de escolher, ou de decidir conscientemente, para fazer o que é apropriado, aquilo que convém aos interesses da herança, da sua conservação e do seu aumento: embora possa não saber nem o que faz nem o que diz, ele nunca fará nem dirá nada que não esteja em conformidade com as exigências da herança (BOURDIEU, 2012, p.84).

Um agente pertencente a uma família conhecida de uma cidade pequena, por exemplo, pode ter amplo acesso à rede de conexões conquistada por este grupo em gerações anteriores, bem como aos benefícios que esta rede atribui. No entanto, nem todo o capital social é necessariamente positivo, ao continuar a explicação por meio do exemplo da família, o capital social pode não favorecer, e até mesmo dificultar o acesso do agente a redes de benefícios, quando o agente pertencer a uma família de devedores de uma cidade pequena.

Quando o capital social individual é favorável ao agente, esse torna-se um meio para que os lucros materiais e os lucros simbólicos sejam alcançados. Materiais no que diz respeito aos lucros alcançados a partir das “espécies de serviços assegurados por relações úteis” (BOURDIEU, 2007, p.68). Podendo ser consciente ou não, o capital social é uma forma de, por intermédio de uma vasta rede de contatos, oferecer benefícios materiais, por meio de serviços e favores, por exemplo. Os lucros simbólicos, por sua vez “estão associadas à participação em um grupo raro e prestigioso” (BOURDIEU, 2007, p.68). Estas redes estabelecidas entre os agentes são consideradas por Bourdieu como estratégias de investimento social, estratégias estas que se reproduzem na constante busca do capital social coletivo.

A posse da segunda forma de capital social mencionado, do capital social coletivo, precisa ser conhecida por todos os agentes que pertencem ao grupo e reconhecida também por aqueles que estão fora deste, mas estão no campo. Isto posto, o capital social coletivo é considerado aquilo que une os agentes que apresentam os mesmos interesses e detém capital social individual semelhante. O impacto coletivo que este capital causa, assim como os outros tipos e capitais, depende do volume que o agente dispõe, bem como da forma com que ele movimenta o capital (BOURDIEU, 2007).

Essa reprodução do capital social acontece, segundo Bourdieu (2007), de duas formas: por meio da promoção de festas e recepções, frequência em determinados lugares, e prática de determinados esportes onde busca-se reunir um

grupo homogêneo de agentes, homogeneidade esta considerada fundamental para que o grupo continue existindo; outra forma de reprodução do capital social é por meio da sociabilidade, isto é, por meio da troca de reconhecimentos, que tende a exigir do agente dispêndio de tempo e, em alguns casos, de dinheiro (BOURDIEU, 2007).

Ainda que as redes de agentes sejam consideradas um fator relevante na constituição do capital social coletivo, Bourdieu (2007) esclarece que sem o capital social individual estas redes, ou grupos seletos, não seriam passíveis de existência. O capital social individual assume uma relação de interdependência, e também não existiria sem construções de relações anteriores, relações estas compreendidas como produtos do capital social coletivo. Apresentado o capital social e suas variações para a sociologia bourdieusiana, no próximo sub-tópico apresenta-se outro capital comum a todos os campos investigados por Bourdieu, o capital cultural.

#### 2.1.5.2 Capital cultural

Com o intuito de romper com a ideia de que a predestinação do sucesso acadêmico do agente está associada exclusivamente ao aspecto econômico, Bourdieu (2011) buscou associar, parcialmente, o desempenho e posse do capital cultural com o posicionamento hierárquico do agente no campo, sendo possível associa-lo parcialmente à classe a qual o agente pertence. Parcialmente, uma vez que a associação do capital cultural à classe social do agente é questionada. Segundo a sociologia bourdieusiana, a ideia de investimentos em educação podem ser distoantes uma vez que não se considera “a estrutura das chances diferenciais de lucro que lhes são destinadas pelos diferentes mercados, em função do volume e da estrutura de seu patrimônio” (BOURDIEU, 2007, p.73).

A posse e movimentação do capital cultural não está apenas relacionada ao esforço do indivíduo em alcançá-lo, mas relaciona-se também com as oportunidades oferecidas pela estrutura. A partir das teorias bourdieusianas, o capital cultural pode se manifestar de três formas: incorporada, objetivada e institucionalizada. A primeira delas, a incorporada está relacionada aos primeiros acessos que o agente tem ao conhecimento. Associa-se à acumulação de capital mediante o trabalho de inculcação, assimilação de conhecimento e aprendizagem

(BOURDIEU; PASSERON, 2014). Esta forma de adquirir capital cultural está ligada ao agente em si, sua memória, a suas capacidades biológicas (BOURDIEU, 2007).

Ademais, Bourdieu associou o capital cultural incorporado ao *habitus* primário, adquirido na família, e que é geralmente a mais difícil forma de capital cultural de ser superada (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Assim, percebe-se que mesmo atribuindo à essa forma de capital cultural uma característica de construída a partir da subjetividade do agente, entende-se que esta subjetividade parte de uma estrutura objetiva, que é a família.

A segunda forma de capital cultural apresentada por Bourdieu é a objetivada. Esta relaciona-se ao acesso que o agente tem a pinturas, obras de arte, monumentos históricos, objetos, dentre outras coisas que também remetem à posse de capital econômico. Além disso, Bourdieu explica também que aquele que detém o capital cultural objetivado pode ser o agente que detém bens culturais, e nas palavras do sociólogo “os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural” (BOURDIEU, 2007, p.77).

Desta forma, a sociologia bourdieusiana exemplifica que, ao comprar um quadro o agente se apropria dele materialmente, ao compreender a perspectiva da obra, e o movimento artístico ao qual o autor pertence, por exemplo, faz com que ele aproprie-se dela também culturalmente (BOURDIEU, 2007). Ainda que nas explicações sobre esta forma de capital cultural prevaleça os aspectos objetivos e estruturais, de posse, Bourdieu (2007, p.77-78) destaca que

[...] É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como armas e objeto das lutas que se travam no campo da produção cultural.

A terceira forma de capital cultural descrita por Bourdieu é a institucionalizada. Segundo o sociólogo, esta forma de capital cultural associa-se à qualificação acadêmica, títulos, diplomas, dentre outros documentos que garantem o acesso formal à cultura. Quando associado ao conceito de títulos, Bourdieu (2009, p. 222) esclarece que o título

[...] como medida de posição ou de ordem, isto é, como instrumento formal de avaliação de posição dos agentes em uma distribuição, permite estabelecer relações de equivalência (ou de comensurabilidade) quase perfeita entre os agentes definidos como pretendentes à apropriação de uma classe particular de bens.

A tendência é, portanto, que o agente que detém o capital cultural institucionalizado, tenha maior probabilidade de ser reconhecido no campo como aquele que é capaz de produzir e reproduzir o conhecimento (BOURDIEU; PASSERON, 2014; BOURDIEU, 2007). No entanto, Bourdieu (2009) afirma que o poder advindo de capitais culturais formais não são necessariamente regras. Em um país com altas taxas de analfabetismo, por exemplo, o fato do indivíduo saber ler e escrever pode ser suficiente para que este assuma posição de poder no campo, obtendo, inclusive, vantagens em competições profissionais.

Em uma interpretação cíclica, compreende-se que os capitais culturais são interdependentes entre si. A relação entre o capital cultural objetivado e o incorporado é, por exemplo, explicada por Bourdieu (2007) como dialética. O sociólogo afirma que em lutas nos campos de produção científica, os agentes obtêm benefício proporcional ao que tem, em conjunto, de capital objetivado e incorporado. Além disso Bourdieu explica também que os ganhos alcançados por meio do capital cultural institucionalizado podem ser revertidos em capital econômico, permitindo assim que o agente converta-o novamente em capital cultural objetivado, ou novamente em incorporado (BOURDIEU, 2007).

Ainda que em certos momentos a teoria bourdieusiana busque desvincular o capital cultural incorporado dos aspectos econômicos, entende-se que as perspectivas das famílias se alteram de acordo com as oportunidades que lhes foram oferecidas pela estrutura, separando-as em classes. As outras duas formas de capitais apresentadas, a objetivada e institucionalizada, apresentam com clareza a dependência de investimento monetário, no entanto, todas elas destacam também a importância das relações e práticas sociais para que o capital cultural seja adquirido e movimentado no campo.

Dado que o capital econômico mostra-se relevante na constituição dos capitais culturais em suas mais diversas formas, e também que este representa um dos três capitais identificados em todos os campos investigados por Bourdieu, o próximo sub-tópico discorre sobre o conceito.

### 2.1.5.3 Capital econômico

No decorrer dos dois tópicos anteriores, percebeu-se que de alguma forma o capital econômico é associado aos outros tipos de capitais. Na movimentação

do capital social no campo, a posse do capital econômico favorece que o agente esteja nos locais onde os grupos seletos se encontram, favorecendo a perpetuação cíclica do capital social. Em relação ao capital cultural, Bourdieu mesmo destaca que, ainda que o interesse e a ação do agente sejam necessários para a busca e movimentação do capital cultural objetivado e institucionalizado, principalmente, eles não conseguem ser alcançados sem investimento monetário. A representatividade que o capital econômico tem no campo, pode ser explicada, segundo Bourdieu (2004, p.133) pelo fato

[...] de ele permitir uma economia de cálculo econômico, uma economia de economia, isto é, de gestão racional, de trabalho de conservação e transmissão, ao fato de ele ser, em outros termos, mais fácil de gerir racionalmente (o que se percebe com sua realização, a moeda), de calcular e de prever.

Bourdieu explica que o capital econômico está relacionado à aquisição de bens, terras, heranças, e títulos. Este capital quando acumulado pode ser reinvestido, não apenas por seu aspecto objetivo de trocas econômicas, mas também por meio da estratégia de transformar-se em outro capital, para que posteriormente seja reconfigurado, novamente, em capital econômico (BOURDIEU, 2004, 2012). Este processo de reconfiguração em algum outro tipo de capital, acontece por meio de trabalhos que despendam tempo, investimentos, dentre outras atitudes de longo prazo (BOURDIEU, 2011).

Dentre os capitais explicados anteriormente, o capital econômico pode se reconfigurar em ambos. Na forma objetivada do capital cultural, o agente precisará de investimento econômico. Para conquistar o capital cultural institucionalizado, no que diz respeito à títulos e diplomas, por sua vez, o agente precisará de investimento econômico e investimento de tempo a longo prazo. A reconfiguração do capital econômico em social, por sua vez, se dá pela necessidade de manter relações entre agentes de grupos seletos, para a conservação do capital social. Relações estas que, na maioria das vezes, exigem dispêndio monetário.

Ainda que o capital econômico seja considerado fundamental para o funcionamento do campo por dar suporte a existência dos outros capitais, Bourdieu (2011) questiona as análises de cunho marxista, as quais pautam-se no funcionamento da sociedade exclusivamente a partir de aspectos econômicos. Segundo o sociólogo, os princípios economicistas podem transmitir a ideia de que todos os outros tipos de capitais são passíveis de serem reduzidos a outro tipo de

capital, neste caso o capital econômico, e em sua teoria este não é o objetivo. Isso porque ainda que possam ser reconfigurados a partir deste, os três capitais comuns em todos os campos não estabelecem uma relação de dependência, mas de interdependência. Assim em sua teoria, assume posição contrária ao economicismo e também ao

[...] semiologismo (hoje representado por estruturalismo, interacionismo simbólico ou etnometodologia), que reduz as trocas sociais aos fenômenos de comunicação e ignora o fato brutal da universalidade redutibilidade para economia (BOURDIEU, 2011, p. 12-13).

No decorrer de sua carreira acadêmico-científica, Bourdieu se posicionou contra extremos. Contra o economicismo e contra a valorização exclusiva das interações sociais e das trocas simbólicas dissociadas do fator econômico. Bourdieu buscou apresentar as diversas realidades em relação ao capital econômico, isto é, sua relação de interdependência com os outros capitais do campo. Ao usar como exemplo uma realidade industrial, Bourdieu explicou que, se o dono de uma fábrica tem condições de comprar máquinas modernas, somente isso não o faz bem sucedido ou dominante do campo. Para que a máquina funcione, o capital cultural também é tido como condição *sine qua non* do processo. Em um contexto organizacional, normalmente busca-se o lucro mas também se faz necessário uma boa rede de contatos da organização com investidores e desta com clientes, por exemplo.

Desta maneira, uma das definições destacadas por Bourdieu (2011, p.2) em relação ao capital econômico, é que este apresenta-se "imediatamente conversível em dinheiro e pode ser institucionalizado nas formas de direitos de propriedade". Não é possível desvincular por completo a ideia de capital econômico dos princípios capitalistas. O sistema econômico vigente ao representar um resultado objetivo das práticas sociais dos agentes no campo, revela também as características objetivas desse capital. Ainda assim, é válido considerar também o aspecto subjetivo do capital econômico, este que enquanto um capital passível de reconfiguração, pode ser reconhecido como uma consequência das práticas sociais dos agentes do campo, práticas estas pautadas em construções mentais, histórias e disposições incorporadas.

Toda teoria bourdieusiana carrega consigo a necessidade relacional, isto é, os conceitos estabelecem relações dialéticas e por conseguinte interdependentes. Assim também se faz com a teoria de capitais: a compreensão de

um tipo de capital acontece de maneira coerente quando este é associado aos outros tipos, quando um capital une-se ao outro, a outros, ou se (re)configura neles. Esta associação que acontece por meio da compreensão das práticas sociais dos agentes no campo, faz com que os capitais sejam reconhecidos enquanto meios para que o agente adentre o campo, jogue o jogo, para que as hierarquias se estabeleçam e para que o poder se manifeste. Os capitais são então reconhecidos como fundamentais ao exercício das práticas, e estas constroem e são manifestadas por meio da estratégia, que por sua vez é construída pelo *habitus*, estabelecendo também com eles uma relação de interdependência. Desta forma, o próximo tópico apresenta uma discussão mais aprofundada sobre as disposições incorporadas.

#### 2.1.6 O *Habitus*

Para que Bourdieu incorporasse o conceito de *habitus* em sua teoria, foi necessário que o sociólogo analisasse como este assunto havia sido trabalhado por outros pensadores. O conceito de *habitus* em seu estado puro "já foi objeto de inúmeros usos anteriores, por autores tão diferentes como Hegel, Husserl, Weber, Durkheim e Mauss, de uma forma mais ou menos metódica" (BOURDIEU, 2004, p.24). Além disso, Aristóteles também foi um intelectual que trabalhou com o conceito de *habitus* no que diz respeito a tentativa de "romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito" (BOURDIEU, 2012, p.61).

Aristóteles pode ser associado como inspiração bourdieusiana no desenvolvimento do conceito de *habitus* pelo fato de ter se dedicado ao estudo da *hexis*, considerado por ele como uma disposição do indivíduo e explicado em suas palavras, a partir do que diz Miller (1974, p.311), como "um ser em um certo estado, uma condição permanente como produzida pela prática". Hegel, por sua vez, apoiou-se também na noção de *hexis*, como disposição permanente, e na noção de *etos*, que remete ao conceito de hábito (BOURDIEU, 2012; MILLER, 1974). Hegel, no entanto, rompe com a teoria do dualismo de Kant, uma vez que a ideia desta teoria se pauta o princípio de que o indivíduo não age de maneira autônoma, ainda que tenha seus próprios interesses e desejos (BOURDIEU, 2012; PIPPIN, 1992).

Husserl, por sua vez, explica o conceito de *habitus* como uma "conduta mental entre experiências passadas e ações vindouras" (WACQUANT,

2004, p.36). Além disso, Husserl associa o *habitus* ao conceito de *habitualität*, termo em alemão que quando traduzido para o inglês, representa dentro de sua teoria, conhecimento habitual (BOURDIEU, 2012; WACQUANT, 2004). Conhecimento este que pressupõe uma relação de “cumplicidade ontológica com o mundo” (BOURDIEU, 2012, p.62). Ao explicar esta relação de cumplicidade, Mauss associa o conceito de *habitus* ao funcionamento do corpo social. Termo elucidado a partir de uma característica técnica, o corpo é interpretado como “o primeiro e mais natural instrumento do homem” (MAUSS, 2003, p. 407). Instrumento por meio do qual o indivíduo tem a capacidade de, mediante ações, interagir com e colaborar para a construção do espaço em que está (BOURDIEU, 2004).

Bourdieu seguindo o mesmo padrão de seu desenvolvimento teórico, isto é, escrevendo com e contra os pensadores que o inspiraram, buscou reconstruir a definição do conceito, não permitindo associação exclusiva às tradições materialistas. Tradições estas nas quais "o objeto é concebido apenas sob a forma de objeto de percepção" (BOURDIEU, 2004, p.26). Enquanto os materialistas interessavam-se apenas pelo objeto por ele mesmo, Bourdieu buscou incluir o agente como “operador prático da construção do objeto” (BOURDIEU, 2012, p.62). Assim, o sociólogo associa o conceito de *habitus* em sua teoria às práticas sociais dos agentes no campo, em suas palavras Bourdieu afirma:

[...] eu desejava reagir contra o estruturalismo e a sua estranha filosofia da acção que, implícita na noção levi-straussiana de inconsciente, se exprimia com toda a clareza entre os althusserianos, com o seu agente reduzido a papel de suporte- Trager- da estrutura." (BOURDIEU, 2012, p. 61)

A sociologia bourdieusiana apresenta interesse em compreender as práticas que acontecem no campo, estas implicam na relação entre agentes, e entre estes e a estrutura. O conceito fundamenta-se então no entendimento das três principais formas de compreensão do mundo: a fenomenológica, a objetivista e a praxiológica.

A primeira forma, a fenomenológica, é uma abordagem trabalhada nas teorias de Heidegger, Husserl, Merleau-Ponty e Wittgenstein, que foi incorporada às ciências sociais a partir da teoria de Schutz (BOURDIEU, 1983). A fenomenologia é definida como uma metodologia usada para compreender os fenômenos que acontecem quase que automaticamente, e para isso trabalha com “construções do segundo grau, isto é, a construções das construções produzidas pelos atores no palco social” (BOURDIEU, 2009, p.45). Os pensadores que trabalham com essa forma de

compreensão do mundo, buscam investigar aquilo que estivesse “entre o corpo e mente, entre o entendimento e a sensibilidade” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.20). Bourdieu, no entanto, ao construir o significado de fenomenologia para si, buscou compreender que antes das dualidades previstas nas outras teorias, faz-se necessário reconhecer que entre agente social e o mundo existe uma “corporeidade intrínseca do contato pré-objetivo entre sujeito e mundo” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 20), isto é, o próprio *habitus*.

Pautada em uma perspectiva cartesiana, a segunda forma de compreender o mundo mencionada na sociologia bourdieusiana, é a objetivista. Esta representa uma metodologia que se constrói a partir de uma perspectiva filosófica, baseada em princípios racionais, matemáticos e lógicos (BOURDIEU, 1983). No entanto, a partir do que afirma Durkheim, não é aconselhável que uma ciência social trate fatos sociais como coisas. Ainda que Bourdieu tenha construído muitas de suas obras a partir de métodos matemáticos e estatísticos, o sociólogo buscou analisar também as práticas sociais a partir dos comportamentos dos agentes e o *habitus* que as constroem, por isso

[...] se a sociologia como ciência objetiva é possível, explica Bourdieu, é porque os sujeitos não possuem a totalidade do significado de seu comportamento como um dado imediato da consciência e suas ações sempre englobam mais significado do que sabem ou desejam (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.8).

Fundamentado na sociologia de Bourdieu, a terceira forma de compreender o mundo é a praxiológica. Em seu nome esta metodologia carrega as origens da palavra, *práxis*, originária nas teorias do jovem Marx. Ainda que Bourdieu afirme não usar este termo da teoria marxista especificamente, o sociólogo admite estudar os campos a partir das práticas. A análise praxiológica vai além da compreensão da estrutura objetiva (BOURDIEU, 1983), e “leva em conta a historicidade e, portanto, a relatividade das estruturas cognitivas, enquanto registra o fato de que os agentes universalmente colocam em ação tais estruturas históricas” (BOURDIEU; WACQUANT, p.139).

Ao valorizar as estruturas cognitivas e as estruturas históricas, a perspectiva praxiológica apresenta características pertencentes aos aspectos subjetivos da fenomenologia, e aos aspectos estruturais do objetivismo. Esta relação que se estabelece entre o objetivo e o subjetivo, faz com que a praxiologia, na sociologia de Bourdieu, represente a compreensão das práticas sociais do agente no

campo a partir da perspectiva do *habitus*, enquanto estrutura estruturante estruturada. Essa relação entre prática e *habitus* acontece para Bourdieu, pelo fato de o conceito da prática defender que “os objetos de conhecimento são construídos e não passivamente registrados” (BOURDIEU, 2009, p. 86). Em meio as semelhanças e ligações existentes entre os conceitos de prática e *habitus*, Bourdieu explica o último como “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas” (BOURDIEU, 2009, p.87).

Ao retomar as inspirações teóricas de Bourdieu, é relevante ressaltar que o autor afirma escrever com e contra, essencialmente, Marx, Weber e Durkheim. Uma vez que o sociólogo associa a interpretação fenomenológica do mundo à Weber, e a interpretação objetivista a Durkheim, Bourdieu afirma ter a intenção de superá-los. Portanto ele, elabora a noção de *habitus* a partir de uma maior parcela da perspectiva praxiológica. O *habitus* é então considerado por Bourdieu como um meio de construção do senso prático (BOURDIEU, 2009). Senso prático na teoria bourdieusiana é representado como senso de jogo, que só se adquire quando se joga o jogo (BOURDIEU, 2004). Tanto o senso prático quando o *habitus* estão relacionados “ao esforço para sair do objetivismo estruturalista sem cair no subjetivismo” (BOURDIEU, 2004, p.79). O *habitus* é reconhecido como aquele que

[...] produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme os esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob forma de esquemas de percepção, de pensamento, de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e suas constância ao longo do tempo (BOURDIEU, 2009, p.90)

Ao produzir as práticas dos agentes que estão no campo e interagem entre si, o *habitus* se relaciona aos aspectos objetivos e subjetivos destas, assumindo-se uma estrutura estruturante e estruturada. Segundo Bourdieu, ainda que o agente seja considerado um produto da estrutura, esta não tem condições de se produzir ou reproduzir sem uma ação histórica (BOURDIEU, 2004, 2009). Compreende-se, desta maneira, que o *habitus* enquanto "sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas," (BOURDIEU, 2004, p.98). Fundamento objetivo este que se constrói a partir da subjetividade do agente, fazendo do *habitus* um conjunto de relações históricas construídas socialmente ao longo de uma trajetória.

Se o *habitus*, portanto, é o próprio resultado da construção histórica, vale ressaltar que assim como o campo, ele não pode ser compreendido apenas a partir de um olhar objeto, ou somente para as construções do agente. O *habitus* compreende a prática e por isso representa ambas perspectivas, o que explica à crítica de Bourdieu em relação à forma como o conceito era trabalhado por outros pensadores. A associação entre campo e *habitus*, acontece por meio da prática, e faz-se necessária uma vez que um é condição de existência para o outro (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Além disso, o *habitus* e o campo, unem estruturas objetivadas e subjetivadas para a geração de estratégias no campo. As estratégias são então consideradas margens de improvisação dos agentes para alcançar a prática, estes que usam de instrumentos simbólicos para manifestar seu poder, dentre estes instrumentos, os capitais (BOURDIEU, 2004).

Diante do exposto é possível compreender brevemente que os conceitos bourdieusianos expressam uma relação de interdependência. E assim como o campo e o *habitus* são condição para a existência um do outro, o capital e o interesse também são necessários para movimentar o campo e as práticas que nele acontecem. Quando essa movimentação acontece e o jogo é jogado, estabelecem-se as relações de força e de poder. Poder este que quando caracterizado como simbólico pode configurar-se em dominação ou até mesmo violência simbólica. Dentre tantos outros conceitos da sociologia bourdieusiana esta pesquisa teve como objetivo destacar também outros dois: estratégia e prática. Ainda que já mencionados durante o capítulo, o próximo tópico tem como objetivo se aprofundar na discussão sobre eles.

### 2.1.7 Estratégia e Prática

Bourdieu dedicou seus estudos e pesquisas à compreensão das relações e interações entre os agentes, e entre estes e a estrutura, relações e interações estas que se constroem a partir das práticas e acontecem no recorte do espaço social estudado por ele, o campo. Partindo do interesse de Bourdieu por uma análise sociológica de nível micro, e sua possível classificação em uma epistemologia histórica, Bourdieu explica as práticas a partir de estruturas estruturadas e estruturantes, e assim como ela é composta pelo *habitus*, ela também é condição para que este estabeleça relação com o campo (BOURDIEU, 2009).

Em um contexto de interdependência característico da sociologia bourdieusiana, a ligação entre *habitus* e campo envolve outros aspectos. É necessário, por exemplo, que por meio de uma relação cíclica, haja ação histórica do agente para que haja *habitus*, visto que o *habitus* é representado como disposições incorporadas de ações anteriores. É necessário o *habitus* para que haja estratégia, visto que a estratégia busca “neutralizar a ação do tempo e garantir a continuidade das relações interpessoais” (BOURDIEU, 2009, p.179), e são determinadas pelas condições de práticas passadas, que resultaram no *habitus*. Além disso, também é necessário estratégia para que haja prática, uma vez que é por meio dela que a ação se torna prática.

Ainda que Bourdieu (2004) tenha explicado estratégia como algo que não é representado por ações conscientes, calculadas e mecanizadas, buscou mostrar que ela também não se apresenta como produto de inconsciente do agente (BOURDIEU, 2004). Mais uma vez o sociólogo busca relacionar suas construções conceituais com as características de uma sociologia que se pauta tanto nos aspectos objetivos quanto nos subjetivos. Bourdieu explica o conceito de estratégia enquanto produto “do senso prático como sentido de jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais” (BOURDIEU, 2004, p.81).

O senso prático associado ao sentido de jogo, na teoria de Bourdieu é considerado um jogo social incorporado, como um senso, ou memória que se adquire a partir de jogos passados. Jogos estes que acontecem quando “um conjunto de pessoas participa de uma atividade regrada” (BOURDIEU, 2004, p.83). No entanto, ao explicar uma atividade regrada, o sociólogo não a explica como uma atividade que segue regras, mas sim que obedece a regularidades. Além disso, ao explicar a estratégia como produto de um jogo que é historicamente definido, Bourdieu (2004) reforça a relação interdependente deste conceito com o *habitus*. Isto porque o próprio sociólogo o define o *habitus* como “social inscrito no corpo, no indivíduo biológico” (BOURDIEU, 2004, p. 82), ou seja, como resultado incorporado de lutas e jogos anteriores, portanto, como um resultado histórico.

Em uma perspectiva de neutralização e continuidade promovida pela estratégia, esta se faz presente em diversas etapas dos jogos que são jogados nos campos, e relaciona-se com toda a movimentação ocorrida nos mesmos. Isto porque a estratégia representa tanto parte do processo em que o indivíduo demonstra

interesse de entrar no campo, como o caminho para a construção das práticas que movimentam o campo. As relações interpessoais que compõem as práticas sociais, se produzem e reproduzem a partir da estratégia, e esta pauta-se na regularidade (BOURDIEU, 2004).

Ao afirmar isso Bourdieu rompe com a ideia objetiva de obediência a regras. O sociólogo explica que, por se interessar pelas práticas, se interessa também pelas interações e ações dos agentes. Estas ações em sua sociologia não se explicam a partir do cumprimento de regras, pois segundo ele “os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas” (BOURDIEU, 2004, p.21). Regularidade, no entanto, ainda que remeta à ideia de um comportamento capaz de ser mensurado e reproduzido com frequência, pode acontecer de maneira consciente ou inconsciente, permitindo a participação e interação do agente, bem como a influência de suas construções mentais (BOURDIEU, 2009).

Ainda assim um campo apresenta suas regras, e após entrar no campo, o agente se vê obrigado a compreendê-las. Estas são normalmente fundamentadas em hierarquizações, que são mantidas por meio da movimentação de capitais, por meio das regularidades do jogo no campo, e pelo poder manifestado entre diferentes forças ali existentes, ou seja, entre dominantes e dominados (BOURDIEU, 2009). As estratégias que têm como objetivo o exercício do poder entre forças opostas do campo, são compreendidas por Bourdieu (2012, p.11) como “estratégias de reprodução que tendem a reforçar dentro da classe e fora da classe a crença na legitimidade da dominação da classe.”

Em sua teoria, Bourdieu ainda explica que existem diferentes formas de estratégias, sendo alguns exemplos: estratégias educativas, de oficialização, e de reprodução. As educativas são explicadas pelo sociólogo como estratégias de investimento cultural, como uma tentativa das famílias em manterem suas posições sociais por meio de estratégias que permitam o acesso ao capital cultural objetivado ou institucionalizado (BOURDIEU, 2004).

As estratégias de oficialização, representam o objetivo “transmudar interesses ‘egoístas’, privados, particulares [...] em interesses desinteressados, coletivos, publicamente confessáveis, legítimos” (BOURDIEU, 2009, p.183), ou seja, quando uma das forças opostas de um campo, normalmente a dominante, busca

transformar o campo em um espaço movido por seus interesses individuais, mascarados como interesses do campo.

As estratégias de reprodução, por sua vez, associam-se, na sociologia bourdieusiana, à tentativa de um grupo em manter sua posição no campo por meio de da imposição arbitrária do poder que detém (BOURDIEU, PASSERON, 2014). A manifestação dos diferentes tipos de estratégias mencionadas está associada à tentativa de legitimação de posições que se estabelecem nos campos de força por meio das práticas.

Assim, a sociologia bourdieusiana defende que, quando existe *habitus*, existe estratégia, e quando ambos existem, a prática reconhece-se enquanto prática e acontece. Esta última é definida por Bourdieu como aquilo que abriga a ação do agente fundamentada nas estruturas sociais que o cercam, alinhadas à capacidade de ação que este detém a partir das disposições incorporadas que dispõe, ou seja, o *habitus*. O senso prático é então explicado como o senso de jogo passados, ou seja, como a ideia de saber jogar por já ter jogado o jogo anteriormente. A lógica da prática, portanto, não segue um rigor da lógica lógica, nem mesmo uma coerência específica, e por isso só pode ser compreendida a partir do movimento temporal e da ação (BOURDIEU, 2009).

A prática para Bourdieu (2009) acontece por meio de interações e relações que representam ações dos agentes no campo. Ela surge como demanda de uma situação concreta, e, portanto, representa uma ação subjetivamente objetivada. Ação esta que, por meio de estratégias e do *habitus*, enquanto disposição incorporada, é objetivada no campo. Além disso, a prática visa ser objetivamente subjetivada e aplicar a violência simbólica. Isto porque por meio da estratégia, a prática é interpretada como uma forma de exercício do poder entre as diferentes posições no campo, como uma tentativa de um grupo impor a *doxa* e o outro incorporá-la. Este poder, no entanto, muitas vezes não é percebido, é apenas sentido, sendo classificado na sociologia bourdieusiana como poder simbólico (BOURDIEU 2009, 2012). Quando Bourdieu atribui o caráter simbólico à prática, explica que esta é simbolicamente violenta quando há a ausência da percepção da própria prática.

Ademais, ainda que todas as práticas assumam certas características em comum, não é possível dizer que elas representam um conceito generalista e prescritivo (BOURDIEU, 2009), elas não se pautam em regras. O conceito de prática na sociologia bourdieusiana é representado a partir de regularidades que assumem

uma relação com o contexto do campo e dos agentes, e uma relação com o tempo, uma vez que ao se manifestar por meio da estratégia, busca neutralizá-lo para que a prática se produza e reproduza (BOURDIEU, 2009).

A prática, por compreender a estratégia como elemento fundamental para sua manifestação, permite que as relações e interações sociais aconteçam, não aconteçam ou se reconfigurem. Estas relações e interações são realizadas por agentes que são necessariamente socializados e habitados. Socializados por estarem em um campo onde interagem uns com os outros por meio de práticas. Habitados no que diz respeito às disposições incorporadas que detêm e compõem estas práticas pautadas no princípio de regularidade. Sendo assim, o exercício da prática a partir da sociologia de Bourdieu (2009), promove também o exercício do psicologismo, logicismo, transcendentalidade, ambos advindos das teorias de Husserl.

O psicologismo se associa à prática no que diz respeito a considerar o conhecimento como aquilo que se observa a partir dos dados da vida psíquica do indivíduo, o que remete ao contexto sócio histórico deste. O logicismo, por sua vez, associa-se ao conceito de prática no que diz respeito a objetivação e rotulação dos fatos psíquicos como fatos lógicos, criando a ideia de regularidade por meio da qual a estratégia se cria, permitindo o exercício da prática. E conceito de transcendentalidade, por sua vez, representa a recusa em objetivar fenômenos e conceitos de maneira arbitrária. Juntos, estes três conceitos de Husserl representam o significado, ou seja, aquilo que o agente atribui por meio de sua consciência, em relação à uma ação objetiva, isto é, o significado da prática. (BOURDIEU, 2009; HUSSERL, 1950).

Oscilando entre os aspectos objetivos e subjetivos característicos da sociologia bourdieusiana, o conceito de prática representa o elo que favorece a relação entre o campo e o *habitus*. A prática assume uma relação com o campo por precisar de um espaço onde possa ser objetivada. Assume relação com o *habitus* pelo fato de a estratégia ser composta por este e objetivar a prática. Assim como toda a sociologia de Bourdieu, os três conceitos são considerados interdependentes. Estas relações são destacadas no próximo tópico.

### 2.1.8 Relações Teóricas dos Conceitos Bourdieusianos

Para que as relações entre os conceitos desenvolvidos na sociologia bourdieusiana sejam compreendidos, faz-se necessário um resgate, de maneira

relacional dos assuntos previamente abordados neste capítulo. Este tópico busca então discorrer sobre os conceitos bourdieusianos, não os classificando em ordem de importância ou cronológica de acordo com a carreira acadêmica de Bourdieu, mas transcorrendo de um macro à um micro espaço, perpassando pelas práticas sociais ali existentes, bem como os fenômenos relacionados a elas. Em suas palavras o sociólogo relata que

[...] a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade." (BOURDIEU, 2004, p.156 -157)

Ao analisar as produções acadêmicas que relacionam Bourdieu às teorias organizacionais atualmente, percebe-se que o maior foco dos autores está em abordar o que é chamado de “tríade bourdieusiana”, isto é, discutem os conceitos de campo, *habitus* e capitais (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; SWARTZ, 2008). Esta pesquisa, por ter as organizações como locais de investigação, pretende compreender este espaço por meio da lente da sociologia bourdieusiana, e ir para além desses três conceitos.

Ainda que tenha iniciado sua carreira acadêmica como filósofo, os estudos antropológicos e etnográficos realizados por Bourdieu o encaminharam às discussões de nível sociológico. Segundo ele, sua admiração por esta ciência surgiu visto que por meio dos instrumentos da sociologia “é possível realizar uma das eternas ambições da filosofia, que é conhecer as estruturas cognitivas das relações sociais de nível micro” (BOURDIEU, 2004, p. 29). Assim, em uma tentativa de romper com os extremos objetivistas e subjetivista existentes no campo das ciências sociais, Bourdieu, em sua sociologia buscou explorar conceitos que estivessem no intermediário. Para tanto, rompeu com os interesses de compreender as relações a partir de uma perspectiva macro, como faziam a maioria dos sociólogos que o inspiraram, dentre eles, Marx, Weber e Durkheim.

Quando Bourdieu refere-se às relações sociais de nível micro, ele expressa seu interesse em “‘dissolver’ as grandes questões remetendo-as a objetos socialmente menores ou mesmo insignificantes, mas, em todo caso, bem circunscritos, logo, passíveis de serem apreendidos empiricamente, como as práticas fotográficas” (BOURDIEU, 2004, p.32). Bourdieu, na construção de sua microsociologia interessou-se por compreender tanto as histórias objetivas, que estão depositadas nas estruturas, quanto as história incorporadas dos agentes que

carregam consigo um *habitus*. Para isso o sociólogo dedicou-se a compreensão das práticas. Estas foram analisadas a partir de um recorte do espaço social, chamado por ele de campo (BOURDIEU, 2012).

Os indivíduos que compõem este recorte do espaço social, na sociologia bourdieusiana são chamados agentes, pois são caracterizados como capazes de agir e, portanto, influenciam tanto quanto as estruturas na construção das práticas. A partir desta perspectiva, o espaço em que os agentes está é reconhecido por Bourdieu como um campo de poder, um campo social, um campo de forças, e em alguns casos, um campo de lutas (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

É social por ser composto por estes agentes, que dependendo do espaço analisado podem ser pintores, críticos, acadêmicos, jornalistas, o Estado, dentre outros, que interagem e estabelecem relações entre si, construindo as práticas. Estas relações entre os agentes podem ser fontes de divergência visto que as diferenças de realidades, contextos e tempos, promovidas pelas diferentes posições ocupadas pelos agentes, favorecem a di-visão do campo. Bourdieu explica o conceito de di-visão como diferentes formas que os agentes podem compreender uma mesma situação (BOURDIEU, 2012), tornando o campo um espaço de forças. Quando os agentes que compõem o campo não apenas detêm opiniões divergentes, mas lutam em defesa de seu ponto de vista e lutam por suas posições no campo, o campo torna-se então um espaço de lutas (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Esta luta na sociologia bourdieusiana não é representada necessária ou exclusivamente a partir de um caráter objetivo, no entanto, representa sempre luta por poder. Ao demonstrar interesse pelo universo simbólico, Bourdieu explica que muitas das relações estabelecidas no campo são fundamentadas no poder simbólico. Este poder, diferentemente do poder formal, não envolve força física, mesmo assim produz efeitos reais. Bourdieu destaca inclusive que o poder tem a possibilidade de se manifestar por meio da dominação simbólica, e em alguns casos por meio da violência simbólica. Ao falar sobre poder, Bourdieu discute as práticas do campo que envolvem disputa de poder, e que acontecem a partir de estratégias. Para que estas práticas, caracterizadas como disputas ocorram, o agente precisa estar no campo e jogar o jogo, faz-se necessário então que este demonstre interesse, detenha capitais relevantes ao campo, e que por meio de seu *habitus*, configure suas estratégias para fazer das ações, práticas (BOURDIEU, 2012).

Em sua sociologia, Bourdieu associa os conceitos de campo e práticas ao acontecimento de um jogo. Assim, o sociólogo explica que, se em um campo “há uma luta pela imposição de uma definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo” (BOURDIEU, 2004, p.119), o interesse é “o investimento em um jogo, qualquer que seja ele, que é a condição de entrada nesse jogo e que é ao mesmo tempo criado e reforçado pelo jogo.” (BOURDIEU, 2004, p.65). Ainda que esse investimento seja, aparentemente, uma disposição do agente, a sociologia bourdieusiana destaca o estabelecimento de uma *illusio*, ou seja, se estabelece uma condição que faz com que o agente acredite ter a liberdade de escolher estar no campo e jogar o jogo, quando na verdade ele foi escolhido para estar ali (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Assim, reconhece-se que o agente precisa nascer no campo e nascer no jogo, para jogar o jogo (BOURDIEU, 2009).

Após demonstrado o interesse, é necessário que o agente disponha também de capitais que sejam interessantes ao campo. Em sua teoria, Bourdieu explica os capitais como objetos que criam e disputam poder, e conseqüentemente movimentam práticas no campo (BOURDIEU, 2012). Dentre todos os campos investigados por Bourdieu em sua trajetória acadêmica, este encontrou invariavelmente três capitais comuns: o econômico, o cultural e o social.

Além disso, Bourdieu destacou que todo campo abriga também o capital que dá nome ao campo, bem com o capital que define posições de poder e a hierarquização, isto é, o capital do campo e o capital simbólico, respectivamente. O último é reconhecido como “a forma que uma ou outra dessas espécies assume quando é captada por categorias de percepção que reconhecem sua lógica específica ou, se preferirem, não reconhecem a arbitrariedade de sua posse e acumulação” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p.119). Assim, o capital simbólico é representado pelo capital que é reconhecido pelos agentes como o mais relevante do campo, que atribui poder àquele que o detém.

Assim, na sociologia bourdieusiana, a noção de arbitrariedade pode ser associada ao capital simbólico, uma vez que o agente que o detém, carrega consigo o poder simbólico ou “poder de construção da realidade” (BOURDIEU, 2012, p.9), exerce dominação e pode praticar também a violência simbólica. O agente detentor do capital simbólico tem a capacidade ocupar uma posição no campo, por meio da qual pode disseminar suas opiniões e visões de mundo como verdades. Esta hierarquização prevista pela posse e movimentação dos capitais, faz com que o

campo se divida em regiões, conceito este que para Bourdieu relaciona-se com o princípio da di-visão.

Os nomes dados aos ocupantes das duas regiões que conflitam em determinado campo nas teorias bourdieusianas são muitos: no campo artístico são representados pelos consagrados e renegados; no campo científico, pelos acadêmicos e os leigos; no campo político, pelos representantes e os representados; no campo jurídico, pelos profissionais e profanos, dentre outras classificações presentes na sociologia bourdieusiana. Em todos estes casos, os primeiros são os que detêm capital simbólico e adquirem autoridade para definir as fronteiras do campo. Neste caso, o que este grupo determina é considerado por Bourdieu como a *regere fines*, ou seja, como "o ato que consiste em traçar as fronteiras em linhas rectas, em separar o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro" (BOURDIEU, 2012, p.114).

Este poder de definição de fronteiras se dá no campo por meio da *regere sacra*, que se instala nas mãos dos detentores de poder e representa a capacidade de "fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado" (BOURDIEU, 2012, p.114). Tanto as regiões do campo que abrigam os dominantes, quanto as que abrigam os dominados, são consideradas por Bourdieu como representações mentais, contudo, os detentores da *regere sacra* e conseqüentemente de maior autoridade, são figuras que expressam também a representação objetiva do campo (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

A posse e movimentação de capitais, que atribui a eles poder e os classifica como representantes da *regere sacra*, faz destes detentores da *doxa* do campo. Conceito que representa para Bourdieu uma forma de imposição ideológica, que pode ser também simbólica, por meio da qual o campo é objetivado. Esta objetivação se fundamenta no compartilhamento daquilo que não pode ser objetivado a partir da subjetividade, e é considerada uma forma de institucionalização dos dominantes, legitimada por eles e compartilhada socialmente (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 2012).

Enquanto detentores da *doxa* e, portanto, representantes da ortodoxia do campo, os dominantes, carregam consigo o poder de codificar as relações do campo, isto é, "acabar com o fluido, o vago, as fronteiras mal traçadas e as divisões

aproximativas, produzindo classes claras, operando cortes nítidos, estabelecendo fronteiras bem definidas” (BOURDIEU, 2004, p.103). Uma vez estabelecida a codificação do campo, a tendência é que os representantes da heterodoxia, ou seja, os dominados, apenas reproduzam o que lhes é imposto. Essa reprodução se dá pelo fato de se estabelecer uma *illusio* no campo, em que o dominado acredita escolher concordar. O agente dominado acredita ser do campo, estar no campo, participar do campo, e jogar o jogo, quando na verdade essa liberdade não diz respeito à região que ocupa (BOURDIEU, WACQUANT, 1992).

Quando os interesses do grupo dominado adquirem força para minimamente questionar as imposições dóxicas, existe uma chance de o campo passar por um processo de diferenciação, e as regras previamente estabelecidas serem subvertidas. Quando, no entanto, os dominados apresentam-se submissos aos interesses do grupo dominante, o campo se estabelece em um estado de autonomização (BOURDIEU, 2012). Contudo, independentemente do estado em que o campo se encontra, os agentes manifestam as histórias e disposições incorporadas que carregam de lutas anteriores por meio das práticas. Estas são caracterizadas como principal interesse da microssociologia bourdieusiana e se produzem e reproduzem por meio de estratégias, movimentando o campo.

Explicado como o conjunto daquilo que cada indivíduo carrega consigo de lutas anteriores, e, portanto, caracterizado como estrutura incorporada, o *habitus*, na sociologia de Bourdieu se caracteriza como praxiológico por construir e ser construído pela prática, é realista por estar presente na realidade, e é interacionista por estar também nas relações e interações sociais.

[...] sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos (BOURDIEU, 2004, p.26).

O *habitus*, assim como o campo é explicado enquanto estrutura estruturada e estruturante, afinal este representa tanto um “sistema de esquemas adquiridos” (BOURDIEU, 2004, p.26), quanto um “fundamento objetivo de condutas regulares” (BOURDIEU, 2004, p.98). Estas definições permitem a compreensão de que, mediante a conexão realizada pela prática, que se manifesta por meio da estratégia, os conceitos de campo e *habitus* são interligados. Uma vez estabelecida esta relação entre os dois conceitos, compreende-se que todos os outros conceitos

da sociologia de Pierre Bourdieu apresentados neste capítulo os acompanham. Isto porque a teoria bourdieusiana apresenta seus conceitos como uma teia, onde sem um fio ela se desfaz. Com o intuito de dar continuidade a esta teia, o próximo tópico discute as decisões a partir da sociologia de Bourdieu.

## 2.2 TEORIA DE DECISÃO À LUZ DA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

Com o intuito de analisar as decisões sobre sustentabilidade à luz da sociologia de Pierre Bourdieu, este capítulo tem como objetivo apresentar: a origem do conceito de decisão e sua relação com os conceitos da sociologia bourdieusiana; a decisão nas organizações; os modelos de decisão, que envolvem a história objetivada e a incorporada nas organizações; e, as decisões centralizadas e descentralizadas como formas de exercício do poder simbólico e da movimentação de capitais.

### 2.2.1 Decisão Como Prática Reflexiva, Relacional, Paradigmática e Praxiológica

Antes mesmo de relacionar as decisões às atividades organizacionais, faz-se necessário compreender que a ação de decidir representa algo que está presente nas atividades cotidianas do indivíduo, seja a nível individual ou social, dentro, ou fora das organizações (COSTA; BUEDE, 2000; HICKSON, 1987). Ainda que este capítulo aborde as decisões especificamente nas organizações, essa construção se dá a partir da sociologia de Pierre Bourdieu, que por sua vez afirma que "o lugar da decisão está em toda parte e em parte alguma (isso apesar da ilusão da 'instância decisória' que está na origem de inúmeros estudos de caso sobre o poder)" (BOURDIEU, 2004, p.132).

A partir da sociologia bourdieusiana, compreende-se que o trecho que menciona toda parte pode ser compreendido como o campo. Nesta pesquisa, especificamente, o campo é reconhecido enquanto um espaço que inclui a organização, mas mais especificamente, enquanto um espaço demarcado pelo alcance da *doxa*, isto é, até onde o poder da mensagem objetiva transmitida pelo dominante alcança. Afirmar que o lugar da decisão está no todo desta parte significa também que, dentro deste recorte do espaço social denominado campo, os caminhos que levam à decisão envolvem agentes, e ao envolvê-los, a decisão abriga as influências de suas respectivas subjetividades, histórias e conseqüentemente *habitus*.

Bourdieu no outro trecho de sua frase, explica que o lugar de decidir está em parte alguma, assim, o sociólogo reforça a ideia de que, por estar nas

estruturas objetivas e subjetivas, a decisão pode ser explicada como uma construção dinâmica. Tanto a subjetividade do agente, quanto a objetividade da estrutura organizacional, e principalmente as relações que se estabelecem entre estes dois extremos, tornam-se relevantes para esta construção da decisão.

Além disso, a partir da sociologia bourdieusiana compreende-se que, os agentes influenciam e são influenciados pelo poder da estrutura. Este poder permeia o campo em que estão, logo é possível dizer que está presente antes, durante e depois da prática de decidir. Por ser caracterizado enquanto um ser humano capaz de agir e modificar a estrutura, o agente pode ser reconhecido como a própria instância decisória. No trecho mencionado, no entanto, a expressão 'instância decisória' está acompanhada da palavra ilusão. A partir da sociologia bourdieusiana, é possível dizer que mesmo dotado de um *habitus* capaz de subverter as regras de um campo por meio de um processo de diferenciação, esta disposição considerada estruturante é também estruturada, logo, o agente pode apenas acreditar que tem o poder para tomar decisões, quando na verdade a estrutura organizacional decidiu por ele antes mesmo que ele pudesse jogar este jogo (BOURDIEU, 2012).

O sociólogo explica que, uma vez inserido em um campo, caracterizado como um espaço movido por interesses e pela disputa por poder, o agente movimenta capitais para estar no campo e para jogar o jogo que ali se estabelece. Neste processo, este carrega consigo o *habitus*, isto é, uma disposição incorporada, resultado de lutas históricas, que compõem as estratégias do jogo. Contudo, desde a entrada, até as lutas que acontecem no campo, são carregadas de *illusio*. Este conceito bourdieusiano representa uma ideia criada pelo grupo dominante para fazer com que o grupo dominado acredite estar jogando o jogo (BOURDIEU, 2004, 2012).

Diante destas características, percebe-se que, assim como a sociologia bourdieusiana, o conceito de decisão pode ser explicado a partir de quatro pressupostos: reflexivo, relacional, pragmático e praxiológico. Fundamentado na sociologia de Pierre Bourdieu, o aspecto reflexivo está relacionado à necessidade de reflexões críticas acerca da história, posição social e práticas daquele que toma a decisão (MATON, 2003). O aspecto relacional, por sua vez, explica-se a partir da relação entre o campo e o *habitus*, ou no caso desta pesquisa, entre organização e agente. Esta relação envolve tanto os aspectos objetivos, como as relações históricas reificadas, isto é, as posições de poder na organização, quanto as relações históricas

incorporadas, ou seja, o *habitus* enquanto esquemas de percepção dos agentes que compõem o campo (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

O conceito de decisão caracteriza-se também como pragmático por representar um fato a ser investigado enquanto uma ação concreta. Ação esta em que os agentes decisores têm o senso prático, ou o senso de jogo, contudo, não têm de forma clara informações sobre as regras deste. É necessário, portanto, que aquele que investiga a decisão, ao estabelecer um olhar externo, faça-se objetivo para a análise, e busque compreender estas regras. Por fim, o conceito de decisão também pode ser interpretado como praxiológico por explicar-se a partir da historicidade e estruturas cognitivas dos agentes, estes que, pautados em suas subjetividades constroem e são construídos pelas estruturas históricas objetivas (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

A partir da destes quatro pressupostos advindos das características da própria sociologia bourdieusiana, a decisão caracteriza-se como um conceito que exige uma compreensão de espaço, tempo e contexto. Este conceito se constitui e é constituído pela trajetória do agente no campo, envolve as disputas que acontecem neste espaço e reproduz as relações de dominação por meio do poder que o permeia. Desta forma, decisão pode ser interpretada a partir de uma ontologia historicista e uma epistemologia histórica (STEIMETZ, 2011). Esta interpretação justifica-se uma vez que o conceito abriga a história reificada, isto é, a história que aconteceu objetivamente no contexto organizacional, e a história incorporada, que reflete a trajetória dos agentes decisores que compõem o campo (BOURDIEU, 2012; BROADY, 1996).

Para compreender a decisão, à luz de Bourdieu, como parte dessa relação interdependente entre aspectos objetivos e subjetivos, optou-se por investigar o contexto organizacional. Para tanto, fez-se necessário esclarecer o que são as organizações e como elas são compreendidas nesta pesquisa a partir da sociologia bourdieusiana.

### 2.2.2 Decisão nas Organizações à Luz de Bourdieu

A organização, assim como a decisão, pode ser interpretada a partir de uma relação dialética, ou de interdependência, entre a história reificada e a história

incorporada, entre os aspectos objetivos e subjetivos. Quando separada, a palavra organização explica-se como a ação de organizar. Ação, neste caso, representada pelo agente, e organizar, representado pela estrutura. Estes termos quando interpretados a partir de uma perspectiva dialética bourdieusiana, permitem a compreensão de que não existem um sem o outro. Não é possível o agir sem o organizar, e não é possível organizar sem o agir (BOURDIEU, 2004; SWARTZ, 2008). Ainda que não pautado em uma explicação epistemológica do significado das organizações Reed (2007) as definiu como

[...] aquelas capazes de facilitar e sustentar a realidade sociopsicológica de cooperação espontânea e estabilidade social em face de mudanças econômicas, políticas e tecnológicas que ameaçam a integração do indivíduo e do grupo dentro de uma comunidade mais ampla. (REED, 2007, p.70)

Nesta citação, Reed (2007), explica uma das fases pelas quais a organização passou enquanto espaço compreendido pelos agentes que a compõem. Primeiramente, as funções daqueles que nela trabalhavam foram consideradas unicamente técnicas. Posteriormente, as funções buscavam, favorecer o processo de socialização. Em uma sequência histórico-temporal, a partir das teorias de Reed (2007), a organização tornou-se um espaço submetido às forças do mercado, orientada para o lucro, no qual o agente era considerado menor que os aspectos econômicos. Após esta etapa, a organização foi interpretada como uma arena de interesses que abrigava lutas por poder, sendo o agente aquele que teria a capacidade de intervir. As organizações puderam ser compreendidas também como espaços socialmente construídos, a partir de conhecimentos práticos movimentados por atores sociais, estes que tentaram impor uma ordem e formar redes. Por fim, Reed (2007) explica as organizações como estruturas onde o poder é maior que as relações estabelecidas dentro dela, e onde o agente dedica-se a algum valor ou interesse específico.

Ainda que alguns modelos de organização, dentre os citados, apresentem-se de maneira mais clara nas organizações atuais, todas as características de alguma forma corroboram para a existência delas. Nesta pesquisa, o contexto organizacional a ser compreendido é composto por organizações orientadas aos ciclos do mercado, ou seja, por organizações que tem como objetivo o lucro e são guiadas pelo sistema capitalista, organizações onde há luta por poder, e onde o exercício do poder simbólico é manifestado nas decisões. Estas decisões são

então compreendidas enquanto práticas, ou seja, compreendidas a partir da relação entre o campo e o *habitus* (BOURDIEU, 2012; REED, 2007).

Com o intuito de compreender a decisão a partir da lente bourdieusiana, faz-se necessário compreender o espaço em que esta prática acontece. Logo, assim como o campo é explicado na teoria de Bourdieu, o espaço onde estão as organizações pode ser explicado enquanto espaço de relações sociais, de forças e de lutas por poder. O campo neste caso é considerado social por abrigar relações e interações entre agentes. Como é um espaço que abriga diferentes perspectivas e visões sobre um mesmo assunto, pode ser caracterizado também enquanto campo de forças. E quando estas forças, são direcionadas a disputas por poder, recorrendo a movimentação de capitais, as organizações tornam-se campos de lutas (BOURDIEU, 2012). Mostrando-se assim como um cenário ideal para que a prática aconteça, onde a ação do decisor, pautada nas estruturas da organização, é alinhada ao poder que este detém.

Ao interpretar as organizações enquanto parte do campo analisado nesta pesquisa, é possível compreender que neste espaço um jogo é jogado. Este jogo é pautado na busca por poder que se dá a partir da movimentação de capitais das decisões (BOURDIEU, 2004, 2012). Assim busca-se compreender especificamente as decisões sobre a sustentabilidade enquanto formas de manifestação de poder que se dão por meio da movimentação de capitais. Entende-se, portanto, que muitas são as relações relevantes para que a decisão aconteça, alguns exemplos são: a relação entre a organização e o ambiente, entre a organização e a sociedade, e entre a organização e o Estado.

Assumindo um papel relevante para a organização, os agentes decisores, normalmente ocupantes de cargos de gestão, são considerados relevantes nas decisões que dizem respeito aos aspectos operacionais e transformacionais de uma organização (MILLER; HICKSON; WILSON, 1996). Dentre as decisões deste tipo, compreendem-se aquelas sobre sustentabilidade, que discutem acerca dos impactos que as atividades das organizações podem causar na sociedade e no ambiente. Os gestores, ou decisores são considerados por Taylor (2000, p. 531) como homens de negócios que exercem "significante influência no ambiente organizacional e nas direções das decisões do ambiente". Ao serem considerados homens de influência, estes agentes podem ser compreendidos, a partir de uma lente bourdieusiana, como representantes do poder de nomeação e autorização, capaz de

delimitar as fronteiras do campo, sendo caracterizados então como detentores da *regere sacra*.

Contudo, entende-se que mesmo sendo detentor de tamanha responsabilidade e influência no contexto organizacional, o gestor não é capaz de tomar sempre a melhor decisão. Isto porque enquanto ser humano detém uma capacidade racional limitada, e não tem acesso a todas as alternativas possíveis no momento da decisão (BAZERMAN; SCHOORMAN, 1983). Bourdieu destaca que os agentes “não são partículas submetidas a forças mecânicas, agindo sob pressão de causas, nem tampouco sujeitos conscientes e conhecedores, obedecendo a razões e agindo com pleno conhecimento de causa” (BOURDIEU, 1996, p. 42).

Ainda assim, a detenção do capital simbólico e, portanto, do reconhecimento que este proporciona ao agente no contexto organizacional, faz com que os decisores busquem construir caminhos e soluções que evitem incertezas nas organizações. Esta tentativa, é normalmente guiada por decisões que não destoam de outras já tomadas, afinal, uma decisão que já aconteceu é considerada história objetiva da organização. Logo, apenas modifica-se algo que não ocorreu conforme planejado anteriormente como uma forma de expressar o aprendizado advindo da trajetória do agente na organização (CARMELI; TISHLER; EDMONDSON, 2012; HICKSON, 1987).

A perpetuação dos padrões de decisões passadas, representa uma autonomização do campo, e retrata assim dois possíveis cenários: um em que o decisor é o dominante, e carrega consigo o senso de jogo, isto é, a capacidade de “ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo” (BOURDIEU, 1996, p.144); e outro cenário possível é o que destaca o espaço de poder no qual o decisor está inserido, poder este que não o permite subverter as regras e regularidades já estabelecidas pela estrutura objetiva do campo. Desta forma, Bourdieu destaca que ao entrar em um novo jogo, quando o agente assume a posição de decisor em determinada organização, por exemplo, mesmo tendo o senso de como jogar “ele aceita tacitamente as limitações e as possibilidades inerentes ao jogo” (BOURDIEU, 1996, p.64-65), e age em busca da liberdade de decisão fundamentando-se apenas na liberdade que o campo lhe concede (BOURDIEU, 1996).

Todo campo caracteriza-se a partir do poder advindo de estruturas e regularidades de práticas pré-estabelecidas. As organizações, por sua vez, quando

compreendidas enquanto partes do campo são consideradas ambientes complexos por serem também compostas pela subjetividade, história e *habitus* dos agentes que as compõem. Estes também a influenciam a partir de seus diferentes interesses, sejam eles políticos ou ideológicos. Estas características corroboram para a compreensão da organização enquanto um espaço de forças e lutas (BOURDIEU, 2009; O'CONNOR, 2000). As decisões que ocorrem nestes ambientes podem ser então compreendidas como

[...] consequência dessas várias pressões, a tomada de decisão está sujeita a um comportamento político à medida que indivíduos e grupos perseguem seus interesses, e mesmo onde a participação é adotada como uma questão de política, pode-se esperar que existam influências pró e contra. (ASCIGIL; RYAN, 2001, p.271)

O comportamento político da decisão ao qual os autores se referem diz respeito às relações de poder. Em um contexto organizacional estas relações são orientadas por uma ideologia capitalista, e como permeiam o campo, se manifestam antes, durante e depois da decisão. Contudo, não somente o interesse voltado ao mercado constrói a prática de decidir. Conforme relata Cui (2016), ainda que exista um contexto econômico único na organização, as pessoas envolvidas nas decisões advêm de contextos diferentes, tem histórias, *habitus*, estratégias e capitais diferentes, e como consequência carregam consigo diferentes interesses que influenciam na prática das decisões (BOURDIEU, 2012). Ao desvincular a exclusividade do interesse econômico da decisão, esta deixa de ser exclusivamente objetiva e passa a ser compreendida como socialmente construída, ou seja, construída tanto a partir dos interesses e estruturas organizacionais, quanto a partir do possível poder de agência dos decisores (ASCIGIL; RYAN, 2001; BOURDIEU, 2009; HICKSON, 1987).

O poder de agência é mencionado de forma hipotética pelo fato de, ainda que o decisor e a organização considerem-se livres para decidir, essa liberdade se estabelece mediante o cumprimento das regras estabelecidas pelo sistema econômico. Esta relação, por sua vez, estende-se à relação que se estabelece entre a organização e o Estado (BOURDIEU, 2012; HICKSON, 1987). As regras deste último sistema são refletidas a partir das exigências feitas por ele, compreendido enquanto “detentor do monopólio da violência simbólica legítima”, como aquele que “garante a todos os certificados” (BOURDIEU, 2004, p.165). Logo, o Estado caracteriza-se formalmente como instituição que ainda que impactada pelas decisões

organizacionais, determina posicionamentos, e exerce grande influência sobre as organizações e, conseqüentemente, sobre os decisores.

Este padrão objetivo, guiado pelos aspectos políticos, no que diz respeito as relações de poder que permeiam a decisão, tendem a não se alterar. Isso se dá uma vez que todas as organizações que visam o lucro estão inseridas em um mesmo sistema econômico. Em cenários de crise, por exemplo, os gestores precisam considerar os aspectos específicos da organização em que atuam, analisando a história objetiva que existe naquele espaço, ou seja, as decisões tomadas anteriormente, analisando também os contextos da organização naquele momento, e dos agentes que a compõem. Ademais, não é possível desconsiderar as adaptações necessárias para que as decisões estejam de acordo com as imposições do mercado em que estão inseridas (HICKSON, 1987). A decisão, portanto, pode ser interpretada como uma prática, por assumir características particulares e estruturadas de acordo com o campo em que está, porém com características imprevisíveis, ou seja, temporais e passíveis de modificação provenientes das estruturas estruturantes presente no campo (BOURDIEU, 2009).

Em relação a estas estruturas estruturantes, que são também estruturadas, e explicadas por Bourdieu como o *habitus*, entende-se a decisão como algo que pode ser modificado a partir das diferentes percepções que os decisores têm do ambiente organizacional (ASCIGIL; RYAN, 2001). Fundamentada na sociologia bourdieusiana, é possível dizer que as diferentes formas de compreender a decisão pelos agentes que estão envolvidos nesta prática, justifica-se a partir das diferentes regiões ocupadas por eles no campo, que representam espaços definidos por fronteiras, que em um campo de social, de força e de luta, determinam aqueles que dominam e aqueles que são dominados (BOURDIEU, 2004, 2009, 2012).

Uma vez que não há estabilidade plena no sistema econômico que guia de decisões de organizações, bem como não há regra nas percepções dos decisores, devido suas diferentes histórias, *habitus* e estratégias, diversas teorias discorreram sobre os mais diferentes caminhos para que a decisão aconteça, o próximo tópico apresenta alguns deles.

### 2.2.3 Modelos de Decisão

A decisão quando compreendida a partir da sociologia bourdieusiana, é interpretada por meio da história objetiva, reificada, que se acumulou com o tempo nas estruturas, mas também pela história incorporada, história feita corpo representada pelo *habitus* daqueles que compõem o campo. Ou seja, a decisão influencia e é influenciada pela estrutura das organizações e pelas percepções dos agentes que as compõem, neste caso os decisores. Em relação aos aspectos mais objetivos e aos mais subjetivos desta prática, é possível dizer que existem dois grandes grupos que dividem a teoria de decisões, são estes: decisões econômico-matemáticas, e decisões pautadas em teorias do comportamento humano.

As decisões explicadas a partir de teorias econômicas-matemáticas, assumem características racionais e, portanto, mais objetivas. As decisões pautadas nas teorias do comportamento humano, contudo, pautam-se nas histórias, trajetórias e contextos considerados relevantes (PETTIGREW, 1973). A separação entre estes dois grupos, no entanto, não é clara, isto porque defende-se que inexitem modelos de decisão que se esquivem completamente das características lógicas e funcionalistas (HICKSON, 1987), mas também não se defende a ausência de racionalidade completa do agente (BAZERMAN; SCHOORMAN, 1983; BOURDIEU, 1996).

Pelo fato desta pesquisa fundamentar-se na sociologia bourdieusiana, e, portanto, considerar relevante tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos da prática social, os dois modelos de decisão são apresentados. Em uma perspectiva econômico-matemática, e, portanto, racional, as decisões classificam-se a partir de uma categoria descritivas e prescritivas, isto é, objetivados pelo campo, neste caso pela organização. Um dos exemplos recorrentes em artigos e livros que abordam a decisão a partir de uma abordagem mais estrutural, racional e econômica, é o Bayesianismo (KAPLAN, 2002; HUQ; CUTRIGHT; HALE, 2009).

Este modelo de decisão é caracterizado por suas expressões matemáticas e estatísticas, e defende a ideia de que “para cada pessoa e cada hipótese que a pessoa é capaz de compreender, existe um grau preciso e real de confiança que a pessoa tem na verdade dessa hipótese” (KAPLAN, 2002, p.433). Ainda que essa abordagem seja considerada universal devido à linguagem

matemática, defende-se que o Bayesianismo se limita a situações em que existem poucas alternativas a serem analisadas (HUQ; CUTRIGHT; HALE, 2009).

Ao analisar o modelo matemático e estatístico proposto acima à luz da sociologia bourdieusiana, é possível encontrar a valorização concedida pelo sociólogo a estes métodos em sua trajetória nas ciências sociais, contudo, Bourdieu destaca que analisar somente os números não é suficiente para uma análise consistente do contexto das práticas. Em um de suas obras sociólogo afirma que ao “adotarmos um sistema definido pelo equilíbrio pontual como um corte sincrônico, corremos o risco de deixar escapar o que o sistema fica devendo ao seu passado” ou seja, sua história (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015, p.61).

Relacionados aos aspectos racionais, porém apresentando menor vínculo com os aspectos econômicos, dois modelos de decisão expostos por Hickson (1987) são discutidos: o incrementalismo e o modelo do *garbage-can*. O primeiro modelo citado, do incrementalismo, representa aquele em que se considera o decisor com capacidades limitadas para manipular informações. Neste caso, as decisões são tomadas a partir de deduções e generalizações. Em relação ao modelo do *garbage-can*, proveniente das teorias de Cohen, March e Olsen (1972) e March e Olsen (1976), defende-se a compreensão que antes das ideias de possíveis caminhos para decisões, os indivíduos envolvidos já têm consciência das soluções que podem ser propostas. Apesar disso, este tipo de decisão não defende uma ordem cronológica dos fatos, mas sim uma ordem consequente.

A partir da descrição dos dois modelos, compreende-se que mesmo dentro de uma classificação racional das decisões, em ambos está implícito uma compreensão da relevância do agente decisor. Ainda que no primeiro modelo, do incrementalismo, destaque-se a capacidade limitada da racionalidade, o agente é considerado capaz de, ao menos, deduzir e generalizar. Da mesma forma, no modelo do *garbage-can* o agente usa sua racionalidade para basear-se em experiências passadas, que o permite agir em novas decisões. Neste caso ele pode ser considerado como alguém que detém o senso de jogo, ou seja, alguém que conhece o cenário por já ter passado por alguma situação semelhante. Caso ele saiba como agir nesse cenário, o agente decisor pode ser considerado também como detentor do senso prático (BOURDIEU, 1996, 2009).

Hickson (1987), em sua teoria, aborda também um terceiro modelo de decisão, o modelo da racionalidade dualística, este que explica como um processo

que abriga problemas de interesses aplicados. Como representante de um dos processos que levam à uma possível transição das formas mais objetivas para abordagens mais subjetivas da decisão, a racionalidade dualística explica que

[...] os interesses que envolvem um assunto não são os mesmos que os encontrados pelo anterior, nem serão os mesmos que os do próximo, o processo de chegar a cada decisão será diferente. Maior complexidade de problemas e maior politicidade de interesses aumentam atividade e envolvimento." (HICKSON, 1987, p. 185)

Esta proposta de definição de decisão, ressalta que a complexidade do espaço em que as decisões acontecem faz com que estas sejam também explicadas a partir de interesses da organização, dos agentes, e a partir das relações de poder que ali se estabelecem. Assim os modelos matemáticos e racionais passam a ser criticados. Fundamentado na teoria de Pettigrew (1973), muito do que acontece na administração e conseqüentemente nas organizações é reduzido à aspectos estruturais, quando deveriam ser, na verdade, aspectos analisados também à luz de uma perspectiva social, afinal, "as incertezas normalmente não são resolvidas por cálculos probabilísticos dos resultados das alternativas" (SCHWENK, 1984, p.119). Nas teorias de decisão, existem autores como Miller, Hickson e Wilson (1996) que representam uma perspectiva que busca harmonizar os aspectos objetivos e os subjetivos que envolvem a decisão, permitindo a compreensão desta enquanto prática.

Fundamentados na sociologia bourdieusiana estes modelos de decisão, que valorizam tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos, podem ser compreendidos a partir das histórias objetivada e incorporada, que compõem o *habitus*, este, que por sua vez, compõe a estratégia, conceito da sociologia de Bourdieu compreendido como margem de improvisação do agente. Estes três conceitos (história, *habitus* e estratégia) quando juntos, levam ao entendimento de que a prática é possível. Esta, no entanto, só deixa de ser considerada ação para ser reconhecida pelo campo como prática, quando aquele que age, neste caso, o decisor, detém o capital simbólico (BOURDIEU, 1996; 2009).

Ao deter o capital simbólico, o agente tem suas ações e práticas legitimadas pelo campo, interpretadas como naturais pelos agentes dominados. Assim, a ideia de que todas as decisões de uma organização necessariamente seguem um exemplo de uma situação semelhante anterior, é questionada por modelos que discutem a subjetividade do agente. Defende-se que devido a posse do

capital simbólico e do poder que este o concede, as decisões podem ser esporádicas, fluidas e constrictas.

O primeiro tipo de decisão, esporádica, valoriza o comportamento do agente decisor, dá abertura às discussões informais, contudo, as informações entre os que participam do processo são distribuídas de maneira desigual. As decisões caracterizadas como fluidas, por sua vez, opõem-se à anterior, uma vez que as interações entre os agentes envolvidos no processo ocorrem principalmente por meio de reuniões formais. Este modelo, tende a demorar alguns meses para alcançar uma solução, no entanto, nas proporções de tempo de uma organização, este espaço temporal pode ser considerado rápido (MILLER; HICKSON; WILSON, 1996).

O terceiro modelo de decisão mencionado é o constricto, o qual abriga decisões que apresentam semelhanças com as duas formas citadas anteriormente, mas carrega consigo outras particularidades. Neste modelo, as decisões centram-se em um problema ou setor, no entanto, para buscar a melhor decisão, o gestor que está à frente do processo busca conhecimento no maior número de departamentos possíveis dentro de uma organização (MILLER; HICKSON; WILSON, 1996). A partir do que afirma Cui (2016), as decisões que envolvem profissionais de diferentes setores e que exercem diferentes funções dentro da organização, tendem a ser bem-sucedidas.

Os três modelos de decisões apresentados por Miller, Hickson e Wilson (1996) rompem com os aspectos exclusivamente racionais e objetivos propostos nos modelos matemáticos. Ao destacar a liberdade concedida ao comportamento do decisor, e principalmente a interação deste com outros agentes da organização como algo relevante, os autores adentram então de maneira mais direta, os aspectos subjetivos e de poder que envolvem uma decisão. Ainda que a intenção destes modelos seja também buscar decisões mais viáveis para as necessidades da organização, os agentes responsáveis, e, em alguns casos, os que não participam diretamente são considerados relevantes. Logo é possível compreender a relevância do contexto, da história e da trajetória da estrutura organizacional e daqueles que a compõem na construção desta prática social.

Uma vez valorizada as relações de interação entre os agentes, e entre estes e a estrutura da organização, a decisão enquanto uma prática pode acontecer de duas formas: por meio de situações em que a história incorporada, isto é, a trajetória e estratégias do decisor assumem-se como relevantes, e

consequentemente o capital simbólico que este detém lhe concede o poder para tomar decisões de maneira centralizadas; e por meio de situações em que há interação entre diferentes grupos, entre ocupantes de diferentes regiões do campo, detentores de diferentes *habitus*, capitais, que, neste caso, se mantêm unidos pelo princípio de orquestração dos *habitus* promovido pela organização, fazendo com que as decisões sejam classificadas como descentralizadas. O próximo tópico destaca ambas formas identificadas nesta pesquisa.

#### 2.2.4 Decisão Centralizada e Descentralizada

As decisões esporádicas, fluidas e constrictas apresentadas anteriormente admitem um posicionamento de valorização da subjetividade presente nas organizações, uma compreensão da relevância das histórias e trajetórias de determinados agentes, o que permite uma maior interação entre estes e a estrutura organizacional na tomada de decisão. Para além das características sociais, existem autores que discorrem sobre a importância de analisar as características psicológicas e comportamentais do gestor, ou do grupo de pessoas responsáveis pela decisão, chamados *top management team* (TMT) (SHEPHERD; RUDD, 2014).

A decisão quando nas mãos de apenas um agente, ou de um pequeno grupo de agentes, geralmente da alta gestão, é classificada como centralizada. Concentra-se, normalmente, na mão daqueles que pertencem a uma mesma região do campo (BOURDIEU, 2012). Para analisar este processo a partir do agente decisor, faz-se necessário, porém compreender para além da região ocupada por ele, e para além de suas características profissionais. Conforme afirmam Wong, Ormiston, Tetlock (2011, p.1208), “embora o papel da personalidade, dos valores e das experiências dos executivos tenha recebido atenção na literatura de gerenciamento estratégico, menos atenção foi dada ao estilo cognitivo dos executivos”. Os aspectos cognitivos são desvelados a partir da compreensão da maneira como a mente destes agentes funciona. Fundamentado na sociologia de Bourdieu, esta compreensão advém do entendimento do *habitus* do agente decisor, permitindo assim entender quais as prioridades dadas por ele, qual a ordem dos procedimentos de decisão, dentre outros fatores que influenciam resultado esperado para a organização (BOURDIEU, 2012).

Os modelos mentais do decisor, portanto, exercem influência nas escolhas e decisões estratégicas (CARMELI; TISHLER; EDMONDSON, 2012), ou seja, as disposições incorporadas que permitem a existência destes modelos mentais acumularam-se no decorrer de sua trajetória pessoal e profissional e explicam grande parte de suas ações (BOURDIEU, 2012). O nível de educação do decisor, por exemplo, é um dos aspectos identificados como relevante na construção dessa prática (SHEPHERD; RUDD, 2014). A partir da sociologia bourdieusiana, o nível de educação do agente está relacionado ao acesso ao capital cultural, seja ele incorporado, objetivado ou institucionalizado (BOURDIEU, 2004, 2009, 2012; WONG; ORMISTON; TETLOCK, 2011).

Além disso, as relações informais estabelecidas nas organizações, e com stakeholders, isto é, aqueles que afetam e são afetados pelas organizações, também constroem os modelos mentais e o agir do decisor. Estas relações quando fundamentadas na sociologia bourdieusiana são descritas a partir do acesso ao capital social, explicado como a capacidade do agente em se vincular a determinado grupo. Os grupos aos quais o decisor pode se afiliar, sejam eles de uma posição hierárquica maior ou menor que a sua, exigem adaptações e movimentação de capitais específicos. Ao se associar aos grupos da alta gestão, por exemplo, o decisor movimenta seus capitais cultural e econômico, para discutir sobre os mesmos assuntos e frequentar os mesmos lugares que os grupos seletos, por exemplo (BOURDIEU, 2007, 2012; WONG; ORMISTON; TETLOCK, 2011)

Outro aspecto que exerce influência na decisão é o espaço em que o decisor está inserido (WONG; ORMISTON; TETLOCK, 2011). Na sociologia de Bourdieu estes espaços podem ser explicados como as regiões no campo, e se constituem a partir do interesse, da posse e movimentação de capitais. Alocados em diferentes regiões de um mesmo recorte do espaço social, os agentes que compõem uma organização compreendem os cenários de diferentes formas, isto é, existe uma di-visão no campo, duas ou mais formas de enxergá-lo. O poder de definir as fronteiras destas regiões e dividir o campo entre dominantes e dominados é explicado por Bourdieu como a *regere fines*, aquele que tem autoridade para traçar estas fronteiras é o então detentor da *regere sacra* (BOURDIEU, 2012). Quando o decisor apresenta essas características, ele pode ser considerado representante da ortodoxia do campo, como aquele que dissemina “o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal” (BOURDIEU, 1996, p. 120).

Uma vez explicado alguns aspectos relacionados ao decisor que podem influenciar nas decisões das organizações, Sherpherd e Rudd (2014) explicam que as decisões centralizadas nas mãos de apenas um agente ou do TMT acontecem em cenários de extrema incerteza ou ameaça à organização. Wong, Ormiston, Tetlock (2011) destacam que quando há a união entre agentes neste modelo de decisão isso acontece mediante a certeza de que todos os integrantes tenham acesso às mesmas informações, compartilhem das mesmas visões e opiniões, evitando possíveis conflitos, e conseqüentemente tornando o processo de tomada de decisão mais ágil.

Essa união entre poucos agentes para a tomada de decisão, ou as decisões tomadas por apenas um decisor, representam a concentração de poder e o reconhecimento que estes têm no campo. A existência de um elo entre eles é justificada, normalmente, pelo fato de todos ocuparem uma mesma região, e compartilharem capitais e reputação semelhantes (BOURDIEU, 2012). Ademais, a confiança depositada nestes agentes para que eles decidam em cenários de ameaça e incerteza, reflete o reconhecimento do poder que estes detêm, o que faz com que eles se caracterizem como dominantes, e de maneira legítima exerçam o poder e a dominação simbólica.

Ao deter os capitais necessários e conseqüentemente o poder para ocupar a posição de agente decisor, defende-se que estes podem usar sua intuição como um artifício favorável à organização neste momento (SHEPHERD; RUDD, 2014). Ao analisar esta intuição a partir da lente da sociologia de Bourdieu, esta é representada pelo senso de jogo, que é adquirido pela agente a partir de atitudes que já foram previamente tomadas ou pautadas situações que já foram vividas em outros campos e jogos. Afinal, como afirma Bourdieu, o senso que só se adquire jogando o jogo (BOURDIEU, 2004). Em suas palavras o sociólogo esclarece o conceito como “Produto da experiência do jogo, portanto das estruturas objetivas do espaço do jogo, o senso do jogo é o que faz com que o jogo tenha um senso subjetivo” (BOURDIEU, 2009, p.108).

Ao falarem sobre decisão centralizada, Ascigil e Ryan (2001) abordam o poder atribuído aos decisores como uma possível forma de autoritarismo, e acreditam que estas podem representar um estado de fraqueza organizacional. O fato de não haver diferentes visões, e serem compostas por agentes que ocupam uma mesma região do campo, pode caracterizar o campo como um espaço autonomizado. Na sociologia bourdieusiana um campo autonomizado pode ser explicado como um

espaço onde as coisas tendem a permanecer como estão, onde as forças contrárias não são suficientemente relevantes a ponto de subverter a realidade estabelecida pelo grupo dominante, isto é, para promover a diferenciação (BOURDIEU, 2012). Uma situação também possível em um cenário de decisões centralizadas é o campo caracterizar-se como arbitrário, isto é, um campo onde tamanho é o poder dos dominantes que não permite que as lutas sequer existam.

Críticos destacam também que a centralização do poder de decisão desfavorece a agilidade normalmente exigida, não permitindo que nem mesmo por meio de decisões racionais e comparativas, um grande levantamento de dados seja feito. Esta crítica, no entanto, aplica-se a outros modelos de decisão, porquanto defende-se que quanto maior o dispêndio de esforço, tempo, e recursos financeiros, mais completas são as alternativas da decisão (DHOLAKIA; BAGOZZI, 2002). Desta maneira, acredita-se na possibilidade de suposições e generalizações equivocadas.

Um outro recurso utilizado nas decisões centralizadas que é alvo de crítica, são as analogias simples a problemas complexos. Isto porque a construção de analogias está relacionada ao contexto do agente, à região do campo que este ocupa e aos capitais que ele possui, e não especificamente ao contexto, história e trajetória da organização em que ele atua. Ainda que em alguns casos esta atitude facilite a compreensão de alternativas, simplificando-as em uma decisão com poucos agentes que compartilhem as mesmas opiniões, pode vir a reduzir as visões alternativas dos fatos (BOURDIEU, 2012; SCHWENK, 1984).

Dentre diversas outras críticas existentes em relação a excessiva centralização do poder nas decisões, está também a falta de senso de pertencimento que os indivíduos não participantes do processo desenvolvem. O senso de não pertencer ao campo, a partir de uma leitura bourdieusiana se explica como a ausência de reconhecimento do agente enquanto agente do campo por parte daqueles que já estão no campo. O sociólogo esclarece “que não se entra nesse círculo mágico por uma decisão instantânea da vontade, mas somente pelo nascimento ou por um lento processo de cooptação e de iniciação que equivale a um segundo nascimento” (BOURDIEU, 2009, p.111). Neste cenário, existem os agentes que jogam o jogo, os que acreditam jogar o jogo, e os que estão no campo, mas não jogam e por isso não tem o senso de pertencimento ao campo. (BOURDIEU, 2012).

Em um contexto organizacional, o agente que não participa da decisão pode estar no campo da organização, no entanto, não detém capitais

suficientes para jogar o jogo que ali se estabelece. Wong, Ormiston e Tetlock (2011, p.1210) explicam que “a centralização pode inibir o senso de propriedade dos funcionários, o que pode reduzir seu desejo de se engajar no mercado social corporativo”. Esta crítica é um dos exemplos que encaminham para a explicação de uma alternativa, exemplificada por meio da segunda forma de decisão apresentada neste tópico, a decisão descentralizada.

Independentemente da forma pela qual a decisão acontece, o interesse em compreender as disposições incorporadas, a história objetivada, e a trajetória das organizações e dos agentes envolvidos nas decisões, permanece o mesmo para os teóricos do tema. Isto porque a decisão, seja ela centralizada ou descentralizada, é compreendida, neste pesquisa, enquanto prática social (BOURDIEU, 2004).

No modelo de decisão descentralizada, o principal objetivo é promover uma comunicação vertical na organização para que diferentes níveis hierárquicos participem da decisão (CUI, 2016). Ou seja, diferentemente do modelo centralizado, neste caso existe uma ideia de interação entre agentes de regiões diferentes, permitindo que diferentes visões do campo sejam consideradas na decisão (BOURDIEU, 2012). A decisão descentralizada, é pautada então na composição de times de agentes decisores, que juntos representam uma suposta realidade de homogeneização.

Ainda que as regiões dos agentes que compõem o time decisor sejam diferentes, existe um *habitus* orquestrado pela organização, o qual objetiva certas práticas que conscientemente não seriam ajustadas em conjunto (BOURDIEU, 1996, 2009). Isto porque Bourdieu mesmo esclarece que a estrutura organizacional quando compreendida enquanto “instância reguladora das práticas” cria “condições de uma espécie de orquestração imediata do *habitus*” (BOURDIEU, 1996, p.116). Ainda que compartilhem este *habitus* orquestrado como algo unificado, é necessário considerar que os agentes carregam consigo aspectos que os diferem, dentre eles: suas próprias disposições incorporadas, suas histórias, seus capitais etc. Não obstante, os agentes decisores precisam estabelecer boa relação e comunicação com aqueles que ocupam regiões diferentes das suas, afinal, conforme afirma Bourdieu, é por meio de discussões competitivas e diálogos críticos, que o saber pode ser acumulado e controlado (BOURDIEU, 2004; SHEPHERD; RUDD, 2014; WONG; ORMISTON; TETLOCK, 2011).

A ideia de ter em um mesmo grupo, agentes com visões que partem de regiões diferentes, discutindo um mesmo tema é considerado ainda que enriquecedor, um desafio. Wong, Ormiston e Tetlock (2011) afirmam que se houver integração entre eles, ou a partir da sociologia bourdieusiana, se estes compartilharem do *habitus* orquestrado pela organização, a diversidade pode se tornar uma grande força na tomada de decisão (BOURDIEU, 2009). Nas decisões descentralizadas as soluções precisam ser propostas a partir de diferentes perspectivas até que aquela que atenda a maior parte dos interesses dos agentes e da organização seja encontrada. Esse tipo de discussão acontece entre agentes que tem a capacidade de interagir e se relacionar com outros agentes e com a estrutura da organização. Além disso, nas decisões descentralizadas os decisores

[...] provavelmente serão motivados a coletar informações sobre as partes interessadas com as quais eles interagem porque exercem o poder de decisão e podem ver mais diretamente a influência de sua coleta de informações sobre as decisões das partes interessadas (WONG; ORMISTON; TETLOCK, 2011, p.1211).

Ainda que a boa integração entre os agentes pareça apresentar benefícios na decisão, Schwenk (1984) esclarece que a existência de um time de decisores que concordam em todos os aspectos pode ser um problema para a organização. A partir da sociologia de Bourdieu, por sua vez, defende-se que não há a possibilidade de existir um grupo que concorde em todos os pontos de uma discussão, visto que o sociólogo defende a não existência do consenso. Dentre os agentes de diferentes regiões que interagem nas discussões sobre decisões importantes, mesmo compartilhando o *habitus* orquestrado pela organização, sempre haverá um grupo que é dominado e outro que domina (BOURDIEU, 2004). Assim, três possíveis contradições e dificuldades das decisões descentralizadas, são apresentadas por Lunenburg (2011): a pressão social, a dominação da minoria e o tempo.

Em relação à pressão social existente nesse tipo de decisão, Lunenburg (2011) e Schwenk (1984) explicam que não existe nas decisões, enquanto práticas, um pleno consenso entre os agentes que compõem o grupo decisor. Assim a tendência é a separação entre dois grupos compostos por agentes com preferências opostas, ou seja, a tendência é que as regiões que já existem nas organizações tenham de fato suas fronteiras bem definidas durante a prática da decisão, separando os grupos de forças e fazendo deles dominantes e dominados (BOURDIEU, 2012).

Este tipo de situação explica também o segundo problema identificado por Lunenburg (2011) na decisão descentralizada. A maioria dos grupos compostos por agentes que tem suas opiniões aceitas, são os que assumem papel de agentes dominantes no campo da organização. Os agentes dominados, por sua vez, são aqueles naturalmente convencidos pelos dominantes a cederem à opinião contrária. Este processo de convencimento destaca a detenção da *doxa* pelo agente ou grupo que domina o campo, que quando manifestada por meio da fala “concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (BOURDIEU, 2008, p.89).

Para que a fala e ações dos decisores tenham efeito no campo, elas precisam ser reconhecidas (BOURDIEU, 2008). O capital simbólico confere então ao decisor, ou grupo de decisores, um poder de reconhecimento no campo, assim, o exercício do poder que advém deste agente ou deste grupo é compreendido como algo natural. O simbólico do poder na sociologia bourdieusiana explica que este tipo de relação acontece somente diante do consentimento mútuo, isto é, daquele que exerce o poder e daquele que sofre.

Neste caso, os agentes que estão campo, mas não tem capitais para tomar decisões, acreditam ter. O poder de tomar as decisões na organização, quanto o de apontar quem pode jogar este jogo, por sua vez, está nas mãos dos dominantes do campo, os detentores do capital simbólico. Logo, uma vez estabelecido o grupo que tem o poder de decidir, estes tornam-se capazes de disseminar a *doxa*, ou seja, disseminar mensagens objetivas, que como consequência são admitidas como verdade pelos outros agentes do campo (BOURDIEU, 1996, 2012).

Além dos aspectos relacionados à interação entre indivíduos, o tempo é caracterizado como um outro fator relevante na decisão descentralizada. Afinal, contar com uma grande quantidade de agentes envolvidos, que compreendem o campo a partir de diferentes regiões, e reuni-los para discutir determinado assunto, pode fazer com que a decisão se estenda para além do que normalmente seria necessário em decisões individuais, ou entre grupos da mesma região. Este cenário em que há diferentes percepções e disposições incorporadas dos agentes, os debates geram possíveis discordâncias e, portanto, precisam de um maior intervalo de tempo para se ajustarem (BOURDIEU, 2012; LUNENBURG, 2011).

Neste tópico foram apresentadas as duas possíveis formas de decisão a partir de uma perspectiva dos decisores. As decisões que ocorrem de

maneira centralizada, por um agente decisor ou um grupo de agentes que ocupam a mesma região no campo. E as descentralizadas, representadas por grupos de agentes que ocupam diferentes regiões, mas que em um processo de homogeneização podem compartilhar o *habitus* orquestrado pela organização para as que mediante discussões, as decisões organizacionais sejam tomadas. Ainda que suas vantagens e desvantagens tenham sido apresentadas, é válido ressaltar que seria arbitrário definir um desses modelos de decisão como o correto.

Em uma perspectiva bourdieusiana, o campo, identificado nesta pesquisa como o espaço até onde a *doxa* alcança, e o *habitus*, tanto os que são orquestrados pela organização e caracterizados como um só, quanto os dos agentes decisores, precisam ser compreendidos para que as decisões enquanto práticas também o sejam. Desta forma, as decisões não são consideradas fixas e imutáveis, mas são produtos de uma construção que se modifica de acordo com as adaptações estruturais e de acordo com as construções mentais, histórias, *habitus* e estratégias dos agentes envolvidos (BOURDIEU, 2004, 2009, 2012).

Quando o contexto do campo em que acontecem as decisões é compreendido a partir da metáfora bourdieusiana do jogo, é possível dizer que, assim como todo o campo, este abriga relações que não são neutras. Afinal, em um campo de forças, dividido por fronteiras que delimitam diferentes regiões, não há o objetivo de igualdade ou consenso. Desta maneira, esta pesquisa busca compreender a decisão como uma prática que vai além de uma das funções objetivas do decisor ou do time de decisores em prol da organização, mas que representa, de fato, um jogo de poder. Poder este que se manifesta antes, durante e depois das práticas sociais, isto é, na manifestação do *habitus*, na demonstração de interesses e na movimentação de capitais (BOURDIEU, 2009, 2012).

Diante do interesse da pesquisa em analisar as decisões, especificamente as sobre sustentabilidade, em contexto organizacional, o tópico em sequência discorre sobre o tema e o interpreta à luz da sociologia bourdieusiana.

## 2.3 ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE

Este capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória epistemológica dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, e como suas diferentes abordagens estabelecem relações com as organizações a partir de uma perspectiva ideológica e política. Dentre os principais temas abordados nesta seção estão: a relação entre a administração, as organizações e a crise ambiental; o início das discussões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade à nível global, em eventos; as aproximações e diferenças existentes entre os dois conceitos; as diversas abordagens a partir das perspectivas de seis diferentes autores ou grupo de autores; a sustentabilidade para além da perspectiva social, ambiental e econômica; e por fim, apresenta-se uma discussão sobre crime ambiental no Brasil.

### 2.3.1 A Administração, as Organizações e a Crise Ambiental

Compreender a ciência da administração representa compreender o caminho de sua construção epistemológica. Antes das organizações, como se apresentam atualmente, se assumirem enquanto elementos centrais desta área do conhecimento, seus primeiros passos estiveram diretamente relacionados às teorias administrativas, assumindo um caráter prescritivo, técnico e industrial. A primeira grande fase da ciência da administração foi identificada como uma fase de imposição da estrutura de coordenação sobre unidades de divisão do trabalho, pautando-se na autoridade racional-legal. A segunda fase, por sua vez, representou uma tentativa de alinhamento dos aspectos tecnicistas da indústria aos princípios naturalista e evolucionistas, pautando-se na suposta valorização do indivíduo. Ambas, no entanto, caracterizaram a fase técnica da administração, isto é, representaram as teorias administrativas (REED, 2007).

Posteriormente, a administração enquanto ciência passou por um período marcado pela necessidade de enfrentar movimentos cíclicos dentro do contexto socioeconômico, político e ideológico dos quais as organizações faziam parte. Definindo assim esta etapa teórica como uma transição entre as características exclusivamente administrativas e as características com mais apelo organizacional, esta ciência começou a direcionar sua atenção para além das fronteiras da organização em si. Isto se deu a partir do momento em que as relações estabelecidas

entre indivíduos, dentro e fora do contexto organizacional, se fundamentaram em aspectos sociológicos que as apresentavam como relações pautadas no poder. Além disso, a produção de conhecimento que reproduz a estrutura organizacional também passou a se assumir como relevante na ciência da administração, bem como os olhares que se voltaram à distribuição institucionalizada de forças econômicas, políticas e culturais (REED, 2007).

Compreende-se assim, de maneira sintetizada o caminho para que as organizações sejam entendidas a partir da relação entre elas, o indivíduo, a sociedade e posteriormente, o ambiente. Uma vez que o próprio significado de organização representa a ação de organizar, percebe-se que a relação estabelecida entre o indivíduo, em sua plenitude máxima de ação, está na agência, e a organização, em sua plenitude máxima de organizar, está na estrutura. Desta maneira, estabelece-se uma relação dialética de interdependência (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; SWARTZ, 2008; VAUGHAN, 2008), e as organizações passam a ser compreendidas enquanto sistemas multidimensionais.

Esta multidimensionalidade está vinculada à relação estabelecida entre a estrutura da organização e os agentes. Alves (2004, p.73) explica ambos, os agentes e a estrutura, como “dimensões estreitamente articuladas e reciprocamente condicionantes”. Assim, ainda que a estrutura da organização detenha a capacidade de objetivar a ação, esta também é considerada como um dos elementos na construção da prática do agente neste espaço (BOURDIEU, 2004). Contudo, além da história objetiva que compõe um campo, existe também a história incorporada, isto é, o agente é capaz de construir práticas sociais em estruturas objetivas por ser detentor de uma história, de um *habitus* e de estratégias (BOURDIEU, 2009).

A necessidade de duas categorias históricas para a construção da prática, revela em partes o porquê as organizações podem ser consideradas objetos de complexo entendimento. Esta complexidade fundamenta-se no conceito de *habitus*, que na sociologia bourdieusiana é explicado como uma disposição incorporada, resultado de lutas históricas. As lutas acontecem em campos nos quais os agentes ocupam diferentes regiões e compreendem os fenômenos a partir de visões divergentes (BOURDIEU, 2012). O fato de diversos agentes comporem uma organização faz com que os *habitus* de cada um deles seja orquestrado pela estrutura que estes compõem.

Entende-se a partir destes pressupostos que as organizações, quando analisadas, podem ser compreendidas então a partir de um caleidoscópio teórico (MARSDEN; TOWLEY, 2001), devido sua multidimensionalidade e complexidade. Barley e Kunda (1992) entendem que as organizações são classificadas como sistemas de análise, dado que devem construir socialmente seu significado. Uma vez que as organizações têm seu significado socialmente construído, presume-se que seu posicionamento seja favorável à sociedade e ao indivíduo que o fazem. Contudo, suposições como estas têm sido questionadas, e tornaram-se pauta de discussões nos estudos organizacionais. Considerando que o desenvolvimento das organizações se deu concomitantemente ao crescimento do sistema capitalista, compreende-se que, como consequência, as organizações assumiram papel de grande relevância nas discussões acerca do agravamento da crise ambiental.

Esta crise pode ser interpretada a partir de uma perspectiva estruturalista ou construtivista. Em relação ao aspecto estruturalista é interpretada como um fenômeno que existe e precisa ser administrado (MEBRATU, 1998). Em relação à perspectiva construtivista, por sua vez, a crise ambiental é compreendida como “uma patologia social definida e contextualizada pelos seres humanos inseridos em diferentes comunidades” (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2011, p.232). A partir de um olhar à luz da sociologia bourdieusiana, entre essas duas definições não existe uma que seja correta e outra incorreta, mas o entendimento acerca da crise ambiental deve compreender tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos. Ao mesmo tempo que este conceito pode ser compreendido enquanto um fenômeno carregado de histórias objetivas, também pode ser compreendido a partir das históricas incorporadas pelos agentes, de seus *habitus* (BOURDIEU, 2004, 2012).

Os agentes apontados como responsáveis pela crise ambiental são normalmente as organizações. Ainda que estas sejam consideradas condições *sine qua non* para o acontecimento e para as discussões sobre o assunto, estas precisam ser analisadas de forma substancial. A crise ambiental, muito antes de ser compreendida à nível empírico e/ou organizacional, deve ser interpretada como uma crise de nível ontológico e epistemológico, uma vez que promove conflitos ao afirmar a necessidade de análise a partir de aspectos objetivos e subjetivos (BALBINOT; BORIM-DE-SOUZA, 2012). Há pensadores que afirmam ser a ciência uma das grandes impulsionadoras da crise ambiental por dividi-la em pensamentos holísticos ou reducionistas, contudo, aquilo que se pretende incentivar é a interação entre as

partes e o todo do objeto analisado (MEBRATU, 1998; MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009). A crise ambiental não deve então ser reduzida à relação entre o homem e o universo natural, afinal, esta característica representaria apenas uma crise ecológica. A crise ambiental, envolve, além dos aspectos ecológicos, aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos (MEBRATU, 1998; O'CONNOR, 2000).

Mesmo em meio a estas classificações, faz-se necessário retornar à história das discussões para compreender que as primeiras preocupações acerca da crise ambiental eram associadas apenas a escassez de recursos. Estes que vinham sendo explorados séculos antes de um "boom" industrial. Alguns registros de Platão destacam a agressão à natureza e desgaste do solo no ano 111 a.C. No século XIII, por sua vez, sabe-se que a madeira foi extremamente explorada na Europa para a expansão da área urbana. No século XV a Inglaterra representou o país com ar mais poluído da Europa. Já no século XVII especialistas alertavam que a população sofreria uma crise de escassez (LEFF, 2010; LENZI, 2006; PELICIONI, 2014).

Geradores de um efeito reverso, estes relatos acabaram por fortalecer os aspectos econômicos, considerando que, acreditava-se ser a precificação dos recursos naturais uma forma eficiente de controle da exploração desenfreada (FOLADORI, 2001). A perpetuação deste tipo de pensamento refletiu o cenário do período em que houve alto desenvolvimento tecnológico e industrial, no qual os princípios de uma economia neoclássica permeavam a sociedade, fazendo das organizações objetos a serviço do mercado que contavam com uma interferência limitada do Estado (FOLADORI, 2001; REED, 2007).

Os interesses em acumular bens e produzir mais para gerações futuras, que o pensamento positivista disseminava, superavam qualquer tipo de preocupação com a escassez de recursos (DURKHEIM, 2016). No entanto, as externalidades negativas que aconteceram no ambiente não foram/são passíveis de correção em sua totalidade pelo mercado ou pelo Estado, uma vez que a capacidade de carga e ciclos da natureza e da economia são diferentes (FOLADORI, 2001). Apesar de alguns pensadores afirmarem com propriedade, como fez Foladori (2001), a incompatibilidade entre os aspectos naturais e os econômicos, a partir das décadas de 60 e 70, a crise ambiental foi pautada em muitas discussões que buscavam alinhar o crescimento econômico ao desenvolvimento saudável da sociedade e do planeta. Mais adiante, este desenvolvimento foi nomeado de sustentável.

A percepção de que os riscos advindos da superexploração de recursos, e conseqüentemente da superprodução industrial, impactam não mais apenas o ambiente natural e a população que vive no local onde os riscos são produzidos, os riscos gerados passam a ser também globais. Entretanto, destaca-se que não há igualdade nas possibilidades de superação dos riscos e crises. Isto porque, os países desenvolvidos, ou países do norte, são, normalmente, aqueles detêm maior capital econômico e tecnológico para lidar com os problemas. Os países do sul, ou em desenvolvimento, no entanto, por terem a exploração natural e social como uma das principais formas de se desenvolver economicamente, e por não terem condições de lidar com as externalidades que este tipo de exploração geram, provocam no restante do mundo a associação entre a destruição ambiental e a pobreza (O'CONNOR, 2000; BANERJEE, 2003).

Desta forma, as discussões e propostas sobre o desenvolvimento sustentável tomam dois diferentes caminhos: o primeiro deles, diz respeito aos indivíduos, que normalmente pautados em interesses políticos e econômicos, fazem dos riscos novas oportunidades de negócios (CASTRO, 2004); o segundo olhar, por sua vez, permite que as discussões sobre os riscos gerados pela exploração de recursos e produção industrial aconteçam em nível global e em âmbito político, à busca de propostas solucionadoras para os problemas enfrentados (MEBRATU, 1998). Estas discussões ficaram então registradas por meio dos eventos sobre desenvolvimento sustentável.

### 2.3.2 Eventos Sobre Sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável quando discutido a nível global envolve principalmente os interesses das grandes organizações, e dos países desenvolvidos. Estes interesses estão relacionados à tentativa de dominação dos recursos naturais e sociais por meio de propostas que, a partir do que estes afirmam, alinham os objetivos dos donos de indústrias, que buscam o lucro, e daqueles que lutam contra poluição. Assim, ser favorável aos aspectos sustentáveis é considerado lucrativo (LÉLÉ, 1991). As discussões de nível global, portanto, não se pautam em um conceito estático do desenvolvimento sustentável, isto porque, a sociedade e os indivíduos, tendem a modificar suas formas de compreender o assunto conforme os

eventos ocorrem. Além disso, os contextos se modificam, ou seja, a realidade é passível de mudanças a partir da história reificada e das diferentes histórias incorporadas que abriga. Ademais, as mudanças também acontecem a partir dos interesses das grandes organizações e do Estado (BOURDIEU, 2009, 2012). Para compreender não apenas a discussão sobre a sustentabilidade à nível global, mas o contexto em que estas discussões aconteceram, Mebratu (1998) propõe a seguinte divisão cronológica: sociedade pré Estocolmo, de Estocolmo ao *World Commission on Environment and Development* (WCED), e pós WCED.

A primeira fase, pré Estocolmo, refere-se ao período em que explorar os recursos naturais foi considerado uma ação positiva, principalmente pelo fato de que se defendia a necessidade de uma nova forma de organizar a sociedade, pautada em princípios científicos-industriais de produtividade e crescimento econômico. Ainda que a Igreja, neste período, não fosse mais considerada a instituição mentora da sociedade, esta demonstrava seu apoio à ideia de que a natureza deveria servir o homem (MEBRATU, 1998; ARON, 2008). Contudo, esta fase é representada também por cientistas e economistas, como Malthus que alertavam sobre a crise prevista a partir do crescimento econômico desenfreado (MEBRATU, 1998). Uma vez associados aos aspectos tecnológicos e sociais, as discussões sobre um possível futuro melhor foram incentivadas.

Iniciou-se então, a segunda fase, marcada pela conferência de Estocolmo. Conferência esta que foi organizada pelas Nações Unidas, agrupando em um só lugar representantes de mais de 113 países, além de organizações não governamentais, que juntas reconheceram a necessidade de mudança do desenvolvimento econômico. A reunião deste grande número de representantes, permitiu o reconhecimento das disparidades entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento (MEBRATU, 1998). Esta comparação fez com que os problemas ambientais fossem classificados a partir de três níveis: micro, meso e macro.

Macro sendo os problemas causados e causadores de riscos globais, sendo o aquecimento do planeta um exemplo. Esta caracterização e dá pelo fato de o fenômeno afetar, ainda que de maneiras diferentes, todos os indivíduos, e conseqüentemente, demandar mudança no comportamento de toda a população mundial. Os problemas de ordem meso, por sua vez, são aqueles que, em alguns casos, são compartilhados entre países diferentes, porém de regiões próximas, sendo a chuva ácida causada pela industrialização, um exemplo. Os problemas de ordem

micro, podem ser representados como aqueles que diferem de um país para o outro, e exigem, portanto, mudanças pontuais de acordo com as condições econômicas, sociais e culturais de cada um. A partir desta definição e de outras discussões, a conferência compreendeu que, por meio de uma maior igualdade, isto é, redução da pobreza, o ambiente natural e os recursos poderiam manter-se mais conservados, reduzindo assim os problemas ambientais e riscos que vinham sendo gerados (DOVERS, 1997; MEBRATU, 1998).

O encontro do WCED, foi o princípio do desenvolvimento do Relatório de Brundtland, ou também conhecido como *Our Common Future*, em 1983. Este relatório foi o primeiro momento em que se buscou, de fato, um significado para o termo 'desenvolvimento sustentável'. Algumas décadas depois, as definições construídas foram muitas, contudo, a ideia de responder às necessidades da população atual prevaleceram (DOVERS, 1997; MEBRATU, 1998). As formas de alcançar as soluções para as crises discutidas nesse encontro, se deram por meio de uma postura tecnocêntrica dos países e das organizações (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Esta postura representou uma tendência em defender a existência de recursos substitutos, valorizando o surgimento de tecnologias ecoeficientes, e compreendendo, portanto, o crescimento econômico como a principal solução.

Após este período, atinge-se a terceira fase nas discussões sobre desenvolvimento sustentável, esta é nomeada como Pós WCED (MEBRATU, 1998). Nesta etapa, aproximadamente na década de 90, um outro evento é destacado: a Conferência Rio 92, esta que, sendo um evento de nível global, reuniu diversos líderes de Estado e gestores de grandes organizações, e exigiu de seus participantes a apresentação de propostas sobre o desenvolvimento sustentável (BALBINOT; BORIM-DE-SOUZA, 2012). Este período foi caracterizado como uma fase na qual havia consciência das fragilidades que deveriam ser superadas por meio do desenvolvimento sustentável. Um dos destaques da Conferência Rio 92 foi o fato que foram percebidas maiores contribuições sociais e institucionais quando comparadas ao apoio que deveria ser oferecido por governos.

Após a Conferência Rio 92, outros marcos e eventos de nível global foram e são organizados com o objetivo de discutir novas demandas ou demandas antigas que ainda não foram solucionadas. O Protocolo de Kyoto, a Conferência de Copenhague, a Conferência Rio + 10 e Rio + 20 são alguns exemplos. O protocolo de Kyoto foi um acordo relacionado à Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre

Mudança do Clima, adotado em Kyoto no Japão em 1997, no entanto, só começou a vigorar no ano de 2005. Este acordo propôs uma estabilização das emissões de gases poluidores da atmosfera, e afirmou que os países desenvolvidos são os responsáveis pela maioria de emissão desses gases. Desta forma, a partir das especificações elaboradas em suas regras, o protocolo coloca sobre esses países maior carga sob a responsabilidade de mudança (KYOTO PROTOCOL, 2008).

A conferência de Copenhagen foi um evento também relacionado à Convenção do Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima que aconteceu em 2009, em Copenhagen, na Dinamarca. Este foi caracterizado como um dos maiores encontros sobre o tema em termos de representação política. Mais 40.000 pessoas participaram, dentre eles 115 líderes de países, representantes de organizações governamentais e não governamentais, organizações religiosas, mídias dentre outros grupos. No acordo que foi resultado da convenção, as medidas de redução de emissão de carbono foram consideradas mais rígidas, contudo, as propostas referiam-se a medidas de longo prazo, sem indicações de como as realizar na prática. Além disso, os países desenvolvidos foram direcionados a pagar pelas ações de redução de emissão dos gases do efeito estufa que fossem tomadas nos países em desenvolvimento (COPENHAGEN ACCORD, 2009).

A Conferência Rio + 10, aconteceu no Rio de Janeiro, Brasil, em 2002, e apresentou os seguintes temas como centrais para discussão: erradicação da pobreza; proteção e manejo dos recursos naturais; globalização aliada ao desenvolvimento sustentável; saúde aliada ao desenvolvimento sustentável; atenção aos países insulares e África; mudança nos padrões insustentáveis de produção e consumo. Dez anos depois, na Conferência Rio + 20, os principais temas de discussão foram divididos em três áreas: social, que abrangeu assuntos como fome, costumes locais, igualdade, integração, e incentivou os Estados assumirem posição de liderança para o alcance destas metas; abordou-se também os aspectos econômicos ao discutir sobre a pobreza, o consumo, a produção, e a economia verde; e no que diz respeito ao aspecto ambiental foi discutido a preservação, a transparência de informações e o uso de tecnologia como forma de auxílio (WORLD SUMMIT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2002; RELATÓRIO RIO + 20, 2012).

Ao comparar as propostas de discussões e as metas das duas últimas conferências mencionadas, percebe-se que poucos progressos foram alcançados em um período de dez anos. Os discursos foram construídos nos

relatórios com o propósito de reforçar e reafirmar objetivos previamente estabelecidos. Caso as metas da primeira conferência fossem alcançadas, seria possível encontrar propostas de novas discussões e novas metas na conferência seguinte (WORLD SUMMIT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2002; RELATÓRIO RIO + 20, 2012). Os relatórios, no entanto, permitem algumas interpretações: pouco pode ter sido feito na prática para buscar soluções; as crises em pauta nas conferências pelo desenvolvimento sustentável assumem um caráter de gravidade maior que o esperado; ou, talvez, haja a possibilidade de que as duas razões anteriores unidas, justifiquem a repetição de metas e objetivos das conferências de desenvolvimento sustentável.

Subestimar as patologias sociais, bem como os desastres ambientais enfrentados pela sociedade, significa subestimar os riscos que vêm sendo produzidos (BECK, 2010). Logo, a economia verde, e o uso de tecnologia nas organizações acabam sendo pautadas como soluções ideais e suficientes. No entanto, ainda que o Estado e as organizações sejam detentores do poder que permite superar ou amenizar os problemas enfrentados, estes são também responsáveis por grande parte da geração dos mesmos (LÉLÉ, 1991). Compreende-se assim que as discussões sobre o desenvolvimento sustentável que acontecem em eventos, sejam eles à nível global ou local, demandam propostas que vão além dos aspectos econômicos como princípios solucionadores, mas há a necessidade de estes estarem alinhados aos aspectos sociais e ambientais, sem se sobrepor. Logo, esta pesquisa propõe também a discussão sobre as diferenças entre os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

### 2.3.3 Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade

A ocorrência dos eventos que propuseram discussões acerca das crises ambientais enfrentadas, desenvolveram propostas de um desenvolvimento sustentável para a sociedade. No entanto, Lélé (1991) afirma que ainda que o termo tenha sido muito usado, pouco sobre ele foi explicado. Diversas definições podem ser encontradas em relatórios de conferências, acordos e artigos científicos, contudo, no decorrer dos anos as definições foram incrementadas e passaram por pequenas modificações. Uma das primeiras relações atribuídas ao desenvolvimento sustentável

foi a do termo com a ideia de processo, ou como um caminho em direção à sustentabilidade (FEIL; SCHREIBER, 2017).

O termo sustentável, não aliado ao termo desenvolvimento, surgiu muito antes das discussões de eventos globais. Originário da língua alemã, no século XVIII devido à escassez de recursos, a palavra buscou a união de discussões ecológicas, econômicas e sociais. Pelo fato da palavra 'sustentável' ser usada em diversas ciências, como a biologia, ecologia, economia e sociologia, por exemplo, foi e ainda é considerado um termo plausível de assumir significados vagos, polissêmicos e confusos (FEIL; SCHREIBER, 2017).

Conseqüentemente os termos derivados dele, como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, podem ser também interpretados desta maneira. Ainda que desenvolvimento sustentável e sustentabilidade apresentem algumas semelhanças, não significam as mesmas coisas. Munck e Borim-de-Souza (2011) atribuem a partir da estrutura semântica um possível significado ao termo desenvolvimento sustentável:

[...] a soma das palavras sustentar (conservar ou prorrogar) e desenvolver (partir de resultados anteriores ou transformar o uso de algo) formam a expressão “desenvolvimento sustentável” (manter os resultados passados ou transformar o uso dos recursos) (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2011, p.219).

O que os autores afirmam permite a compreensão do desenvolvimento sustentável de duas diferentes formas: a partir do *status quo*, ou seja, como um processo que visa a continuidade do desenvolvimento; e a partir de modificações na forma com que os recursos são usados, isto é, como um objetivo de suprir apenas as necessidades básicas. Independente das interpretações do termo, o desenvolvimento sustentável é considerado como conjunto de processos integrativos que propõe a existência de harmonia do sistema à longo prazo (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009).

Sustentabilidade, por sua vez, é um termo que deriva do latim *sustinere* e propõe que as melhorias sejam alcançadas por meio da capacidade de manter as coisas em um estado contínuo (GÄBLER, 2015). Nesta perspectiva de continuidade, a sustentabilidade busca ser alcançada a partir de ações objetivas que constituem o desenvolvimento sustentável (BORIM-DE-SOUZA et al., 2015). Ademais, a partir do que afirmam Balbinot e Borim-de-Souza (2012, p. 162), a sustentabilidade pode ser compreendida também como um termo relevante aos aspectos ambientais, no qual “os critérios econômicos, sociais e culturais passaram a

ser considerados gradualmente”. Uma vez explicados os significados dos dois termos de maneira separada, suas diferenças são evidenciadas novamente por Munck e Borim-de-Souza (2009, p.193) pautados na teoria de Jiménez-Herrero (2000):

[...] a sustentabilidade, então, pode ser considerada a ideia central do desenvolvimento sustentável, uma vez que a origem, os espaços, os períodos e os contextos de um determinado sistema se integram para um processo contínuo de desenvolvimento.

Sendo assim, nesta pesquisa, compreende-se o desenvolvimento sustentável como processo e a sustentabilidade como ações objetivas em meio a esse processo. Quando interpretados a partir do contexto das organizações, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são respectivamente associados a ações normalmente relacionadas a questões econômicas. Borim-de-Souza et al., (2015, p.203) explicam esta informação quando dizem que o desenvolvimento sustentável

[...] representa e resume a necessidade de mudanças críticas que ainda são promovidas e defendidas por uma lógica econômica que privilegia os desejos do mercado e que se estende através da ideia equivocada de equacionar a expressão em discussão a um crescimento econômico global e ininterrupto.

Ainda que as lógicas do mercado sejam privilegiadas no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável em contexto organizacional, Lélé (1991) afirma que grande força deste termo está também na tentativa de união dos interesses das indústrias, que buscam o lucro, do trabalhador, que busca condições justas de trabalho, e daqueles que lutam contra a destruição do ambiente natural. No que se refere à priorização dos aspectos econômicos quando relacionado ao termo da sustentabilidade no contexto organizacional, Winn e Pogutz (2013, p.206) destacam que os assuntos sobre preservação ambiental também permaneceram em uma região periférica quando comparados “às principais estratégias de negócios e decisões de investimento conduzidas pelos departamentos de sustentabilidade e ambientais corporativos das empresas”.

Ainda que não tenham os mesmos significados, tanto o desenvolvimento sustentável quanto a sustentabilidade, são temas que assumem uma postura de defesa dos aspectos ambientais e das lógicas econômicas do mercado. Assim caminhando em direção a busca do cumprimento do objetivo geral desta pesquisa, as diversas formas com que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são entendidos a partir das diferenças teóricas apresentadas no próximo tópico.

### 2.3.4 Um Caleidoscópio Teórico: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Com o intuito de contribuir para as discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, alguns teóricos buscaram propor alternativas que não supervalorizem o homem ou a natureza, nem tão pouco a economia, mas apresentaram caminhos que levam a um desenvolvimento equilibrado, apontando opiniões extremas e amenas sobre os assuntos. Dentre autores que são referência nestes modelos de discussões sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade tem-se nesta pesquisa: Lélé (1991); Gladwin, Kennelly e Krause (1995); Pierri (2001); Castro (2004); Hopwood, Mellor e O'Brien (2005); e Milne, Kearins e Walton (2006). Estes pensadores, normalmente, apresentam em suas obras três vertentes do assunto por eles abordado, sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, duas geralmente caracterizadas como mais radicais, e uma que, por ser considerada "soft", que tende ser passível de aplicação e geradora de benefício para o cenário social, natural, econômico e inclusive organizacional.

Nas teorias de Gladwin, Kennelly e Krause (1995) os autores compreendem e discorrem sobre o desenvolvimento sustentável como um paradigma, a partir disso, estabelecem as relações entre organizações e sustentabilidade fundamentadas em três lentes principais: tecnocêntrico, ecocêntrico e *sustaincentric*.

O primeiro, tecnocêntrico, pauta-se nos princípios mais primitivos do desenvolvimento sustentável, baseando-se na ideia de que a exploração deve ser legitimada, e que o mundo pode ser precificado e objetificado. O paradigma ecocêntrico por sua vez, apresenta-se de maneira oposta ao primeiro, rejeitando a ideia de que o homem pode dominar a natureza, uma vez que este é considerado parte integrante dela, e afirmando inclusive que a ordem econômica provoca a desordem ecológica. O terceiro e último paradigma proposto pelos autores, o *sustaincentric*, tem como objetivo agrupar as questões ambientais e sociais, às econômicas, afirmando que estas são interdependentes. Com isso, é considerado o paradigma mais plausível no cenário de discussões organizacionais atual, uma vez que garante a possibilidade de uma economia próspera e uma ecologia saudável.

Não diferente, Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) também mapeiam e classificam as diferentes tendências do pensamento sobre o desenvolvimento

sustentável. Conflitando aspectos socioeconômicos e socioambientais, os autores identificam três posicionamentos principais da sociedade ao lidar com as discussões sobre o desenvolvimento sustentável: *status quo*, reformistas, e, transformistas.

O primeiro grupo, do *status quo*, como o próprio nome define, é representado por aqueles que se sentem confortáveis com a maneira que o mundo está, isto é, acreditam que o crescimento econômico deve continuar pois só assim haverá condição de superar os problemas ambientais. Além disso, este grupo apoia uma sustentabilidade fraca, e defendem também a não alteração das relações de poder e estruturas formais, mantendo os empresários e governantes à frente nas decisões relacionadas à sustentabilidade (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN 2005).

Com um pensamento um pouco menos restrito aos aspectos econômicos, está o grupo dos reformistas. Segundo Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) esse grupo tem como foco a mudança de hábito, como, por exemplo, a mudança do tipo de recurso utilizado nos processos produtivos. Diferenciam-se do primeiro grupo ao colocar no governo e nas empresas a culpa pelos problemas ambientais. Assemelham-se, porém, ao primeiro grupo, quando enxergam a tecnologia como possibilidade viável para proteger o meio ambiente. Ainda assim, segundo os reformistas, o que é possível de ser visualizado, são os problemas, não o colapso. Desta forma esse grupo defende que as mudanças podem ocorrer maneira gradual, afinal, o ambiente não é considerado totalmente limitado. Este grupo, considera também possível uma convivência amigável entre capitalismo e proteção ambiental, tornando o uso de novos recursos, inclusive, em um novo nicho de mercado.

Por fim, o terceiro grupo apresenta o posicionamento mais radical quando comparado aos dois apresentados anteriormente, este é o grupo dos transformistas. A partir de Hopwood, Mellor e O'Brien (2005), os representantes deste grupo defendem uma mudança imediata na relação entre homem e natureza. Os transformistas acreditam que o planeta seguiria um ciclo perfeito se não houvesse interferência humana, portanto, seria ideal que o homem retornasse a uma forma de vida mais simples e explorasse menos. A solução ideal e de maior amplitude seria uma reforma no sistema econômico mundial, fazendo assim com que não houvesse uma maioria explorada por uma minoria.

Castro (2004), por sua vez, assume um posicionamento um pouco mais crítico em relação ao desenvolvimento sustentável, e buscando apresentar seu

ponto de vista sobre o assunto, explica sua teoria fundamentando-a em três grupos: os economistas ambientais, os críticos pós-estruturalistas, e os marxistas ambientais.

O primeiro deles, os economistas ambientais, representam o grupo que questiona a real existência da crise ambiental e duvidam da possibilidade de um colapso. Este grupo compreende que as punições financeiras são uma forma eficiente de promover um desenvolvimento mais sustentável. O segundo posicionamento apresentado refere-se aos críticos pós-estruturalistas do desenvolvimento, representando um grupo que afirma que o desenvolvimento sustentável é um discurso que objetifica não só a natureza, mas também o homem. Defende-se neste caso que a ideia de desenvolvimento sustentável sobrepõe aspectos culturais com a força do sistema capitalista. O terceiro posicionamento, por fim, refere-se aos marxistas ambientais e, a partir do que diz Castro (2004), esse grupo defende que nem sempre a tecnologia está a favor do homem, e que em muitos momentos o incentivo ao capitalismo não representa o interesse em um desenvolvimento sustentável, mas sim no lucro.

Contraopondo alguns aspectos abordados nos posicionamentos discorridos em sua própria teoria, Castro (2004) defende que a ideia de conservar os recursos para gerações futuras nada mais é do que prorrogar a possibilidade de exploração de recursos e conseqüentemente de alcançar o lucro pelo maior período possível. Uma vez identificada a semelhança do pensamento de Castro (2004) com alguns princípios marxistas, o autor defende também as ideias de condições democráticas, justiça e sustentabilidade social para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Pierri (2001), seguiu o mesmo padrão teórico apresentados até então e discorreu sobre três correntes para a compreensão do desenvolvimento sustentável: o ambientalismo moderado, o ecodesenvolvimento e o conservacionismo.

A partir do que diz a teoria da autora, os defensores do ambientalismo moderado, caracterizam-se como os aqueles que assumem um posicionamento "soft" e alternativo, pelo fato de acreditarem que crescer economicamente e superar a pobreza é a solução perfeita para os problemas ambientais identificados anos depois desse "boom" industrial. Posicionando-se de acordo com a ideia de crescimento, os agentes que compõem o grupo do ecodesenvolvimento, mostram-se incentivadores do crescimento populacional, contudo não com um fim econômico, como o grupo

anterior. A intenção, neste caso, é fortalecer ações comunitárias para potencializar a capacidade ecológica de cada região (nível micro) (PIERRI, 2001).

Os conservacionistas, por sua vez, apresentam-se como totalmente contrários aos posicionamentos expostos nos dois grupos anteriores, uma vez que se baseiam em aspectos da economia clássica. Isto é, o grupo enxerga o controle populacional como uma forma de controlar problemas. Segundo estes, as catástrofes ambientais geradas pelo excesso de industrialização são consideradas possibilidades reais, e, portanto, economia e ecologia, sociedade e natureza, crescimento e conservação são assuntos completamente opostos (PIERRI, 2001).

Mais voltado às explicações acerca da sustentabilidade, Lélé (1991) é outro exemplo de autor que apresentou três possíveis formas de abordar o assunto em discussão: a partir da interpretação literal, ecológica e social.

A primeira forma de interpretação da sustentabilidade para Lélé (1991), a literal, é relatada em sua teoria a partir da capacidade de sustentar nada. Esta expressão destaca o interesse que os representantes deste grupo têm em manter as coisas no estado em que estão, ou em certos casos incentivar o que o autor chama de crescimento sustentável. O segundo grupo, que corresponde à interpretação ecológica da sustentabilidade, é normalmente representado por biólogos e cientistas físicos. Uma vez que estes profissionais são considerados capazes de definir as oportunidades e limitações que a natureza apresenta em relação às atividades humanas, este grupo defende que os aspectos sociais impactam na sustentabilidade ecológica. A terceira forma de interpretação da sustentabilidade discutida por Lélé (1991) é a social. Esta que representa o reconhecimento da importância da preservação dos valores sociais e culturais da sociedade, defende tal atitude como a forma fundamental de alinhar os aspectos socioeconômicos e ambientais de maneira saudável.

Milne, Kearins e Walton (2006) também dividiram as formas de interpretação da sustentabilidade em grupos, no entanto, diferentemente dos autores apresentados até então, essa divisão deu-se em duas e não três formas de interpretação, sendo elas: a perspectiva incrementalista e a perspectiva crítica da sustentabilidade.

A primeira delas, a incrementalista é explicada pelos autores como a perspectiva tecno-otimista, isto é, a tecnologia é interpretada como necessária para o progresso científico e econômico. Nesta perspectiva a sustentabilidade é considerada

passível de ser praticada e promovida pelas organizações. A segunda perspectiva da sustentabilidade, por sua vez, representa uma interpretação mais crítica, e em alguns casos considerada radical, da sustentabilidade. Segundo aqueles que defendem este posicionamento a sociedade tem um limite de crescimento e possivelmente este já foi atingido. Defende-se então mudanças nos contextos organizacionais para que a sustentabilidade seja alcançada. Além disso os representantes dessa perspectiva defendem a sustentabilidade forte, afirmam que as crises enfrentadas provêm tanto da exploração e má distribuição de recursos, quanto do excessivo consumo da população (MILNE; KEARINS; WALTON, 2006).

Ainda que as teorias expostas acima apresentem pontos de divergências, é possível afirmar que todos os autores buscaram segmentar as interpretações da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Algumas teorias, no entanto, se assemelham ainda mais por suas congruências onto-epistemológicas. A ontologia representa uma forma explicar a realidade, a epistemologia por sua vez, representa possíveis caminhos que permitem aproximações desta realidade, se ela de fato existir (BALBINOT; BORIM-DE-SOUZA, 2012). A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são então compreendidos, nesta pesquisa, como fenômenos que se tem a intenção compreender.

Fundamentando-se nestas características, houve a intenção de compreender as abordagens teoricamente, portanto estas foram divididas em três grandes grupos de nível paradigmático: sustentabilidade frágil, sustentabilidade suficiente, sustentabilidade resistente. Para que estes grupos fossem definidos, suas diferentes perspectivas foram compreendidas a partir de características onto-epistemológicas.

A fragilidade contida no nome do primeiro grupo, por exemplo, representa a pouca força que as discussões sobre sustentabilidade, principalmente a partir das perspectivas social, ambiental e cultural, têm nos paradigmas que compõe. Estas são: o tecnocêntrico, o *status quo*, os economistas ambientais, o ambientalismo moderado, as interpretações literais, e os incrementalistas. Algumas destas representações paradigmáticas questionam a real existência de uma crise ambiental, e colocam em xeque a necessidade de discussões sobre sustentabilidade. Há também aqueles que veem o tema como uma discussão real e necessária, no entanto, defendem propostas que não vão além de manter tudo como está. O ponto de convergência entre estes é o fato de que todos são representados por instituições ou

grupos de pessoas que atribuem às estruturas organizacionais, ou ao Estado a responsabilidade de conter uma possível crise ambiental por meio do crescimento econômico e tecnológico. Neste grupo, a história objetiva, isto é, as estruturas econômicas são aquelas que determinam o que acontece no campo. (BOURDIEU, 2012; CASTRO, 2004; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; LÉLÉ, 1991; MILNE; KEARINS; WALTON, 2006; PIERRI, 2001).

O segundo grupo, nomeado como grupo da sustentabilidade suficiente, é caracterizado a partir dos paradigmas: *sustaincentric*, reformistas, crítico pós estruturalista, ecodesenvolvimento, pela interpretação social e pela crítica/radical. Ao mesmo tempo que estas representações paradigmáticas compreendem a sustentabilidade como um tema a ser discutido a partir das estruturas econômicas, elas também compreendem a relevância da compreensão a partir dos agentes, neste caso, os indivíduos e a natureza.

Este grupo tem a palavra suficiente em sua classificação para explicar que, fundamentado em uma perspectiva amena da sustentabilidade, as propostas dos paradigmas que o compõem, buscam resultados que sejam suficientes para a sociedade, para o ambiente e para economia. As abordagens que o compõem defendem a preservação sem deixar de pensar no desenvolvimento tecnológico e econômico. Neste sentido, o grupo compreende a sustentabilidade como uma discussão que se dá a partir da história objetiva, devido à valorização da estrutura econômica, mas também a partir da história incorporada, uma vez que valoriza a discussão acerca do tema com os agentes que compõem o campo. (BOURDIEU, 2012; CASTRO, 2004; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; LÉLÉ, 1991; MILNE; KEARINS; WALTON, 2006; PIERRI, 2001).

O terceiro grupo, da sustentabilidade resistente, representa os paradigmas que assumem a discussões sobre sustentabilidade enquanto construções dependentes das estruturas estruturadas e estruturantes do agente, ou seja, de sua história incorporada. Este agente é identificado principalmente como a natureza, ainda dentre os paradigmas que compõe o grupo, também se destaca a relevância da preservação de valores sociais aliados aos naturais para a construção das discussões sobre sustentabilidade. Os paradigmas que compõem o grupo da sustentabilidade resistente são: o ecocêntrico, transformistas, marxismo ambiental, conservacionistas,

a interpretação ecológica. Essas classificações são alocadas neste grupo por firmarem seus objetivos em princípios contrários aos da ideologia capitalista. Fundamentados em uma postura crítica, quando comparados aos outros grupos, este grupo defende a mudança no estilo de vida, a diminuição da exploração de recursos naturais e do consumo, em alguns casos ainda, os defensores dessas perspectivas propõem o rompimento com o atual sistema econômico (BOURDIEU, 2012; CASTRO, 2004; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; LÉLÉ, 1991; MILNE; KEARINS; WALTON, 2006; PIERRI, 2001).

Após apresentados os três grupos, compreende-se o grupo da sustentabilidade suficiente como aquele que teria maior condição de se assemelhar à postura das organizações atualmente. Estas são consideradas espaço as práticas se configuram tanto a partir de aspectos objetivos quanto dos incorporados, aspectos estes que fazem com que os agentes estabeleçam relações de interação entre eles mesmos, e entre eles e a estrutura, sendo ambos relevantes no processo de configuração do campo (BOURDIEU, 2009, 2012). Esta relevância das estruturas e dos agentes pode ser mais bem compreendida a partir da relação política e ideológica que a sustentabilidade assume com as organizações.

### 2.3.5 Perspectivas Políticas e Ideológicas da Sustentabilidade

As propostas de geração de empregos de uma economia beneficiada pela presença de uma grande organização, faz com que estas assumam um discurso formais de organizações sustentáveis e sejam reconhecidas, como solucionadoras dos problemas enfrentados na região em que atuam (REED, 2007). Assim, uma das formas por meio das quais as relações de poder se constroem nas organizações é a sustentabilidade. Isto porque as discussões acerca do tema representam o que Bourdieu (2004, p.81) define como “estratégias de jogo duplo que consistem ‘legalizar a situação’, em colocar-se ao lado do direito, em agir de acordo com interesses, mas mantendo as aparências de obediência às regras”.

Uma das formas utilizadas pelas organizações para manter as aparências de obediência às regras, são os discursos que estas disseminam sobre a sustentabilidade. Bourdieu (2008, p. 64) destaca que “toda fala é produzida para e pelo mercado ao qual ela deve sua existência e suas propriedades mais específicas”.

Assim, os discursos, quando reconhecidos no campo, exercem efeito de autoridade, e são interpretados como aquilo que deve ser aceito e obedecido, portanto, são caracterizados como forma de exercício de poder. No caso das organizações, exerce o poder aquelas que detiverem o capital simbólico, ou seja, o capital que as permite serem reconhecidas enquanto dominantes em um campo onde estão também a sociedade, o ambiente natural e o Estado.

O capital simbólico reconhecido enquanto produto de uma relação entre os capitais encontrados no campo, destaca-se neste caso, diante do sistema capitalista, onde a posse do capital econômico, pode ser reconhecido como uma forma de fazer com que a região ocupada pelas organizações garanta a elas o poder de nomear e codificar a sustentabilidade, fundamentando-se principalmente a partir de suas visões e interesses específicos (BOURDIEU, 2012). As organizações que detêm o capital simbólico e têm a autoridade de nomear e codificar, são consideradas detentoras do poder simbólico. Poder este que não é visto, mas apenas sentido pelos agentes do campo.

Neste sentido, a partir do exercício do poder simbólico, da tentativa de manter aparências, e obedecer a regras de um jogo formal que é jogado no campo, algumas organizações se apresentam formalmente como defensoras de uma sustentabilidade suficiente, de acordo com as classificações propostas no tópico anterior (BOURDIEU, 2004, 2012). Sustentabilidade esta caracterizada pela tentativa de atingir tanto os objetivos econômicos das organizações, quanto os objetivos sociais e ambientais, relacionados à tentativa de evitar um possível colapso ou crise ambiental.

A partir de um olhar crítico direcionado à esta postura formal adotada pelas organizações, Foladori (2001) constrói seus argumentos. Segundo o autor, os interesses de preservação estão relacionados a outros interesses, como a intenção de prolongar o período em que a exploração de recursos naturais será possível. Desta forma, é possível destacar, que as discussões relacionadas à sustentabilidade, não são caracterizadas apenas a partir da perspectiva ambiental, social e econômica. Nesta pesquisa, a sustentabilidade é compreendida também como uma questão ideológica e política. Ideológica por representar uma relação de dominação identificada no discurso da sociedade atual. E política por orientar-se a partir das ideologias capitalistas, buscando constantemente favorecer a elite financiadora desta ideologia (BORIM-DE-SOUZA et al., 2018; O'CONNOR, 2000).

As organizações tendem dominar as decisões econômicas, por deterem maior capital econômico (BOURDIEU, 2012) e, conseqüentemente, acabam por silenciar as vozes dos dominados e distorcer a democracia administrativa, também no que diz respeito à sustentabilidade. Desta forma, estas assumem um poder que as permite fazer das decisões organizacionais, decisões políticas. Algumas organizações utilizam-se desse poder de influência para blindar-se em relação às regulamentações relacionadas à sustentabilidade, isto porque o interesse não declarado é, geralmente, a obtenção do lucro sem atenção equivalente aos problemas sociais ou naturais. Desta maneira, a partir da relação de dominação que se estabelece, compreende-se o porquê é relevante que a sustentabilidade seja discutida também a partir de aspectos ideológicos (O'CONNOR, 2000).

Como O'Connor (2000) afirma, se as organizações dominam as decisões que seriam de caráter público e político, e estas são guiadas por uma economia capitalista, pode-se dizer que dificilmente haverá espaço para discussões que abordem a essência da sustentabilidade, uma vez que não existe a possibilidade de alinhar, de fato, o ciclo econômico com o ciclo natural (FOLADORI, 2001). Um modelo econômico que tem no âmago de seus objetivos a maximização de lucros e máxima eficiência, não condiz com os princípios de um desenvolvimento equitativo e saudável no que diz respeito à relação entre indivíduo, organização, sociedade e ambiente (O'CONNOR, 2000).

A ideia de sustentabilidade é também discutida por O'Connor a partir da perspectiva política devido à tentativa de alinhamento destas discussões acerca do tema com a ideologia capitalista. Ao tentar explicar o porquê classificar os assuntos desta maneira, O'Connor (2000) destaca que teoricamente existem duas contradições entre o sistema capitalista e a sustentabilidade: a primeira delas, diz respeito ao interesse de produzir mais, com custos menores, mas também salários menores, refletindo de maneira, muitas vezes indireta na demanda final, podendo promover desigualdades ainda maiores; a segunda contradição do modelo capitalista em relação à sustentabilidade, diz respeito à precificação daquilo que não é normal ou possível de se atribuir preço, como o trabalho humano, o ambiente e a infraestrutura urbana, por exemplo (O'CONNOR, 2000).

Entende-se assim, que as críticas de O'Connor (2000) e Foladori (2001) referem-se também às posturas dos paradigmas alocados no grupo da sustentabilidade suficiente, que afirma ser possível alinhar os objetivos capitalistas e

a sustentabilidade. O'Connor (2000) relata com clareza em sua obra que este equilíbrio não é possível. Castro (2004) mostra-se condizente com este posicionamento e relembra as palavras de Marx (1981) ao dizer que a conservação e acumulação de capitais são contraditórias a ponto do capitalismo, e conseqüentemente as organizações que se guiam por este sistema econômico, não conseguem ser ambientalmente sustentáveis. Diante da tentativa de manter uma reputação de sustentável existem muitos posicionamentos das organizações, contudo, essa tentativa é falha. Um exemplo são organizações acusadas ou investigadas por crimes ambientais. O próximo tópico apresenta discussões acerca deste assunto.

### 2.3.6 Ecocídio: uma forma de crime ambiental

As relações estabelecidas entre organização, sociedade e ambiente apesar de camuflarem-se normalmente a partir de relações suficientemente sustentáveis, pautam-se em aspectos políticos e ideológicos, isto é, aspectos que as caracterizam enquanto relações de poder, guiadas pela ideologia capitalista (SHWON, 2009; O'CONNOR, 2000). Sabe-se que o sistema econômico vigente tem como uma de suas principais características a exploração e apropriação daquilo que o ambiente oferece, logo, está encucado na sociedade, com resquícios do pensamento advindo da Revolução Industrial, a ideia de que a natureza deve servir o homem. O problema desta relação não pode ser classificado como técnico ou físico, mas sim como social. Da mesma forma, a solução não pode ser considerada técnica, mas sim política (FOLADORI, 2001).

Tanto a serventia aos homens, quanto os impactos que a demasiada exploração ambiental pode causar na vida destes são considerados problemas de ordem social. As organizações quando compreendidas enquanto engrenagens da máquina capitalista que tende destruir o ambiente, são aquelas que, normalmente, quando agem de forma sustentável o fazem para conservar e legitimar uma boa reputação diante da sociedade, diminuindo assim as fiscalizações referentes às regulamentações estabelecidas pelo Estado, favorecendo a perpetuação de atitudes de exploração excessiva (SHWON, 2009).

O não cumprimento às exigências legais, o padrão de comportamento voltado ao lucro a qualquer custo, levam algumas organizações a situações em que elas mesmas são prejudicadas. Isto acontece quando são acusadas e investigadas por cometerem algum tipo de crime ambiental. Destruir ou causar danos ao meio ambiente é considerado crime visto vez que “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, na sua concepção moderna, é um dos direitos fundamentais da pessoa humana, o que, por si só, justifica a imposição de sanções penais às agressões contra ele perpetradas” (MILARÉ, 2009, p.844).

As discussões acerca dos aspectos ambientais e dos direitos humanos que são feridos por meio dos danos causados à natureza, puderam ser classificados no Brasil como crime a partir do dia 12 de fevereiro de 1998, quando a Lei nº 9.605 entrou em vigência. Esta “Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências” (IBAMA, 2014, p.5). Desde então outros decretos, alterações e atualizações nesta lei foram propostos ou realizados. Uma das mais recentes discussões refere-se à inclusão do crime classificado como ecocídio nesta lei.

Diante do cenário atual, cercado por destruições da fauna e flora brasileira promovidas por organizações, o ecocídio é uma classificação criminal que aborda os efeitos causados pela deterioração ou destruição do ecossistema de determinado território à vida humana. As discussões de Gordilho e Ravazzano (2017, p.690) destacam que um crime é classificado desta forma quando representa

[...] uma ofensa massiva ao meio ambiente, capaz de ocasionar graves danos ao ecossistema e violações à fauna, flora, ao ar e/ou as águas, de sorte a determinar a morte de vários espécimes animais ou vegetais, ou tornar inapropriado o uso águas, do solo, subsolo e/ou do ar, de modo a ocasionar abalos à própria vida humana.

No contexto desta pesquisa, compreende-se as organizações como um dos muitos atores inclinados ao descumprimento das determinações legais, que as levam a cometer crimes como o ecocídio. Isto se dá uma vez que as organizações se configuram pautadas em um sistema que envolve relação direta com a economia capitalista, a sociedade, e a exploração do ambiente para a produção, e, portanto, são mais predispostas a violar os direitos da sociedade e de sua relação com o ambiente. A partir da interpretação advinda da teoria de O'Connor (2000), o fato do Estado ser a instituição reguladora dos aspectos legais e ser o então responsável pela

fiscalização e punições referentes a este e outros crimes semelhantes, não causa intimidação às atitudes infratoras cometidas pelas organizações.

Estas, assim como o sistema econômico que rege seus padrões comportamentais, tendem a se esquivar dos críticos e das determinações legais elaboradas pelo Estado. Cumpre-se em partes o que lhes é exigido para que os olhares sejam desviados de outros possíveis problemas ou crimes cometidos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Isto é possível visto que a legislação ambiental brasileira, mostra-se passiva e compreensiva com muitas das atitudes relacionadas à sustentabilidade tomadas pelas organizações. Grande parte das leis que remetem ao assunto são consideradas medidas de ordem preventiva, ou seja, medidas que têm como objetivo, por meio de advertências e multas evitar que danos irreversíveis sejam causados (FIORILLO; CONTE, 2012). Aqueles que não se ajustam às medidas legais são analisados individualmente, em casos mais graves os responsáveis por danos de grande porte ao ambiente e à sociedade podem ser condenados à prisão.

Encontrar, contudo, um contexto em que a legislação ambiental se cumpra conforme espera-se não é comum (NÊUMANNE, 2019). Aquelas organizações que não conseguem desviar as atenções de seus erros e crimes, tendem a demonstrar seu poder por meio de atos políticos, ou até mesmo jurídicos, esclarecendo ao Estado a capacidade que estas detêm de dominá-lo e financiá-lo. Por ser considerado um refém do crescimento econômico, o Estado guia os assuntos que lhe dizem respeito, inclusive aqueles sobre sustentabilidade e aspectos ambientais, a partir da ideologia capitalista. Este tipo de atitude faz com que a força de seu aparato legal seja enfraquecida (SENA et al., 2017). Desta forma, compreende-se a ausência de alinhamento entre discussões sobre o ambiente e a economia, sendo que há uma sobreposição da última em relação ao primeiro, principalmente no que diz respeito ao cenário de infrações e crimes ambientais no Brasil.

Mediante as compreensões apresentadas nos três últimos capítulos sobre a sociologia de Pierre Bourdieu, sobre as teorias de decisões e sobre sustentabilidade, respectivamente, o próximo tópico foi construído com o objetivo de relacionar as três grandes orientações temáticas desta pesquisa.

## 2.4 DECISÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE: RELAÇÕES CONSTRUÍDAS A PARTIR DA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

Com a intenção de discutir de maneira aprofundada os três grandes temas desta pesquisa - capitais, decisão e sustentabilidade - os capítulos anteriores abordaram respectivamente a sociologia de Pierre Bourdieu, as teorias sobre decisões a partir de uma perspectiva bourdieusiana, e a sustentabilidade para além dos aspectos ambiental, social e econômico, discutindo também os aspectos ideológicos e políticos. Este capítulo por sua vez, tem o objetivo de, assim como na sociologia de Bourdieu, compreender os conceitos explorados até então a partir de uma perspectiva relacional. Ainda que possa ser caracterizado como uma arbitrariedade autoral, a associação dos conceitos sociológicos aos conceitos advindos das teorias organizacionais, não há, neste caso, o objetivo ditar estas relações como certas e apontar outras como erradas, mas tem-se a intenção enxergar os grandes temas por meio da lente da sociologia de Pierre Bourdieu e expor a interpretação realizada nesta pesquisa.

Desta forma, as organizações, foram compreendidas como parte do campo analisado. Elas não são reconhecidas como todo o campo em si, uma vez que este estende suas fronteiras até onde os efeitos da *doxa* alcançam e são percebidos. No campo em que as organizações estão, as relações se configuram de maneira semelhante àquelas configuradas nos campos investigadas por Bourdieu em sua trajetória acadêmica. Logo, o campo nesta pesquisa também é considerado como social, visto que é composto por agentes. É considerado um campo de forças, uma vez que os agentes ocupam diferentes regiões, e, portanto, compreendem este espaço de maneiras diferentes. Quando estes lutam para impor suas formas de compreender o campo como a verdade, este torna-se um espaço de lutas. Nesta tentativa de nomear e codificar o que é, supostamente, verdade ou correto, percebe-se que este espaço passa a ser classificado também como campo de poder (BOURDIEU, 2012).

As organizações enquanto parte deste campo, caracterizam-se então como o espaço em que as relações se configuram a partir de práticas. Estas são explicadas por Bourdieu como parte de um jogo que é jogado no campo, que envolve dominantes e dominados, e representa uma disputa por poder. Este espaço

reconhece-se então como um espaço em que é necessária a movimentação de capitais (BOURDIEU, 2009; 2012).

Nesta pesquisa, portanto, a decisão é caracterizada como um conceito passível de ser compreendido a partir do conceito de prática advindo da sociologia bourdieusana. Bourdieu explica as práticas como ações que envolvem disputa por poder. Sua configuração explica-se tanto a partir da história reificada, quanto a partir da história incorporada, ou seja, do *habitus*. Fundamentando-se em uma explicação advinda da sociologia utilizada como lente nesta pesquisa, entende-se que é necessário história para que haja *habitus*, é necessário *habitus* para que a estratégia, enquanto margem de improvisação, e é necessário estratégia para que a prática deixe de ser apenas uma ação e seja reconhecida, de fato, como prática (BOURDIEU, 2004; 2009; 2012).

A decisão nas organizações quando compreendida como prática revela seu caráter histórico, isto é, revela os *habitus* e as estratégias que a constituem. O caráter histórico da decisão é destacado a partir das histórias objetivadas pela organização, isto é, as histórias que de fato aconteceram e se acumularam em suas estruturas. A ação de tomar decisões é algo recorrente no dia a dia organizacional, portanto, existe uma predisposição de as práticas constituírem-se de maneira semelhante a casos anteriores, ou seja, uma predisposição dos decisores exercitarem seu senso prático e manterem um campo em estado autonomizada (BOURDIEU, 2009, 2012). O caráter histórico da decisão também pode ser explicado a partir da história incorporada, ou seja, a partir de tudo aquilo que os agentes que compõem o campo carregam consigo de experiências anteriores, ou conforme Bourdieu (2012) se refere, a partir dos *habitus* destes.

Ao unir o *habitus*, aliá-lo ao senso de jogo e ao senso prático, o agente constrói suas estratégias também a partir do contexto sócio histórico do jogo da organização especificamente. Neste sentido, este adequa-se as adaptações estruturais necessárias, une as características históricas que compõem seu *habitus*, às características históricas que compõem o *habitus* orquestrado pela organização, e por meio de estratégias a prática torna-se possível. Ao destacar que existe um *habitus* orquestrado pela organização, esta passa a ser compreendida como “instância reguladora das práticas” (BOURDIEU, 1996, p.116), no caso desta pesquisa, como instância reguladora das decisões. Ao perceber a existência da intenção de regular e

controlar as práticas que acontecem no campo, revela-se o poder que o permeia a partir da tentativa do estabelecimento de um consenso.

A tentativa de estabelecer um padrão comportamental, ou de disseminar uma verdade como absoluta no campo, no que diz respeito as decisões organizacionais, demonstra a existência de agentes que tem como intenção dominar, codificar e legitimar, esclarecendo que no campo em que estão as organizações, existem regiões de forças diferentes. A partir da associação entre a prática e as decisões, constata-se que agente decisor é, normalmente, representado pelo gestor ou grupo de gestores da organização (TAYLOR, 2000), estes assumem um posicionamento formal considerado relevante na ação de tomar decisões na organização. Contudo, ainda que acreditem ter aceitado entrar no jogo e jogá-lo, a organização, enquanto dominante, os escolheu para ocupar o espaço de decisor, e ela, por meio deles, apenas reproduz seus padrões comportamentais e dissemina sua *doxa*.

Ao definir quem entra e quem joga o jogo, as organizações são compreendidas como detentoras da *doxa*, caracterizadas como representantes da ortodoxia, e, portanto, dominantes do campo em que estão. Ao assumir que pertencem a região dominante, são compreendidas como agentes detentoras de capitais que atribuíram à elas um poder, normalmente simbólico, que faz com que seus efeitos não sejam vistos, mas sejam sentidos. O poder simbólico advém, especificamente, da posse e movimentação do capital simbólico, o qual, no campo, configura-se como o capital que atribui reconhecimento ao agente que o detém.

O conceito da *doxa*, explicado a partir da sociologia de Pierre Bourdieu como uma forma de imposição ideológica, que se constrói a partir da linguagem, pode ser associado nesta pesquisa, à sustentabilidade (BOURDIEU, 2004; WACQUANT, 2002). Logo, compreende-se o campo investigado como o espaço determinado pelas fronteiras que vão até onde os efeitos das discussões das organizações sobre sustentabilidade alcançam. Nesta pesquisa, especificamente, o tema sustentabilidade é interpretado para além do âmbito econômico, ambiental e social. As perspectivas ideológica e política são atribuídas ao tema como uma forma de expor a manifestação de poder estabelecida no discurso sustentável, este que prevê uma dominação manifestada pelas organizações, destacada a partir da interdependência existente entre estas e o sistema capitalista (O'CONNOR, 2000).

Ao encontrarem-se em meio à uma relação entre sociedade e ambiente, as organizações, agem à serviço do mercado, ou seja, conforme dita o sistema econômico vigente. Este favorecimento aos aspectos econômicos mostra a divergência discursiva no que diz respeito à valorização aos aspectos ambientais e sociais. As organizações, contudo, movimentam o capital simbólico que detêm para disseminar a *doxa* da sustentabilidade por meio de discursos formais. Estes discursos são percebidos em seus relatórios, vídeos e notícias, onde estas assumem um posicionamento favorável tanto ao crescimento econômico quanto à preservação ambiental e o cuidado social.

As organizações podem ser interpretadas como possíveis financiadoras do funcionamento da sociedade, detentoras de um capital econômico que assume grande relevância em um contexto guiado pelo sistema capitalista. A posse e movimentação deste capital, aliado aos outros capitais identificados por Bourdieu – o capital cultural e o social – atribuem a elas a autoridade de, em muitos casos, silenciar o aparato legal do Estado no que diz respeito às mais diversas formas fiscalizações, inclusive aquelas relacionadas à sustentabilidade.

Detentoras de um capital relevante e de uma autoridade expressiva no campo em que estão, as organizações tornam-se capazes de disseminar suas próprias verdades acerca dos assuntos de seus interesses. Bourdieu (2008, p.58) mesmo destaca que “a capacidade de manipulação é tanto maior, como revelam as estratégias de condescendência, quanto mais importante for o capital possuído”. Ao interpretar as organizações a partir da sociologia bourdieusiana percebe-se que o poder atribuído a elas advém da posição de dominante que estas ocupam no campo. Este poder é considerado consequência da posse e da movimentação de capitais, o que acaba por refletir em todas as suas práticas, no caso desta pesquisa, especificamente, nas decisões sobre sustentabilidade. Os caminhos metodológicos traçados para que esta pesquisa fosse construída fundamentando-se nas teorias apresentadas até aqui, aliadas à etapa empírica, serão apresentados no próximo capítulo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo foi elaborado com intuito de apresentar as etapas que constroem o caminho metodológico. Essas etapas, no entanto, são antecedidas por tópicos que tiveram como objetivo retratar a identidade onto-epistemológica da pesquisa. Assim, este capítulo discute como Bourdieu compreende a pesquisa, e qual a relação que se estabelece entre seus princípios sociológicos e as organizações. Discute-se, especificamente, a identidade ontológica historicista e epistemológica histórica desta pesquisa, e a relação que se estabelece entre teoria e empiria a partir da sociologia bourdieusiana. Uma vez caracterizada a partir destas informações, a pesquisa desenvolvida nesta dissertação é apresentada a partir de uma abordagem qualitativa subjetiva, descritiva e exploratória. Os dados são alcançados por meio de um estudo de caso e pesquisa bibliográfica. O estudo de caso é construído a partir pesquisa documental. E os dados são analisados a partir da análise de narrativas. Além disso, este capítulo conta também com as premissas para a escolha do local de investigação, e orientações temáticas da pesquisa.

#### 3.1 A PESQUISA PARA BOURDIEU E SUAS RELAÇÕES COM AS ORGANIZAÇÕES

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa têm como interesse apresentar não somente os aspectos técnicos que encaminharam ao cumprimento dos objetivos, mas permitir ao leitor uma compreensão do porquê dessas escolhas a partir de classificações ontológicas e epistemológicas, e das relações entre os principais temas discutidos e a sociologia bourdieusiana. Para tanto, faz-se necessário compreender como Bourdieu entende a pesquisa, especificamente a pesquisa realizada em contexto organizacional.

A partir do que afirma o sociólogo (BOURDIEU, 2012), a pesquisa é considerada uma atividade racional que busca maximizar os investimentos e recursos utilizados, afinal este é considerado como um momento de exposição do pesquisador. Exposição que abriga riscos, mas que, ao mesmo tempo permite que as discussões e investigações sejam ainda mais profundas do que seriam caso o pesquisador não se envolvesse (BOURDIEU, 2012). Wacquant (2004, p.395) destaca a opinião de

sociólogo sobre o assunto ao afirmar que “Bourdieu derruba a presunção indiscutível, congênita à arte, de que é preciso necessariamente ser socialmente distante e culturalmente diferente de aqueles a quem se estuda para realizar uma observação participante válida”. Bourdieu destaca que enquanto investigador na pesquisa científica, toma por objeto o contexto da descoberta, e não apenas o objeto em si. A sociologia bourdieusiana rompe então com princípios metodológicos regulares e com etapas pré-estabelecidas (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015).

O fato de Bourdieu se interessar pelo contexto da descoberta revela um dos principais interesses de sua construção sociológica: a prática. A prática é considerada aquilo que conecta o campo ao *habitus*, mas ao mesmo tempo acontece no campo e é constituída pelo *habitus*. Além disso, por meio das práticas existe movimentação de capitais no campo, movimentações estas que normalmente se relacionam às disputas por poder (BOURDIEU, 2009, 2012). Sendo assim, a possibilidade de apropriar-se dos princípios da sociologia bourdieusiana nos estudos organizacionais, está relacionado à semelhança das práticas investigadas pelo sociólogo, em diversos campos por ele analisados, das práticas que acontecem nas organizações.

A organização é considerada histórica, relacional, dialética e dialógica. É uma estrutura objetivada, mas também é constituída por agentes, que carregam consigo disposições incorporadas de lutas anteriores, ou seja, o *habitus*, que se constroem a partir da história. Estes agentes que compõem a organização estabelecem relações de interação entre eles mesmos e com a estrutura do campo, ou seja, a organização é relacional e dialógica. A própria definição da palavra organização, que remete à “ação de organizar”, apresenta o porquê esta é caracterizada como dialética. A relação de interdependência se explica a partir da capacidade de ação do agente e a capacidade de organizar da estrutura (BOURDIEU, 2009, 2012; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; SWARTZ, 2008; VAGHAN, 2008).

Ao considerar o objetivo geral desta pesquisa a interpretação à luz da sociologia bourdieusiana é considerada relevante. As decisões sobre sustentabilidade em contexto organizacional, portanto, são consideradas práticas sociais de uma organização, isto é, ações reconhecidas como práticas pelo poder envolvido. Para compreender como se dá a movimentação dos capitais nesta prática, faz-se necessário entender as estratégias, e, portanto, as disposições das relações que a compõem, sendo necessário uma investigação da trajetória da organização e dos

agentes que nela estão. Dentre as relações que acontecem no campo, Bourdieu destaca o interesse pelas relações de poder. Logo, a história é considerada uma forma adequada de compreender a realidade que se pretende estudar.

### 3.2 IDENTIDADE ONTO-EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA

Com o intuito de explicar as características da ontologia e epistemologia que guiaram esta pesquisa, faz-se necessário compreender que os principais temas são abordados à luz da sociologia de Pierre Bourdieu. Este que em sua trajetória acadêmico-científica, mesmo mostrando-se contrário às rotulações e classificações, fez a seguinte declaração: “Eu não falaria, no entanto, de uma ontologia, a menos que alguém esteja pronto para aceitar a noção (verdadeiramente oximorônica) de uma ontologia historicista” (BOURDIEU, 1993, p.273). Este posicionamento ontológico refere-se à tentativa da sociologia bourdieusiana romper com os dualismos entre objetivismo e subjetivismo, valorizando aspectos objetivados e incorporados pelos agentes e pelo próprio campo.

#### 3.2.1 Ontologia Historicista

A partir de uma tentativa de compreensão do mundo a partir da história, Bourdieu rompe com as oposições entre indivíduo e sociedade, entre objetivo e subjetivo, e mostra-se adepto a uma cumplicidade ontológica entre aquilo que é incorporado e o que é objetivado (SIEMON, 1997). A ontologia historicista, na sociologia bourdieusiana, se explica como “uma relação entre estrutura social, *habitus* individual e prática” (STEIMETZ, 2011, p.51).

Nesta pesquisa, a classificação ontológica historicista pode ser explicada como uma tentativa compreender o mundo a partir das estruturas que condicionam as ações dos agentes e grupos de agentes. No entanto, em uma organização, os agentes não são condicionados apenas por aspectos advindos da estrutura organizacional. Estes têm também suas práticas explicadas a partir de três aspectos não objetivos, são estes: a duração histórica, que representa as trajetórias dos agentes no campo em que estão e em outros campos onde já estiveram; por um movimento oriundo de tensões, representado por disputas que acontecem no recorte do espaço social, enquanto campo de forças e luta; e por uma reprodução inalterada

das relações de dominação, relações estas estabelecidas e determinadas a partir do poder atribuído ao detentor do capital simbólico (STEIMETZ, 2011).

Bourdieu afirma então que a história incorporada pelos agentes é uma das formas pelas quais é possível compreender como se configuram as relações de poder nos campos investigados por ele (BROADY, 1996). A história objetivada, por sua vez, compreendida como aquela que aconteceu e se acumulou nas estruturas da organização. Neste sentido, esta pesquisa caracteriza-se a partir de uma ontologia historicista por interessar-se nas relações acerca das decisões sobre sustentabilidade em uma organização. Estas representam prática sociais e são resultados de uma duração histórica objetivada e incorporada. Ademais, as relações de disputa, poder e dominação envolvidas nesta prática vão além do contexto organizacional interno e caracterizam-se a partir do campo em que a organização está envolvendo a relação entre ela e a sustentabilidade.

### 3.2.2 Epistemologia Histórica

Ainda com o objetivo de compreender os contextos, histórias e trajetórias, a sociologia bourdieusiana pode ser explicada a partir de uma epistemologia histórica. Essa classificação epistemológica é fruto da relação entre a história e a sociologia (BROADY, 1996). As características desta epistemologia que advém desta ciência destacam a relevância dos fatos sociais, enquanto estruturas, mas também das experiências sociais, enquanto construções dos agentes. As características advindas da história, por sua vez, abrigam dois tipos de história mencionados na teoria de Bourdieu: a história reificada e a incorporada. A primeira delas, representa a história que aconteceu, "que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direitos etc. [...]" (BOURDIEU, 2012, p.82). A história incorporada, por sua vez, representa o aspecto reflexivo da trajetória do agente, isto é, aquilo que se tornou uma disposição, um *habitus* (BOURDIEU, 2012).

Broady (1996) evidencia seis características do caminho pelo qual Bourdieu buscou compreender seus objetos de estudo, isto é, seu caminho epistemológico, estas características são: o racionalismo aplicado; a ciência em seus próprios pés; as rupturas e obstáculos; a primazia das relações; o construcionismo; e as epistemologias regionais.

A primeira delas, o racionalismo aplicado descreve uma característica epistemológica bourdieusiana advinda da teoria de Bachelard, e pressupõe um diálogo entre a empiria e a teoria. No início de sua trajetória acadêmico-científica, Bourdieu explicou essa característica por meio da relação de interdependência entre as hipóteses e as verificações por meio da estatística destacando assim, que não seria possível construir sua sociologia apenas a partir da teoria ou apenas a partir da empiria (BROADY, 1996). Nesta pesquisa, especificamente, esse princípio se explicou pela necessidade de fazer um levantamento teórico sobre a sociologia bourdieusiana, as teorias sobre decisão, e as teorias sobre sustentabilidade, para posteriormente acessar e compreender trajetória do objeto de análise valorizando o contexto da prática, ou seja, o contexto da decisão.

Quando Broady (1996) destaca na segunda característica da epistemologia utilizada na sociologia de Bourdieu, a necessidade de autonomia da ciência, o autor refere-se ao fato de que cada área do conhecimento deve explicar a pertinência de seu objeto de pesquisa para a ciência. Ao buscar compreender as estratégias de movimentação de capitais nas decisões sobre sustentabilidade, esta pesquisa tem a intenção de apresentar à área de estudos organizacionais a relevância da leitura a partir de uma lente bourdieusiana. Esta apresentação se dá a partir das discussões acerca do poder envolvido nas movimentações que acontecem nesta prática da decisão.

A terceira característica da epistemologia histórica de Bourdieu é explicada a partir das rupturas e obstáculos, isto é, a tentativa de desafiar e romper com formas habituais de conhecimento e questionar o senso comum (BROADY, 1996). Bourdieu, em sua sociologia, revela o interesse pela polêmica, e esta não precisa ser, necessariamente, enxergada por todos como um assunto relevante. O sociólogo afirma isso quando diz que “A contribuição de um pesquisador pode consistir, em mais de um caso, em atrair a atenção para um problema, para alguma coisa que não era vista porque evidente demais, clara demais, porque, como dizemos em francês, ‘saltava aos olhos’” (BOURDIEU, 2004, p.56-57). Os três grandes temas desta pesquisa – capitais, decisão e sustentabilidade – quando juntos, representam um rompimento com formas habituais de pensar a realidade organizacional, caracterizando parte da epistemologia histórica.

A primazia das relações, por sua vez, identificada como a quarta característica que compõe a explicação da epistemologia da sociologia bourdieusiana,

revela onde está o aspecto relacional de sua teoria. Ainda que Bourdieu tenha interesse pela compreensão das relações, somente elas não satisfazem suas intenções de pesquisa, e, portanto, não o definem ontologicamente ou epistemologicamente. Contudo, o aspecto relacional, alinhando ao relativismo explica a importância dada pelo sociólogo de não estudar os objetos separadamente. O objetivo da epistemologia histórica é estudar todo um sistema de relações em que os contextos, histórias e trajetórias sejam relevantes (BROADY, 1996). Neste sentido, esta pesquisa tem o interesse de compreender a partir das decisões sobre sustentabilidade em uma organização, as relações entre estrutura social, *habitus* e prática (STEIMETZ, 2011).

Como quinta característica da epistemologia que, explica a sociologia de Bourdieu, tem-se o construcionismo. O destaque deste ponto se dá pela necessidade de toda ciência construir seus objetos de estudo e explicar a pertinência destes na respectiva área do conhecimento. Na sociologia bourdieusiana, por exemplo, “você encontra uma ênfase relacionada na necessidade de objetos rigorosamente construídos, e muitas demonstrações de como chegar a classes sociais construídas, trajetórias construídas, posições construídas de agentes etc.” (BROADY, 1996, p.13). Isto demonstra a tendência da sociologia de Pierre Bourdieu de, por meio de um rigor metodológico, dar voz aos seus objetos. A característica do construcionismo explica então as classificações ontológica, epistemológica, e posteriormente metodológicas desta pesquisa, de utilizar-se da lente bourdieusiana para compreender as decisões sobre sustentabilidade em contexto organizacional, atribuindo voz tanto às estruturas organizacionais, quanto aos agentes que estão nela.

Como sexta e última característica, Broady (1996) discorreu sobre as epistemologias regionais. Segundo o autor, ao se definir uma epistemologia histórica, existe uma concordância que o objeto será investigado em um contexto temporal, comportamental e regional específico. Esta investigação inclui a compreensão da história incorporada e da história reificada para que assim, o pesquisador entenda as transformações que aconteceram no campo que está investigando, bem como as trajetórias das relações de dominação que se estabelecem naquele espaço. Nesta pesquisa, especificamente, o contexto temporal, comportamental e regional, foi relevante para compreender as decisões sobre sustentabilidade enquanto relações de poder, que envolvem movimentação de capitais, e motivações políticas e ideológicas, diante de diferentes situações (O’CONNOR, 2002).

Assim como a sociologia bourdieusiana, que não se pautou apenas em construções teóricas e seus aspectos objetivos, e não buscou compreender a prática apenas a partir da subjetividade do agente, esta pesquisa também se construiu. Neste caso, especificamente, a identidade ontológica historicista e epistemológica histórica são operacionalizadas a partir de diferentes abordagens e classificações metodológicas, que juntas favorecem a compreensão de contextos e trajetórias e que, por sua vez, levam à resposta do objetivo geral. O próximo tópico apresenta a continuação do percurso metodológico.

### 3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A partir de uma perspectiva ontológica historicista e epistemológica histórica, esta pesquisa tem como objetivo responder o seguinte problema: quais são os capitais movimentados em decisões sobre a sustentabilidade na Samarco Minerações S.A. e na Vale S.A.? Para a construção dessa resposta, optou-se por abordagem qualitativa subjetiva, exploratória e descritiva. A abordagem qualitativa é explicada Flick (2014) como relevante nos estudos das relações sociais. Richardson (2014) destaca ainda que a pesquisa qualitativa é uma forma de compreender e descrever problemas complexos, analisar interações, e favorecer o entendimento dos atores sociais, voltando-se, portanto, à compreensão das subjetividades destes, por essa razão, a presente pesquisa caracteriza-se especificamente como qualitativa subjetiva.

Além de compreender a subjetividade do indivíduo, a pesquisa qualitativa envolve também a descrição. Logo os objetivos desta pesquisa, foram atingidos também por uma perspectiva descritiva, e essa relação entre ambas é explicada por Eisenhardt e Graebner (2007, p.28) da seguinte forma: “a pesquisa qualitativa é altamente descritiva, enfatiza a construção social da realidade e concentra-se em revelar como a teoria existente opera em exemplos específicos”. Pelo fato de que juntas a pesquisa qualitativa e descritiva enfatizam a construção social da realidade, esta pesquisa caracteriza-se também como exploratória. Isso porque esta classificação de pesquisa caracteriza-se pelo interesse em compreender as características, causas e consequências de um fenômeno pouco explorado (RICHARDSON, 2014).

Ainda que a decisão seja um fenômeno muito estudado no contexto organizacional, poucos são os estudos encontrados sobre esta interpretada à luz da sociologia bourdieusiana e concomitantemente, associada à sustentabilidade. Para esta pesquisa foi realizado um mapeamento do campo por meio de uma pesquisa bibliométrica, na qual algumas etapas foram cumpridas. A primeira delas diz respeito a delimitação das bases onde foram coletados os dados. A seleção destas foi estabelecida partindo de parâmetros de qualidade e legitimidade de conteúdo em relação às áreas do conhecimento envolvidas na pesquisa. Em atendimento a este critério optou-se pela utilização das bases Web of Science, Spell e Ibict. A pesquisa foi realizada a partir da publicação do primeiro volume e se encerrou nas publicações de 2019, os termos procuradas nos títulos, resumos e palavras-chave foram Bourdieu, decisão e *decision*. Ao filtrar as áreas de *Business* e *Management* e Administração, apenas cinco trabalhos foram encontrados. O quadro 1 apresenta as informações de maneira detalhada.

**Quadro 1 – Trabalhos científicos que discutem decisão a partir de Bourdieu**

ARTIGOS ENCONTRADOS				
Base de Dados	Título	Autor	Periódico/Universidade	Ano de Publicação
Web of Science	When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction	Jatan Sadowski	Big Data & Society	2019
Web of Science	Gender, Management Styles, and Forms of Capital	Salvador Carmona Mahmoud Ezzamel Claudia Mogotocoro	Journal of Business Ethics	2018
IBICT	A tomada de decisão estratégica pela alta direção em uma perspectiva bourdieusiana na ótica da estratégia com prática	Fabian Udo Beims	Universidade de Caxias do Sul	2018
Spell	Processo decisório, objetivos das organizações e interesses do staff: elementos teóricos de um enfoque incremental	Rabah Benakouche	Revista de Ciências da Administração	2010
Web of Science	Transnational Entrepreneurs' Venture Internationalization Strategies: A Practice Theory Approach	Siri Terjesen Amanda Erlam	Entrepreneurship Theory and Practice	2009

**Fonte:** elaborado pela autora

O primeiro trabalho apresentado na tabela acima, refere-se à um artigo de 2019 que discute os dados necessários para as práticas organizacionais

como formas de capitais. O autor apesar de discutir as três formas de capitais compreendidas na sociologia bourdieusiana, segue uma visão marxista e entende que os dados são vistos majoritariamente como forma de capital econômico. O segundo trabalho, por sua vez, é do ano de 2018 e refere-se à um artigo que discute gênero, modelos de gestão e formas de capital. Segundo os autores, os capitais movimentados podem estar associados ao gênero do gestor, e mesmo quando este cargo é ocupado por mulheres, em certos momentos elas agem a partir de um *habitus* masculino em relação à decisão.

O terceiro trabalho da tabela refere-se à uma dissertação de mestrado, em que o autor explica os capitais como uma forma de definir posicionamento no campo, e que conseqüentemente, acaba por influenciar na tomada de decisão. O autor destaca em sua dissertação o conceito de estratégia como prática e o conceito de prática para a sociologia bourdieusiana. O quarto trabalho mencionado refere-se à um artigo do ano de 2010 em que o autor se apropria de outras teorias, além da de Pierre Bourdieu, para explicar a relação entre decisão e capitais. Contudo este não se aprofunda em explicações sobre as movimentações e tipos de capitais existentes na sociologia bourdieusiana. Por fim, o último trabalho listado no quadro acima, refere-se à um artigo de 2009 em que os autores discutem a necessidade de relação entre os conceitos da sociologia de Bourdieu. Os autores esclarecem os capitais como uma forma de intermediação entre o *habitus* e o campo.

A partir deste levantamento, compreende-se o campo que se pretendeu estudar como pouco explorado, além disso, percebe-se que as discussões que incluem a teoria de capitais de Bourdieu e decisão são recentes. Logo, ao considerar que o objetivo desta pesquisa consiste em analisar os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade à luz da sociologia bourdieusiana, a perspectiva exploratória é considerada relevante.

Ao buscar compreender como se dá a movimentação dos capitais, tanto os contextos e trajetórias dos agentes, quanto as relações sociais objetivas e estruturas da organização são alvos de análise. Desta forma, fundamentada em uma perspectiva epistemológica histórica advinda da sociologia de Pierre Bourdieu, a abordagem qualitativa subjetiva desta pesquisa busca descrever e compreender tanto as estruturas sociais, quanto os *habitus* e as práticas, ou seja, a relação entre história reificada e história incorporada.

Reificada no que diz respeito a realidade objetivada pela organização na decisão, e incorporada, no que diz respeito às percepções e construções dos agentes no que diz respeito aos aspectos que constroem essa prática. A abordagem qualitativa subjetiva compreende então a relação existente entre o objetivo e o subjetivo, na sociologia de Bourdieu representado pela prática social, e neste caso entendido como a própria decisão (BOURDIEU, 2009; CRESWELL, 2010). Essa característica bourdieusiana de estabelecer na sociologia relações dialéticas de interdependência, reflete também na relação que Bourdieu estabelece entre teoria e empiria.

#### 3.4 TEORIA E EMPIRIA EM PESQUISAS ORIENTADAS PELA SOCIOLOGIA BOURDIEUSIANA

A primeira formação acadêmica de Bourdieu, em filosofia, foi uma das razões para que ele se mostrasse contrário as características das pesquisas realizadas pela sociologia. A partir do que afirma Bourdieu, essa ciência não era nem teórica, nem empírica, característica que a fez alvo de críticas, visto que o então filósofo valorizava o rigor nas pesquisas (BOURDIEU, 2004). Em sua trajetória, no entanto, Bourdieu aos poucos se reconheceu como antropólogo, etnólogo até se reconhecer, de fato, como sociólogo. Ao iniciar suas pesquisas no campo da ciência social, ele se afirmou primeiramente a partir de pressupostos estruturalistas, os quais o fazia compreender o mundo social como “espaço de relações objetivas transcendente em relação aos agentes e irreduzível às interações entre os indivíduos” (BOURDIEU, 2004, p.20).

No entanto, no decorrer de sua trajetória enquanto sociólogo, Bourdieu não demonstrou interesse em compreender os fatos sociais apenas a partir de seus aspectos objetivos, ou como coisas. Por isso afirmou apropriar-se também de aspectos construtivistas, sem o objetivo de reduzir o mundo social à representação do agente, mas com a intenção de valorizar também as percepções, pensamentos e ações que contribuem para a construção deste mundo. Sendo assim, a sociologia bourdieusiana construiu-se fundamentada no interesse pelos fenômenos que estão entre os aspectos objetivo e o subjetivo, ou seja, fundamentada no interesse pela prática (BOURDIEU, 2004). A tentativa de Bourdieu romper com os dualismos estabelecidos até então, fez com o sociólogo investigasse seus objetos de estudo também de maneira diferente, permitindo que empiria e teoria dialogassem entre si.

Segundo o sociólogo, não há como descobrir e compreender um fenômeno apenas a partir da teoria, ou apenas a partir da empiria, uma vez que grande é a distância da realidade explicada pela teoria da realidade explicada pela prática. Em relação à realidade explicada a partir da teoria, pautada em aspectos objetivos, Bourdieu se declarou preocupado em “compreender a lógica das práticas, mediante uma ruptura com a experiência primeira”. No entanto, mais adiante, ele mesmo afirmou que a teoria “é espetáculo, que não pode se contemplar senão a partir de um ponto de vista situado fora do palco” (BOURDIEU, 2009, p.30). A partir da interpretação do sociólogo, teoria e empiria caminham lado a lado para que haja melhor compreensão das práticas enquanto produtos de construções sociais.

Bourdieu afirma ainda, que o pesquisador deve se manter a uma distância da prática a ser investigada que o permita compreendê-la enquanto prática em seu sentido regular e objetivo, mas que seja também uma distância que o permita compreender as relações, interações e pensamentos que a constroem enquanto prática social (BOURDIEU, 2009). Este posicionamento reforça sua opinião sobre não considerar necessário que o pesquisador investigue um campo totalmente diferente do qual está inserido (WACQUANT, 2004), afinal, ele mesmo pesquisou o campo acadêmico, do qual fazia parte, para a construção da obra *Homo Academicus*.

Esta pesquisa, especificamente, classifica-se então como teórico-empírica, e está no intermediário, entre os aspectos objetivos e subjetivos. A movimentação de capitais em decisões sobre sustentabilidade em contexto organizacional é então analisada tanto a nível teórico, quanto a nível empírico. Ao ter uma compreensão teórica do campo, o pesquisador pode investigá-lo empiricamente, e compreender os fenômenos, ou no caso da sociologia bourdieusiana, é possível compreender as práticas que se constroem a partir dos *habitus* dos agentes (STEIMETZ, 2011). Além de compreender os principais temas a nível teórico, faz-se necessário o pesquisador analisar também a melhor forma de alcançar seus dados quando no campo. Assim, o próximo tópico aborda as estratégias escolhidas para esta pesquisa.

### 3.5 ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

As estratégias de pesquisa representam a forma como o pesquisador constrói o caminho para ir ao encontro de seu objeto de investigação. Esta pesquisa contou com dois tipos de estratégias para a construção deste caminho, uma à nível teórico e outra a nível empírico. A estratégia de nível teórico, foi a análise bibliográfica, a nível empírico, por sua vez, foi o estudo de caso. A relevância da utilização da análise bibliográfica é justificada visto que este tipo de procedimento técnico permite que o pesquisador tenha acesso às formas com que os fenômenos que se pretende investigar empiricamente, têm sido trabalhados na teoria. Duarte (2004) destaca a relevância deste procedimento ao caracterizá-lo como um aspecto essencial para que o pesquisador conheça previamente o campo no qual está prestes a se inserir ou investigar.

Em relação à construção do caminho até o objeto investigado, também foi escolhida uma estratégia no âmbito empírico, isto porque, fundamentada na sociologia bourdieusiana o campo só é conhecido quando analisado para além de suas definições teóricas (BOURDIEU, 2004). Desta forma, o sociólogo destaca a necessidade de compreensão não apenas do objeto ou da prática em si, mas do contexto em que ela está e acontece (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2015). A estratégia escolhida para a etapa empírica foi a de estudo de caso, que se explica como

[...] investigação detalhada de uma ou mais organizações ou grupo dentro de uma organização, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo. O fenômeno não está isolado de seu contexto (como nas pesquisas de laboratório), já que o interesse do pesquisador é justamente essa relação entre o fenômeno e seu contexto (HARTLEY, 1995, p. 208)

A ideia de que o fenômeno não está isolado e que, portanto, existe interação entre o texto e o contexto, permite o estabelecimento de uma relação entre a estratégia de estudo de caso e a sociologia bourdieusiana. O fenômeno pode ser interpretado como histórico uma vez que compreende as relações e interações entre *habitus*, histórias e trajetórias dos agentes, e a estrutura social objetiva do campo (BOURDIEU, 2004). Ademais, as contribuições de Merriam (1998) em relação aos estudos de caso corroboram com a interpretação de Hartley (1995), quando a autora afirma que a estratégia de estudo de caso investiga o fenômeno como algo integrado.

A escolha por estas duas estratégias, análise bibliográfica e estudo de caso, está relacionada a postura de Bourdieu enquanto pesquisador. O sociólogo defende em sua sociologia, que apenas deduções prévias, neste caso representadas pelo acesso à teoria, não são suficientes para a compreensão do campo e das práticas que nele acontecem (BOURDIEU, 2004). A característica de não aderir apenas a uma estratégia está vinculada a epistemologia de Bourdieu, que em sua trajetória como sociólogo defendeu a valorização não apenas da história objetivada nos fatos e teorias, mas também da história incorporada, compreendida a partir da dos agentes. Bourdieu afirmou que a oposição entre teoria e empiria é um dos exemplos, dentre muitos outros considerados por ele como falsas oposições, que não se respaldam em aspectos científicos, e estão presentes no campo das ciências sociais (BOURDIEU, 2004).

Assim, como o sociólogo declara-se interessado pelas práticas que acontecem no campo, nesta pesquisa, especificamente, as decisões são compreendidas enquanto parte de uma trajetória e construção histórica, e, portanto, associadas ao conceito de prática de Bourdieu. Hartley (1995) afirma ainda que na estratégia de estudo de caso o pesquisador está interessado na relação entre o fenômeno e seu contexto, assim, é possível dizer que ele também está interessado na prática (BOURDIEU, 2009; HARTLEY, 1995). No que diz respeito a pesquisa bibliográfica, os principais resultados estão dispostos nos capítulos que compõem o referencial teórico desta pesquisa. Em relação ao estudo de caso, os próximos tópicos abordam onde este foi realizado, de que forma os dados foram alcançados, e como foram analisados.

### 3.6 LOCAL DE INVESTIGAÇÃO

Uma vez definida a classificação epistemológica desta pesquisa como histórica, classificada como uma pesquisa qualitativa subjetiva, exploratória e descritiva, proposta para ser realizada a partir de um estudo de caso, faz necessário compreender o local de investigação. Ao considerar que esta pesquisa tem o objetivo de analisar em organizações e em uma perspectiva bourdieusiana, os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade, entende-se o interesse em investigar, fundamentando-se na sociologia de Pierre Bourdieu, as decisões enquanto práticas de uma organização específica.

Para selecionar a organização investigada dois critérios foram utilizados: a organização precisaria publicar de relatórios sobre sustentabilidade de acordo com o Global Report Initiative (GRI), e deveria estar entre as organizações que saíram do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA) em algum período nos últimos cinco anos publicados, sendo eles, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

O padrão de relatórios do GRI existe desde a década de 90, e surgiu com o objetivo de ajudar as organizações compreenderem e comunicarem os impactos de suas atividades em relação à sustentabilidade. A partir das informações informadas no site do GRI sabe-se que mais de 90% das maiores organizações do mundo publicam relatórios de sustentabilidade, destas, quase 75% o fazem nos padrões do GRI (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2018).

O ISE, por sua vez, representa uma ferramenta comparativa do desempenho das organizações no que diz respeito à sustentabilidade corporativa. Esta sustentabilidade é analisada a partir da eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa (BM&F BOVESPA, 2018). As empresas consideradas elegíveis são incluídas nas listas se tiverem ativos elegíveis, presença em pregão, se não forem classificadas como “Penny Stock”, ou seja, com ativos inferiores à um real, e se atenderem os critérios de sustentabilidade do conselho deliberativo do ISE (BM&F BOVESPA, 2014, 2015).

Com o objetivo de investigar as organizações que saíram da lista do ISE no período investigado, no endereço eletrônico do índice foram consultadas: a “Carteira 2014”, na qual 40 empresas foram listadas; a “Carteira 2015”, na qual 40 empresas foram listadas; a “Carteira 2016”, na qual 35 empresas foram listadas; a “Carteira 2017”, na qual 34 empresas foram listadas, e a “Carteira 2018”, na qual 30 empresas foram listadas. A seguir as listas são apresentadas nas figuras.

**Figura 1 – Carteira do ISE 2014**

AES Tietê	BRF	Coelce	Ecorodovias	Even	Itausa	OI	Telefonica
Banco do Brasil	CCR	Copasa	EDP	Fibria	Klabin	Sabesp	TIM
BicBanco	Cemig	Copel	Eletrobras	Fleury	Light	Santander	Tractebel
Bradesco	Cesp	CPFL	Eletropaulo	Gerdau	MET Gerdau	SulAmerica	Vale
Braskem	Cielo	Duratex	Embraer	Itaú-Unibanco	Natura	Suzano	WEG

**Fonte:** Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA)

**Figura 2 – Carteira do ISE 2015**

AES TIETE*	CEMIG*	ELETROBRAS*	ITAUSA*	SABESP
B2W DIGITAL*	CIELO*	ELETROPAULO*	ITAUUNIBANCO*	SANTANDER BR*
BRASIL (BANCO DO BRASIL)*	COELCE*	EMBRAER	JSL*	SUL AMERICA*
BICBANCO*	COPEL*	EVEN*	KLABIN S/A*	TELEF BRASIL (TELEFÔNICA)
BRASESCO*	CPFL ENERGIA*	FIBRIA*	LIGHT S/A*	TIM PART S/A
BRASKEM*	DURATEX*	FLEURY*	LOJAS AMERIC (LOJAS AMERICANAS)*	TRACTEBEL*
BRF SA*	ECORODOVIAS*	GERDAU	LOJAS RENNER*	VALE*
CCR SA*	ENERGIAS BR (EDP)*	GERDAU MET	NATURA*	WEG*

**Fonte:** Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA)

**Figura 3 – Carteira do ISE 2016**

AES Tiete	BRF	Copel	Elektrobras	Fleury	Light	SulAmerica
B2W	CCR	CPFL	Eletropaulo	Itaúsa	Natura	Telefônica
Banco do Brasil	Cemig	Duratex	Embraer	Itaú Unibanco	Oi	Tim*
Bradesco	Cesp*	Ecorodovias	Even	Klabin	Lojas Renner	Tractebel
Braskem	Cielo	EDP	Fibria	Lojas Americanas	Santander	Weg

**Fonte:** Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA)

**Figura 4 – Carteira do ISE 2017**

AES Tiete	BRF	Copel	Elektrobras	Fleury	Lojas Renner	SulAmerica
B2W	CCR	CPFL	Eletropaulo	Itaúsa	Light	Telefônica
Banco do Brasil	Celesc	Duratex	Embraer	Itaú Unibanco	MRV	Tim
Bradesco	Cemig	Ecorodovias	Engie*	Klabin	Natura	Weg
Braskem	Cielo	EDP	Fibria	Lojas Americanas	Santander	

**Fonte:** Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA)

**Figura 5 – Carteira do ISE 2018**

AES Tiete	CCR	CPFL	Engie	Klabin	Natura
B2W	Celesc	Duratex	Fibria	Light	Santander
Banco do Brasil	Cemig	Ecorodovias	Fleury	Lojas Americanas	Telefônica
Bradesco	Cielo	EDP	Itaú Unibanco	Lojas Renner	Tim
Braskem	Copel	Eletropaulo	Itaúsa	MRV	Weg

**Fonte:** Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-BOVESPA)

Após feita a comparação entre os cinco anos selecionados, foi possível perceber que 47 empresas diferentes foram listadas neste intervalo de tempo, no entanto, 19 empresas não estiveram presentes em um ou mais anos do

período investigado (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018). O quadro a seguir esclarece quais são.

**Quadro 2 – Empresas ausentes do ISE entre os anos de 2014 e 2018**

<b>Empresa</b>	<b>Período ausente do ISE</b>
BRF	2018
B2W	2014
Bic Banco	2016/2017/2018
CESP	2015/2017/2018
Coelce	2016/2017/2018
Copasa	2015/2016/2017/2018
Eletrobras	2018
Embraer	2018
Even	2017/2018
Gerdau	2016/2017/2018
JSL	2014/2016/2017/2018
Lojas Renner	2014/2017
MET Gerdau	2016/2017/2018
OI	2015/2017/2018
Sabesp	2016/2017/2018
Sul America	2018
Suzano	2015/2016/2017/2018
Tractebel	2017/2018
Vale	2016/2017/2018

**Fonte:** elaborado pela autora com base no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Uma vez encontradas as organizações que atenderam o critério relacionado ao ISE, ou seja, estarem ausentes na lista do Índice de Sustentabilidade Empresarial em um ano ou mais dentre os cinco anos investigados, realizou-se também uma análise da lista de relatório do GRI, com o objetivo de selecionar as organizações que atenderam o segundo critério para a seleção do local a ser investigado. Por meio deste segundo critério estabelecido, buscou-se investigar quais dentre as 19 organizações já selecionadas, apresentavam seus relatos sobre sustentabilidade nos padrões do GRI. Após acessado o “*GRI Report List*”, o ano de 2018 não pôde ser investigado uma vez que a lista a que se teve acesso apresentou os dados até 2017. No entanto, foi possível afirmar que das 19 organizações que estiveram ausentes em algum período dos últimos cinco anos no ISE, apenas 14 atenderam ao segundo critério e publicam seus relatórios nos padrões do GRI em todos os anos explorados.

Cinco organizações foram desconsideradas por não publicarem relatórios no padrão GRI em um ou mais anos investigados, as informações detalhadas, seguem no quadro 3 abaixo. Acredita-se ser relevante a presença das organizações ausentes do ISE na listagem do Global Reporting Initiative para que, por meio da análise dos documentos da organização selecionada, compreenda-se o possível motivo de saída do índice.

**Quadro 3 – Empresas ausentes do ISE sem GRI**

EMPRESAS SEM GRI			
2014	2015	2016	2017
Coelce	Coelce	Coelce	Coelce
MET Gerdau	MET Gerdau	MET Gerdau	MET Gerdau
	Gerdau	Gerdau	Gerdau
		Bic Banco	Bic Banco
			Even

**Fonte:** elaborado pela autora

Dentre as 14 empresas que foram consideradas elegíveis para a realização da etapa empírica, optou-se pela realização do trabalho com a empresa Vale S.A.. Esta foi escolhida mediante o alinhamento entre as interpretações acerca do crime ambiental ocorrido na cidade de Brumadinho, no estado de Minas Gerais em 2019, e as três principais orientações temáticas abordadas nesta pesquisa, que são: decisão, sustentabilidade, e a teoria de capitais, advinda da sociologia de Pierre Bourdieu.

Com o intuito de analisar a organização de maneira aprofundada, no que diz respeito às decisões sobre sustentabilidade, buscou-se investigar quais são suas subsidiárias. As seguintes informações foram alcançadas: 40 foram as organizações adquiridas pela Vale S.A. desde os anos 2000 até o ano de 2015, este número inclui compras totais e de partes das ações, destas, aproximadamente 15% passaram pelo processo denominado pela Vale S.A. de desinvestimento e deixaram de ser suas subsidiárias até o momento; 27 empresas adquiridas localizam-se no Brasil, as demais espalham-se em países como Canadá, Noruega, Colômbia, Guiné e outros países do continente Africano, contudo, suas subsidiárias no exterior concentram-se principalmente na Austrália (VALE, 2019a).

Dentre as 27 subsidiárias brasileiras, está a Samarco Minerações S.A., adquirida no mês de maio dos anos 2000 por 710 milhões de reais (VALE,

2019a). Neste caso, o destaque à esta empresa associa-se à acusação do crime ambiental ocorrido na cidade de Mariana, também em Minas Gerais, no ano de 2015. A empresa responsável por este acontecimento é administrada por uma *joint venture* entre as duas maiores mineradoras do mundo: a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. (ZHOURI et al., 2016). Ao considerar a Vale como alvo da pesquisa, torna-se relevante analisar esta organização, enquanto sua subsidiária, que cometeu crime ambiental semelhante. Uma vez selecionadas as organizações, os dados foram trabalhados a partir de orientações temáticas previamente estabelecidas. Estas foram apresentadas no tópico em sequência.

### 3.7 ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS

Ao definir as orientações temáticas de uma pesquisa, são esclarecidos os principais conceitos abordados no referencial teórico que são considerados relevantes para a construção da análise empírica. No caso desta pesquisa, especificamente, estas foram escolhidas a partir dos temas apresentados no objetivo geral do trabalho, que é analisar, a partir de narrativas referentes à e da Samarco Minerações S.A. e da Vale S.A., e em uma perspectiva bourdieusiana, os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade.

Desta maneira, três são consideradas temáticas centrais, são elas: decisão, capitais e sustentabilidade. No entanto, para compreendê-las à luz da sociologia relacional de Pierre Bourdieu, outros conceitos são necessários, estes são: capital simbólico, poder, e sustentabilidade em uma perspectiva política e ideológica. Para que estes últimos fossem explicados, por sua vez, fez-se necessário explicar respectivamente: os outros capitais que configuram o capital simbólico; a estratégia e a prática, que a partir da movimentação dos capitais promovem a disputa por poder; e as perspectivas ambiental, social e econômica da sustentabilidade.

A relação estabelecida entre estes conceitos quando analisados à luz da sociologia bourdieusiana, se explica da seguinte forma: a organização analisada, é compreendida enquanto parte do campo, onde se estabelecem relações de força, de luta e poder. É social por ser composta por agentes, e é um espaço de forças, por ser considerada um ambiente complexo que abriga os diferentes *habitus*, histórias e trajetórias daqueles que a compõem. A disparidade existente no acesso e na movimentação de capitais, faz com que estes agentes ocupem diferentes regiões no

campo, tornando este um espaço de forças. Quando estas forças se chocam, este campo de forças torna-se um campo de lutas, estas por sua vez, acontecem normalmente devido a disputa de poder (BOURDIEU, 2012; REED, 2007). Contudo, o conceito de campo nesta pesquisa não se limita às fronteiras físicas de uma organização, mas vão até as fronteiras delimitadas pelo alcance da doxa.

O disputa por poder ao qual Bourdieu se refere ao explicar o campo é associada à um jogo, e faz com que outra orientação temática desta pesquisa possa ser explicada. Dentro de uma organização muitas são as práticas que acontecem, não acontecem ou se reconfiguram, todas porém, se constroem a partir das relações e interações entre os agentes e entre estes e as estruturas, são portanto, frutos de histórias reificadas e incorporadas (BOURDIEU, 2009). Da mesma forma se constroem as decisões, isto é, a partir da história objetiva depositada nas estruturas do campo, e a partir da história incorporada, isto é *habitus*, que por sua vez permite a configuração da estratégia do decisor. Uma vez interpretadas como práticas, nesta pesquisa, as decisões são associadas especificamente àquelas que envolvem disputa por poder e, conseqüentemente, envolvem a movimentação de capitais. Nas palavras de Miller, Hickson e Wilson (1996, p.295-296) a decisão pode "ser vista com maior precisão como um jogo de poder em que grupos de interesse competem entre si pelo controle de recursos escassos".

As decisões analisadas nesta pesquisa são aquelas que discutem a sustentabilidade, conceito que pode ser compreendido como "a ideia central do desenvolvimento sustentável, uma vez que a origem, os espaços, os períodos e os contextos de um determinado sistema se integram para um processo contínuo de desenvolvimento" (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009, p.193). A sustentabilidade é normalmente discutida à nível social, ambiental e econômico, nesta pesquisa, no entanto, as interpretações da sustentabilidade como ideológica e política também são consideradas. Ideológica por ser apontada como uma forma de se exercer a dominação, e política por ser orientada pela ideologia capitalista (BORIM-DE-SOUZA et al., 2018; O'CONNOR, 2002). Tanto a dominação, quando a ideologia capitalista explicam as disputas e jogos de poder, e assim compreende-se o compromisso que decisores responsáveis por assuntos relacionados à sustentabilidade carregam consigo.

Para que as decisões, enquanto práticas em que há disputa por poder, aconteçam no campo, é necessário que o agente decisor movimente capitais. A

movimentação de capitais pode se dar por meio do capital social, explicado por Bourdieu (2007, p.112) como "capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer 'apoios' úteis assim como capital de honorabilidade e de respeitabilidade que, muitas vezes, é indispensável para atrair ou assegurar a confiança da alta sociedade". Este capital favorece o acesso do agente decisor a grupos que podem ter informações ou influências que favoreçam a decisão.

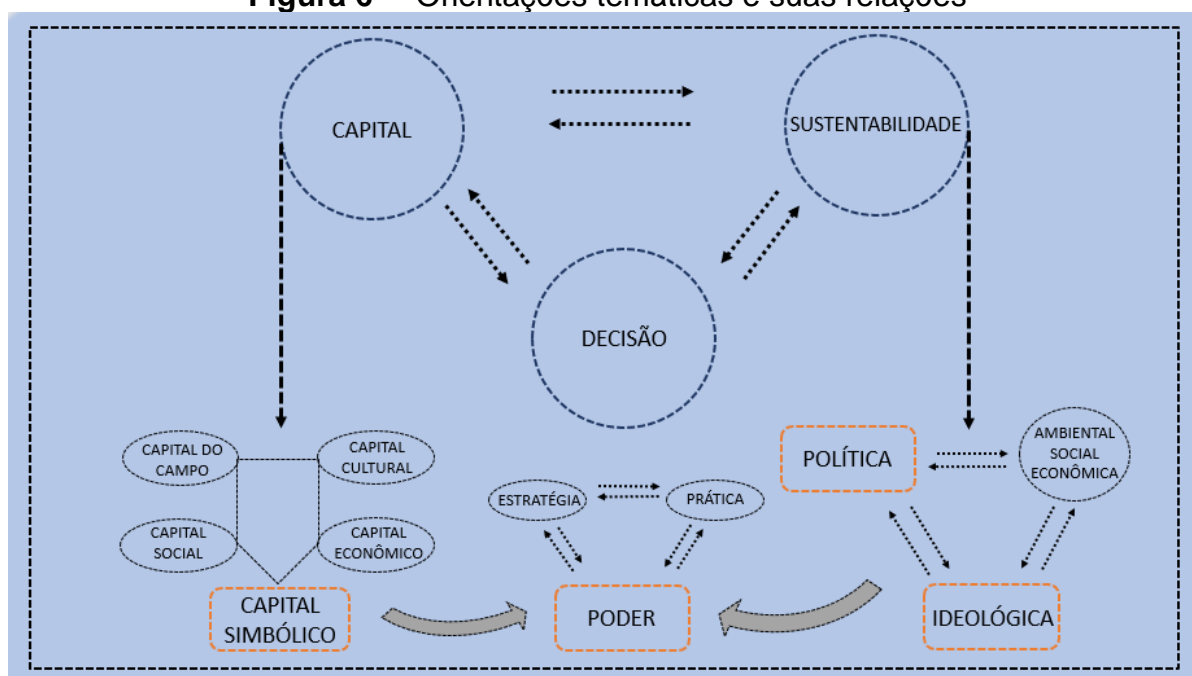
A movimentação também pode acontecer por meio do capital cultural, em qualquer um dos seus três estados (incorporado, objetivado, institucionalizado), por meio dos quais os conhecimentos passados nas primeiras interações do agente, o acesso a obras literárias, ou a posse de títulos e diplomas, respectivamente, podem alterar as decisões. Essa possível alteração é relacionada à influência que os aspectos subjetivos e cognitivos do decisor têm nas decisões (WONG; ORMISTON; TETLOCK, 2011). Bourdieu destaca ainda, que as práticas também envolvem a movimentação do capital econômico, sendo este relacionado aos aspectos monetários. O capital econômico torna favorável a existência dos outros dois capitais apresentados, o social e o cultural, e é também dependente destes para ser explicado (BOURDIEU, 2007, 2011). Além disso, é considerado um capital de extrema relevância às decisões sobre sustentabilidade, uma vez que a partir de uma interpretação política do conceito, as decisões organizacionais sobre sustentabilidade financiam e são financiadas pelo sistema capitalista.

Bourdieu destaca também que as disputas por poder acontecem a partir da movimentação do capital do campo, isto é, o capital que atribui nome ao campo. Ao agente que detém e movimenta de maneira relacionada estes quatro capitais, e outros que são identificados no campo que se analisa, atribui-se o título de dominante do campo, pois este passa a ser o detentor do capital simbólico, isto é, "capital de reconhecimento ou consagração, institucionalizada ou não, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas anteriores, ao preço de um trabalho e de estratégias específicas" (BOURDIEU, 2004, p.170). Em uma organização, só é possível identificar o capital simbólico a partir da análise empírica, no entanto, sabe-se que este atribui àquele que o detém o poder de definir as regiões, codificar, nomear, dentre outras coisas que o faz dominante. Este poder favorece então as práticas enquanto disputas por poder (BOURDIEU, 2012).

Além da movimentação de capitais, as práticas, nesta pesquisa

compreendidas como as decisões, e a disputa por poder que as envolve, estabelecem também relação com o *habitus*. Isto porque a prática se manifesta a partir da estratégia, enquanto margem de improvisação do agente, e esta, por sua vez, é composta pelo *habitus*, que representa as disposições incorporadas de lutas anteriores, isto é, características da história e trajetória do agente. Nas palavras de Bourdieu (2004, p. 98), o *habitus* é um "sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas". Os conceitos de estratégia e *habitus* mostram-se então como conceitos relevantes para a compreensão da prática, e portanto para compreensão das decisões. Fundamentada nas apresentações dos conceitos centrais, como orientações temáticas, e suas relações com outros conceitos, como sub-temas, advindos da sociologia bourdieusiana, a figura 6 foi elaborada.

**Figura 6 – Orientações temáticas e suas relações**



Fonte: elaborado pela autora

A partir da análise dos documentos selecionados, foi possível estabelecer uma relação entre os conceitos, em suas perspectivas teóricas, e as informações encontradas na realidade. Sendo assim, compreendeu-se que um conceito não se limita apenas à um aspecto encontrado, isto é, ao buscar identificar os capitais nos relatórios, vídeos, imagens e notícias, percebe-se que estes podem

assumir as mais variadas configurações dependendo do contexto social, temporal e histórico relatado.

Logo, nesta pesquisa, decisões podem ser explicadas como: práticas relacionadas à e advindas da Samarco Minerações S.A e da Vale S.A. e no que diz respeito à sustentabilidade no recorte temporal analisado. Sustentabilidade é um conceito que, nesta pesquisa, pode ser interpretado da seguinte forma: como um motivador para as decisões, que faz com que as organizações disseminem seus posicionamentos sobre os aspectos ambiental, social e econômico; sustentabilidade também pode ser interpretada como uma forma de demonstração do poder e dominação das organizações.

As estratégias necessárias para que as práticas das decisões aconteçam, podem ser interpretadas neste caso como: capacidade da organização em agir de acordo com o histórico de decisões organizacional, aliado ao contexto social, histórico e temporal desta, e à experiência dos agentes responsáveis pelas decisões sobre sustentabilidade, isto é, seus *habitus*.

No que diz respeito aos capitais, estes podem ser compreendidos separadamente, e de diferentes formas. O capital social pode ser interpretado como: as relações que as Vale S.A. e a Samarco Minerações S.A. estabelecem entre elas e com outras empresas, considerando a *joint venture* existente com a BHP, por exemplo; como as relações com o Estado, que as favorecem diante do cenário político e econômico; como as relações com stakeholders; e também como as relações estabelecidas entre as empresas e as pessoas envolvidas e impactadas por suas atividades. O capital cultural, por sua vez, pode ser interpretado como: o acesso que os decisores das organizações tiveram à educação; como ao conhecimento que estes detêm sobre o tema sustentabilidade; e como a relação estabelecida entre a empresa e a comunidade científica externa, o que inclui universidades e institutos de pesquisa.

O capital econômico, nesta pesquisa, pode ser identificado da seguinte forma: a partir das demonstrações financeiras expostas nos relatórios, nas notícias, vídeos ou imagens; a partir da representatividade que as empresas têm no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro; e a partir da capacidade de compra e negociação destas. O capital do campo pode ser identificado a partir do campo, que discute a sustentabilidade nas organizações. O capital simbólico ao ser compreendido como aquele que atribui reconhecimento e poder, no campo analisado pode ser representado pelo capital econômico, uma vez que as discussões acerca da

sustentabilidade são orientadas pelo sistema capitalista. A partir destas informações, o próximo tópico destacou as ferramentas utilizadas para que estas informações fossem acessadas na realidade.

### 3.8 ACESSANDO AS INFORMAÇÕES NA REALIDADE

Em pesquisas que fazem uso da estratégia de estudo de caso para investigar seus fenômenos, utilizam-se normalmente de três principais métodos: entrevista, observação ou pesquisa documental (MERRIAM, 1985). Para que os conceitos definidos a partir das orientações temáticas desta pesquisa fossem acessados na realidade, optou-se por utilizar especificamente a pesquisa documental. Esta caracteriza-se pelo trabalho com documentos autênticos, sejam eles públicos ou privados, quando há a intenção de investigação histórica. Os documentos são caracterizados como recursos de investigação, e como formas de compreender tanto as práticas sociais quanto as organizacionais (COFFEY, 2014).

A partir do que diz Gerhardt et al. (2009), dentre os possíveis documentos a serem analisados, existem dois grupos: os de fonte de primeira mão, e os de fonte de segunda mão. Os primeiros podem ser representados por documentos fiscais, reportagens, contratos, dentre outros meios que não passaram por nenhum tipo de tratamento analítico prévio. Os documentos de segunda mão, por sua vez, podem caracterizar-se como relatórios organizacionais e manuais de procedimento, por exemplo.

A partir da perspectiva onto-epistemológica advinda da sociologia de Pierre Bourdieu, esta pesquisa contou com a análise de documentos de primeira e segunda mão, que permitiram a compreensão de histórias e contextos a partir de diferentes perspectivas, incluindo documentos textuais e documentos visuais, como vídeos e imagens. Esta escolha explica-se a partir da equivalência de representatividade entre as palavras e as imagens em uma pesquisa documental, visto que ambas podem retratar as construções sociais do contexto analisado. Logo a pesquisa de caráter documental, neste caso especificamente, assume-se como multimodal (COFFEY, 2014).

Ao transformar eventos e acontecimentos em textos, vídeos ou imagens, as organizações têm a possibilidade de contextualizá-los, recontextualizá-los e descontextualizá-los. Assim, os documentos nesta pesquisa não partem da

existência de uma realidade factual, afinal, a decisão, enquanto fenômeno a ser investigado, é interpretada como algo construído a partir da estrutura do campo enquanto uma realidade objetiva, isto é, da história reificada, e como algo construído a partir da história incorporada, isto é, pelo *habitus* e estratégias dos agentes que o compõem. Além disso, os documentos não são utilizados a título de comparação ou confirmação dos dados, sequer como evidências, mas como uma forma de juntos, contextualizarem a análise desta pesquisa (FLICK, 2014).

Estabelecidos o método utilizado como a pesquisa documental, as escolhas para a realização da análise foram: relatórios de sustentabilidade (sete da Samarco e cinco da Vale), sites institucionais, notícias (37), vídeos dos canais do Youtube das empresas (19 da Samarco e 18 da Vale), bem como imagens e textos divulgados nas redes sociais – Instagram e Facebook – destas. No que diz respeito aos relatórios de sustentabilidade, foram analisados aqueles publicados nos padrões do GRI dos anos de 2010 a 2018 da empresa Samarco Minerações S.A., e os relatórios de 2013 a 2018 da empresa Vale S.A.. Este intervalo de tempo foi estabelecido para que fossem acessados os relatórios referentes aos cinco anos anteriores aos crimes ambientais de Mariana-MG e Brumadinho-MG, respectivamente, até os relatórios disponíveis no ano de 2019.

Os sites institucionais das duas empresas foram acessados, especificamente os tópicos “Sobre a Vale” e “Sobre a Samarco”. As descrições da empresa abrigam temas como: ética, responsabilidade social, governança corporativa, além dos relatórios de sustentabilidade. Em relação às notícias, analisou-se notícias externas relacionadas ao tema advindas de grandes jornais e revistas. Nesta pesquisa, especificamente optou-se por extrair informações do jornal Estadão (oito notícias sobre a Samarco e seis notícias sobre a Vale) e da revista Carta Capital (quatro notícias sobre a Samarco e 19 notícias sobre a Vale). A escolha dessas duas fontes de documentos de primeira mão, justifica-se pela tentativa de contrapor os posicionamentos ideológicos e políticos contrastantes dos dois meios de comunicação acerca de um mesmo tema. As imagens e textos publicados no Instagram e Facebook das duas organizações, foram destacados quando assumiram alguma relação com decisões sobre sustentabilidade na Vale S.A. e na Samarco Minerações S.A. no mesmo recorte temporal dos relatórios.

Uma vez definida as abordagens – qualitativa subjetiva, exploratória descritiva -, as estratégias – pesquisa bibliográfica e estudo de caso -, e o método –

pesquisa documental, as informações acessadas foram analisadas a partir das narrativas.

### 3.9 ANALISANDO AS INFORMAÇÕES

Uma vez selecionados e lidos os relatórios de sustentabilidade publicados nos padrões do GRI, as informações dos sites institucionais, as notícias dos veículos de comunicação escolhidos, e assistidos os vídeos acerca de decisões sobre sustentabilidade das empresas Vale S.A. e Samarco Minerações S.A., fez-se necessário compreender como os dados encontrados foram analisados. Para tanto, optou-se por utilizar o método de análise de narrativas, que se mostra alinhado à classificação onto-epistemológica da pesquisa. Este tipo de método “parte do pressuposto ontológico de que a realidade é socialmente construída por meio das interações sociais das pessoas” (RESE, et al., 2010, p.2). Além disso, as teorias sobre narrativas compreendem que a “comunicação humana deve ser vista como histórica e situacional” (FISHER, 1984, p. 2).

A narrativa explica-se como gêneros discursivos que são construídos com objetivo de representar uma conexão de acontecimentos (LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998). Em outras palavras, se constroem no decorrer de uma trajetória, enquanto uma forma de estrutura cognitiva que orienta as ações indivíduo (FREEMAN, 1999 apud SPARKLE; SMITH, 2008). Esta proposição de compreensão é possível de ser alcançada visto que “o homem é em suas ações e prática, bem como em suas ficções, essencialmente um animal que conta histórias ” (MACINTYRE, 1981, p.216). Suas histórias na “perspectiva narrativa, portanto, tem relevância para o real, assim como mundos fictícios, histórias de vida e histórias da imaginação” (FISHER, 1984, p.2). Assim, independentemente de como e qual história é contada, o homem pode ser caracterizado como *homo narrans* (FISHER, 1984). A partir de uma interpretação advinda da sociologia bourdieusiana, compreende-se que por meio da análise de narrativa realizada nos documentos selecionados é possível compreender a história objetiva do campo em que estão as organizações, e a história incorporada pelos agentes que o compõem (BOURDIEU, 2012).

A relação entre o método de análise dos dados e a teoria, explica-se pelo fato da decisão ser compreendida como parte da história e trajetória das organizações, enquanto parte integrante do campo, e dos agentes que o compõem.

À luz da sociologia bourdieusiana, decisão pode ser compreendida como uma das práticas que acontecem no campo, e a sustentabilidade como um motivador para que estas relações de poder nas organizações se legitimem por meio do discurso. Logo, a análise de narrativas é considerada como um método eficiente na busca por atingir os objetivos desta pesquisa.

Os autores que discutem as teorias de decisão reforçam esta escolha de método de análise, afirmando que o tema pode ser mais bem compreendido por meio de uma “análise de narrativas, interpretando ações e identificando significados em símbolos articulados por indivíduos” (MILLER; HICKSON; WILSON, 1996, p. 306). Este método, portanto, não se preocupa em encontrar uma verdade absoluta a partir dos documentos, afinal entende-se que os significados diferem de acordo com o agente que o dissemina, de acordo com a linguagem, isto é, difere de acordo com a relação entre a linguística, o discurso, e o contexto envolvidos na construção dos documentos (CZARNIAWASKA-JOERGES, 1995; JOSEPH, 2004). Ainda no que diz respeito ao material selecionado para análise a partir deste método, Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998) destacam que não há interpretação correta ou incorreta dos documentos.

Destaca-se também a pertinência da utilização deste método de análise de dados em uma pesquisa que discute as decisões, especificamente, sobre sustentabilidade como práticas permeadas por poder. Isto porque Brown e Rhodes (2005) apresentam as próprias organizações como espaços de relações de dominação e autoridade, onde as narrativas constroem-se com a intenção de serem compreendidas como verdades diante do campo em que estão. Estas construções discursivas, porém, não são consideradas imutáveis, mas são passíveis de modificações de acordo com o contexto e a história (CLEGG, 1989 apud BROWN; RHODES, 2005). Plummer (2001) esclarece essa discussão ao afirmar que os contextos sociais nos quais as narrativas se constroem ainda que estruturados, baseiam-se nas convenções sociais.

No contexto dos estudos organizacionais, o uso da análise de narrativas, mostra-se relevante por representar uma forma pela qual “a experiência é reconstituída reflexivamente, tornada significativa e tornada comunicável” (BROWN; RHODES, 2005, p.9). A explicação feita por Vaara, Sonenshein e Boje (2016, p.503) destaca ainda que em uma empresa, por exemplo, “as narrativas são conceituadas como construções das pessoas sobre os fenômenos organizacionais”. Essas

construções podem ser analisadas de duas formas: a partir das narrativas individuais, que permite análises acerca dos pontos de convergência e divergência daqueles que narram a história; e, a partir das narrativas compostas, por meio da compreensão do posicionamento de diversos agentes de determinado campo, com o objetivo de “capturar os significados coletivos de um grupo de membros da organização” (VAARA; SONENSHEIN; BOJE, 2016, p.503).

Ao interpretar documentos por meio de uma análise de narrativas o pesquisador constrói a informação a partir da compreensão da linguagem, escrita ou não, da estrutura e do contexto (COFFEY, 2014). Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998), destacam que a compreensão dessa relação exige do pesquisador uma leitura minuciosa e sensitiva, afinal analisar documentos “e fazer sentido do seu conteúdo exige que os leitores tragam suas próprias suposições e entendimentos” (COFFEY, 2014, p.373). Com o objetivo de compreender as principais etapas realizadas nas análises de narrativas, o quadro 4 foi elaborado. Este conta com as etapas explicadas à nível teórico, e as etapas de nível empírico.

Quadro 4 – Etapas da análise de narrativas

		Análise de Narrativas
1ª Etapa	Teoria	Compreender os aspectos contextuais do momento da elaboração dos documentos em relação à espaço, tempo e autoria (BANKS, 2000; SPARKLE; SMITH, 2008)
	Empiria	<b>Em relação aos relatórios de sustentabilidade:</b> analisar as semelhanças e diferenças entre eles, no que diz respeito às decisões sobre sustentabilidade, no decorrer dos anos analisados, considerando assim o contexto das histórias contadas. <b>Em relação aos documentos não textuais das organizações:</b> apurar o contexto histórico e temporal em que as organizações publicaram vídeos, imagens e notícias em seus sites institucionais, Youtube, Facebook e Instagram, que abordaram decisões sobre sustentabilidade <b>Em relação aos documentos textuais do jornal Estadão e da revista Carta Capital:</b> analisar as notícias publicadas por estes veículos de comunicação no recorte temporal definido, que abordaram decisões sobre sustentabilidade tomadas pela Vale S.A. e pela Samarco Minerações S.A.
2ª Etapa	Teoria	Compreender <i>o que</i> acontece e <i>como</i> acontece (SPARKLE; SMITH, 2008)
	Empiria	A partir da leitura dos documentos, textuais ou não, identificar quais foram e como foram tomadas as decisões sobre sustentabilidade, que envolveram a Vale S.A. e a Samarco Minerações S.A. durante o recorte temporal escolhido nesta pesquisa.
3ª Etapa	Teoria	Realizar uma "escuta dialógica (Bakhtin, 1981) a três vozes (pelo menos): a voz do narrador, representada pela fita ou texto; o referencial teórico, que fornece os conceitos e ferramentas para interpretação; e um monitoramento reflexivo do ato de ler e interpretar" (LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998, p.10).
	Empiria	A partir da identificação de quais foram e como foram tomadas as decisões sobre sustentabilidade apresentadas nos documentos, construir uma relação entre estas e a teoria de capitais da sociologia de Pierre Bourdieu. Identificando quais foram os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade nas organizações analisadas.
4ª Etapa	Teoria	Interpretar os dados a partir de uma perspectiva pessoal, de forma parcial e dinâmica (LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998).
	Empiria	Uma vez que Bourdieu destaca o pesquisador como aquele que não está distante do fenômeno, esta etapa envolve uma interpretação da autora a partir: dos documentos e notícias lidos; dos vídeos assistidos; e, também a partir do conhecimento adquirido na pesquisa bibliográfica acerca dos três grandes temas que orientam a pesquisa: capitais, decisão e sustentabilidade.

Fonte: elaborado pela autora a partir das contribuições de Banks (2000), Liebllich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998), e Sparkle e Smith (2008)

## 4 ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar a análise dos documentos que compuseram a pesquisa, dentre eles: 12 relatórios de sustentabilidade, sete relatórios da empresa Samarco Minerações S.A., e cinco relatórios da Vale S.A.; vídeos do canal do Youtube das duas organizações; notícias da revista Carta Capital e do jornal Estadão, especificamente aquelas que abordaram decisões sobre sustentabilidade nas duas organizações; textos, vídeos e imagens, que abordaram decisões sobre sustentabilidade, apresentados nas redes sociais - Instagram da Vale e Facebook da Vale e da Samarco. Com o intuito de construir uma análise de dados de forma dinâmica, pautada nas características sociologia de Pierre Bourdieu, este capítulo apresenta-se da seguinte forma: o primeiro tópico é destinado à análise de narrativas da empresa Samarco Minerações S.A., e a relação entre os documentos e as teorias da pesquisa; o segundo tópico destaca informações sobre a Vale S.A., e a relação entre os documentos e as teorias da pesquisa; e, por fim, o terceiro tópico apresenta a construção entre os pontos de convergência e divergência das duas empresas no que diz respeito as decisões sobre sustentabilidade, pautando-se nas teorias dos três grandes temas da pesquisa: capitais, decisão e sustentabilidade.

### 4.1 SAMARCO MINERAÇÕES S.A.

Uma empresa que está há 42 anos no ramo da mineração no Brasil, a Samarco tem atualmente capital fechado e é resultado de uma *joint venture* entre as mineradoras Vale S.A. e BHP Billiton, sendo 50% das ações de cada uma delas. Em 2015 foi classificada como a 12ª maior exportadora do Brasil, atendendo demandas de quatro continentes do mundo com a comercialização de pelotas de minério de ferro. Por esta razão é possível constatar que suas atividades e seu desempenho financeiro são relevantes na movimentação econômica do país. A partir de dados fornecidos no site institucional da própria empresa, a receita da Samarco representa aproximadamente 1,5% do PIB do estado de Minas Gerais e 6,4% do PIB do estado do Espírito Santo. Para reforçar sua relevância econômica nos estados e cidades em que atua, a Samarco destaca também que, de toda a arrecadação de impostos da cidade de Mariana, um de seus locais de atuação, mais de 50% foi gerado a partir de atividades realizadas pela empresa (SAMARCO, 2019).

Ainda que seja considerada uma empresa de grande relevância econômica, a Samarco atualmente está com suas atividades paralisadas. Este cenário perdura há aproximadamente quatro anos, desde o dia 5 de novembro de 2015, quando a empresa enfrentou um grave rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, localizada na unidade Germano, no município de Mariana, Minas Gerais. Os danos registrados foram de extrema representatividade, aqueles relacionados ao ambiente natural não foram ainda completamente mensuráveis, desta forma, o ocorrido classifica-se como um crime ambiental grave, como um ecocídio. Os danos sociais, por sua vez, são passíveis de mensuração apenas no que diz respeito à quantidade de pessoas que perderam suas vidas, totalizando 19. Inúmeras famílias perderam suas casas e trabalhos, o que causou desestruturação psicológica, social e econômica para a região afetada (SAMARCO, 2016).

Ainda que as medidas e decisões relacionadas à sustentabilidade tenham sido mais evidenciadas pela mídia, e pela própria empresa, após o rompimento da barragem, a Samarco está envolvida com tema há mais tempo. Diante do recorte temporal escolhido para a realização desta pesquisa, a análise de relatórios de sustentabilidade teve início no ano de 2010, cinco anos antes do rompimento da barragem, em um contexto onde a empresa passava e previa para o futuro, um cenário completamente diferente do atual. Naquele ano, em que o ocupante do cargo de diretor presidente da empresa foi José Tadeu de Moraes, a primeira página de apresentação do relatório de sustentabilidade contava com a seguinte frase: “Queremos o lucro, sim. Queremos ser uma referência, sim. Queremos crescer e ocupar espaços. Mas de forma perene, para crescer com coerência. De forma sustentável, para crescer sempre.” (SAMARCO, 2010, p.3).

Dentre as informações contidas no relatório destacou-se que, naquele ano mais de 80 milhões de reais foram destinados à projetos de gestão e proteção ambiental, e no que diz respeito a este tema a Samarco mostrou-se atenta não só aos aspectos práticos da sustentabilidade, mas também às definições teóricas sobre o assunto. Foi percebido um alinhamento entre as narrativas da Samarco e a definição de sustentabilidade presente no Relatório de Brundtland:

[...] Sustentabilidade é a capacidade da Empresa se desenvolver e inovar em ambientes de crescente complexidade e interdependência, com transparência e responsabilidade econômica, ambiental e social. É a geração de valor para a Samarco e partes interessadas, pautada pela ética, confiança, pró-atividade e visão sistêmica. Fazemos isso por meio de ações e parcerias que buscam assegurar o equilíbrio entre as dimensões econômica, sociocultural e ambiental, respeitando as

gerações atuais e contribuindo para o desenvolvimento das gerações futuras (SAMARCO, 2010, p.28).

Paulo Rabelo, diretor de Desenvolvimento e Planejamento, em um dos vídeos da empresa postado em seu canal no Youtube também no ano de 2010, concorda que a Samarco está alinhada com aquilo que há de mais moderno em relação à sustentabilidade (SAMARCO, 2010a). Além dele, outros cinco funcionários da empresa – o diretor-presidente, diretores e gerentes – falaram sobre o tema em vídeos separados. Ricardo Vescovi, então diretor de Operações e Sustentabilidade, defende a sustentabilidade como algo que a empresa não constrói sozinha, que os diálogos sobre o assunto devem ser multidimensionais e envolver a sociedade enquanto grupo de pessoas que autoriza a atuação da Samarco. Além disso o diretor afirma que a sustentabilidade deve ir além daquilo que é obrigação (SAMARCO, 2010b).

Em outro vídeo, o então presidente da empresa, José Tadeu de Moraes, afirma acreditar que a sustentabilidade se mede a partir do impacto ambiental gerado pela empresa, mas que também envolve aspectos relacionados à ética. José Tadeu ressalta que considera fácil trabalhar em um ambiente onde os valores relacionados à sustentabilidade estão alinhados àquilo em que ele acredita (SAMARCO, 2010c). Da mesma forma, o gerente de Meio Ambiente no ano de 2010, Rodrigo Dutra, destaca que os valores da Samarco são semelhantes aos seus valores pessoais, o que torna o ambiente de trabalho saudável. Ao pensar em alguma ação da empresa que tenha sido relevante no que diz respeito à sustentabilidade, o gerente destaca uma ação com fins ambientais, isto é, a substituição de óleo combustível por gás natural nas atividades diárias (SAMARCO, 2010d).

Em uma perspectiva mais utilitarista, possivelmente associado ao seu cargo com foco em vendas, o então diretor Comercial e de Serviços Corporativos, Roberto Carvalho destaca que ser sustentável significa explorar de forma planejada para evitar esgotamento de recursos. Além disso este afirma que a sustentabilidade concerne no relacionamento com o cliente, e, portanto, destaca que a empresa deve ser sustentada pelo mercado, e pela população em suas atividades diárias (SAMARCO, 2010e). Eduardo Bahia, diretor Financeiro da Samarco no ano de 2010, relata em vídeo que a empresa tem como objetivo ser lucrativa, sustentável e estar em constante busca de novas tecnologias. Além disso, Eduardo destaca a relevância da realização de parcerias com universidades. É possível dizer também que o diretor

foi o único, dentre os seis funcionários que abordaram o tema sustentabilidade nos vídeos, que afirmou ser necessário que o funcionário “compre” as ideias da empresa, e que agir de forma sustentável cria um contexto favorável para que o funcionário desenvolva um senso de pertencimento e participação (SAMARCO, 2010f).

Ao buscar compreensão das narrativas dos funcionários da Samarco nos vídeos publicados pela empresa no ano de 2010, pautando-se na sociologia de Pierre Bourdieu, algumas interpretações tornam-se possíveis. Rodrigo Dutra e José Tadeu de Moraes representam os funcionários mencionados por Eduardo Bahia, isto é, agentes do campo que, em uma *illusio*, acreditam participar do jogo que é jogado por compartilharem os valores relacionados à sustentabilidade com a empresa. Sabe-se que deter um capital relevante, pode garantir ao agente a entrada no campo, mas não o direito de jogar o jogo (BOURDIEU, 2009, 2012). A fala do diretor Financeiro permite compreender que esta é, de fato, a intenção da organização: fazer com que o funcionário acredite e “compre” suas ideias, seus discursos, permitindo que este pense participar da construção dos conceitos, definições e ações. A ideia de participação e pertencimento dos funcionários existe porque há eficácia simbólica nas palavras da organização, e esta eficácia

[...] se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem exerce como podendo exercê-la de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede (BOURDIEU, 2010, p.95).

Logo, aquilo que é disseminado pela Samarco sobre a sustentabilidade, pode ser considerada como a *doxa* do campo, difundida por meio de um discurso eficaz da organização, e reconhecido como verdade por agentes que estão no campo.

Além dos aspectos referentes às definições e compreensões da sustentabilidade, no decorrer do relatório de sustentabilidade da Samarco em 2010 destacou-se também decisões relevantes para as ações sustentáveis. Tornou-se perceptível a relevância atribuída à tecnologia para lidar com o tema na empresa. A relação é ressaltada em diversos momentos do documento, em um deles, especificamente, a empresa relata ter feito um “Investimento de R\$ 4,5 milhões em projetos de desenvolvimento tecnológico” (SAMARCO, 2010, p.5). A partir da sociologia bourdieusiana, a tecnologia pode ser relacionada à um capital relevante no

campo em que a organização está, que é conquistado por, e envolve a movimentação de outros capitais, dentre eles o econômico (BOURDIEU, 2012).

Estas características são evidenciadas quando a Samarco apresenta o maior projeto de ampliação da capacidade produtiva: o Projeto Quarta Pelotização (P4P). O principal foco deste projeto consistiu em, por meio de novas tecnologias, aumentar o volume de produção para 8 milhões de toneladas de pelotas de minério por ano, fazendo com que a empresa conseguisse aumentar seus lucros e tornar-se referência em produção e exportação de minérios (SAMARCO, 2010). Fundamentando-se nas teorias de sustentabilidade abordadas na pesquisa, é possível compreender, neste projeto, especificamente, a empresa como uma defensora da sustentabilidade tecnocêntrica, e adepta de uma postura reformista (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Isto porque acredita-se ser possível de investir em tecnologia para aumentar os lucros e reduzir impactos no ambiente.

Em relação ao desenvolvimento do P4P, enquanto um dos maiores projetos na história da empresa, e outros projetos que envolvem decisões estratégicas relevantes para a organização, os profissionais envolvidos são, principalmente, aqueles que compõem o Conselho de Administração. Este que na Samarco conta com o apoio de quatro representantes de suas acionistas, e três comitês: o de finanças e estratégia; o comitê de operações, que conta com um subcomitê de gestão de desempenho, e lida com questões sobre sustentabilidade; e o comitê de remuneração. Ainda que as decisões na empresa envolvam diferentes comitês, e, portanto, muitas pessoas, todas estas são representantes de cargos de alta gestão, sendo possível compreender o Conselho de Administração como um *top team management* (TMT) (SHEPHERD; RUDD, 2014). Um trecho do relatório de sustentabilidade que reforça esta afirmação é o seguinte:

[...] promovemos em 2010 nove encontros internos (workshops), relacionados ao Programa Valor do Negócio, para debater como as ações e iniciativas da Empresa estão interligadas e são interdependentes, abrangendo os aspectos econômicos, sociais e ambientais de forma integrada. Nesses workshops, foram discutidos temas como objetivos estratégicos da Empresa, gestão financeira, gestão de recursos humanos, sustentabilidade nos negócios, suprimentos e comunicação. Esses encontros, em que participaram 30 líderes da Samarco, contribuíram para ajudar a inserir, cada vez mais, a sustentabilidade no pensamento e no dia a dia das práticas da Organização (SAMARCO, 2010, p.29).

Uma vez que as decisões são discutidas por estes líderes e tomadas pelo Conselho de Administração, as estratégias empresariais posteriormente são

disseminadas para o restante da organização (SAMARCO, 2010). Contudo, como um suporte às decisões, no ano de 2010 a Samarco decidiu criar a área de Inteligência de Negócio, que teve como objetivo principal estruturar o processo de coleta de informações interdisciplinares relevantes para os processos de decisão da empresa (SAMARCO, 2010). Em relação às decisões sobre sustentabilidade, especificamente, a empresa considera relevante “liderar esforços para a elaboração de acordos e projetos conjuntos entre iniciativa privada, sociedade e governo” (SAMARCO, 2010, p.15), ou seja, transpassar os muros organizacionais nestas discussões, visto que o assunto é considerado emergente e existe grande cobrança social e legal por um posicionamento da empresa. Para lidar com esse tipo de situação, a Samarco, no ano de 2010, promoveu o

[...] Fórum de Acompanhamento das Licenças Ambientais da Samarco (FALAS) – foram realizadas seis reuniões, com as 20 pessoas que compõem o grupo, formado por representantes das Prefeituras Municipais de Anchieta, Guarapari e Piúma (ES), das comunidades, de entidades não governamentais e de órgãos ambientais, com o objetivo de acompanhar o cumprimento das exigências legais feitas à Empresa durante a concessão de licenças ambientais (SAMARCO, 2010, p.88).

Além de decisões estratégicas relacionadas à sustentabilidade, a Samarco tomou também algumas decisões operacionais, principalmente de caráter ambiental no ano de 2010, dentre elas: trocar o óleo combustível por gás natural, atitude que, segundo informações contidas no relatório, refletiu o compromisso da empresa com um desenvolvimento mais sustentável; distribuir “canecas de alumínio e acrílico para todos os empregados da Samarco e das empresas contratadas, como parte da campanha de consumo consciente do Programa de Educação Ambiental Interno” (SAMARCO, 2010, p.111); utilizar 100% de energia de fontes renováveis, dentre outras decisões. A empresa destaca que estas atitudes retratam sua “convicção de que somente por meio da utilização racional e consciente dos recursos naturais e da adoção de cuidados ambientais em todas as nossas operações é possível caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável” (SAMARCO, 2010, p.102).

Ainda que não seja considerada uma decisão, é relevante destacar que em 2010 a Samarco discorreu sobre a conclusão de uma obra de recuperação da Barragem de Fundão, barragem de rejeitos que cinco anos mais tarde veio a romper. A partir de informações do relatório daquele ano, a empresa informou que ela estava inoperante há mais de um ano devido aos problemas em um dreno de saída de água. Se este problema perdurasse, significaria riscos na operação da barragem. Durante

as obras os rejeitos da produção foram direcionados a barragem de Germano, na mesma região (SAMARCO, 2010).

Em relação aos riscos gerados no processo de mineração, a empresa relatou que enfrentou em 2010 um pequeno vazamento de polpa de minério de ferro, quando comparado ao evento de 2015, do mineroduto na cidade de Espera Feliz, em Minas Gerais. Em relação às medidas tomadas em situações como estas, a empresa destaca que conta com um “Comitê de Gestão de Riscos, que é a mais alta instância de decisão e acompanhamento de riscos e que se reúne anualmente, com a participação de todos os gerentes gerais” (SAMARCO, 2010, p.36). Este comitê cumpriu então uma decisão legal tomada pelo órgão ambiental do Estado de Minas, e providenciaram a limpeza do rio por meio de bombas de sucção, retirando todo o material para tratar a água e posteriormente devolvê-la em boas condições à natureza.

Percebe-se que, neste caso, a movimentação do capital político pelo órgão ambiental do estado de Minas Gerais, enquanto um dos agentes que compõem o campo onde está a empresa, fez com que esta tomasse decisões visando cumprir exigências legais e manter o compromisso social de atuação sustentável (BOURDIEU, 2012). Apesar de diversos assuntos terem sido abordados pela empresa no decorrer do ano de 2010, a revista e o jornal selecionados como fonte de documentos para esta pesquisa não apresentaram nenhuma informação que abordasse decisões sobre sustentabilidade na empresa Samarco neste período.

O mesmo aconteceu no ano de 2011, quando decisões da empresa não foram mencionadas pela revista Carta Capital ou pelo jornal Estadão. Além disso, foi um ano em que o canal da empresa no Youtube dedicou-se apenas à tutoriais de como acessar o portal de aprendizagem, direcionado aos funcionários. Ainda assim, este mesmo ano a Samarco apresentou um relatório com informações relevantes para o andamento das atividades organizacionais.

A primeira grande mudança identificada do ano de 2010 para o ano de 2011 foi a alteração do diretor presidente da empresa. Em 2011 Ricardo Vescovi assumiu este cargo a partir da escolha do Conselho de Administração, e tendo o aval dos representantes das empresas acionistas, Vale S.A. e BHP. Foram criados comitês que tratassem de determinados assuntos de forma separada, dentre eles o comitê de sustentabilidade, que propunha ações relacionadas ao tema. Ademais, diante de um cenário mundial de valorização dos aspectos sustentáveis, e de reconhecimento da mineração como uma atividade de risco socioambiental, o Conselho Internacional de

Mineração e Metais (International Council on Mining and Metals – ICMM), reuniu em 2003 as 21 maiores empresas de mineração do mundo, e construiu a proposta de 10 princípios para auxiliar no desenvolvimento sustentável. No relatório de sustentabilidade de 2011, a Samarco declara ter seus princípios alinhados a estes.

Para atestar este posicionamento sustentável, e discorrer sobre o interesse da empresa na geração de valor e crescimento, o relatório informa que a Samarco iniciou “em 2011, o Projeto ‘Sustentabilidade como Alavanca de Valor’. O principal objetivo é alinhar a estratégia de sustentabilidade com o negócio, assegurando a geração de valor para as partes interessadas” (SAMARCO, 2011, p.24).

Uma das importantes decisões da empresa que fez com que grande parte dos envolvidos em seus processos fossem beneficiados, foi a contratação de serviços e mão de obra local. A Samarco afirma que não apenas contrata, como também oferece capacitação ao funcionário. No relatório de sustentabilidade de 2011 foi informado que estas atitudes favorecem “a geração de emprego e renda da população e para o desenvolvimento local, fomentando a economia e beneficiando, indiretamente, os demais membros da comunidade” (SAMARCO, 2011, p.40). Este benefício é confirmado por meio da atitude de arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), referente à compra local de bens e serviços, que é retido pela empresa e repassado às Prefeituras das cidades em que esta atua (SAMARCO, 2011).

A partir da sociologia bourdieusiana, compreende-se este como um cenário onde é movimentado o capital cultural, compreendido como o conhecimento transmitido ao agente que está iniciando na organização; o capital social, representado pelo reconhecimento conquistado pela empresa diante da comunidade e do poder público como fomentadora da economia local; e o capital econômico, movimentado a partir do investimento realizado pela organização no que diz respeito a capacitação profissional da população local, e movimentado também a partir do recolhimento do imposto que auxilia nas atividades administrativas da região (BOURDIEU, 2004, 2007, 2011).

Em relação a outras decisões relevantes tomadas pela Samarco no ano de 2011 e destacadas no relatório, está a melhoria da estrutura física de salas de reuniões da empresa com o objetivo de incentivar encontros por vídeo conferência e evitar assim gastos com viagens e hospedagem. A partir das informações

apresentadas, estas ações exigiriam menor uso de energia indireta, e gerariam benefícios ambientais, diminuindo também custos para a empresa (SAMARCO, 2011). Ainda que algumas decisões tenham acontecido de forma espontânea, a empresa relata também um exemplo de decisão tomada de forma reativa aos danos causados. Decisão esta que foi tomada com o objetivo de cumprir exigências legais:

[...] Em Minas Gerais, foi feito o plantio de enriquecimento e recuperação de 28 hectares na área no Parque Estadual do Itacolomi, Unidade de Conservação, situada nos municípios de Mariana e Ouro Preto (MG). Esse plantio é parte de medidas compensatórias devido à intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica (SAMARCO, 2011, p.49).

Além destas decisões, no relatório de 2011 a Samarco retoma também as discussões acerca do P4P. A empresa desenvolveu, em conjunto com a comunidade e com o poder público, indicadores socioeconômicos e ambientais para que, de forma conjunta, as condições anteriores ao P4P, as condições no decorrer de seu desenvolvimento, e as condições posteriores à sua finalização, fossem analisadas. Esta decisão de promover a participação de diferentes agentes do campo, faz com que a empresa movimente seu capital social e favoreça sua reputação (BOURDIEU, 2007; SAMARCO, 2011).

Também em relação ao P4P, destaca-se o poder exercido pelas maiores detentoras de capital econômico do campo em que está a Samarco, isto é, a Vale e a BHP. Segundo o relatório de 2011, as avaliações que ocorreram durante o estudo de viabilidade do projeto precisaram atender os padrões exigidos pelas acionistas. Durante o desenvolvimento das obras, ambas realizaram avaliações periódicas (quadrimestrais) com o intuito de supervisionar o desempenho do projeto da Samarco (SAMARCO, 2011).

Ideias sobre o tema sustentabilidade pautadas em uma perspectiva mais tecnocêntrica também voltaram a ser destaque no relatório de 2011. A empresa relatou que investiu mais de 250 milhões de reais em reposições de equipamentos, unidades industriais mais modernas, e mais 160 milhões de reais no aumento da capacidade produtiva aliada à redução de danos ambientais, para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável. A valorização do capital tecnológico associado à sustentabilidade é, mais uma vez, evidenciada (SAMARCO, 2011).

Também em 2011 a empresa decidiu integrar as áreas de gestão de risco e estratégia. A partir de relatos, compreende-se que a Samarco defendeu a união das duas áreas visando construir, deste o início, decisões fundamentadas nas reais

possibilidades do dia a dia organizacional, pautando-se também nos pontos que poderiam afetar os objetivos da organização. Ao destacar especificamente os objetivos estratégicos, o relatório aborda os seguintes pontos: valorização da pesquisa, redução de custo e aumento de eficiência; aproveitamento de rejeitos; melhora do nível de automação; e o uso racional da água.

Esclarecendo a forma como as decisões da empresa acontecem, a Samarco ressalta no relatório de 2011 que, àquelas que envolvem o ambiente interno da empresa, podem ser consideradas decisões de curto prazo. As decisões que envolvem projetos estratégicos, desenvolvimento de novas tecnologias, e desenvolvimento de novas rotas de processo, por exemplo, são explicadas como decisões de médio ou longo prazo, que normalmente envolvem o Conselho. A partir de informações do relatório, compreende-se que houve uma perspectiva da empresa de “estender a gestão do nível estratégico aos níveis tático e operacional, que podem, dessa forma, desenhar e implementar seus próprios processos e rituais” (SAMARCO, 2011, p.20). Contudo, a empresa relata que não eram apenas funcionários e acionistas que participavam das decisões. O poder público além de fiscalizar atividades e conceder autorizações para atuação da empresa, também está incluso em discussões e debates com a Samarco, tomando algumas decisões de forma conjuntas com o objetivo de promover melhorias para a sociedade (SAMARCO, 2011).

A abertura da empresa ao poder público e a outros *stakeholders* continuou no ano de 2012. A partir de informações contidas nos relatórios, a Samarco realizou um diagnóstico em que os agentes envolvidos e impactados pelas ações da empresa, ou seja, que estão no campo, tiveram a possibilidade de falar sobre aquilo que consideraram prioritário em relação à sustentabilidade. Este diagnóstico permitiu que a empresa incrementasse seus planos de gestão e soubesse aquilo que seria interessante reportar aos seus *stakeholders*. Por meio de uma pré-seleção de assuntos, a empresa conseguiu construir suas narrativas de forma direcionada, tendo como intenção que estas fossem compreendidas como verdades no campo (BROWN; RHODES, 2005; SAMARCO, 2012).

Também sobre as narrativas, no relatório de sustentabilidade da empresa no ano de 2012, foi percebido que Ricardo Vescovi, então diretor-presidente busca difundir a ideia de participação dos funcionários e *stakeholders* no desenvolvimento da empresa. No dia 18 de maio de 2012, em vídeo publicado no canal da empresa do Youtube, o diretor reforça que sua gestão é guiada pela frase

“desenvolvimento com envolvimento”, além disso, destaca que “olhar para todos os lados é o melhor jeito de seguir em frente” (SAMARCO, 2012a).

Esta característica de inclusão disseminada pela empresa no ano de 2012 esteve presente na elaboração dos objetivos do mapa estratégico por áreas. Isso fez com que os gerentes repassassem os aprendizados do plano de metas, aproximando as decisões, missão, visão e valores de todos os níveis hierárquicos. As informações do relatório destacaram, porém que a empresa reconhece como desafiadora a tentativa de alinhar os assuntos sobre sustentabilidade às decisões estratégicas e de negócio, logo, como uma tentativa de superar este desafio, o relatório de sustentabilidade de 2012 apresentou o seguinte trecho:

[...] Buscamos aliar o crescimento da produção à redução dos impactos socioambientais, usando a tecnologia como um driver de sustentabilidade. Para isso, analisamos riscos e oportunidades e desenvolvemos estudos internos para ampliar a eficiência operacional (SAMARCO, 2012, p.14).

Segundo o diretor-presidente da empresa no ano de 2012, a sociedade exige um cuidado da empresa durante o processo de exploração mineral, contudo, a sociedade também precisa que a empresa cresça de forma organizada e com eficiência. A partir da compreensão disseminada pela Samarco sobre como lidar com a sustentabilidade, sabe-se que a tecnologia é uma das formas compreendidas como meios de alcançar esta eficiência. No ano de 2012 este posicionamento ficou ainda mais evidente na nova configuração da missão da empresa: “Produzir e fornecer pelotas de minério de ferro, aplicando tecnologia de forma intensiva para otimizar o uso de recursos naturais e gerando desenvolvimento econômico e social, com respeito às pessoas e ao meio ambiente” (SAMARCO, 2012, p.15). Um exemplo prático da valorização das tecnologias nas decisões sobre sustentabilidade, foi o investimento de 144 milhões de reais em novos precipitadores eletrostáticos, que tem como função diminuir a dispersão de partículas de minério de ferro.

Ao abordar decisões relacionadas ao aspecto social da sustentabilidade, a empresa afirma que, em 2012, mais de 60% de suas contratações foram de pessoas pertencentes às comunidades do entorno. Segundo relatos da Samarco, com o desenvolvimento do P4P este cenário seria ainda mais favorável à comunidade, uma vez que um projeto de tamanha magnitude exige mão de obra correspondente (SAMARCO, 2012). Em vídeo Roberto Carvalho, diretor comercial e de serviços corporativos no ano de 2011, destaca que o P4P é essencial para o crescimento e desenvolvimento da empresa, contudo, o diretor afirma que isso deve

acontecer pautando-se na sustentabilidade, uma vez que a atividade de mineração gera alto impacto ao ambiente e à sociedade (SAMARCO, 2012b).

Ao falar sobre o crescimento da empresa no ano de 2012, Roberto Carvalho apontou a China como um dos países que promoveu algumas mudanças nos processos da Samarco. O diretor ressaltou que as relações para contratos, volumes e preços eram muito longas, e depois que a China passou a ser cliente da empresa, as estratégias precisaram mudar. As decisões precisaram ser mais rápidas com o intuito de acompanhar o ritmo de negociação de um dos maiores clientes de pelotas de minério de ferro. No vídeo o diretor destacou ainda que para tomar estas decisões são necessárias informações que as suportem e que advenham de fontes seguras, logo esta é uma das justificativas para as atividades da área de Inteligência de Negócios, isto é, facilitar a apuração de informações sobre o mercado (SAMARCO, 2012b).

Fundamentando-se em uma interpretação advinda das teorias de decisão abordadas nesta pesquisa, compreende-se que, as decisões que envolvem a relação entre a Samarco e a China assumem caráter objetivo e prescritivo no que diz respeito à compreensão dos aspectos econômicos envolvidos e aumento de demanda, por exemplo. Contudo, é possível compreender a necessidade da Samarco, neste caso, de tomar decisões de caráter subjetivo, isto é, os aspectos culturais do país com o qual está negociando, os hábitos históricos de compra, dentre outros aspectos específicos que só são passíveis de compreensão quando analisados de forma particular. A partir das palavras do diretor Roberto Carvalho, um hábito chinês que difere de outros compradores e que, conseqüentemente, fez com que a Samarco mudasse algumas de suas decisões, foram as compras realizadas à vista e compras de navios fechados, carregados de minério de ferro (HICKSON, 1987; MILLER; HICKSON; WILSON, 1996; SAMARCO, 2012b).

Ainda que as negociações com a China tenham evidenciado um crescimento econômico da empresa no ano de 2012, as previsões para 2013 mostraram um cenário futuro instável, além disso, a empresa preparava-se para um dos maiores investimentos financeiros, o P4P. Logo, uma das decisões tomadas pela Samarco foi a suspensão do pagamento de dividendos intermediários (SAMARCO, 2012). A decisão aconteceu mediante estudos de previsões econômicas, e, portanto, foi tomada como forma preventiva.

A partir de uma interpretação advinda da sociologia bourdieusiana, é possível compreender esta decisão de corte financeiro como uma prática que se construiu fundamentada no senso prático dos agentes envolvidos. Isto é, aqueles que compõem a área de Inteligência de Negócios trabalham com a coleta de informações relevantes para decisões, quando o fazem, analisam outras empresas ou outros momentos semelhantes pelos quais a própria Samarco já passou, podendo assim sugerir ao Conselho de Administração, ações pautadas em experiências já vividas (BOURDIEU, 2009). Além disso, é possível afirmar que, ao suspender pagamento de dividendos a empresa movimentou seu capital econômico (BOURDIEU, 2011).

Como uma tentativa de amenizar decisões economicamente necessárias para o desenvolvimento saudável da empresa, esta busca destacar no relatório de sustentabilidade de 2012, decisões tomadas para além das exigências legais. Um exemplo é a tentativa da Samarco de carboneutralização, esta que envolve nível zero de emissão de gases de efeito estufa no projeto P4P. Segundo informações do relatório, isso foi feito “por meio de medidas de compensação diversas que adotamos desde a fase de planejamento” (SAMARCO, 2012, p.44). Este tipo de decisão pode ser entendido como uma tentativa da empresa de conservar um bom capital social em um cenário em que as exigências acerca do tema sustentabilidade são crescentes.

O interesse em manter uma boa reputação perante a sociedade é reforçada no início do relatório de sustentabilidade de 2013, onde são relatadas mudanças no cronograma do desenvolvimento do P4P diante de acontecimentos inesperados, como greve de funcionários. Em sequência a Samarco expressa seu posicionamento da seguinte forma:

[...] Hoje, ao analisar esse cenário, é possível concluir que a boa reputação que cultivamos ao longo dos anos e as relações de confiança – elemento central do nosso Modelo de Sustentabilidade – que mantemos com nossos stakeholders nos permitiram superar tais ocorrências, reforçar nosso compromisso com a transparência e minimizar os impactos sobre os resultados financeiros (SAMARCO, 2013, p.5).

Percebe-se neste trecho que o Modelo de Sustentabilidade da empresa é associado à reputação, relações de confiança e resultados financeiros. Este padrão de narrativa se repete e reforçado durante todo o relatório de sustentabilidade da Samarco em 2013. Diversos exemplos de decisões sobre o tema são mencionados no decorrer do documento, contudo, a maioria deles aborda com maior ênfase, os retornos, gastos, movimentações de dinheiro da empresa,

destacando a relevância atribuída ao capital econômico neste ano (BOURDIEU, 2011; SAMARCO, 2013). Uma possível razão para este posicionamento está no mercado econômico instável que foi previsto pela empresa no ano anterior, e que se concretizou em 2013, refletindo nas compras feitas pela China. E ao apresentar um desempenho econômico saudável, a Samarco buscou transparecer tranquilidade aos seus *stakeholders*.

Uma das decisões tomadas que permitiram maior tranquilidade econômica aos agentes do campo analisado nesta pesquisa, foi a expansão das áreas de atuação da Samarco. Segundo informações apresentadas no relatório, a empresa passou a negociar com mais países, e isto foi feito para minimizar riscos, fazendo com que ela não dependesse exclusivamente da economia chinesa. Logo, a atuação de mercado se expandiu para regiões do Oriente Médio e África (SAMARCO, 2013).

Além disso, a Samarco continuou a tomar decisões relacionadas ao investimento em tecnologias para lidar com questões sobre sustentabilidade, conforme mencionado em diversos momentos nos relatórios anteriores. Esta postura pôde ser identificada também no relatório de sustentabilidade de 2013, em que se ressaltou o alinhamento entre as áreas de inovação tecnológica e de estratégia da empresa. O objetivo, neste caso, envolve aspectos relacionados ao ambiente, energia limpa e ecoeficiência, mas envolve também aproveitamento de recursos naturais, novas oportunidades de negócio, competitividade e eficiência na produção.

Em um debate realizado pela CBN no ano de 2013 com representantes do governo e de grandes empresas brasileiras, Kleber Terra, então diretor de Operações e Infraestrutura e, neste caso, representante da Samarco, também reforçou a importância do uso das tecnologias e rotinas de controle para minimizar impactos gerados pela produção de minérios. Contudo, o diretor destacou a necessidade de investir também em conhecimento para o agente que está dentro da organização. Um dos exemplos é citado no trecho abaixo:

[...] o Programa de Formação de Trainees Superior capacitou 35 profissionais para atender à demanda de vagas estratégicas no eixo de engenharia; ao fim, a retenção desses profissionais foi de 97%. Já o Programa de Formação de Trainees Técnicos contemplou 46 jovens (SAMARCO, 2013, p.79).

Ao mencionar o interesse na disseminação do capital cultural aos diferentes níveis hierárquicos da organização, o diretor ressaltou no debate a importância atribuída às redes colaborativas no plano de sustentabilidade da empresa. Kleber Terra destacou ainda que não há sustentabilidade se não houver bem-estar

social. Em seguida, reforçou a decisão da Samarco em elaborar uma lista de indicadores referentes ao P4P que seria passível de conferência tanto do poder público, quanto de representantes da sociedade, para que todos acompanhassem e não se sentissem prejudicados com o desenvolvimento do projeto (SAMARCO, 2013a).

No contexto interno da organização, a tentativa de criação de redes e de aprimoramento da comunicação, aconteceu por meio da posposta de um evento mensal, chamado Papo em dia, “no qual o diretor-presidente da Samarco se reúne com um grupo de empregados, sorteados aleatoriamente, para discutir de maneira informal o dia a dia da Empresa” (SAMARCO, 2013, p.80). Esta reunião mensal permitiu que decisões fossem discutidas ainda pela alta gestão, mas pautadas em relatos de experiências daqueles que realizavam diariamente as atividades propostas no planejamento estratégico da Samarco. Ainda que não fossem aderidas todas as sugestões dos funcionários, é possível dizer esta atitude da empresa representou a tentativa da construção de decisões esporádicas e descentralizadas, isto é, que acontecem em perspectiva hierárquica de diálogo vertical (CUI, 2016; MILLER; HICKSON; WILSON, 1996).

Outra decisão interna da empresa mencionada no relatório de sustentabilidade referiu-se ao bem-estar de seus funcionários. No ano de 2013 a Samarco criou o “Comitê de Gestão de Direitos Humanos, que se reúne trimestralmente e avalia os desafios e ações de todas as áreas da Samarco para garantir as melhores práticas em nossas operações e na cadeia de valor” (SAMARCO, 2013, p.6). A decisão de criar este comitê refere-se ao fato de a Samarco seguir os dez princípios propostos no Pacto Global da ONU.

Fundamentando-se na teoria abordada nesta pesquisa, a sustentabilidade, neste caso, pode ser compreendida como ideológica. Ainda que a atitude de seguir os princípios do Pacto tenha sido voluntária por parte da organização, o reconhecimento atribuído aos discursos da Organização das Nações Unidas em assuntos como a sustentabilidade, faz com que seja possível a caracterização de uma relação de dominação entre ela e as organizações (BORIM-DE-SOUZA *et al.*, 2018; O’CONNOR, 2002).

Ao mencionar possíveis relações de poder e dominação, e válido abordar o vínculo entre a Samarco e suas duas acionistas, Vale e BHP. A partir de informações apresentadas no relatório de sustentabilidade de 2013, é passível de

interpretação que muitas das decisões tomadas pela Samarco, chegam prontas, advindas de suas acionistas. O trabalho do Conselho de Administração, neste caso, consiste em adequá-las à legislação brasileira e verificar a possibilidade de rendimento para o negócio (SAMARCO, 2013). Compreende-se assim a relevância do capital econômico e a relação política e ideológica existente entre as duas empresas e a Samarco (BORIM-DE-SOUZA *et al.*, 2018; BOURDIEU, 2011; O'CONNOR, 2002).

A relação entre as três empresas poder ser caracterizada como de dominação no que diz respeito à posse e movimentação de capital econômico. Contudo, no relatório de sustentabilidade da Samarco no ano de 2014, a empresa relata que também há espaço para discussões com suas acionistas sobre decisões e estratégias, e isso faz com que suas práticas sejam mais assertivas, visto a maior experiência de ambas no setor de mineração.

Também em relação às decisões, a Samarco destacou que no ano de 2014 foi criado um comitê e subcomitê de suporte ao Conselho de Administração, além disso, um dos subcomitês já existente teve seu nome modificado: “O Comitê de Auditoria e o Subcomitê de Riscos (ligados ao Comitê de Finanças e Estratégia) foram criados em 2014, e o Subcomitê Técnico passou a denominar-se Técnico e Sustentabilidade” (SAMARCO, 2014, p.16). Informações presentes no relatório atestaram também a dissolução do comitê criado para o desenvolvimento do P4P, visto que em 2014 este projeto foi concluído.

Em um cenário onde o P4P estava em andamento, foi considerado normal que todos os relatórios referentes ao período de seu desenvolvimento mencionados anteriormente na análise desta pesquisa, tenham destacado, em algum momento, a representatividade atribuída pela Samarco em relação à inovação tecnológica. Contudo, percebe-se que esta característica não advinha apenas de um projeto da empresa, mas está, aparentemente, intrínseca na cultura organizacional, e principalmente na compreensão que se tem sobre a sustentabilidade. Logo, “A Samarco acredita que investimentos em inovação, ecoeficiência e tecnologia são fundamentais para alcançar os objetivos estratégicos e enfrentar desafios como o ambiente legal mais restritivo para o setor mineral” (SAMARCO, 2014, p.30).

Dentre as decisões da organização relacionadas à inovação e tecnologia esteve a implantação de soluções passíveis de serem aplicadas no cotidiano produtivo da empresa. Um exemplo é o surgimento de um subproduto,

advindo da lama de rejeitos, para pigmentar madeira plástica. Além disso, a empresa afirma que viabilizou também, adicionando rejeito arenoso “a fabricação de blocos intertravados, utilizados na pavimentação de vias” (SAMARCO, 2014, p.30). A partir do que é descrito no relatório, estas decisões podem ser compreendidas como a tentativa de um alinhamento entre as proposições no Modelo de Sustentabilidade da empresa e as ações do dia a dia.

Estas ações são guiadas pelo Mapa Estratégico da empresa, contudo, não poderiam ser consideradas imutáveis. A Samarco afirma em seu relatório que devido às constantes mudanças e à competitividade do mercado, suas decisões e ações precisaram ser, muitas vezes, reformuladas para atender as necessidades e expectativas dos clientes. Neste contexto, a estratégia utilizada pela empresa é manter-se líder no que diz respeito ao baixo custo de venda. A volatilidade das decisões pode ser associada à diferenciação dos tipos de produção das pelotas de minérios, que estão relacionadas às localizações geográficas. Dependendo do país comprador, se utiliza do minério como matéria prima para diferentes atividades e de diferentes formas. Ao atentar-se a isto, a produção acontece de forma mais específica, favorecendo processo de venda.

Assim como algumas decisões da Samarco são tomadas a partir de exigências e cobranças do meio externo, seja ele composto por compradores, sociedade ou poder público, algumas acontecem de forma voluntária, ou seja, são propostas pela própria empresa. Um exemplo mencionado no relatório de sustentabilidade de 2014 foi o investimento de 10,4 milhões de reais para lidar com questões sociais como: contribuição a instituições, patrocínio, doações e realização de projetos (SAMARCO, 2014). Estas atitudes além de demonstrarem a posse de capital econômico, e conseqüentemente o poder que esta exerce no campo, fortalecem o capital social da empresa diante das comunidades e regiões que são ajudadas (BOURDIEU, 2007).

Uma outra forma, mencionada no relatório de sustentabilidade no ano de 2014, que pode ter favorecido o fortalecimento do capital social da empresa, foi o seguinte anúncio: “A sociedade participará do processo de decisão das empresas, a fim de influenciar e fazer a diferença na estratégia e no plano operacional para garantir valor compartilhado, equidade e uma ‘licença social’ para operar e crescer” (SAMARCO, 2014, p.32). Isto caracteriza mais uma vez o interesse da empresa em

implementar parte de suas decisões em um modelo descentralizado, agrupando opiniões de diferentes agentes do campo (CUI, 2016).

Fundamentada em uma interpretação bourdieusiana, contudo, esta atitude poderia caracterizar a *illusio* pela qual os agentes externos à organização são submetidos. Isto porque estes acreditam participar do jogo das decisões que é jogado pela empresa, mais especificamente pela alta gestão, entretanto, não tem capitais suficientes para tanto. Caso o tenham, necessitam da autorização dos dominantes para entrar neste jogo. O que passível de compreensão, porém, é que ao abrir espaço para discussões com a sociedade, a empresa conserva sua reputação e aprimora seu reconhecimento social (BOURDIEU, 2007, 2012).

Além de expor no relatório de sustentabilidade de 2014 o interesse em lidar com a comunidade externa, a empresa apresentou decisões referentes à melhoras da comunidade interna. Os principais relatos são referentes a busca por fomentar talentos de seus funcionários por meio da movimentação do capital econômico em prol de capacitações: “Em 2014, investimos aproximadamente R\$ 9 milhões nas escolas de Identidade, Excelência, Tecnologia, Sustentabilidade e Liderança (acima dos R\$ 6,5 milhões de 2013). Ao todo, foram 176.474,88 horas de capacitação” (SAMARCO, 2014, p.55). A empresa afirma também ter decidido ampliar a participação dos líderes no dia a dia dos funcionários, com o objetivo de orientá-los acerca do comportamento seguro na organização.

Em relação às decisões voltadas ao ambiente descritas no relatório de sustentabilidade de 2014, a Samarco mencionou que optou por incluir “critérios ambientais no modelo de remuneração variável da Empresa, contemplando todos os empregados, a fim de estimular práticas responsáveis e engajar o público interno com relação à sustentabilidade” (SAMARCO, 2014, p.62). Para que esta contribuição dos funcionários fosse medida e posteriormente premiada, foram desenvolvidos indicadores de desempenho e de conformidade. Esta decisão envolveu uma possível economia da empresa advinda da conscientização do quadro de funcionários acerca de assuntos como: rejeitos, resíduos, água, emissão de gases, dentre outros.

Esta atitude pôde ser considerada também uma forma da Samarco disseminar a sustentabilidade como uma *doxa*. Ao estabelecer indicadores, e definir o que deve ser feito para que haja bonificação, a empresa direciona as atitudes de funcionários de acordo com aquilo que ele defende e acredita ser sustentabilidade (BOURDIEU, 2012). Movidos pelo interesse de receber esta bonificação, os

funcionários acabam por ter seus *habitus* orquestrados por um agente de maior poder, neste caso a organização. Logo, é possível caracterizar a Samarco como uma instância reguladora da prática, que “exerce permanentemente uma ação formadora de disposições duradouras, através de todos os constrangimentos e disciplinas corporais e mentais que impõe de maneira uniforme, ao conjunto de agentes” (BOURDIEU, 1996, p.116).

Ainda sobre os impactos ambientais, mas também sobre os sociais que podem ser gerados a partir de defeitos em estruturas de barragem, a empresa destaca em seu relatório de sustentabilidade de 2014 que, visando a segurança de operações, decidiu neste mesmo ano dedicar 1356 horas de trabalho à treinamentos para funcionários. Isso foi realizado fundamentando-se no Plano de Ações Emergenciais (PAE), que inclui informações sobre rejeitos, anomalias e emergências (SAMARCO, 2014).

Esta atitude, contudo, não foi suficiente para conter o rompimento da barragem de Fundão. O ano de 2015 marcou – negativamente – a história da Samarco. Antes do crime ambiental, identificado pela empresa como um acidente, em 2015 apenas dois vídeos haviam sido publicados em seu canal do Youtube: um deles em fevereiro de 2015, que abordou algumas decisões simples tomadas pela Samarco sobre reaproveitamento da água em períodos de estiagem no estado do Espírito Santo (SAMARCO, 2015a); o outro vídeo por sua vez, publicado em março de 2015, destacou a decisão da empresa em assinar um acordo para a construção de um sistema de abastecimento de água de Bento Rodrigues, neste mesmo vídeo o prefeito de Mariana afirmou que a Samarco era considerada o pilar econômico da cidade, e que é graças a empresa era possível sonhar com melhorias na educação e na saúde (SAMARCO, 2015b).

Em outubro de 2015 a empresa decidiu atuar em uma rede social, o Facebook, justificando que tinha interesse em aproximar-se mais da sociedade e divulgar mais suas atividades. Neste mesmo mês as postagens abordaram a premiação de melhor empresa de Metalurgia e Mineração em três *rankings* nacionais, e a participação da Samarco na educação de mais de 800 alunos da região em que atuam. Nos primeiros dias de novembro, no Facebook da empresa, as publicações eram sobre parceria realizada com a Universidade Federal de Ouro Preto, onde profissionais da Samarco dariam aulas. No dia 05 de novembro de 2015, a empresa publicou a seguinte mensagem:

[...] Temos muito orgulho em ser a primeira mineradora do Brasil a implementar e certificar seu sistema de Gestão de Ativos Físicos. Essa conquista deixa claro que nossas máquinas e equipamentos industriais, aliados a equipes competentes e com visão estratégica, geram retorno máximo para a empresa (SAMARCO MINERAÇÃO, 2015a).

No mesmo dia em que certificou seu sistema e mostrou-se em bom desenvolvimento, a empresa confirmou publicamente, inclusive por meio de uma publicação no Facebook, que uma de suas barragens havia se rompido, e afirmou todos os esforços já haviam sido mobilizados para atender as pessoas impactadas e mitigar os danos ao ambiente. O pronunciamento oficial sobre o ocorrido, gravado pelo então diretor-presidente Ricardo Vescovi, foi publicado no mesmo dia na página do Facebook, e dois dias depois no canal do Youtube da Samarco. O diretor, que aparentava ler a mensagem, afirmou que os funcionários da empresa estavam consternados com a situação, e que o principal foco naquele momento seria preservar a integridade humana e do ambiente. Contudo, nenhuma decisão efetiva relacionada à sustentabilidade foi mencionada.

Os documentos mencionados acima foram publicados no dia do rompimento ou poucos dias depois, sendo assim não era possível saber em detalhes sobre o que havia acontecido e qual era a proporção do impacto. No decorrer dos dias e meses após do que a empresa chamou de acidente e tragédia ambiental, as informações puderam ser detalhadas. Àquelas advindas diretamente da Samarco só puderam ser encontradas de forma aprofundada no relatório bienal de sustentabilidade, publicado em 2017, quando a empresa já estava sob o comando de um novo diretor-presidente, Roberto Carvalho. Este relatório abordou as atividades organizacionais referentes aos anos de 2015 e 2016.

A Samarco dedicou as primeiras páginas do documento a uma homenagem com o nome das 19 vítimas do rompimento da barragem, sendo 13 funcionários de empresas contratadas. No decorrer deste relatório a empresa explicou com detalhes o que aconteceu. Rompeu-se uma barragem de rejeitos localizada no município de Mariana em Minas Gerais, nomeada de Barragem de Fundão. Ela contava com 55 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério, segundo a empresa, abaixo do que é permitido por lei. Destes, 43,7 milhões de m<sup>3</sup> vazaram e passaram por cima da barragem de água de Santarém, fazendo com que a lama fluísse mais rapidamente pela região de Bento Rodrigues em Mariana (SAMARCO, 2016). A lama de rejeitos

alcançou os rios Gualaxo do Norte, rio do Carmo, rio Doce, e 16 dias após o rompimento, alcançou o mar.

Em sua página no Facebook, a Samarco destacou no dia 6 de novembro, que estava acompanhando a expansão da mancha de rejeitos que atingiu o rio Doce, entretanto, informou que os esforços estavam concentrados principalmente no auxílio e atendimentos das pessoas atingidas. Na mesma publicação a empresa anunciou a decisão de paralisar as atividades industriais na unidade de Mariana imediatamente. As outras unidades, por sua vez, funcionariam até que os estoques acabassem (SAMARCO MINERAÇÃO, 2015b).

A empresa destacou também diversas decisões que foram tomadas no decorrer do processo de recuperação por meio da publicação de um vídeo em seu canal no Youtube, no dia 13 de novembro de 2015. A Samarco apresentou-se em uma coletiva de imprensa, que contava com Ricardo Vescovi, então diretor-presidente da Samarco, Murilo Ferreira e Andrew Mackenzie, representando, respectivamente, as acionistas Vale e a BHP. Vescovi iniciou sua fala afirmando que além das decisões tomadas pela própria empresa, a Samarco estava tomando decisões em conjunto com a sociedade, permitindo que a vontade da população prevalecesse principalmente no que diz respeito à realocação e moradia. Os dois representantes das empresas acionistas, por sua vez, elogiaram o trabalho que vinha sendo feito pela Samarco, e afirmam que assumiram os papéis de sócios, apoiando a empresa no que fosse necessário. Este apoio mostrou-se essencialmente financeiro, realizado por meio de um fundo de assistência. Em nenhum momento a culpa do crime foi formalmente compartilhada (SAMARCO, 2015c).

Uma importante decisão tomada pela Samarco diante deste cenário também foi mencionada no vídeo. A empresa optou pela não demissão imediata de funcionários mesmo diante da paralisação das atividades, decidiu, por sua vez, conceder licença remunerada e posteriormente férias coletivas. Segundo o diretor-presidente, reuniões com os acionistas passariam a ser realizadas duas vezes por semana, ainda assim, Vescovi ressalta que as decisões da empresa seriam tomadas também em conjunto com a sociedade e o poder público. Em relatório, este posicionamento da empresa é reforçado quando se afirma que “A escuta das comunidades foi um importante instrumento para definir ações prioritárias e formas de acelerar os projetos e, também, para a Empresa dialogar, junto com os representantes do poder público” (SAMARCO, 2016, p.22). Afinal, a partir do que afirmou Ricardo

Vescovi, a Samarco precisava que a sociedade quisesse e aprovasse seu retorno (SAMARCO, 2015c).

Fundamentando-se teoricamente para compreender as narrativas da Samarco, é possível perceber o poder simbólico que ela é capaz de exercer sobre os outros agentes do campo em que está (BOURDIEU, 2012). Apesar de assumir um posicionamento que transparece a intenção de deixar a população decidir se as atividades da empresa voltam ao normal ou não, sabe-se que ela é responsável por mais da metade da economia da cidade de Mariana, o que não daria opção de escolha à população (SAMARCO 2019). O poder que o capital econômico da Samarco exerce sobre o município, demonstra que a dependência em relação às atividades de mineração é por si só uma resposta sobre o retorno da empresa (BOURDIEU, 2012). Em notícia publicada no dia 3 de dezembro no jornal Estadão, o prefeito da cidade de Mariana, enquanto representante do grupo dominado neste cenário de destruição, pede ajuda econômica para a Unesco, e afirma não querer que a cidade continue com tamanha dependência do setor da mineração. Nesta mesma notícia, o jornal destaca que “O rompimento da barragem foi considerado o maior desastre ambiental do Brasil” (NETTO, 2015).

Com o intuito de explicar decisões técnicas tomadas pela Samarco para conter tamanho desastre, a empresa realizou no dia 18 de novembro de 2015 uma coletiva de imprensa, divulgada em seu canal no Youtube. A partir de informações apresentadas no vídeo, foi informado que as medidas ambientais foram realizadas em conjunto com o IBAMA e professores de universidades renomadas. Como uma decisão reativa ao rompimento, a Samarco instalou redes de monitoramento em suas barragens. E como uma decisão preventiva, pautada em apontamentos de especialistas ambientais, antes que a lama chegasse à foz do rio Doce, foram instaladas barreiras de contenção dos rejeitos (SAMARCO, 2015d). Apesar de contar com áreas de controle dos aspectos ambientais dentro da empresa, percebe-se que em uma situação de rompimento de barragem foi necessário auxílio de agentes com capital cultural institucionalizado sobre o assunto (BOURDIEU, 2007, 2012):

[...] Agora que o desastre ocorreu, muitos são chamados a opinar, a imprensa busca os acadêmicos para que expliquem para a população, que precisa entender de que maneira tudo isso afetará suas vidas e o destino dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (CARTA CAPITAL, 2015a).

Em meio a um cenário de impactos ambientais e sociais imensuráveis, a Samarco iniciou o ano de 2016 lidando com exigências legais acerca dos animais marinhos que poderiam sofrer com a lama de rejeitos (GIRARDI, 2016). Em vídeo publicado no canal da empresa no Youtube, destaca-se que, os órgãos competentes da região impactada, exigiram posicionamentos da empresa de dois em dois dias. Como relato das decisões imediatas, o vídeo aborda também a parceria da Samarco com o projeto Tamar e com pescadores da região da foz do rio Doce logo após o rompimento da barragem, antes mesmo que a lama de rejeitos alcançasse o mar (SAMARCO, 2016a).

No ano de 2016 a empresa também respondeu, juntamente com suas acionistas, a uma ação judicial promovida por entidades do meio ambiente. A resposta das empresas, enquanto réus, resultaram na assinatura, diante das entidades públicas e das entidades autoras da ação, do “Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) que concentra as medidas de recuperação social, ambiental e econômica das regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão” (SAMARCO, 2016, p.6). Para a realização destas medidas, este termo previu a criação da Fundação Renova, explicada pela empresa como “uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia para gerir e executar todas as medidas de remediação e compensação previstas nos planos de recuperação para os próximos anos” (SAMARCO, 2016, p.78).

A decisão de criação da Fundação Renova é passível de ser interpretada não apenas como uma nova frente de atuação para lidar com os danos, mas como uma forma de desvincular o nome da empresa das ações que foram, têm sido, e ainda serão tomadas ao longo dos anos com o intuito reparar os impactos causados pelo rompimento da barragem. A reputação mostrou-se em diversos relatórios como um capital relevante para a atuação da Samarco no campo em que está. Portanto, para reconquistar a confiança da sociedade, pareceu viável desvincular sua atuação, enquanto indústria de minérios, da reparação de expressivos danos sociais e ambientais. Além disso, por meio da criação da Fundação Renova, as decisões relacionadas à mitigação dos efeitos do rompimento passaram a ser acompanhadas pelo Ministério Público de Fundações, permitindo que fosse maior a atuação e influência do poder público (SAMARCO, 2016).

Ainda que se tenham tomado decisões judiciais de punição, e como consequência tenha sido acordado a criação de uma fundação onde sua atuação

parece mais significativa, o poder público aparenta ser um dos agentes também dominado pelo poder advindo das movimentações do capital econômico da Samarco. Em um dos documentos acessados nesta pesquisa, afirma-se que a dependência do Brasil em relação à exportação de *commodities* é uma questão indiscutível. Ao analisar a China como o país importador destes produtos, sabe-se que há uma relação de dominação deste sob o Brasil. Esta situação, por sua vez, causou uma aceleração na exploração de recursos naturais, visto que o interesse estava em exportar cada vez mais. Segundo a notícia acessada, as decisões políticas vêm favorecendo a intensificação deste cenário:

[...] Tão perverso quanto foram os impactos sociais e ambientais produzidos por essa corrida por minérios e terras patrocinada pela demanda chinesa, o desastre do Rio Doce, com o rompimento de uma barragem da Samarco-Vale-BHP em Mariana (MG) é uma síntese perfeita do que significa essa corrida pela extração de volumes sempre recordes de minérios, a custos cada vez mais menores (CARTA CAPITAL, 2016).

[...] Na prática, a nova legislação impõe um regime de aceleração (*fast tracking*) do licenciamento ambiental aos projetos de infraestrutura. Isso, diante do quadro de crescente fragilidade das capacidades e recursos dos órgãos ambientais e daqueles que protegem os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, significará ainda maiores violações dos direitos ambientais e também desses grupos e das demais populações afetadas por grandes obras que têm no licenciamento a única via de avaliação, mitigação e compensação dos impactos causados (CARTA CAPITAL, 2016).

Em notícia de conteúdo semelhante, Girardi e Borges (2016) destacam decisões relacionadas à sustentabilidade que abordaram as possíveis propostas de leis de flexibilização do licenciamento ambiental. Segundo defensores do meio ambiente, estas podem fazer não só com que o processo de exploração seja acelerado, mas fazer também com que empresas que cometem crimes ambientais saiam impunes. A partir de informações contidas na reportagem, percebe-se um conflito entre representantes do meio ambiente e a Casa Civil. Carlos Bocuhy, presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam),

[...] afirmou que a proposta chega 'ao absurdo de propor a revogação de dispositivo da Lei de Crimes Ambientais que trata da responsabilização do agente público que fraudar o licenciamento ambiental. Além disso, cria artifícios para retirar a responsabilidade dos agentes financiadores que aportarem recursos para a degradação ambiental'. (GIRARDI; BORGES, 2016).

Em notícia, afirmou-se que o posicionamento do poder público reflete sua postura de refém diante deste setor econômico (CARTA CAPITAL, 2015d). Diante de apontamentos sobre os responsáveis, punições ou impunidades, representantes da ONU vieram até o Brasil e apontaram a Samarco como a principal responsável

pelos danos causados, contudo, a Organização das Nações Unidas destacou que o governo federal poderia ter feito mais do que fez diante de um cenário de desastre ambiental. Ademais, um grupo de trabalho da ONU que lida com os direitos humanos, afirmou que o Senado brasileiro vai na direção contrária do que é desejável em relação ao meio ambiente e à sociedade (CHADE; AUGUSTO, 2016).

No decorrer do relatório bienal de sustentabilidade, a empresa informa o volume e as movimentações do capital econômico realizadas com o objetivo de solucionar os danos causados pelo rompimento da barragem, ao interpretar os documentos fundamentando-se em uma análise dinâmica, compreende-se neste ponto uma possível resposta às críticas feitas pela ONU:

[...] Entre novembro de 2015 e dezembro de 2016, a Samarco desembolsou R\$1,8 bilhão em ações emergenciais e reparatórias diversas contempladas ou não no TTAC. Considerando apenas valores relacionados aos programas do TTAC, os recursos somam R\$1,3 bilhão (SAMARCO, 2016, p.22).

Ainda que a posse e movimentação do capital econômico tenha sido um fator relevante para a tomada de decisões emergenciais, Chade e Augusto (2016) destacam em sua reportagem que, segundo os representantes da ONU, os acordos financeiros, por melhores que sejam, não são capazes de suprir e solucionar os impactos psicológicos, sociais e ambientais causados. A partir das teorias da sustentabilidade, compreende-se este cenário como uma tentativa de precificar aquilo que não é passível de precificação (O'CONNOR, 2002).

Um posicionamento da empresa em relação a este assunto é encontrado em seu relatório de sustentabilidade, Facebook e em seu canal do Youtube. Nos dois primeiros, a Samarco relata que tomou atitudes para o atendimento psicossocial da população e buscou formas de reconstruir os laços sociais da comunidade (SAMARCO, 2016). Com o objetivo de fazer com que os indivíduos impactados se vissem no direito de reconstruir suas vidas da forma que desejavam, a empresa os levou até três possíveis terrenos para que a decisão de escolha sobre a reconstrução da cidade fosse realizada de forma conjunta. A partir de informações do vídeo, as áreas foram selecionadas e fundamentadas nos critérios estabelecidos pela comunidade. Tanto em relação ao projeto urbanístico quanto as decisões sobre as casas, foram realizadas reuniões com cada uma das famílias, visando compreender o nível dos danos e as necessidades específicas (SAMARCO, 2016b; SAMARCO MINERAÇÃO, 2016a).

Com o objetivo de operacionalizar a reconstrução as regiões impactadas pelos rejeitos, a Samarco iniciou ações de limpeza da lama nas escolas, para que as aulas fossem normalizadas, e nas casas da região de Barra Longa (SAMARCO, 2016c; SAMARCO MINERAÇÃO, 2015c). Em Bento Rodrigues, a empresa tomou a decisão de investir em conhecimento e tecnologia para aproveitar os sedimentos provenientes do rompimento. A Samarco destacou também em um dos vídeos de seu canal que, investiu em equipamentos para auxiliar no tratamento da água de governador Valadares, área impactada pelos efeitos da lama (SAMARCO, 2016d).

Percebe-se que mesmo em um cenário completamente diferente daqueles demonstrados nos relatórios anteriores, a empresa, após o rompimento da barragem de rejeitos, continua reconhecendo a tecnologia como um capital relevante para lidar com a sustentabilidade no campo em que está. Investimento tecnológico é considerado uma forma de ser reconhecida, gerar valor, e desenvolver-se de forma sustentável (SAMARCO, 2016). Ao decidir investir em tecnologia é inevitável que a empresa invista também em conhecimento, contudo, apesar de ter sido mencionado em outros relatórios, a valorização deste capital mostrou-se ainda maior no relatório bienal de sustentabilidade, isto é, após o rompimento da barragem de Fundão. Nele a Samarco destacou os diversos momentos em que foram consultados especialistas ambientais, auditorias especializadas em barragens, advogados de escritórios mundialmente renomados, consultorias reconhecidas, dentre outros profissionais que puderam contribuir com conhecimento especializado diante da situação enfrentada pela empresa (SAMARCO, 2016; SAMARCO MINERAÇÃO, 2015d).

Uma decisão que também assumiu relação com a tentativa da Samarco em se reajustar ao mercado após o rompimento da barragem, foi a de, em 2016, revisar as estratégias da matriz de materialidade da empresa, que diz respeito às orientações advindas do GRI. Isso havia sido feito pela última vez no ano de 2014, quando foram consultados diretores, gerentes, funcionários, comunidade, poder público e fornecedores (SAMARCO, 2016). Na revisão, a empresa reviu Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), refez pesquisa de Monitoramento de Imagem, identificou os temas principais dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e mapeou os dez principais tópicos da imprensa e redes sociais. A decisão de revisar as estratégias foi reconhecida pela empresa como um pequeno passo diante das muitas melhorias a serem feitas. Isso também permitiu que fossem

alcançados novos indicadores de desempenho, mais alinhados a realidade pela qual a Samarco estava inserida naquele momento.

A empresa ressalta em seu relatório que a ideia de voltar a atuar no mercado faz parte de um processo estratégico gradual, e que este envolve não apenas os aspectos legais e econômicos, mas também a licença social. Ainda que a aparente valorização e cuidado com a comunidade impactada pela lama de rejeitos tenha sido grande, a Samarco, no ano de 2016 mostrou-se forçada a tomar uma decisão contrária em relação aos seus funcionários, esta foi:

[...] realizar uma redução de cerca de 1.200 postos de trabalho, por meio do Programa de Redução do Quadro Próprio – que engloba o Programa de Demissão Voluntária (PDV) e o Plano de Demissão Involuntária, também alinhados e negociados diretamente com os sindicatos (SAMARCO, 2016, p.49).

A empresa, em seu relatório, afirmou lamentar o ocorrido, contudo, destacou que a decisão de reduzir em 40% o quadro de funcionários, representou uma readequação ao novo momento pelo qual vinha passando. Aos 60% dos funcionários que continuaram empregados, a Samarco decidiu dedicar parte do tempo de trabalho e investir financeiramente em treinamentos de saúde e segurança no ano de 2016 (SAMARCO, 2016).

Outra ação descrita no relatório bienal, voltada também aos impactos sociais das atividades da empresa, foi a proposição de um Plano de Diálogo entregue a FUNAI. Segundo as informações apresentadas pela Samarco, esta seria uma forma de incentivar a participação dos povos indígenas, enquanto impactados pelo rompimento da barragem, nas decisões da empresa (SAMARCO, 2016).

A partir de atitudes como estas, é possível perceber que após o rompimento da barragem, a postura da empresa em relação às decisões mudou. Anteriormente, decidir representava um processo centralizado, que envolvia as empresas acionistas, identificadas como representantes da sociedade, o Conselho de Administração, composto por diretores e gerentes da empresa, e em alguns casos considerava-se a opinião de funcionários que não ocupavam cargo de gestão (SHEPHERD; RUDD, 2014).

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as decisões passaram a ser, ao menos formalmente, descentralizadas, e envolver a comunidade do entorno da empresa, enquanto pessoas diretamente impactadas por suas atividades, e o poder público, identificado como órgão fiscalizador, principalmente no

que diz respeito às decisões da Fundação Renova (CUI, 2016). A partir das teorias sobre decisão abordada nesta pesquisa, sabe-se que ainda que o fato de os diferentes agentes participarem das decisões acrescente muito conhecimento, nunca haverá pleno consenso entre eles (LUNENBURG, 2011; SCHWENK, 1984). Neste sentido, torna-se comum que, mesmo em decisões classificadas como descentralizadas, exista um grupo que assuma o poder e sua opinião prevaleça. No caso da Samarco, é possível afirmar que, diante do poder atribuído a ela a partir de seu capital econômico, aliado aos benefícios gerados à sociedade e à economia do país, a palavra final da decisão, muito provavelmente é sua.

Nos dois anos seguintes, 2017 e 2018, a Samarco voltou a destacar em seu relatório de Comunicação de Progresso – um primeiro passo para a publicação do relatório bienal de sustentabilidade que aconteceria no ano de 2019 – as decisões centralizadas da empresa. Essa realidade demonstrou que após dois e três anos do acontecimento que abalou o funcionamento da empresa, iniciou-se o processo de tentativa de retomada das atividades. Um dos primeiros passos dados foi a elaboração de um Mapa Estratégico, que pautado em ações de curto, médio e longo prazo, foi pensado pelo novo Comitê Executivo da empresa, composto por diretores e gestores de diferentes áreas. Segundo informações do relatório, a redução do quadro de funcionários fez com que nos anos anteriores a Samarco enfrentasse dificuldades em relação a manutenção do capital intelectual interno. Logo, a criação deste comitê, foi necessária e acelerou o processo de repensar o futuro da empresa (SAMARCO, 2017).

No processo de reconstrução organizacional, a Samarco apresentou sua nova missão como “Otimizar a transformação dos recursos minerais em valor para a sociedade, de forma segura, eficiente e inovadora, hoje e no futuro”, além disso, ao pensar no futuro a empresa afirma tem como visão “Ser reconhecida pela superação e reconstrução das relações sociais, ambientais e econômicas” (SAMARCO, 2017, p.14-15). A nova proposta de posicionamento da empresa, indica que uma das características principais da Samarco continuou antes, durante e depois do rompimento da barragem, principalmente nas discussões sobre sustentabilidade, e esta é a tecnologia.

A empresa afirmou que a retomada de operações seria um processo gradual, deste modo, seu principal objetivo era reestabelecer a confiança do poder público, de órgãos reguladores e da sociedade como um todo (SAMARCO, 2017a).

Nesta nova etapa, a Samarco, no que diz respeito às decisões sobre sustentabilidade, propôs a implementação de “tecnologias de filtragem de rejeito arenoso e espessamento de lama” segundo a empresa, isso seria uma forma de diminuir o volume de rejeitos das barragens (SAMARCO, 2017, p.6). Aprimorou, com novas tecnologias, os sistemas de segurança de barragens, e avançou com o projeto para o fechamento da barragem de Fundão na unidade de Germano para adequar-se à lei sobre barragens construídas no sistema de montante (SAMARCO, 2019a).

Também em relação aos rejeitos, a empresa desenvolveu projetos de estruturas de contenção “como a Barragem Nova Santarém, os diques S3 e S4 no vale do córrego Santarém e sistemas de bombeamento de água para evitar carreamento de rejeitos. Somados, os projetos representaram R\$640 milhões em investimentos” (SAMARCO, 2017, p. 24). Ao declarar o volume do capital econômico movimentado para realizar ações de contenção de rejeitos, a empresa busca demonstrar aos seus *stakeholders* que continua em condições de lidar com as externalidades geradas por seu processo produtivo. Logo, as narrativas da empresa impõem ideologicamente a sustentabilidade como um tema passível de ser discutido a partir do capital econômico e do capital tecnológico. Essa perspectiva tecnocêntrica da sustentabilidade pode ser compreendida como a *doxa* disseminada pela Samarco (BOURDIEU, 2007, 2012; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Apesar da Samarco e da Fundação Renova apresentarem-se enquanto os nomes mais visíveis diante das ações e investimentos realizados na recuperação do ecocídio de Mariana, muito do capital econômico movimentado neste processo advém de suas duas acionistas, também consideradas responsáveis legais pelo ocorrido de acordo com o TTAC. Um exemplo deste compromisso legal foi demonstrado pela BHP, que em junho de 2017 anunciou, como uma decisão, dar suporte financeiro à empresa e à Fundação:

[...] A mineradora australiana BHP Billiton informou nesta sexta-feira, 30, a criação de um fundo de US\$ 250 milhões para dar suporte financeiro à Samarco e à Fundação Renova, que é responsável pela reparação dos danos do rompimento da barragem do Fundão (ESTADÃO, 2017).

A partir de informações advindas da notícia, este valor seria dividido entre ações para mitigar os problemas ambientais e sociais causados pelo rompimento da barragem de Fundão, e para ações que visavam o reestabelecimento das atividades da Samarco. A acionista destacou, no entanto, que a volta de atuação da empresa não é considerada algo simples, uma vez que depende de outros agentes

do campo, os principais deles são: o poder público e órgãos defensores do meio ambiente. Como exemplo tem-se a construção de uma nova cava para rejeitos, que faz parte das decisões que a Samarco não pode mais tomar sozinha (SAMARCO MINERAÇÃO, 2017a). Neste caso foi necessário firmar acordo com o Ministério Público.

[...] Para viabilizar o empreendimento foi preciso obter licenças do governo estadual e firmar um acordo com o Ministério Público para contratar uma empresa independente que acompanhará todo o serviço. Em nota, a Samarco informou que vai custear toda a auditoria, que 'será responsável por atestar a segurança técnica e ambiental' da obra (MOREIRA, 2018).

Ao ser caracterizado como um órgão que tende fiscalizar e punir atividades não regulamentadas, o poder público, diante do acontecimento de Mariana, tomou decisões questionáveis. Dentre elas, a não inclusão do rompimento da barragem de Fundão no relatório entregue a ONU. Como justificativa, afirmou-se que não o fez por falta de espaço.

[...] Segundo o governo, a ONU impõe um limite de tamanho para o documento e não teria sido possível incluir o desastre. Outro argumento oficial é o de que o exercício se refere a tudo o que o Brasil fez desde a última sabatina, há quatro anos, e como o governo implementou ou não as recomendações feitas àquela época (CHADE, 2017).

Esta atitude reafirma a crítica feita pela própria Organização das Nações Unidas nos anos anteriores, em relação ao comportamento contraditório do governo brasileiro diante do cenário de destruição causado pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana/MG. Ainda assim, no ano seguinte a esta atitude, foi assinado um documento entre a Fundação Renova e o Ministério Público que previu o direito de os cidadãos atingidos negociarem individualmente suas indenizações (AUGUSTO, 2018). Também foram tomadas decisões judiciais que exigiram da empresa medidas corretivas, principalmente em relação aos aspectos ambientais. O monitoramento das ações da Samarco passou a ser realizado por "um Comitê Interfederativo, comandado por Suely Guimarães de Araújo, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)" (PONTES, 2018).

Como uma possível resposta a declaração de fiscalização exercida por órgãos públicos e ambientais, a empresa declarou em seu relatório de Comunicação de Progresso que, como uma forma de reforçar seus compromissos,

[...] manteve os principais programas de controle e monitoramento ambiental em 2017 e 2018, principalmente na questão hídrica, no monitoramento de fauna e nos estudos ambientais que não dependem das operações. Os

projetos e compromissos seguem em andamento, em Germano, em Ubu e na faixa de servidão dos minerodutos da Empresa, mesmo com as operações paralisadas (SAMARCO, 2017).

A Samarco destacou também que, além de ações voltadas ao ambiente, entre os anos de 2017 e 2018, tomou decisões relevantes em relação ao seu quadro de funcionários. Diante de um cenário de incerteza sobre retomar ou não suas atividades, promoveu programas de demissão voluntária e involuntária (SAMARCO MINERAÇÃO, 2017b). Aos funcionários que ficaram, a empresa afirmou estar comprometida com o bem-estar psicológico de cada um, compreendendo as situações enfrentadas nos últimos anos.

Em meio à tentativa de reconfigurar seu capital social não apenas diante de seus funcionários, mas diante da sociedade de maneira geral, uma decisão, que pode dizer muito sobre o posicionamento da empresa, foi tomada: a Samarco optou pela contratação de pessoas que poderiam explicar de uma forma menos impactante o que havia acontecido em Mariana (SALVADORI, 2018). No ano de 2018, dentre os vídeos publicados em seu canal no Youtube, a empresa não abordou direta ou indiretamente decisões relacionadas à sustentabilidade. Além disso, neste mesmo ano, em sua página do Facebook a quantidade de postagens foi menor quando comparada aos anos anteriores. É possível compreender este comportamento como um possível reflexo de orientações das pessoas contratadas para lidar de forma amena com a situação pós rompimento da barragem.

Em uma tentativa de mostrar-se aberta à sociedade e disposta às sugestões advindas de pesquisas externas, juntamente com a Neo Ventures, e o apoio de universidades renomadas do estado de Minas Gerais, a Samarco decidiu, no ano de 2018, propor o Desafio MinerALL. Este teve como objetivo principal, “Desenvolver, de forma colaborativa, alternativas de negócios capazes de gerar efeitos positivos para os territórios mineradores”. A participação de estudantes foi muito representativa, mais de 400 se inscreveram para o desafio, destes a empresa informou que 84 seriam selecionados para propor “soluções com foco exclusivo no aproveitamento dos rejeitos da Samarco em outros setores industriais” (SAMARCO MINERAÇÃO, 2018).

Ainda que se tenha finalizado o desafio premiando os melhores projetos, e se tenha incentivado a criação de empreendimentos referentes às soluções propostas, uma notícia no ano de 2019, mostrou um comportamento contraditório da

Samarco. Foi abordado no decorrer da reportagem, um projeto da Universidade Federal de Minas Gerais, desenvolvido com o objetivo de propor às empresas de mineração um fim sustentável aos seus rejeitos. Tanto a Samarco, quanto sua acionista, a Vale, mesmo sendo consideradas potenciais interessadas, e sendo também sócias da patente do produto, afirmaram não ter interesse em aproveitá-lo em suas atividades. Ambas ressaltaram que “o estatuto social não permite fazer outra coisa que não ferro”, e que o processo de desativação de barragens já está em andamento, portanto não são necessárias outras soluções (GIRARDI, 2019).

A partir das informações apresentadas sobre a Samarco no decorrer dos anos analisados nesta pesquisa – 2010 a 2019 –, percebe-se que a empresa, mesmo antes do rompimento da barragem de Fundão, já discutia sobre o tema sustentabilidade, seja em seu canal no Youtube ou em seus relatórios de sustentabilidade. Em 2011 a empresa criou um subcomitê para discutir assuntos relacionados à sustentabilidade, visto que foi percebido que estes viriam a impactar as decisões do Conselho de Administração. Na maioria das vezes em que a Samarco mostrou-se disposta a desenvolver-se de forma sustentável, argumentava que isso seria feito por meio inovação e tecnologia.

Ao informar sobre os benefícios de se pensar uma sustentabilidade a partir do desenvolvimento tecnológico, a empresa destacava as melhorias ambientais e sociais, mas ressaltava principalmente a melhora no desenvolvimento econômico, rendimentos da empresa e, posteriormente, na reputação. Este posicionamento explica objetivamente a sustentabilidade para além das vertentes ambiental, social e econômica, podendo ser caracterizada também como política e ideológica. Política, pois, no contexto organizacional, sabe-se que as ações e discussões são orientadas por uma ideologia capitalista, que visa perpetuar o financiamento das elites detentoras do capital econômico. Neste caso, está o interesse da Samarco em continuar financiando seu próprio funcionamento e de suas acionistas. E ideológica uma vez que o tema caracteriza as relações de dominação mediante os discursos da sociedade atual. Logo, mediante atitudes tomadas sob a pressão social e legal para lidar com questões relacionadas a sustentabilidade, conquista-se uma reputação, que pode lhe atribuir o poder de dominar o campo em que está (BOURDIEU, 2012; O’CONNOR, 2002).

Ademais, a partir da valorização dos aspectos tecnológicos, reconhece-se que a Samarco assume um posicionamento majoritariamente

tecnocêntrico e incrementalista no que diz respeito à sustentabilidade. Contudo, é possível dizer que em alguns momentos, diante de pressões políticas, ou por interesses econômicos, a empresa posiciona-se a partir de uma perspectiva reformista (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; MILNE; KEARINS; WALTON, 2006). Um exemplo desta situação se deu no ano em que foi decidido trocar fontes de energia não renováveis por gás natural em seus processos produtivos.

Os agentes que compõem a empresa em alguns momentos expressam que têm uma interpretação sobre sustentabilidade alinhada ao pensamento de Castro (2004), isto porque um de seus diretores, em vídeo, destacou que, ser sustentável representa explorar de forma planejada para não esgotar os recursos. Ademais, ao apresentar em seus relatórios o incentivo do crescimento da comunidade local, desenvolvimento de projetos sociais e ambientais, a Samarco também se mostra condizente com a perspectiva social da teoria de sustentabilidade de Lélé (1991). Fundamentando-se no referencial teórico desta pesquisa, compreende-se a sustentabilidade para a empresa, quando tratada a partir das perspectivas econômica, social e ambiental, pode ser entendida como um assunto que oscila entre classificações frágeis e suficientes. Estas variações, contudo, não assumem relação com o período anterior ou posterior ao rompimento da barragem de Fundão.

Em relação às decisões sobre sustentabilidade, por sua vez, foi possível identificar uma diferença de posicionamento da empresa de acordo com os diferentes períodos analisados. Entre 2010 e 2012, as decisões eram tomadas pelo Conselho de Administração, com a participação das acionistas, enquanto representantes da sociedade. Neste período, ainda que houvesse discussões para a tomada de decisão, sabe-se que muito daquilo que era decidido era orientado por documentos de referência da empresa, fazendo desta, uma prática objetiva. Em 2013 uma ação previu algumas mudanças. Foi desenvolvido um projeto de interação entre o diretor-presidente e os funcionários da empresa, que não em cargos de gerência ou direção. A ideia era levar ao Conselho de Administração opiniões das pessoas que estavam diretamente ligadas às atividades da Samarco no dia a dia. Desta forma, é possível dizer que houve uma valorização da experiência e história do indivíduo (CUI, 2016; HICKSON, 1987).

Entre os anos de 2015 e 2016, contudo, a descentralização das decisões ocorreu de forma clara, e talvez forçada, diante do contexto enfrentado pela empresa. Mediante o rompimento da barragem de Fundão, por medidas legais, a Samarco precisava consultar o poder público para tomar muitas de suas decisões. Além disso, a empresa mostrou-se interessada também na participação de representantes da população em suas decisões (PETTIGREW, 1973). No ano de 2017 e 2018, porém, já não se relatava com tanta veemência a participação de agentes de outras regiões do campo em suas decisões. Este período foi destacado como um momento de reconstrução da empresa, em que as decisões precisavam ser estratégicas e rápidas, logo estas voltaram a se apresentar de forma centralizada nas mãos de um novo comitê executivo (SHEPHERD; RUDD, 2014).

Diante de oscilações, mudanças e repetições de comportamento, a Samarco construiu sua trajetória de decisões sobre sustentabilidade no recorte temporal analisado nesta pesquisa. Com o intuito de analisar também os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade na trajetória de uma das suas acionistas, o próximo tópico abriga a análise dos documentos referentes à Vale. Em sequência, apresenta-se o tópico que abriga a relação entre as trajetórias das duas empresas, especificamente no que diz respeito aos capitais movimentados nas decisões sobre sustentabilidade, e as relações teóricas construídas.

## 4.2 VALE S.A.

Fundada em 1942, pelo Governo Federal, na gestão de Getúlio Vargas, e privatizada em 1997, a Vale S.A. é considerada uma das maiores empresas privadas de mineração do mundo. Atualmente a organização tem capital aberto, e dentre as ações que estão em circulação, mais de 46% são representadas por investidores estrangeiros, e apenas 15,4% são de investidores brasileiros. A Vale conta com sua sede mundial no Brasil, realiza atividades em mais de 30 países, e dispõe de escritórios espalhados pelos cinco continentes do mundo (VALE, 2019a).

Os principais produtos comercializados pela empresa são: minério de ferro, pelotas, carvão, manganês, cobre e níquel. Contudo, além de ter seus rendimentos providos da exploração mineral, a Vale também tem ações de hidrelétricas, o que a permite ter uma segunda fonte de lucros, e diminuir seus custos

no processo produtivo no que diz respeito a gastos com recursos energéticos. A partir de informações de seu último relatório de sustentabilidade, sabe-se que a Vale em 2018 contava com mais de 120.000 funcionários para atingir seus objetivos de produção. Deste número, aproximadamente, 76,6% eram funcionários alocados no Brasil. E mais da metade dos empregados brasileiros estavam localizados, especificamente, nos estados do Pará e de Minas Gerais, principais regiões de atuação da Vale (VALE, 2018, 2019).

A empresa assume um posicionamento de grande relevância e impacto nas regiões em que atua devido as proporções de seu negócio diante da economia mundial, e devido a quantidade de funcionários que dependem de suas atividades. Logo, enquanto uma grande empresa, a Vale sofre pressões políticas e sociais para discutir e apresentar seu posicionamento sobre o tema sustentabilidade. Dentre os documentos que compõem esta análise, é possível dizer que, nos relatórios, desde o primeiro ano do recorte temporal escolhido (2014-2019) para analisar as decisões sobre sustentabilidade desta empresa, foram encontrados dados sobre o assunto.

Em relação ao Instagram da Vale, enquanto uma das redes sociais analisadas, é válido ressaltar que mesmo atuando desde 2013, a análise teve início no ano de 2014. Contudo, não foram apresentadas em suas fotos, vídeos e legendas, informações diretamente relacionadas às decisões sobre sustentabilidade. A empresa não se manifestou nesta rede social acerca do rompimento da Barragem de Fundão, de sua subsidiária, Samarco, apenas diminui a frequência de suas postagens. No intervalo de tempo entre um crime e outro, o Instagram da Vale buscou, por meio de uma linguagem acessível e informal, e até por meio de parceria com blogueiros, aproximar-se da sociedade. As fotos e vídeos postados eram normalmente de funcionários, máquinas do processo produtivo da empresa, e de animais ou paisagens de áreas de proteção ambiental. A frequência de postagem voltou a diminuir após janeiro de 2019, quando uma de suas barragens rompeu em Brumadinho. Desta vez a empresa se manifestou brevemente, e destacou que os anúncios mais detalhados sobre as ações da Vale diante desta situação seriam mais expostos no Youtube e no Twitter da empresa.

Em relação ao Facebook, a empresa atua desde 2012, percebe-se, contudo, que no decorrer do período analisado (2014-2019), a Vale expôs mais sobre suas ações quando comparado às postagens do Instagram. Nesta rede social, a

empresa discorreu sobre seus projetos, atuação no exterior, investimentos em cultura, e cuidado com o planeta. Contudo, assim como mencionado acima, logo após o crime ambiental de Mariana, em 2015, a Vale não se manifestou sobre o rompimento nesta rede social. Apenas em 2016 passou a destacar informações sobre acordos judiciais e sobre sua relação com sua subsidiária.

Por sua vez, quando rompida a Barragem I em Brumadinho, a empresa realizou diversas postagens com justificativas e explicações acerca das decisões sobre sustentabilidade. Estas, porém, apresentavam links que direcionavam aos vídeos da Vale no Youtube ou aos tweets do Twitter, tendo como objetivo explicações mais detalhadamente. Logo, pode-se dizer que tanto o Facebook quanto o Instagram da Vale, não apresentaram informações relevantes que acrescentassem ou conflitassem aquilo apresentado nos relatórios e vídeos da empresa, principalmente no que diz respeito às decisões sobre sustentabilidade. Portanto não foram mencionados nesta etapa da análise.

As notícias, por sua vez, complementaram ou contradisseram muito daquilo que a empresa falou sobre si mesma. Neste caso, as decisões sobre sustentabilidade, quando considerados o jornal Estadão e a revista Carta Capital, foram abordadas em reportagens, especificamente a partir do ano de 2015. Em relação ao Youtube, a Vale tem em seu canal apenas vídeo publicados em 2019. No Facebook, por sua vez, conta com publicações desde o ano de 2012. Esta pesquisa considerou, contudo, apenas publicações de 2014 em diante, selecionado àquelas que tivessem relação com as decisões sobre sustentabilidade. No Instagram a empresa atua desde 2013, os posts que abordaram decisões sobre sustentabilidade foram analisados a partir de 2014.

Ao desenvolver seu relatório de sustentabilidade em 2014, ano em que a empresa teve Murilo Ferreira como diretor-presidente, a Vale mencionava o termo desenvolvimento sustentável já em sua missão. Mais adiante, a sustentabilidade foi apresentada como um pilar estratégico da empresa e associada à um caminho para lidar com a volatilidade de ciclos econômicos. Para tomar decisões, não apenas econômicas, mas todas aquelas que envolvem aspectos estratégicos, a Vale explicou que conta com um Conselho de Administração. Este é composto por nove membros indicados pelos acionistas majoritários, dois indicados pelos funcionários, e um membro independente (VALE, 2014).

A partir das informações apresentadas neste relatório, pelo fato de haver indicações no processo de formação do TMT, as decisões poderiam ser caracterizadas como descentralizadas. A empresa relata, contudo, que os membros do conselho “possuem reconhecida competência nas áreas de finanças e mercado de capitais, governança corporativa, mineração, comercialização de minérios e sustentabilidade” (VALE, 2014, p.19), logo, isto faz com que haja uma pré-seleção dos funcionários que podem ser indicados a participar deste grupo. Fundamentando-se teoricamente, percebe-se a relevância atribuída ao capital cultural dos decisores. Ademais, para contribuir com o processo de angariar informações visando decisões mais precisas e ágeis, o Conselho de Administração conta com cinco comitês de assessoramento, são estes: “Desenvolvimento Executivo; Estratégico; Financeiro; Controladoria; e Governança e Sustentabilidade” (VALE, 2014, p.19).

Dentre algumas atividades descritas no relatório de sustentabilidade que competem aos comitês mencionados anteriormente está a demissão de funcionários e não renovação de contrato com fornecedores. A empresa destaca a busca pelo alinhamento entre aquilo que defende e a realidade organizacional diária, logo, a decisão de criação do comitê foi tomada em 2014 quando confirmados casos de corrupção interna. Além deste posicionamento, as informações do relatório neste ano, destacaram que a empresa participava do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), contudo, com o objetivo de defender um pensamento global, mas uma atuação local, foi decidido desligar-se do conselho e direcionar o foco à fóruns nacionais (VALE, 2014).

A Vale, no ano de 2014, decidiu participar, voluntariamente, de um acordo que previa a transparência dos fluxos econômicos da empresa frente à outras empresas extrativistas e ao governo das regiões em que atuava, como uma forma de demonstrar sua atuação ética e responsável. Também em relação a ações que visam transparência, porém, podendo ser compreendida como carregada de interesses, a Vale buscou alinhar seus processos de comunicação com instituições responsáveis por licenças de atuação. A partir de informações do relatório, foi possível compreender que esta atitude favoreceu a empresa na expansão de suas atividades e, conseqüentemente, em seu desempenho econômico (VALE, 2014). A movimentação do capital político e social, torna-se consideravelmente relevante no campo em que a empresa está (BOURDIEU, 2007, 2011, 2012)

Em relação ao capital econômico da empresa, é válido ressaltar que 2014 foi considerado um ano economicamente instável, em que a Vale precisou reduzir alguns investimentos e dispor de dinheiro para manter o capital da empresa. Apesar disso, destaca-se que os investimentos em ações de sustentabilidade foram expressivos. Em seu relatório a empresa aparenta defender a ideia de que atuar de forma sustentável representa ter e movimentar capital econômico.

[...] Nosso compromisso com a sustentabilidade se reflete nos investimentos de US\$ 1,135 bilhão, 16,4% superior à nossa previsão (US\$ 975 milhões). Desse total, US\$ 864,8 milhões foram destinados à proteção e conservação ambiental (37% voluntários e 63% referentes a requisitos legais), e US\$ 270,4 milhões a projetos sociais (58% voluntários e 42% obrigatórios). No Brasil, foram aplicados 74% dos dispêndios ambientais e 86% dos sociais (VALE, 2014, p.44).

Apesar dos relatos econômicos vinculados à atitudes sustentáveis, a empresa reforça no mesmo relatório que, envolver seus funcionários e *stakeholders* com o tema sustentabilidade vai além de justificar atitudes com valores monetários, e envolve “variáveis mais complexas, tais como o suporte que a empresa oferece para o profissional desempenhar suas tarefas de forma produtiva e eficiente e o bem-estar físico, interpessoal e emocional no trabalho” (VALE, 2014, p. 44). Ao buscar expor os aspectos sociais da sustentabilidade na Vale, em 2014 a empresa desenvolveu um portfólio de treinamentos com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de competências de seus funcionários. A Vale adotou também um projeto de mentoria, que teve como foco o desenvolvimento de carreira de seus funcionários, especialmente, mulheres. A decisão de criar projetos como estes pode ser compreendida como uma forma da empresa gastar menos tempo e recursos recrutando novos funcionários e buscando moldá-los de acordo com suas necessidades.

Baseando-se no trecho em que a Vale especifica quanto de seus recursos foram direcionados aos projetos ambientais e quanto aos sociais, é possível perceber que os primeiros projetos representam mais de quatro vezes o valor investido em ações sociais. Este comportamento é refletido no decorrer do relatório de sustentabilidade da empresa em 2014 em relação as suas decisões. Uma delas, entretanto, foi mencionada como relevante tanto à saúde e segurança do funcionário e da sociedade ao entorno, quanto ao ambiente, é o sistema *truckless*.

Este sistema tem seus princípios fundamentados em uma perspectiva incrementalista e tecnocêntrica da sustentabilidade, em que a Vale destaca esta como

uma forma de contribuir com o ambiente a substituição de um processo de transporte que utiliza combustíveis fósseis por outro que não emite gases do efeito estufa. Defende-se que uma forma eficiente de fazer isso é a partir de desenvolvimento tecnológico (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Neste caso, o projeto da empresa consiste em dispor de menos caminhões em seus processos produtivos, passando a utilizar correias transportadoras para que o produto chegue até a usina.

Esta decisão de mudança, segundo informações apresentadas, resultaria “na queda anual de 50% das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), que significa 130 mil toneladas de CO<sub>2</sub> equivalentes” (VALE, 2014, p.54). O desenvolvimento deste projeto implicou em um investimento de mais de 100 milhões de dólares, contudo, a empresa teria uma redução de 77% no uso de combustíveis, o que, a logo prazo diminuiria custos (VALE, 2014). Ainda que exista uma previsão de economia, a Vale destacou que decisões como essas, quando advindas de medidas regulatórias podem afetar o desempenho econômico da empresa, como a necessidade de desenvolver novas tecnologias para monitorar processos ou mitigar impactos. É possível perceber que, neste caso, a empresa atribui custos e obstáculos às medidas legais sobre sustentabilidade.

Para desenvolver tecnologias de recuperação ambiental, por exemplo, a empresa conta com projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, e destaca que não os administra sozinha, pois conta com a parceria de instituições de ensino e pesquisa. Percebe-se que, neste caso, há uma valorização da união entre o capital cultural daqueles que trabalham na empresa e o capital cultural especializado de profissionais externos, visto que o resultado de suas ações tem como objetivo beneficiar diferentes aspectos do campo em que a organização está, e não apenas atividades internas. As narrativas presentes no relatório demonstram que a Vale menciona o desenvolvimento tecnológico como forma de lidar com a sustentabilidade, mas ao mesmo tempo o critica por, muitas vezes, não partir de um interesse voluntário da empresa. Dentre os capitais que podem ser identificados na narrativa da empresa em 2014 no que diz respeito às decisões sobre sustentabilidade, o mais valorizado, mediante críticas aos gastos e relatos de investimentos, foi o econômico (VALE, 2014).

No ano seguinte, em 2015, alguns aspectos relacionados ao investimento econômico em tecnologia ainda foram abordados em seu relatório de

sustentabilidade, porém com menor frequência quando comparado ao ano anterior. A Vale destacou em 2015 que as discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável fazem parte das estratégias da empresa, e reforçou que esta é considerada uma das formas que encontrou para atravessar as instabilidades dos ciclos econômicos. Além das instabilidades que buscam ter seus efeitos minimizados a partir de decisões da própria empresa, destaca-se que algumas podem ser alcançadas mediante decisões do governo em prol do desenvolvimento econômico. Isto é percebido quando se estabelece um regime tributário favorável às organizações. Um exemplo é mencionado no relatório: “Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) [...] um benefício fiscal essencial para os investimentos em infraestrutura no País” (VALE, 2015, p.26).

Mesmo com incentivos do poder público e das decisões pautadas na sustentabilidade que visavam superar as instabilidades econômicas, o cenário brasileiro, principalmente no que diz respeito à mineração, viu-se fragilizado no ano de 2015. Diante desta situação, a Vale decidiu reduzir 3,2% em seu quadro de funcionários. A empresa precisou cortar também custos referentes à treinamentos e educação, logo, foi decidido criar o programa de instrutoria interna, em que os funcionários mais experientes ensinavam os que fossem contratados, multiplicando o conhecimento e evitando custos altos (VALE, 2015).

As demissões geram impacto no campo em que a empresa está, como uma forma de minimizar estes efeitos, a Vale aumentou suas compras e contratações de mão de obra em caráter regional, quando comparado ao ano anterior. Decisões como estas retratam tanto o interesse relacionado ao aspecto social da sustentabilidade, quanto podem representar também o interesse em manter custos mais baixos, em que não há a necessidade de grandes movimentações para a realização de contratações. Ainda em relação aos possíveis capitais que são valorizados e movimentados, sabe-se que empresa toma decisões que envolvem a tentativa de conservação de seu capital social, uma delas, por exemplo, é promover

[...] processos como diálogo social, gestão de demandas da comunidade, planejamento e gestão dos dispêndios sociais, voluntariado e ações estruturadas ligadas a temas como direitos humanos e remoção involuntária, com especial atenção para povos indígenas e comunidades tradicionais (VALE, 2015, p.55).

A movimentação do capital social da Vale acontece também na tentativa de agrupar informações relevantes para as decisões. Em 2015 as áreas de Ouvidoria e Comunicação envolveram-se em um projeto que teve como objetivo

principal levar as informações advindas dos funcionários às lideranças da empresa. Para isso, foram propostos cinco temas que orientaram estas discussões: “Conflito de interesse, Preconceito, Mau uso de recursos da empresa, Corrupção e Presente e hospitalidade” (VALE, 2015, p.22). A Vale destaca ainda que tem a intenção de estender esta prática para suas atividades no exterior.

O senso de pertencimento que é despertado quando a Vale se abre à comunicação com seus funcionários e com a comunidade local, pode ser explicado na sociologia bourdieusiana como uma *illusio*. Conceito este que explica o fato dos outros agentes do campo, que não os decisores da empresa, acreditarem que são ouvidos, e que tem suas opiniões consideradas, quando na verdade não detêm capital suficiente para isso. Esta situação tende a reforçar o poder que os discursos organizacionais da Vale exercem, uma vez que estes tendem a ser legitimados e oficializados pelos agentes do campo, visto que a Vale é reconhecida por eles como detentora de um poder que a permite disseminar “verdades” e definir fronteiras (BOURDIEU, 2012).

Formalmente a empresa demonstra o interesse em ouvir e permitir que outros agentes participem e opinem sobre seus processos. Isto é, a ideia de senso de pertencimento e valorização da sociedade se faz presente em seu relatório. Contudo, em uma das notícias encontradas na seleção dos documentos para esta pesquisa, foi pontuado um posicionamento contraditório da empresa. Segundo Locatelli (2015), a ferrovia pela qual a Vale transporta seus minérios e passageiros, tem causados diversos problemas em uma cidade no interior do Maranhão. Estes envolvem atropelamento de pessoas e animais. Um morador, especificamente, perdeu quatro vacas atropeladas pelo trem da empresa, logo, foi em busca de uma indenização e escreveu uma carta juntamente com outros 111 moradores, explicando os danos que a Vale vinha causando e solicitando reparações e melhorias na cidade. A decisão da empresa foi processar este morador e outros que ameaçaram se manifestar e protestar. A partir de suas próprias palavras a empresa destacou que “não ingressa na justiça para proibir protestos mas, sim, para garantir a integridade da EFC [Estrada de Ferro Carajás] e evitar ameaças e ações que possam resultar em sua paralisação” (LOCATELLI, 2015).

Decisões como essa revelam o desalinhamento entre a proposta formal de engajamento social da Vale e suas práticas. Diante de uma sociedade orientada por uma ideologia capitalista e orientada ao poder, sabe-se que as ações e

decisões da empresa que envolvem sustentabilidade também tendem seguir perspectivas políticas e ideológicas (O'CONNOR, 2002). Ainda que o morador afetado possa não estar em sua plena razão, a notícia revela o desinteresse de diálogo da empresa, e a indiferença aos problemas sociais que suas atividades ferroviárias causam. O mais importante, neste caso, é que não ocorram paralisações passíveis de prejudicar o andamento de seus processos produtivos.

A Vale, além de criticada em notícias devido ao descaso no que diz respeito aos aspectos sociais, em outro jornal, também foi apontada como insustentável em relação aos aspectos ambientais. Segundo Nossa e Monteiro (2015), esta pode ser considerada uma das empresas que mais solicita licença para explorar área de preservação. Contudo, a empresa o faz buscando desvincular seu nome, logo, suas decisões em relação a este assunto envolvem solicitações de licenças por meio de suas subsidiárias.

[...] Para ter acesso à Renca, a Vale operou por meio de um emaranhado de empresas. Uma delas é a Mineração Guanhães, com 19 pedidos de licença. Neste ano, a Guanhães ainda obteve do DNPM direitos de mineração das empresas Itapi, Bacajá, Iri, Araguaia, Capoeirana e Tapajós, antigos registros da companhia que têm pedidos de exploração da reserva. Dados do Ministério da Fazenda mostram que a Guanhães está ativa e funciona no terceiro andar de um prédio na Avenida Graça Aranha, no centro do Rio, espaço ocupado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Valia). A Guanhães tem entre seus sócios a própria Vale S.A. e a Docepar, outra subsidiária da mineradora. Procurada, a Vale negou ser proprietária (NOSSA; MONTEIRO, 2015).

Ainda que sejam apresentadas informações como estas, a empresa afirma realizar ações que previnem e mitigam os impactos socioambientais a partir de suas atividades diárias. Em seu relatório de sustentabilidade, mostra-se alinhada ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e atenta as discussões sobre mudanças climáticas. Neste caso, movimenta seus capitais políticos diante de um cenário globalizado de organizações em prol do “capitalismo sustentável”. A empresa afirma que, pensando no futuro, incluiu discussões sobre sustentabilidade em seu programa de gestão de riscos. Especificamente em relação às discussões sobre o ambiente, a Vale apresenta relatos de seu comportamento em busca de meios para lidar com o rejeito de minério de ferro gerado em seus processos produtivos. Uma possível solução foi encontrada e relatada pela empresa:

[...] Diversas iniciativas estão sendo desenvolvidas na Vale para recuperação e reutilização de rejeitos minerais e uso do material em processos industriais. Uma delas é o projeto Rejeito Sustentável, que busca a reutilização de rejeitos ricos em sílica na indústria cimenteira. O material tem potencial para

ser usado como elemento corretivo e substituir a areia primária, não renovável, no processo produtivo do cimento (VALE, 2015, p.79).

Diante desta proposta a empresa destaca a valorização do capital tecnológico para lidar com a mitigação dos efeitos que suas atividades causam ao ambiente. O desenvolvimento das tecnologias deste projeto, revelam também uma necessidade de movimentação dos capitais econômico e cultural da organização.

Ainda que seja considerado relevante os relatos da Vale em relação às decisões que envolvem sustentabilidade, esperava-se que, no ano de 2015, a empresa se posicionasse de forma consistente acerca do rompimento da barragem de Fundão de sua subsidiária, a Samarco. É possível afirmar que no decorrer dos dias após acidente e em seu relatório, a Vale buscou se posicionar. O então diretor-presidente, Murilo Ferreira, ressaltou no início do relatório de sustentabilidade de 2015, que a Vale apoiaria a Samarco naquilo que fosse necessário, principalmente no que diz respeito a minimizar a situação de vulnerabilidade da sociedade local impactada. O então presidente do conselho de administração, por sua vez, Gueitiro Genso mencionou a Samarco ao informar que o rompimento da barragem de Fundão corroborou para que os preços do minério de ferro no mercado caíssem. Ao continuar sua fala, Genso também mencionou que a Vale se solidarizava com a Samarco e a sociedade impactada (VALE, 2015).

Diante deste cenário inesperado em relação à uma de suas subsidiárias, a Vale foi alvo de notícias e responsabilizações jurídicas pelo rompimento da barragem de Fundão. A partir de informações apresentadas no dia 12 de novembro de 2015 em notícia da revista Carta Capital, as acionistas da Samarco, Vale e BHP, foram classificadas, fundamentando-se na Lei nº 6.983 de 1981, como “poluidor-pagador”, sendo responsáveis por indenizar e reparar os danos causados pelas atividades da Samarco. Contudo, diante de uma queda de 7% em suas ações, “A BHP escreveu em um e-mail ao Wall Street Journal afirmando que não tem nada a ver com a catástrofe e que a Samarco é ‘inteiramente responsável’ e lavou suas mãos na lama” (CARTA CAPITAL, 2015b). A Vale, da mesma forma, apresentou-se disposta a apoiar, disponibilizar recursos financeiros, mas decidiu não assumir sua parcela de culpa.

Como as empresas acionistas não se responsabilizaram voluntariamente, a União o fez. Em notícia publicada na revista Carta Capital, afirmou-se que a Vale e a BHP seriam punidas financeiramente e processadas, juntamente

com a Samarco, pelo governo federal e por governos estaduais que tiveram suas regiões impactadas.

[...] O governo federal e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo vão processar a Samarco e as empresas Vale e BHP Billiton para que arquem com R\$ 20 bilhões para as despesas de recuperação dos danos e revitalização das áreas atingidas pela tragédia ocorrida na região após o rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração no município mineiro de Mariana, que resultou no despejo de mais de 50 toneladas de lama ao longo de 850 quilômetros do Rio Doce nos dois estados (CARTA CAPITAL, 2015c).

A decisão do governo, de exigir legalmente um pagamento para lidar com os danos causados, pode ser compreendida como uma postura economista ambiental, em que se considera efetiva a punição financeira para lidar com a sustentabilidade (CASTRO, 2004). Ademais, esta situação pode ser compreendida como algo que impactou também movimentações do capital político das empresas. Diante de um contexto de exploração mineral, em que normalmente é necessário autorização de apoio da sociedade e do governo para atuar, tanto a Vale, a BHP e, neste caso, a Samarco, viram-se descredibilizadas no campo em que estão.

O fato de a sustentabilidade ser considerada, nesta pesquisa, um tema guiado por perspectivas políticas e ideológicas, explica a relevância da movimentação dos capitais econômicos das empresas. Em uma sociedade que reconhece e depende dos lucros delas, a realização deste pagamento para mitigar as externalidades geradas, pode ser compreendida como uma forma, ainda que legalmente determinada, de reafirmar sua região dominante no campo e retomar sua boa reputação (BOURDIEU, 2012; O'CONNOR, 2002).

Além do cumprimento de exigências legais, a empresa voluntariamente buscou mostrar-se cuidadosa com os aspectos ambientais. Em uma tentativa de reconquistar sua boa reputação, movimentando seu capital social e político, a Vale relatou com mais detalhes em 2015, quando comparado ao relatório anterior, os cuidados tomados com suas barragens. Diante do rompimento em Mariana/MG, a Vale destacou que decidiu realizar mais auditorias externas do que é exigido em legislação (VALE, 2015). Esta atitude é de responsabilidade da empresa, podendo ser compreendida como uma decisão voluntária, porém reativa ao ocorrido. Também como uma decisão reativa, pós o rompimento de Fundão, a Vale “criou uma área unificada dedicada à gestão barragens de minério de ferro, antes realizada separadamente por cada operação”, segundo informações do relatório esta seria uma decisão que incrementaria as boas práticas organizacionais (VALE, 2015, p.82).

A ideia de prevenção perdura pelo ano de 2016, quando a Vale em seu relatório de sustentabilidade, reforça os compromissos que assumiu para evitar que situações semelhantes à de Mariana aconteçam em suas barragens. A partir de informações relatadas, a empresa afirmou ter decidido incluir em seu planejamento estratégico diretrizes para mudança na forma de produção do minério de ferro. Com mais eficiência, passaria a utilizar a umidade natural para reduzir a geração de rejeitos, e separar a lama de rejeitos grossos. A partir da movimentação de capitais econômico, cultural e, como consequência, tecnológico, a empresa se propôs a “estudar e desenvolver novas tecnologias de disposição de rejeitos, visando buscar alternativas para a destinação que vão além de barragens e empilhamentos drenados” (VALE, 2016, p.115). Este posicionamento, contudo, não pode ser considerado uma peculiaridade do ano de 2016, visto que em 2015 a empresa já desenvolvia tecnologias para utilizar rejeitos na produção de cimento.

Em 2016 a empresa retomou os esclarecimentos acerca dos cuidados que tem tido com suas barragens. Neste mesmo ano, a área criada em 2015 para gestão de riscos, mostrou-se em funcionamento e composta por equipes de profissionais especializados e qualificados para realizar controles mais rigorosos, monitorar desempenhos e acompanhar condições de segurança por meio de auditorias externas (VALE, 2016). Para atestar a atenção que estava sendo dada às questões sustentáveis, a empresa ressaltou logo no início de seu relatório, que as decisões tomadas pelo conselho de administração em relação a este tema, agora passariam primeiramente pelo Comitê de Governança e Sustentabilidade. Os agentes que o compõem são considerados capacitados para lidar tanto com os assuntos relacionados à sustentabilidade quanto com aqueles relacionados aos direitos humanos. Estes profissionais caracterizam-se como responsáveis e capazes de propor melhorias estratégicas para empresa a longo prazo (VALE, 2016).

Neste relatório, a Vale destacou também sua disposição em participar da formulação de políticas públicas, visto o interesse em favorecer o desenvolvimento do setor de mineração. Segundo informações é relevante as “parcerias com instituições governamentais, empresas e organizações da sociedade civil, para potencializar o desenvolvimento socioeconômico nas regiões em que se localizam suas operações” (VALE, 2016, p.33). Este posicionamento pode ser compreendido, porém, não apenas como a boa vontade de desenvolvimento local, mas como uma tentativa de conquistar sua licença social e legal para atuar, mantendo-se com um

discurso reconhecido e legitimado por outros agentes do campo. A movimentação dos capitais social e político, neste caso, permitem a continuidade da relação de dominação já estabelecida, fundamentada no poder atribuído à empresa pelo seu capital econômico (BOURDIEU, 1996, 2012).

Com o objetivo de relatar engajamento de seus funcionários em relação às discussões sociais, ambientais e econômicas, a empresa decidiu, em 2016, integrar os indicadores de sustentabilidade ao programa de remuneração variável. Isto significa que o agir de forma sustentável na Vale, passou a fazer parte de uma meta anual, que quando alcançada é recompensada ao funcionário em dinheiro (VALE, 2016). O ano de 2016 também foi marcado pela decisão da empresa de lançar um guia chamado “Promovendo Engajamento” para padronizar compreensões sobre o que é engajamento, e reforçar a importância desse comportamento comprometido do funcionário nas estratégias organizacionais (VALE, 2016).

Percebe-se a tentativa da empresa de, por meio deste guia, disseminar discursos sobre assuntos variados como *doxas*, impondo-os ideologicamente. No próprio relatório fala-se sobre o interesse de padronizar compreensões de seus funcionários, e a partir da sociologia bourdieusiana, esta padronização pode ser compreendida como o interesse de orquestrar os *habitus* dos agentes do campo (BOURDIEU, 1996). Outra estratégia de engajamento mencionada no relatório de 2016 foram os planos de Relacionamento e Investimento Social. A proposta formal da Vale, neste caso, é o “compartilhamento de responsabilidades entre empresa, comunidade e demais atores sociais para o desenvolvimento local” (VALE, 2016, p.82).

O simbólico por trás desta proposta, por sua vez, pode ser compreendido a partir da sociologia bourdieusiana, como uma forma de deixar estes agentes entrarem no campo, mesmo já sabendo que eles não têm capitais para jogar o jogo. A responsabilidade e o poder de exercer a prática da decisão e disseminar a *doxa* da sustentabilidade estão não apenas nas mãos da empresa, e mais especificamente, nas mãos da alta gestão da Vale. Aqueles que não ocupam esta região – dominante – do campo, são representantes da heterodoxia e vivem a *illusio* de terem conseguido entrar no jogo (BOURDIEU, 2012).

Um exemplo de que os interesses da empresa se sobressaem na maioria das vezes, é o trecho do relatório de sustentabilidade de 2016 em que a Vale responde às críticas feitas pela sociedade que mora as margens de suas ferrovias,

conforme mencionado em notícia no ano de 2015. A empresa destaca que ao interditar as vias para protestar, as pessoas estão prejudicando o funcionamento de um bem público que presta um serviço de extrema relevância ao país. Esta alegação é justificada pelo argumento de que essas atitudes interferem no “escoamento da produção e no deslocamento das demais comunidades, em consequência da interrupção ou do atraso do transporte de passageiros, combustíveis e outras cargas”. Logo, a empresa afirma que quando este tipo de situação acontece, a decisão da Vale é adotar “medidas administrativas e legais cabíveis para o restabelecimento da via” (VALE, 2016, p.67).

Nestes casos os interesses econômicos da empresa sobressaem os impactos sociais gerados. Sua reputação diante dos agentes afetados pelas externalidades de suas atividades parece ser instável, por isso a necessidade de a empresa tomar constantes decisões que movimentem seu capital social. Ainda que na prática se apresente como intolerante à algumas formas de manifestação social, que, segundo impactam e prejudicam seu desenvolvimento econômico, a Vale busca, formalmente mostrar-se comprometida com sua Política de Gestão de Riscos Corporativos. O principal objetivo deste comprometimento é “minimizar os eventos capazes de provocar impactos à saúde, à segurança, ao meio ambiente, à sociedade e às finanças e reputação da Empresa” (VALE, 2016, p.44). Quando estas políticas são direcionadas a estrutura interna da organização, a Vale destaca em relação aos seus funcionários, que ainda em 2015 decidiu, juntamente com o United Steel Workers (USW), e o Centro de Pesquisa em Segurança e Saúde Ocupacional, da Universidade Laurentian, desenvolver um estudo com propostas de melhorias na saúde mental daqueles que nela trabalham. Esta atitude é justificativa pela empresa como um dos pilares que compõem sua estratégia: cuidar das pessoas (VALE, 2016).

Em relação as outras perspectivas de sustentabilidade defendidas pela empresa, o decorrer do relatório de 2016 conta com diversas informações referente aos montantes investidos em ações ambientais. Um exemplo disso, foi o valor de US\$ 562 milhões destinados a preservação e conservação da fauna e da flora. Segundo a empresa, a movimentação do capital econômico atesta o compromisso da Vale com o ambiente. Também no relatório de 2016, destaca-se que as atividades de Recuperação de Áreas Degradadas da Vale, fundamentam-se em decisões que partem de normas técnicas e legais. A empresa tem a possibilidade

efetiva de decidir apenas como agir no que diz respeito às diferentes atuações necessárias por região, devido a diversidade socioambientais (VALE, 2016).

Apesar de sofrer exigências legais, a Vale mencionou também em seu relatório, uma das decisões tomadas de forma independente e voluntária. A empresa investiu no desenvolvimento de tecnologias e robôs que inspecionam o interior de cavidades, local onde normalmente são depositados rejeitos. Esta decisão foi relatada no ano seguinte do rompimento da barragem de Fundão e é destacada pela empresa como uma forma de aumentar a segurança dos pesquisadores que trabalham com o controle dessas áreas. Percebe-se que para desenvolver estas tecnologias a Vale movimentou: seu capital econômico, referente aos investimentos em material; capital cultural, referente aos pesquisadores envolvidos no projeto; e conquistou capital tecnológico para lidar com possíveis externalidades de suas atividades. Uma vez que a empresa teve como exemplo o rompimento da barragem da Samarco, esta decisão pode ser considerada como preventiva (BOURDIEU, 2012; VALE, 2016). Em relação a este episódio, a empresa declarou ainda, que juntamente com a BHP, despendeu “aproximadamente US\$ 614 milhões para o cumprimento de programas previstos” (VALE, 2016, p.78).

Mesmo diante de todas as decisões em prol do ambiente e da sociedade, diante de medidas preventivas e do cumprimento de exigências legais, a empresa no ano de 2016 não deixou de ser apontada como uma das culpadas pelo crime de Mariana/MG. Vinte e um funcionários da Vale, juntamente com da Samarco, da BHP, e da VogBR, empresa que assinou o laudo estabilidade da barragem de Fundão, foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF). A decisão judicial foi indiciá-los por homicídio doloso, classificado desta forma porque, ainda que não houvesse intenção direta de matar, legalmente, as empresas, e como consequência as pessoas que as representam, assumiram o risco pelo resultado causado (BORGES; ALENCAR, 2009; RODRIGUES, 2016).

Pode ser considerado surpreendente que o poder público, diante da economia brasileira, enquanto uma das mais dependentes das exportações de *commodities*, tenha ido na direção contrária de favorecimento do desenvolvimento das empresas que exploram estes produtos. Esta situação, porém, não perdurou por muito tempo. O minério de ferro enquanto uma *commodity* exerce expressiva relevância na economia nacional, e mesmo diante de um cenário de destruição ambiental causado crime cometido, o poder público cedeu. No ano de 2017, a decisão judicial de indiciar

funcionários das quatro empresas foi retirada pela Justiça Federal de Ponte Nova (MG). A decisão pautou-se na defesa de advogados de dois funcionários da Samarco, que alegaram que o MPF utilizou provas ilícitas para fundamentar a acusação de seus clientes (CARTA CAPITAL, 2017a).

Também em 2017, o governo foi condizente com a decisão da empresa de retirar parte do poder de sua administração das mãos de órgãos públicos, permitindo que o Conselho de Administração da Vale ganhasse maior autonomia para tomar decisões. Em um dos trechos da notícia essa informação foi detalhada.

[...] A título de reestruturação e transformação em “corporation”, a direção da Vale SA, com sinal verde do Planalto, resolveu fazer um novo arranjo societário. Em resumo: vendeu-se o controle acionário direto exercido pelos fundos de pensão, Previ (Banco do Brasil), Funcef (Caixa) e Petros (Petrobras), detentores de cerca de 53,8% das ações preferenciais da empresa (CARTA CAPITAL, 2017b).

No decorrer da reportagem, é possível identificar que a narrativa construída expressa indignação à supervalorização do capital econômico por parte do governo diante das graves externalidades socioambientais causadas pela atividade mineral. Os autores acreditam que ser condizente com o poder das decisões concentrado nas mãos do Conselho de Administração da Vale, é um desrespeito à nação.

[...] É inconcebível que um governo sem respaldo popular e norteado por ações para atender preferencialmente o sistema financeiro e grupos estrangeiros patrocine a reestruturação da Vale. É um governo sem nenhum compromisso com a soberania, projeto de desenvolvimento nacional e justiça social (CARTA CAPITAL, 2017b).

Um mês após este posicionamento do governo que gerou alvoroço social, o então presidente, Michel Temer, decidiu movimentar o capital social e político, uma vez que o poder público estava em descrédito com a população diante da suspensão da decisão judicial. O ex presidente decidiu agir em prol do ambiente, suspendendo um decreto, que previa a exploração de áreas e preservação, e determinando a preservação de uma das áreas que seriam destinadas à exploração mineral. A região em discussão é considerada uma das mais preservadas na floresta amazônica, a Renca, “uma área da floresta entre os Estados do Amapá e do Pará equivalente ao tamanho do Espírito Santo” (BORGES, 2017). Segundo informações da reportagem, um exemplo contrário a este posicionamento de preservação formalmente declarado pelo ex presidente, é a liberdade que a Vale tem para realizar exploração mineral na região dos Carajás.

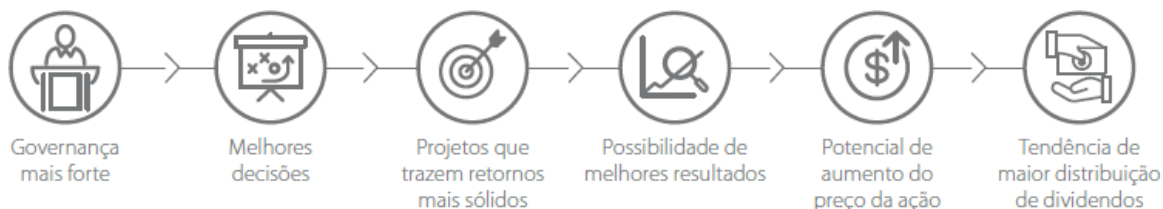
Diante de um contexto pautado no apoio governamental, no ano seguinte a Vale deu continuidade às suas atividades normalmente. Sob o comando de um novo diretor-presidente, Flávio Schvartsman, foram publicadas em seu relatório de sustentabilidade de 2017, informações e decisões que buscaram relatar a preocupação e engajamento da empresa com o tema. Um exemplo, foi uma resposta à notícia apresentada anteriormente em relação ao poder concentrado nas mãos da Conselho de Administração. No relatório, informações destacam que a Vale se tornou, em 2017, uma empresa sem acionista controlador, portanto, com capital difuso. A partir das palavras do próprio presidente do Conselho, Gueitiro Genso, “Essa mudança trará maior transparência aos acionistas minoritários, que agora têm pleno direito a voto em eleições do Conselho de Administração e podem tomar parte nas principais decisões da gestão, ganhando maior representatividade” (VALE, 2017, p.5).

Este novo posicionamento em relação ao grupo acionário, permitiu que a empresa migrasse “suas ações para o Novo Mercado da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o mais alto segmento de listagem em termos de governança corporativa, gestão e transparência” (VALE, 2017, p.26). Esta nova postura da Vale envolve maior participação dos acionistas minoritários. A participação de mais pessoas transmite a ideia de decisões descentralizadas, contudo, a comunicação não é vertical, isto é, entre diferentes setores da empresa, ou diferentes regiões do campo. Neste caso, são ouvidos apenas os agentes que têm capitais suficientes e ocupam uma posição hierárquica relevante na empresa (CUI, 2016).

Na fala do presidente do Conselho de Administração, verifica-se que os acionistas minoritários são associados a ação de “tomar parte” das decisões e não decidir, de fato. Logo, as discussões que se dessem à nível estratégico continuariam nas mãos do Conselho, que “decide as políticas e diretrizes gerais, avalia planos e projetos propostos pela diretoria executiva e afere os resultados alcançados” (VALE, 2017, p.22). Em relação à região do campo ocupada pela alta gestão da empresa, é válido ressaltar que algumas mudanças e decisões foram anunciadas em 2017. Um exemplo mencionado no relatório, foi a criação de uma nova diretoria e de um novo comitê: Diretoria Executiva de Sustentabilidade e Relações Institucionais, e do Comitê de Sustentabilidade. Segundo a Vale, essa foi mais uma maneira de demonstrar que a empresa se preocupa com o tema e busca implementar uma governança forte, que preze pela transparência. Ao abordar por meio de uma imagem, em seu relatório, os benefícios gerados por esta governança, a empresa não apresenta relação direta com

uma sustentabilidade que vá além da perspectiva política e ideológica, isto é, guiada por princípios capitalistas e de dominação.

**Figura X – Resultado de uma governança corporativa forte**



**Fonte:** Vale (2017, p.26)

A Vale compreende que a governança é alcançada por meio de “Política Anticorrupção, Manual Anticorrupção, Código de Conduta Ética, programas de *compliance* e Guia de Relações” (VALE, 2017, p.35), logo, são mencionados apenas aspectos éticos e sociais, que quando cumpridos favorecem um bom desenvolvimento econômico. Compreende-se então que, mesmo sendo um assunto frequentemente mencionado em seus relatórios, a sustentabilidade é associada ao potencial de desenvolvimento da Vale no mercado.

Apesar de ter assumido este posicionamento a partir da imagem, a empresa afirma ter consciência de que, mesmo que o bom desempenho financeiro seja algo necessário para que uma organização continue atuando, a Vale sabe que só ele não é suficiente. A empresa destaca que esta consciência foi uma das motivações para criar áreas e reestruturar as discussões sobre sustentabilidade no ano de 2017. Afinal, sabe-se que a importância dada a este assunto reflete em sua Licença para Operar, que envolve uma reputação positiva diante da sociedade impactada por suas atividades (VALE, 2017).

Uma das decisões que foram tomadas para alinhar o objetivo de conservação ambiental e boa reputação da empresa, por exemplo, foi um acordo de cooperação firmado entre a Vale e o governo da Alemanha referente a iniciativas de sustentabilidade. Esta decisão, pode ser reconhecida como uma prática que fez com que os capitais político e social da empresa fossem movimentados (BOURDIEU, 2009), visto que o país envolvido no acordo é desenvolvido e, normalmente reconhecido por um comportamento ético no que diz respeito à sociedade e ao ambiente natural. Práticas como estas refletem muito da cultura da empresa, visto que da forma como a narrativa foi construída no relatório de sustentabilidade,

compreende-se a “reputação e a imagem positivas da Vale são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados” (VALE, 2017, p.107).

A ideia de manter uma boa reputação, ter e movimentar um bom capital social, se estende a todos os agentes do campo. Em relação ao vínculo estabelecido entre a Vale e o poder público brasileiro, a empresa mostra-se decidida a participar na elaboração de políticas públicas em relação ao setor de mineração, e esta prática relaciona-se a uma tentativa de promover “maior agilidade nas decisões regulatórias e garantia de continuidade dos negócios da empresa” (VALE, 2017, p.134). Continuar atuando no mercado como uma das maiores mineradoras do mundo, não exige apenas o cumprimento de decisões legais e judiciais, mas exige também decisões próprias.

Logo, algumas decisões formais foram tomadas para mitigar os danos causados ao ambiente, dentre elas a empresa menciona: mais de 480 milhões de dólares investidos em conservação ambiental, sendo 31,4% deste valor dispendido a partir de decisões voluntárias; investimento de mais de 240 mil dólares no desenvolvimento de uma mistura a base de celulose, que tem como objetivo ser pulverizada nos pátios de estoques de minério de ferro para evitar a dispersão de partículas; 145 milhões de dólares investidos em tecnologias de gestão de emissões atmosféricas, dentre outras práticas que buscaram evidenciar e disseminar a sustentabilidade a partir de uma interpretação advinda da Vale (VALE, 2017).

Ao ser responsabilizada pelo crime ambiental ocorrido em Mariana/MG, a sustentabilidade passou a ser um tema compreendido como uma moeda de troca entre a empresa e a sociedade. A população “concede” o direito de atuação para a Vale crescer por meio da exploração mineral, e esta retribui, reforçando que tem um comportamento sustentável e que tem condições econômicas para lidar com as externalidades negativas s geradas. Para isso, além de reafirmar o montante de dinheiro que dispõe em situações como essa, a empresa mais uma vez, no relatório de 2017, deixa evidente a relevância atribuída ao desenvolvimento tecnológico (VALE, 2017).

[...] Os investimentos em tecnologias e ações de controle que conferem eficiência, conservação e proteção da quantidade e qualidade dos recursos hídricos somaram, em 2017, US\$ 108,7 milhões, que representaram 22% do total dos dispêndios ambientais da empresa (VALE, 2017, p.86).

Os sistemas tecnológicos da empresa, auxiliam não apenas no controle de suas atividades práticas e em vigência, mas também nas tomadas de

decisão e planejamento. A partir de informações contidas no relatório, a empresa destaca que seu Sistema de Informação, especificamente no que se refere à área de ferrosos, dá suporte para que os profissionais envolvidos tomem decisões rápidas e efetivas quando necessário. É possível perceber também que a empresa destaca em 2017, a valorização atribuída às pesquisas, e ao capital cultural de seus funcionários. Neste mesmo ano, a Vale reforçou a relação de parcerias com universidades e centros de tecnologia e inovação para recuperar áreas degradadas com o apoio de especialistas.

Em relação aos seus funcionários, a decisão foi de implementar uma plataforma online chamada Centro de Carreira, que conta com palestras, biblioteca virtual, aconselhamento, área onde são apresentadas as vagas que estão abertas, dentre outras coisas que contribuem para o desenvolvimento profissional. A Vale afirmou também, que manteve a decisão de investir em agentes educacionais internos e que, em 2017, estes somavam dois mil funcionários da empresa. Essa decisão, acaba por promover o engajamento, desenvolvimento e reconhecimento do profissional (VALE, 2017). A partir da sociologia bourdieusiana, esta relação pode ser percebida a partir da movimentação do capital social, que faz com que seja criado um do senso de pertencimento ao campo (BOURDIEU, 2009).

A Vale destaca, porém, que atitudes com estas, que prezam pelo corte de gastos, refletem a instabilidade do cenário econômico mundial no que diz respeito à mineração. A partir de informações do relatório de sustentabilidade, a empresa afirma que “os grandes investimentos dão lugar a um período de estabilidade, com foco na gestão, na performance e na remuneração dos acionistas” (VALE, 2017, p.109). O principal objetivo da Vale, em 2017, foi reduzir custos e volume de produção, despesas financeiras, e investimentos de forma geral, para assim aumentar a margem de lucro. Manter-se bem no mercado e conservar uma boa reputação diante de seus acionistas foi prioridade.

No ano de 2018, por sua vez, pouco foi mencionado sobre atitudes de contenção de custos da empresa diante da situação do mercado. Também foi um ano em que não houve menção das decisões sobre sustentabilidade da Vale na revista Carta Capital e no jornal Estadão. Por sua vez, o relatório de sustentabilidade de 2018, abordou informações extremamente relevantes no que diz respeito à recorrência da empresa em crimes ambientais. Assim como aconteceu com a Barragem de Fundão, da Samarco, uma das barragens de resíduo de minério de ferro da Vale, a Barragem

I da mina córrego do Feijão, localizada na cidade de Brumadinho/MG, rompeu no dia 25 de janeiro de 2019. Assim, ainda que a publicação dos relatórios aconteça, normalmente, no ano seguinte ao ano das atividades relatadas, a empresa decidiu incluir no relatório de sustentabilidade de 2018, relatos, explicações e justificativas acerca deste acontecimento (VALE, 2018). Logo, este trecho da análise dedica-se à uma apresentação conjunta dos relatórios de 2018, e dos vídeos e notícias de 2019 que abordaram decisões sobre sustentabilidade.

Como uma forma de se expressar, mesmo que sem palavras, em relação à recorrência do crime ambiental cometido, a Vale mudou esteticamente seu relatório de sustentabilidade em 2018. No decorrer do tempo em que foi feita a análise das decisões sobre sustentabilidade da empresa (2014-2019), foi possível perceber que nos quatro primeiros anos prezava-se por um documento com cores vivas, figuras, esquemas explicativos, fotos de funcionários sorrindo, imagens da fauna e da flora local, dentre outras coisas que transmitiam um ambiente organizacional entusiasmado com suas atividades. No relatório de sustentabilidade de 2018, contudo, a cor predominante foi o cinza. Quando necessário apresentar gráficos ou figuras, a empresa o fez com cores sóbrias, neste ano não houve fotos. As mudanças de cores revelaram aquilo que, sem falar, a empresa quis dizer (BOURDIEU, 2010).

As primeiras trinta páginas do relatório de sustentabilidade da Vale de 2018 foram utilizadas, especificamente, para discorrer sobre o rompimento da Barragem I. Quando comparado em volume de rejeito de minério de ferro que se espalhou por Brumadinho, este crime parece mínimo diante do crime cometido por sua subsidiária, a Samarco em Mariana/MG. Entretanto mesmo com menor volume, o número de vítimas foi muito maior. A empresa destaca que “Em pouco mais de três minutos, grande parte dos 11,7 milhões de metros cúbicos se espalhou por aproximadamente 295 hectares”, causando “um total de 245 fatalidades confirmadas e 25 pessoas desaparecidas” (VALE, 2018, p.11).

No mesmo dia do rompimento, o então diretor-presente da empresa afirmou que seria possível classificar o ocorrido como uma tragédia humana quando comparada à tragédia ambiental ocorrida em Mariana/MG. Fundamentando-se em informações do relatório de sustentabilidade da empresa, destaca-se que a barragem estava inativa, mesmo assim passava por constantes inspeções, reportadas semanalmente à Agência Nacional de Mineração. A última delas foi realizada três dias antes do rompimento. Além disso, formalmente, a estabilidade das barragens da Vale

era atestada e certificada pela TÜV SÜD do Brasil, empresa especializada em geotecnia (VALE, 2018).

O então diretor-presidente, Flávio Schvartsman, ao ser questionado em uma coletiva de imprensa, que aconteceu no mesmo dia do rompimento, sobre a empresa que forneceu esta certificação de estabilidade da barragem, afirmou que o foco da Vale naquele momento não era adentrar nessa discussão, mas sim prestar socorro às vítimas e seus familiares. Também em vídeo, Schvartsman foi questionado acerca da declaração feita em relatório sobre o alto nível de dano potencial da barragem de Córrego de Feijão. Em resposta, aparentemente contraditória, afirmou que o potencial de dano das barragens era alto, mas o risco de rompimento é mínimo. O diretor presidente destacou na coletiva que após o que ocorreu em Mariana, a Vale tomou diversas decisões preventivas para que não ocorresse o mesmo com suas barragens (VALE, 2019b).

Considerando que essas decisões não foram preventivas o suficiente, a Vale, passou a ser responsável por lidar com os danos causados. Todavia, diante do hábito de demonstrar apoio, mas não se declarar responsável, assim como no caso de Mariana, ao final do vídeo Schvartsman afirmou que um “acidente” de tamanhas proporções deveria ser cuidado pelo governo federal e estadual, mas que mesmo assim, a empresa prestaria toda ajuda necessária (VALE, 2019b). No mesmo dia da publicação do vídeo com explicações e justificativas por parte da empresa, o jornal Estadão destacou que, na opinião de ambientalista, há algum tempo decisões sobre as barragens da Vale vinham sendo tomadas sem análise de riscos e sem suporte técnico.

[...] A área da barragem que rompeu nesta sexta-feira, 25, em Brumadinho, estava prestes a ver uma intensificação na atividade de exploração mineral de ferro. A Vale pediu e o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas (Semad), aprovou em 11 de dezembro do ano passado a licença para que a empresa ampliasse a capacidade produtiva da Mina de Jangada e da Mina Córrego do Feijão, estruturas vizinhas, das atuais 10,6 milhões de toneladas por ano para 17 milhões de toneladas por ano (VIEIRA; CARVALHO, 2019).

Um geógrafo entrevistado nesta reportagem afirma que o poder público toma decisões sobre licenciamentos ambientais da mesma forma que age um motorista embriagado. Em uma das notícias acessadas, este posicionamento sem credibilidade do governo é reforçado por meio da informação de que

[...] O lobby das mineradoras também barrou projeto no Senado que aumentava a fiscalização, as exigências de segurança e as punições por não cumpri-las. Também exigia a contratação de seguro ou garantia financeira

para cobertura de danos. A exigência de seguro complementar a fiscalização pública com a avaliação da seguradora privada (BASTOS, 2019).

Fundamentando-se nas teorias abordadas nesta pesquisa, é possível afirmar que este descaso do governo em relação às decisões sobre sustentabilidade no que diz respeito às empresas, refere-se às perspectivas políticas e ideológicas do tema, que são disseminadas fundamentando-se em um sistema capitalista. As empresas e o poder público, enquanto agentes de grande poder no campo, têm como interesse manter-se em posição dominante por meio da posse e movimentação do capital econômico, buscam impor ideologicamente o que é a sustentabilidade da forma que se beneficiem mais. Desta forma, suas ações em prol da riqueza, são mutuamente acobertadas (VIEIRA; CARVALHO, 2019).

Ainda assim, diante da formalidade exigida no relatório de sustentabilidade, a Vale expôs muitas decisões que foram tomadas de forma imediata, no mesmo dia do acidente. A empresa destacou que criou um “Grupo de Resposta Imediata, responsável por consolidar todas as ações emergenciais, constituiu também “um Comitê de Ajuda Humanitária, com equipe formada por assistentes sociais e psicólogos para prestar assistência às vítimas e famílias” (VALE, 2018, p.12).

Este tipo de decisão, tomada repentinamente, caracteriza-se como aquela caracterizada por Hickson (1987), que não pode ser apenas fundamentada em aspectos objetivos ou somente em aspectos subjetivos. Os profissionais responsáveis por estas decisões em um cenário como o do rompimento da barragem precisam sim de dados técnicos, mas diante da complexidade dos problemas, precisam também de engajamento e envolvimento na situação. Desta forma, torna-se relevante o senso que estes têm do jogo. Este senso envolve o *habitus* de cada um dos agentes, suas respectivas trajetórias, histórias e percepções do campo, os capitais que têm e movimentam, bem como a história objetivada pela organização. Ao unir todos estes fatores, constrói-se a estratégia que leva à prática, os permitindo decidir de forma eficiente (BOURDIEU, 2009, 2012; HICKSON, 1987). Mesmo sendo claras a predisposição da empresa em agir de forma imediata, no dia seguinte ao rompimento da barragem, decisões judiciais envolvendo punições legais foram tomadas.

[...] O Juiz de plantão da Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte, Renan Carreira Machado, determinou no fim da noite desta sexta-feira, 25, o bloqueio de R\$ 1 bilhão nas contas da mineradora Vale por conta do desastre provocado pelo rompimento da barragem em Brumadinho (SANTOS, 2019).

Esta decisão do poder público reflete uma punição legal que envolve a exigência de que a empresa paralise a movimentação de seu capital econômico, sendo este o capital que atribui a ela o maior poder e reconhecimento no campo em que está. Em outra notícia publicada no mesmo dia, o chefe da Advocacia Geral da União afirmou que o impacto humano do crime cometido pela Vale era muito maior quando comparado ao de Mariana, logo a empresa também deveria ser considerada reincidente no crime, e o julgamento não poderia seguir os mesmos parâmetros do caso anterior (CURY, 2019). Como uma crítica à busca excessiva pelo lucro, Lacerda (2019) destaca que “Para o capital, mais vale o lucro do que proteção e preservação. Os corpos de Brumadinho e o patrimônio ambiental são mercadorias sem valor algum à racionalidade neoliberal: vidas descartáveis e recursos dispensáveis”.

Além das punições legais e financeiras, a Vale também foi proibida de atuar. Por decisão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais todas as atividades da empresa na região de Brumadinho deveriam ser imediatamente suspensas (CARTA CAPITAL, 2019a). Ademais a Secretaria também estipulou uma multa de 99 milhões de reais para a empresa devido aos danos causados ao ambiente pelo rompimento da barragem (SEGALLA, 2019a). Este posicionamento e as proporções das atitudes tomadas mostram-se condizentes à classificação do ocorrido enquanto crime, e não como desastre ou acidente ambiental (LACERDA, 2019)

Ao impactar o ambiente, compreende-se que os rejeitos se espalharam por Brumadinho e afetaram não só a flora mas também a fauna da região. Logo, parte das decisões que a empresa tomou após o acidente envolveu o resgate e cuidado com os animais, selvagens e domésticos. Em vídeo, a Vale afirmou que disponibilizou mais de 50 pessoas para lidar com esta externalidade (VALE, 2019c). E em seu relatório a empresa discorreu ainda sobre a decisão de montar,

[...] duas estruturas para receber os animais resgatados de grande, médio e pequeno portes entre aves, répteis, equinos, bovinos, felinos, caninos e animais silvestres: Hospital Veterinário e Fazenda Abrigo de Fauna, localizados próximos à cidade de Brumadinho (VALE, 2018, p.15).

Estas ações foram alvo de muita cobrança social, e apesar de aparentar uma decisão voluntária, em seu relatório a Vale destacou que estas decisões foram reflexo de um compromisso entre a empresa e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (VALE, 2018). Neste sentido, as decisões sobre sustentabilidade, no que diz respeito à vida animal impactada pelas atividades da

empresa, podem ser compreendidas enquanto práticas que se assumem políticas e ideológicas. Práticas que se fundamentam em ações que tem como objetivo a garantia de uma boa reputação da empresa, e se caracterizam a partir da movimentação do capital econômico e do capital político da empresa (BOURDIEU, 2009; O'CONNOR, 2002).

Além das decisões referentes a fauna, no dia 30 de janeiro de 2019, a Vale apresentou um plano de ação ao Ministério Público e aos órgãos ambientais, como uma decisão emergencial que envolvia ações referentes à contenção dos rejeitos que alcançaram o rio Paraopeba (VALE, 2018). Em vídeo a empresa anunciou a decisão de instalar uma membrana que teria essa função (VALE, 2019d). Antes do rompimento, porém, a empresa já havia destacado em seus relatórios, decisões de investir parte do capital econômico em medidas ambientais de forma preventiva, para o cumprimento de exigências legais ou de forma a mitigar externalidades negativas.

Algumas destas decisões foram mencionadas pela Vale: o cumprimento de metas da Convenção de Estocolmo referentes à destinação de resíduos; remoção de “30,4 mil toneladas de CO<sub>2</sub> da atmosfera por meio da revegetação de áreas impactadas e/ou de compensação” (VALE, 2018, p.77); realização parceria com a universidades para monitorar a recuperação de áreas degradadas e desenvolver produtos biodegradáveis que auxiliassem na redução de impactos (VALE, 2018). Percebe-se nestas decisões, a movimentação do capital político da empresa diante de cumprimentos estabelecidos em acordos mundiais, percebe-se a movimentação do capital econômico no que diz respeito aos investimentos realizados para mitigar impactos, e percebe-se também a movimentação do capital social e cultural institucionalizado ao autorizar, e necessitar, de auxílio externo para desenvolvimento e conquista do capital tecnológico em prol do ambiente natural (BOURDIEU, 2007, 2011).

Se estes capitais já eram movimentados antes do crime ambiental cometido, após o rompimento da Barragem I, estes também o foram, mas a partir de perspectivas diferentes. A movimentação do capital político, por exemplo, pode ser associada ao objetivo de reestabelecer a confiança do poder público de diferentes formas, duas delas são: por meio da disponibilidade da Vale em assinar acordos para iniciar os processos de indenizações (VALE, 2019e); e por meio da decisão de continuar pagando royalties à cidade de Brumadinho, com a justificativa de não prejudicar ainda mais a economia.

O capital econômico passou a ser movimentado para auxiliar as famílias impactadas, um exemplo disso foi a Vale realizar uma doação de 100 mil reais às famílias impactadas, antes das indenizações (OLIVEIRA, 2019b; VALE, 2019e). Aos que perderam seus documentos diante do cenário de destruição, a Vale, por meio do Banco do Brasil buscou solucionar estes problemas para que as doações fossem recebidas por meio das contas bancárias (VALE, 2019f). Um mês após o acidente, a empresa também tomou a decisão de, como adiantamento da indenização, pagar à algumas famílias um salário mínimo por adulto, meio para adolescente e um quarto para criança. Isso foi feito por meio de um acordo para promover uma vida digna aos atingidos até que as medidas legais de indenizações fossem realizadas (VALE, 2019g).

Os capitais social e cultural, por sua vez, movimentaram-se a partir da tentativa de reestruturação das decisões da empresa. Partindo de um modelo antes centralizado nas mãos da alta gestão para uma perspectiva descentralizada, onde há participação social (CUI, 2016), a Vale explica este novo padrão de comportamento.

[...] Mantemos fóruns permanentes de diálogo para participação das comunidades nas tomadas de decisão relacionadas à gestão de impactos, assim como na execução de projetos e ações para o desenvolvimento socioambiental do território, viabilizando a remediação de conflitos, mitigação de riscos e o avanço de agendas positivas junto às comunidades (VALE, 2018, p.42).

A Vale reconhece que diante do crime cometido, permitir que a sociedade participe de suas decisões faz parte da tentativa de reestabelecer sua Licença para Operar (VALE, 2018). A empresa destaca que estar apenas em conformidade com as leis e normas não é suficiente, logo, busca também a legitimação social. Uma forma de mostrar-se aberta à ouvir os outros agentes do campo e também de construir narrativas próprias sobre sua atuação, foi a partir da realização de convite da Vale à imprensa para uma reunião sobre aspectos técnicos com o objetivo de esclarecimentos sobre o acidente de Brumadinho (VALE, 2019h).

Um outro exemplo encontrado em um dos vídeos analisados que permite compreender a Vale como uma empresa que, neste contexto, mostrou-se, ao menos formalmente, disposta a ouvir o que a sociedade tem a dizer, foi o fato de não ter sido feito corte ou edição quando uma pessoa ao fundo de uma das entrevistas, com um tom de voz elevado, afirmou que a empresa matou pessoas e animais (VALE, 2019f).

Da mesma forma, a empresa reforçou em vídeo, com aparente sinceridade, que as decisões de contratar um grupo terceirizado, com profissionais capacitados, para atender as necessidades dos animais desde o dia seguinte do rompimento da barragem, foram tomadas mediante exigências legais (OLIVEIRA, 2019a; VALE, 2019i; VALE, 2019h). Isto pode ser justificado pelo posicionamento da Vale, quando o então diretor presidente destacou que os impactos sociais são relevantes e os outros impactos são secundários (VALE, 2019j).

Mesmo expondo decisões que não foram tomadas de forma voluntária, a Vale também publicou em seu canal no Youtube, decisões voluntárias, que buscaram demonstrar as movimentações de capital econômico da empresa em busca da reconfiguração de seu capital social, da sua reputação. Um exemplo foi a decisão de doar dinheiro aos bombeiros como forma de agradecimento e reconhecimento pela mobilização de salvamento em Brumadinho. O representante da Vale reforçou em sua narrativa que este seria um gesto de reconhecimento e ajuda e não de reparação (VALE, 2019k).

Algum tempo após expor tanto os danos causados por suas atividades, quanto as decisões imediatas tomadas para mitigá-los, a empresa passou a mencionar e ser mencionada em relação aos planos futuros acerca das barragens de rejeito de minério de ferro que continuavam ativas. Segundo informações do relatório “a frequência de monitoramento das variáveis de segurança, bem como as inspeções para avaliação da estabilidade foram intensificadas, a fim de subsidiar a tomada de ações preventivas e corretivas tempestivamente” (VALE, 2018, p.21).

Além de fiscalizar algumas, a empresa se comprometeu a diminuir o número de barragens, as descomissionando, isto é, tornando-as inativas, especialmente aquelas construídas no modelo montante, o mesmo que rompeu em Mariana/MG e Brumadinho/MG (CARTA CAPITAL, 2019b; VALE, 2019l). Uma das soluções propostas para a diminuição do número de barragens envolve alto investimento e prevê que a produção de minério aconteça sem a utilização de água, não gerando rejeitos (VALE, 2018).

Mesmo diante destas manifestações e decisões, a Vale, em fevereiro e em março, após o rompimento da Barragem I, voltou a ser assunto na mídia devido ao risco de novos rompimentos. Na revista Carta Capital uma das notícias relatou que “Em fevereiro, a mineradora retirou, preventivamente, os moradores de um povoado nos arredores de Barão de Cocais cujas casas estão na Zona de Autossalvamento –

a primeira a ser atingida pelos rejeitos caso a barragem se rompa” (CARTA CAPITAL, 2019c). Em vídeo a Vale explica que isso aconteceu devido uma divergência de dados no acompanhamento das estruturas da Barragem Sul, logo, foi decidido aumentar o nível de alerta e evacuar as pessoas da área de risco. Segundo a empresa, subir o nível de alerta de algumas barragens para 3 foi considerada uma decisão preventiva, que visa cumprir exigências legais. (VALE, 2019m; VALE, 2019n; VALE, 2019o).

A Vale destaca, contudo, que as atitudes tomadas não seriam motivo para pânico, afinal, além da fiscalização estar sendo feita por robôs e equipamentos de alta tecnologia, a empresa também ofereceu palestras à população e realizou simulados para que as pessoas saibam como agir em caso de novo rompimento (VALE, 2019n; VALE, 2019p). Como uma forma de demonstrar o poder que exerce no campo, a Vale afirma ter recursos para lidar com os danos causados, a questão quem vêm sendo trabalhada, no entanto, é como aplicá-los (VALE, 2019q). Esta narrativa pode ser compreendida como uma tentativa da empresa de disseminar ideologicamente a sustentabilidade como um tema passível de ser tratado a partir da movimentação do capital econômico (BOURDIEU, 2012; GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Demonstrar publicamente que a situação poderia ser controlada e que com capital econômico as situações se resolveriam, não foi suficiente. A empresa buscou mostrar-se mais uma vez disposta e aberta à participação da sociedade em decisões como uma forma de movimentar seu capital social. Ao menos, esta é a narrativa percebida em seus vídeos no Youtube, onde a Vale afirma reconhecer que precisa ouvir os moradores das regiões afetadas para saber quais decisões tomar, uma vez que o significado de reparação é diferente para cada um (VALE, 2019r). Em outro vídeo, a empresa destaca também que, diante do rompimento da Barragem I, a Vale adotou uma nova postura, que envolve mais humildade e diálogo direto com os municípios (VALE, 2019s).

Em seu relatório de sustentabilidade de 2018, contudo, o posicionamento da empresa em relação à valorização da participação, e de uma comunicação vertical entre os agentes do campo em suas decisões aparenta ser diferente (CUI, 2016). A empresa destaca a deliberação dos planos estratégicas elaborados pela Diretoria Executiva como uma responsabilidade exclusiva do Conselho de Administração. Dentre as funções do Conselho está também a deliberação de risos corporativos, a decisão sobre quem serão os diretores

executivos, as definições de remuneração e metas, dentre outros aspectos relevantes. Para tomar essas atitudes, a empresa destaca a necessidade de construir um TMT composto por agentes com “qualificação e experiência técnica, além de aspectos legais e reputacionais relacionados às melhores práticas de governança corporativa” (VALE, 2018, p.26). Logo, não é qualquer agente do campo capaz de participar, opinar ou ao menos compreender as decisões da Vale. É necessário ter capitais, neste caso cultural e social, e é necessário ocupar uma região específica do campo para poder jogar este jogo.

Se a reputação é um fator relevante para que algum agente ocupe a posição de decisor na Vale, diante do cenário em Brumadinho, alguns precisaram deixar a alta hierarquia do campo. Um deles foi o ex diretor-presidente Flávio Schwartsman, que em suas palavras afirmou: “tomei a decisão, nesta hora, em benefício da continuidade das operações da companhia e do apoio às vítimas e a suas famílias, de solicitar a esse Conselho, respeitosamente, que aceite o pedido de meu afastamento temporário” (CARTA CAPITAL, 2019d). Fundamentando-se nas informações da reportagem, o diretor declara que sua decisão foi orientada por órgãos públicos e que se pautou na tentativa de desvincular a imagem da empresa às pessoas envolvidas. A relação de interdependência entre a empresa e poder público pode ser mais uma vez identificada.

No caso do afastamento do diretor-presidente, o governo “decidiu” pela empresa, há casos, porém, onde o poder econômico da empresa “decide” pelo governo. Um exemplo é a interdição das atividades da Vale na Ilha de Guaíba no Rio de Janeiro em 2019, feita pela Prefeitura de Mangaratiba. A empresa foi multada em 30 milhões de reais, mas retomou suas atividades no mesmo dia. Foi alegando que as licenças ambientais estavam válidas, e no mesmo dia a prefeitura retirou a ordem de interdição (CARTA CAPITAL, 2019e). O poder econômico que é atribuído a empresa impacta diretamente em decisões legais. Em casos de paralização, a empresa tem chances de, rapidamente, voltar a atuar. Em caso de exigência de pagamento de indenizações e multas, a empresa não tem seu rendimento afetado. Essa segunda situação foi mencionada na reportagem da revista Carta Capital e permeia todo o caso do rompimento da Barragem I de Brumadinho:

[...] No ano passado, ela lucrou cerca de R\$ 25 bilhões. Na hipótese de ela vir a indenizar cada família de vítima com R\$ 10 milhões, mesmo considerando os mais de 200 mortos, isso vai representar 10% do lucro do ano passado. É muito razoável. Chega a ser módico”, diz o advogado Paulo Korte (PUTTI, 2019).

Percebe-se assim, que mesmo movimentando o capital econômico para lidar com as exigências legais, ainda há uma grande reserva deste capital que garante à empresa, enquanto um dos agentes do campo, o poder de negociação, definição de fronteiras e disseminação da *doxa* da sustentabilidade. Desta forma, ainda que os impactos financeiros mexam com a Vale, sua maior luta até o momento está relacionada à reputação diante da sociedade. Fatos como a prisão de funcionários da Vale e de engenheiros da Tüv Sud (ESTADÃO, 2019; DEUTSCHE WELLE, 2019), tornam público a gravidade da situação e atestam o ecocídio cometido.

Fundamentando-se nas informações apresentadas sobre a Vale no decorrer do recorte temporal escolhido para a realização desta pesquisa – 2014 a 2019 – percebe-se que a empresa já no primeiro ano analisado, abordava discussões sobre sustentabilidade em seu relatório. Em 2014, este tema era majoritariamente associado às decisões sustentáveis que visavam manter a empresa economicamente estável. No mesmo ano, contudo, a Vale apresentou uma crítica em relação aos investimentos financeiros necessários para desenvolver tecnologias que visavam cumprir exigências legais sobre sustentabilidade. Este posicionamento refletiu uma interpretação da empresa acerca do tema como algo caro a ser colocado em prática.

Mesma diante de críticas, neste mesmo ano e no ano seguinte, em 2015, percebeu-se que muitas das menções sobre o tema sustentabilidade feitas pela Vale em seus relatórios foram associadas à investimentos financeiros. Esta postura pode ser compreendida pela tentativa da empresa de mostrar-se favorável ao perpetuação de altos lucros para que haja condições de lidar com questões sustentáveis (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Ainda que este posicionamento seja mais constantemente percebido, é válido ressaltar que durante todos seus relatórios, a Vale mostrou-se favorável a parcerias com universidades, destacando a valorização do capital cultural institucionalizado para lidar com o tema sustentabilidade (BOURDIEU, 2011). Após o primeiro crime de rompimento de barragem de rejeitos, da Samarco, em Mariana/MG, porém, as narrativas foram um pouco diferentes, e ainda que fossem abordadas decisões que envolviam a movimentações de capital econômico, a empresa mostrou-se disposta a justificar e explicar mais detalhadamente suas decisões sobre sustentabilidade à sociedade e ao poder público, movimentando seus capitais social e político (BOURDIEU, 2011, 2012).

Muitas das decisões tomadas neste cenário foram reativas, mas foram tomadas com o objetivo de parecerem preventivas. Assim a Vale poderia ser reconhecida como uma empresa que agiu com responsabilidade diante do crime cometido por sua subsidiária, e buscou evitar situações recorrentes. Ademais, a empresa mostrou-se formalmente mais disposta ao diálogo com funcionários e com a sociedade. Contudo, quando este diálogo foi colocado à prova, a Vale deixou transparecer que os aspectos sociais de sua postura sustentável são relevantes desde que não interrompam o desempenho seu econômico (VALE, 2015; LOCATELLI, 2015).

Essa postura da empresa pode ser compreendida a partir da perspectiva crítica da sustentabilidade defendida por Foladori (2001). Isto é, o caráter formal assumido pela Vale em relação ao discurso de preservação do ambiente e valorização social, representa na verdade outros interesses, neste caso, econômicos. É possível afirmar então, que no decorrer de sua trajetória, a empresa interpreta a sustentabilidade fundamentada em perspectivas política e ideológica. Política uma vez que se orienta por princípios do sistema capitalista, ou seja, se orienta ao lucro. E ideológica por ser orientada ao poder, afinal, deter um volume de capital econômico expressivo em um contexto de mercado, garante a Vale a detenção do capital simbólico, e conseqüentemente, do poder simbólico no campo em que está (BOURDIEU, 2012; O'CONNOR, 2002). Assim, por meio de suas práticas, é reconhecida e legitimada para disseminar a *doxa* conforme seus próprios interesses (BOURDIEU, 2004, 2009).

Ainda diante de notícias que contradisseram alguns pontos de sua postura sustentável, a Vale buscou manter em 2015 uma boa reputação, buscando desassociar sua imagem e nome do crime ambiental de sua subsidiária. O mesmo padrão de comportamento foi percebido no ano seguinte. Em 2016, especificamente, a empresa buscou reconstruir uma relação de confiança com o poder público, e engajar seus funcionários a agir de forma sustentável por meio de recompensas financeiras. Neste sentido, foram estabelecidas metas que definiriam o que é ser sustentável, e explicações sobre a relevância do engajamento. Fundamentando-se na sociologia de Pierre Bourdieu, compreende-se que a empresa agiu como uma instância reguladora das práticas (BOURDIEU, 1996, 2012).

A relação que a Vale estabeleceu com o poder público durante o período analisado, pode ser explicada como aquilo que Bourdieu (2004) explica como

o jogo duplo, em que os agentes mantêm a aparência de obediência as regras quando, na verdade estão agindo de acordo com seus próprios interesses. O poder público buscou reconstruir sua reputação com a sociedade diante das pressões para punir as empresas responsáveis pelos crimes. Contudo, enquanto era aprovado um decreto que não autorizava mais a exploração de uma área de preservação, e os olhos da sociedade direcionavam-se para este lado, do outro a Vale continuava autorizada a explorar a região do Carajás.

No decorrer dos documentos, percebe-se a intenção da empresa em justificar que exploração é necessária para que o setor de minérios de ferro dê continuidade às suas atividades, entretanto, a intenção desta exploração parece ser ilimitada. Para a Vale, a exploração representa a conquista do poder que advém de seu capital econômico e do reconhecimento mundial. Para o governo brasileiro, este poder advém de uma economia potencializada pela exportação de mais uma das muitas *commodities* expressivas para o país. Neste caso, é possível compreender que as influências das atividades econômicas da Vale, guiam até mesmo as decisões do governo sobre sustentabilidade. Orientados a dar continuidade ao poder conquistado no campo, tanto empresa quanto poder público “se esforçam para impor universalmente, mediante um discurso inteiramente marcado pela simplicidade e pela transparência do bom senso, o sentimento de evidência que este mundo e necessidade que este mundo lhes impõe” (BOURDIEU, 2010, p.121).

Em relação a Vale, é passível de reconhecimento a relevância do produto no que diz respeito a economia do país. Diante de tamanha importância e talvez até mesmo dependência, os outros agentes do campo, podem ser reconhecidos como agentes dominados. Esta classificação se dá pelo fato de que estes não detêm os capital simbólico para definir como o jogo do campo acontece. Logo, não carregam consigo a autoridade de exercer o poder, a dominação e a violência simbólica, sendo apenas os agentes que os sofre (BOURDIEU, 2012).

Uma vez dominados, tendem a aceitar o discurso dos dominantes de que, é importante ser sustentável até o ponto em que o poder que o capital econômico lhes concede não se esgote (BOURDIEU, 2012). No caso desta pesquisa, a ideia de disseminar a sustentabilidade da forma que lhes convém, está aliada à intenção da Vale de manter a boa imagem e a reputação como um patrimônio da empresa. Após o segundo crime relacionado a barragens cometido pela empresa, esse padrão de

comportamento foi ainda mais intensificado, e a necessidade de movimentação do capital social e político também aumentou.

Diante do rompimento da Barragem I na cidade de Brumadinho, em 2019, a Vale se viu na mesma situação que sua subsidiária, em 2015. Ambas vivenciaram situações semelhantes, e ainda que muito do senso de jogo e senso prático referente ao crime de Mariana, tenha sido relevante para que a Vale soubesse lidar com este cenário recorrente, a empresa e os agentes que a compõem também precisaram compreender o novo contexto, o novo tempo e novo espaço, fundamentando-se especificamente na realidade Vale. Desta forma as decisões emergenciais puderam ser estruturadas de forma ágil e eficiente, quando foram aliados os aspectos objetivos e técnicos, aos subjetivos, estes representados pelo *habitus* e estratégias dos agentes decisores (BOURDIEU, 2009; HICKSON, 1986).

Em relação às decisões sobre sustentabilidade tomadas alguns dias após os crimes ambientais, a Vale expôs formalmente a valorização do diálogo entre empresa, sociedade e poder público. Este comportamento foi percebido, principalmente, nos anos de 2015 e 2016. No ano seguinte, em 2017, após esquecimento de muitos, o destaque dos agentes decisores foi direcionado ao Conselho de Administração, que foi fortalecido, passou a aceitar a participação de acionistas minoritários, e rejeitar a participação de órgãos públicos em suas decisões (VALE, 2017). Ainda que dar lugar aos acionistas minoritários tenha aparentado ser reflexo da proposição de decisões descentralizadas, compreende-se, ao analisar documentos formais, que o real interesse da Vale estava em propor um modelo de decisão pautado no diálogo horizontal, em que as discussões acontecessem de forma fluida, entre agentes de uma mesma região do campo, em reuniões formais (BOURDIEU, 2012; MILLER; HICKSON; WILSON, 1996; SHEPHERD; RUDD, 2014). Por sua vez, após o segundo crime, no relatório de 2018, e em vídeos no Youtube no ano de 2019, a empresa volta a reconhecer a relevância da participação social em suas decisões, e assume a necessidade de promover mais o diálogo (CUI, 2016).

Esse comportamento foi recorrente, e se deu diante de um novo cenário de destruição, em que houve a necessidade de a Vale reconquistar sua licença para operar, movimentando obrigatoriamente os capitais social e político (BOURDIEU, 2012). As proposições de decisões descentralizadas, portanto, podem ser compreendidas como regularidades assumidas pela empresa, pautando-se nas

disposições para a prática, isto é, no *habitus* que esta incorporou ao longo de sua história e trajetória (BOURDIEU, 2004).

Apresentadas as análises das narrativas das empresas, Samarco e Vale, apontadas as relações com os três grandes temas desta pesquisa – capitais, decisão e sustentabilidade – de forma individual, o próximo tópico teve como objetivo apresentá-las conjuntamente. Foram expostas, portanto, aproximações e distanciamentos no que diz respeito às movimentações de capitais em decisões sobre sustentabilidade, discutidas a partir da sociologia de Pierre Bourdieu.

#### 4.3 SAMARCO MINERAÇÕES E VALE S.A.: ENTRE DOCUMENTOS E TEORIAS

A partir relação entre as narrativas analisadas nos documentos, as teorias de sustentabilidade e as teorias de decisão, buscou-se entender os dados que compõem esta etapa da análise pela lente da sociologia bourdieusiana. Logo, o campo que se teve o interesse de compreender nesta pesquisa conta com fronteiras que se estendem até onde os efeitos da *doxa* alcançam, isto é, nesta pesquisa o campo é representado pelo espaço que estende suas fronteiras até onde os efeitos da sustentabilidade alcançam. Este campo é micro, social e hierarquizado, portanto, é composto por diversos agentes que ocupam diferentes regiões e detêm diferentes capitais, dentre eles: a Samarco, a Vale, o poder público, a VogBR, a BHP, as comunidades impactadas pelas ações das empresas, os órgãos de defesa ambiental, empresas contratadas, o ambiente natural, dentre outros (BOURDIEU, 2009, 2010, 2012).

Na sociologia de Pierre Bourdieu, há o interesse em compreender as práticas, ou seja, as relações entre os agentes, e entre estes e a estrutura. Estas, contudo, não seguem regras ou padronizações, uma vez que se fundamentam nas hierarquizações dos agentes do campo e mantêm-se pela movimentação de capitais. Nesta pesquisa, especificamente, as decisões foram compreendidas como um conceito passível de ser interpretado como o conceito bourdieusiano de a prática. Segundo o sociólogo, o exercício da prática é uma constante tentativa de imposição da *doxa* por um grupo, e da incorporação desta, por outro (BOURDIEU, 2009). Desta maneira, entende-se as decisões como constantes tentativas dos agentes dominantes de impor ideologicamente a sustentabilidade. Essa imposição se configura a partir da

distribuição dos agentes no campo. Estes ocupam diferentes regiões, e para definir quais são os dominantes e quais são os dominados, faz-se necessário compreender como as relações de poder se configuram.

Na sociologia bourdieusiana, esta relação pode ser associada, principalmente, à posse e movimentação de capitais. Para estar no campo delimitado pelos efeitos da sustentabilidade, os agentes precisam deter o capital do campo, que os dá condições de entrada. Para jogar o jogo deste campo, contudo, estes precisam deter o capital simbólico, o qual é reconhecido como legítimo e até mesmo ignorado enquanto capital, este que dá ao agente o poder de reconhecimento (BOURDIEU, 2004). No decorrer desta pesquisa foi possível perceber que, no campo investigado, detém o capital simbólico e, conseqüentemente o poder, aqueles que detêm e movimentam o capital econômico. Logo, guiadas pelo sistema econômico capitalista, a Samarco e a Vale representam o grupo dominante do campo. Ainda que ambas prestem contas ao poder público, aos órgãos de defesa ambiental, e aos representantes da sociedade, a dependência que estes agentes do campo têm do desempenho econômico das empresas, faz com que elas sejam reconhecidas e autorizadas a disseminar a *doxa* da sustentabilidade (BOURDIEU, 2004, 2007, 2011, 2012).

A Samarco, por exemplo, no decorrer do período analisado no recorte temporal desta pesquisa, apresentou como relevante para sua atuação no campo, a posse e movimentação do capital tecnológico para tomar decisões sobre sustentabilidade. Este capital envolve, porém, a movimentação de outros dois capitais relevantes, o econômico e o cultural institucionalizado. No período posterior ao rompimento da barragem, em Mariana, a empresa demonstrou tomar mais decisões em que precisou movimentar mais seu capital social. Foi mencionado com maior frequência também a relevância do capital cultural, relacionado aos profissionais especializados que foram consultados diante das destruições causadas. Ainda assim, em nenhum momento a Samarco deixou de mencionar a tecnologia como uma forma eficaz de lidar com a sustentabilidade (BOURDIEU, 2007, 2011, 2012).

Percebe-se que tanto as movimentações de capitais quanto a postura tecnocêntrica e incrementalista da sustentabilidade mantiveram-se em todos os cenários pelos quais a empresa passou no decorrer dos anos analisados (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005). Esta constância comportamental, contudo, não foi percebida nos padrões dos modelos de

decisão. Nos períodos que antecederam o crime ambiental, as decisões eram centralizadas, o TMT era um grupo caracterizado pela posse de capital cultural e reputação organizacional suficiente para lidar com os assuntos da empresa. Nos anos que sucederam o crime de Mariana, por sua vez, a empresa passou a permitir que outros agentes do campo participassem das decisões sobre sustentabilidade. Foi possível perceber que a mudança de comportamento se deu com o objetivo principal de retomar a confiança da sociedade e voltar a operar o quanto antes (CUI, 2016; SHEPHERD; RUDD, 2014).

A Vale, por sua vez, mencionou com menor frequência a relação entre a movimentação do capital tecnológico e as decisões sobre sustentabilidade. Inclusive, diferentemente de sua subsidiária, critica quando o faz a partir de obrigações legais. No decorrer da trajetória analisada, a empresa evidenciou a relevância que atribui à movimentação do capital econômico para tomar decisões sobre sustentabilidade. Investimentos de altos valores foram informados no decorrer de todos seus relatórios. E independentemente se antes ou após os crimes ambientais de Mariana e Brumadinho, a empresa reforçou ter condições econômicas para lidar com as externalidades geradas, assumindo um comportamento que revela a defesa de uma perspectiva reformista, em que o fortalecimento do sistema capitalista favorece a sustentabilidade (HOPWOOD, MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Assim como sua subsidiária, a Vale manteve um padrão de capitais movimentados nas decisões sobre sustentabilidade, e nas perspectivas sobre o tema durante toda a trajetória analisada nesta pesquisa. Contudo, após os rompimentos das barragens, a empresa adotou formas de movimentar com maior intensidade seus capitais social e político. Isto foi feito por meio da declaração da adoção de decisões formalmente descentralizadas, isto é, pautadas no diálogo vertical e na participação social e política (CUI, 2016; SHEPHERD; RUDD, 2014). Mesmo diante desta semelhança no padrão de decisões, percebe-se que diferentemente da Samarco, as justificativas da Vale antes dos crimes em relação as decisões sobre sustentabilidade, e após os crimes para mostrar-se disposta a prestar auxílio, e para lutar politicamente com o objetivo de voltar a atual, parecem amenas.

Este posicionamento justifica-se pelo fato de a empresa ser uma das maiores mineradoras do mundo, e a continuidade de suas atividades ser relevante para economia brasileira. É possível compreender, então que em um campo orientado por perspectivas ideológicas e políticas da sustentabilidade, a Vale detém capital

simbólico suficiente para ter suas práticas reconhecidas e legitimadas no campo, impondo a doxa sobre os outros agentes, sejam eles seus *stakeholders*, suas subsidiárias ou até mesmo do poder público (BOURDIEU, 2004).

Fundamentando-se então na sociologia bourdieusiana, as decisões sobre sustentabilidade da Vale e da Samarco, nesta pesquisa, podem ser compreendidas como práticas. Advêm de demandas concretas, sejam elas regulatórias ou sociais. Acontecem a partir de regularidades, isto é, comportamentos passíveis de reprodução, como no caso da recorrência dos crimes cometidos. Abrigam interações entre estes agentes e o campo, ou seja, entre as empresas e seus *stakeholders*. Manifestam-se por meio de estratégias, normalmente de oficialização, as quais fazem com que os interesses das empresas em relação à sustentabilidade sejam compreendidos como interesses do campo como um todo. E é por meio destas estratégias, constituídas de histórias, trajetórias, e *habitus* dos agentes decisores, que a prática se reconhece enquanto prática, e acontece (BOURDIEU, 2004, 2009).

Logo, em relação às decisões sobre sustentabilidade na Samarco e na Vale, reconhece-se que muitos são os agentes impactados e poucos os envolvidos. Nesta pesquisa, especificamente, reconhece-se a sustentabilidade como um tema disseminado por ambas enquanto imposições ideológicas, como *doxas*. As empresas podem ser reconhecidas enquanto agentes que buscam orquestrar os *habitus* daqueles que estão no campo. Neste sentido, as duas organizações analisadas, podem ser caracterizadas como instâncias reguladoras da prática, isto é, empresas que, formalmente, e em situações de fragilidade social, disseminam a ideia de diálogo social e participação política, mas o fazem asseguradas no poder simbólico que detêm (BOURDIEU, 2009, 2012; CUI, 2016). Diante deste poder, os outros agentes do campo não percebem que as decisões sobre sustentabilidade das duas empresas já foram tomadas, e carregam consigo a *illusio* de participar do jogo. Quando não há percepção da prática, neste caso, da decisão, esta pode ser reconhecida como simbolicamente violenta (BOURDIEU, 2009, 2012).

Neste capítulo foram apresentadas as análises de dados a partir dos documentos das e sobre as empresas de mineração, Samarco e Vale. A construção desta análise foi construída de forma dinâmica. Buscou-se apresentar os dados e concomitantemente analisá-los a partir dos três grandes temas desta pesquisa – capitais, decisão e sustentabilidade – fundamentando-se na sociologia de Pierre

Bourdieu. O próximo capítulo, por sua vez, retoma pontos relevantes para a construção do capítulo de considerações finais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação foi desenvolvida com o objetivo de analisar, a partir de narrativas referentes à e da Samarco Minerações e da Vale S.A., e em uma perspectiva bourdieusiana, os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Interpretar decisão à luz da sociologia bourdieusiana; Defender, a partir da sociologia bourdieusiana, a sustentabilidade como fenômeno motivador de decisões; Descrever as decisões da Samarco e da Vale, a partir de suas respectivas trajetórias, que tenham relação com a sustentabilidade; Compreender a relação de interdependência estabelecida entre os capitais e as decisões sobre sustentabilidade.

Em resposta ao primeiro objetivo específico, no referencial teórico foi elaborado um tópico que abordou as teorias sobre decisões a partir da sociologia de Pierre Bourdieu. Fundamentando-se nesta perspectiva de construção teórica, a decisão pôde ser entendida como o conceito bourdieusiano da prática, e, portanto, como um conceito reflexivo, relacional, pragmático e praxiológico. Reflexivo por envolver a compreensão da história e da posição do agente decisor no campo. Relacional por perpassar os aspectos objetivos, no que diz respeito à estrutura do campo, e subjetivos, no que diz respeito à relevância da história, trajetória e *habitus* dos agentes decisores que nele estão. Pragmático por abrigar situações concretas, sendo as decisões estratégicas e operacionais, por exemplo, essenciais para a continuidade das atividades da organização. E praxiológico por ser explicado a partir das subjetividades que constroem e são construídas pela história objetiva da empresa (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Ademais, compreende-se que, na sociologia bourdieusiana, a prática se dá por meio de relações e interações entre os agentes e entre estes e o campo (BOURDIEU, 2009). Estas relações envolvem o interesse de dominantes e dominados em busca da conquista ou manutenção do poder. Ao apresentarem-se como semelhantes, tanto a configuração do campo proposta na teoria de Bourdieu, quanto a configuração do campo analisado nesta pesquisa, compreende-se que neste também existem diferentes regiões fundamentadas na posse de capital de seus agentes ocupantes. Desta forma, aqueles que têm o interesse de ascender no campo são aceitos em um jogo onde acreditam entrar por mérito. Quando lá estão aceitam as limitações que este jogo lhes impõe, enquanto acreditam jogar. Os agentes que

buscam manter-se no poder, portanto, utilizam-se da prática como forma de impor a *doxa* ao grupo dominado (BOURDIEU, 2009, 2012). Nesta pesquisa, entende-se então, que a Samarco e Vale, enquanto agentes dominantes do campo, utilizam-se das decisões para impor a sustentabilidade ao grupo dominado.

Diante desta explicação, a pesquisa caminhou em direção à resposta do segundo objetivo específico, e buscou, a partir da sociologia bourdieusiana, defender a sustentabilidade como fenômeno motivador de decisões. Esta motivação pôde ser compreendida como algo que advém do seguinte cenário: nesta pesquisa a sustentabilidade é defendida como algo que vai além das perspectivas social, ambiental e econômica, e envolve também perspectivas políticas e ideológicas. Desta forma, pressupõe-se que a sustentabilidade passa a ser um tema que abriga relações de poder e dominação. O poder é representado pela tentativa de a organização estabelecer um discurso sustentável, explicando que sua forma de agir em relação à sustentabilidade é a mais correta. E as perspectivas políticas da sustentabilidade referem-se as relações de dominação estabelecidas entre as organizações que discutem o tema e o sistema capitalista, por elas financiado (BOURDIEU, 2010, 2012; O'CONNOR, 2000).

A Samarco e da Vale são duas empresas atuantes no setor de exploração mineral, e naturalmente sofrem exigências legais e sociais para agir de forma sustentável. Ambas têm então o tema sustentabilidade como uma motivador para as decisões. Além de cumprir normas, é uma forma de mostrar-se interessada em uma discussão atual. Isto acontece pelo fato de que, quando o tema sustentabilidade é disseminado e imposto ideologicamente pelas empresas aos outros agentes do campo, por meio das narrativas em seus documentos e redes sociais, confere a elas ainda mais poder, poder de reconhecimento (BOURDIEU, 2010).

O terceiro objetivo específico, por sua vez, de descrever as decisões da Samarco e da Vale, a partir de suas respectivas trajetórias, que tenham relação com a sustentabilidade, foi respondido a partir da apresentação de documentos com narrativas referentes às e das empresas. Estes foram selecionados em um recorte temporal fundamentado nos dois crimes ambientais que marcaram a história de ambas. O primeiro deles foi cometido pela Samarco, em 2015, portanto, as decisões sobre sustentabilidade, nesta pesquisa, foram descritas desde os cinco anos anteriores ao rompimento da barragem, 2010, até cinco anos depois, 2019. O segundo crime ambiental foi cometido pela Vale no início de 2019, desta forma, suas decisões

sobre sustentabilidade foram descritas desde o ano de 2014, cinco anos anteriores ao rompimento da Barragem I, até 2019. Considerando o período de construção desta pesquisa, os documentos descritos foram selecionados até o mês de julho do ano de 2019.

Em relação à Samarco, os seguintes documentos foram acessados e, posteriormente, descritos no capítulo de análise de dados: Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Samarco dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014; Relatório Bienal da Samarco dos anos de 2015 e 2016; Relatório de Comunicação de Progresso da Samarco dos anos de 2017 e 2018; Publicações entre os anos de 2010 e 2019 na página no Facebook; 19 vídeos no canal do Youtube da empresa; Quatro notícias na revista Carta Capital, e oito notícias no jornal Estadão acerca das decisões sobre sustentabilidade da Samarco, desde o ano de 2010 até 2019. Em relação à Vale, também foram acessados e descritos documentos que relataram sobre suas decisões acerca da sustentabilidade, são estes: Relatórios de Sustentabilidade da Vale dos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018; Publicações entre os anos de 2014 e 2019 na página Facebook, Instagram; 18 vídeos no canal da Vale no Youtube; 19 notícias que abordaram, desde 2014 até 2019, decisões sobre sustentabilidade da empresa na revista Carta Capital, e seis notícias que abordaram o tema no jornal Estadão.

No decorrer da descrição destes documentos, foi realizada, concomitantemente, uma análise dinâmica, pautada nas características da sociologia bourdieusiana, que buscou relacionar as narrativas apresentadas aos três grandes temas desta pesquisa: decisão, sustentabilidade e capitais. A resposta ao quarto e último objetivo específico, de compreender a relação de interdependência estabelecida entre os capitais e as decisões sobre sustentabilidade, apresentou-se também na análise de dados. Neste capítulo, as decisões puderam ser entendidas enquanto práticas, as perspectivas da sustentabilidade adotadas pelas empresas puderam ser apontadas, e os diferentes capitais movimentados no decorrer da trajetória histórica da Samarco e da Vale puderam ser identificados.

Em relação às decisões, nesta pesquisa, são compreendidas enquanto práticas uma vez que são analisadas a partir de duas empresas, consideradas representantes do grupo dominante no campo investigado. A Samarco e a Vale são duas organizações com suas histórias, reificadas e incorporadas, trajetórias e *habitus* específicos. Ambas, contudo, são voltadas ao lucro, e por isso detêm capital econômico, considerado um capital relevante diante de um campo que

se orienta a partir de perspectivas do sistema capitalista. As duas empresas buscam movimentá-los com maestria para manterem-se detentoras de discursos reconhecidos e legitimados pelos outros agentes do campo, e, conseqüentemente, manter-se no poder (BOURDIEU, 2004, 2009, 2012; O'CONNOR, 2002).

Logo, por meio de estratégias compostas por história, trajetória, *habitus*, e movimentação de capitais, sejam eles das empresas ou de seus funcionários, as decisões da Samarco e da Vale acontecem. As decisões sobre sustentabilidade analisadas nesta pesquisa, especificamente, explicam-se como a tentativa de impor ideologicamente aos seus *stakeholders*, enquanto dominados do campo, a *doxa* da sustentabilidade, para assim, agir conforme seus próprios interesses (BOURDIEU, 2004, 2009, 2010, 2012). Diante desta imposição, formalmente as duas empresas, Samarco e Vale, apresentaram alterações no comportamento acerca de suas decisões no decorrer da trajetória analisada. Antes dos crimes ambientais cometidos, destacavam seus respectivos Conselhos de Administração e Comitês como composto por agentes capacitados a estudar oportunidades, formular estratégias e tomar decisões, valorizando modelos de decisão centralizados. Após os crimes, contudo, as empresas buscaram disseminar em seus documentos a relevância atribuída às decisões descentralizadas, isto é, destacaram que consideravam importante envolver também a sociedade e o poder público em suas decisões (CUI, 2016; SHEPHERD; RUDD, 2014).

No que diz respeito às perspectivas de sustentabilidade adotadas pelas empresas, percebeu-se que tanto a Samarco quanto a Vale mantiveram seus posicionamentos acerca do tema no decorrer do período analisado. Dentre o caleidoscópio teórico da sustentabilidade, as posturas tecnocêntrica e incrementalista adotadas pela empresa foram percebidas anteriormente e posteriormente ao crime ambiental de Mariana/MG. Posturas estas que revelam o interesse em desenvolver-se economicamente e investir em conhecimento para desenvolver tecnologias ecoeficientes (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; MILNE; KEARINS; WALTON, 2006).

Sobre a relação da Vale com o tema sustentabilidade, foi percebido que a postura assumida pela empresa muito se assemelha à de sua subsidiária. Para lidar com as exigências legais e pressões sociais, a empresa declarou a importância de se apresentar sustentável para manter-se estável no mercado econômico. No decorrer da trajetória analisada, é possível afirmar, fundamentando-se nas teorias

desta pesquisa, que a empresa também assumiu uma postura tecnocêntrica, mas principalmente incrementalista da sustentabilidade. Isto porque a empresa defende que a sustentabilidade pode ser praticada pelas organizações, e que os desenvolvimentos tecnológicos que advém destas discussões podem servir como facilitador do progresso econômico (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995; MILNE; KEARINS; WALTON, 2006). Da mesma forma que a Samarco, a narrativa da Vale sobre sustentabilidade aliada à aspectos econômicos manteve-se independente dos acontecimentos percebidos em sua trajetória.

Em relação ao último objetivo específico, é válido ressaltar que, nesta pesquisa, compreende-se que as decisões sobre sustentabilidade envolvem e acontecem a partir da movimentação de capitais, portanto são interdependentes. Na sociologia bourdieusiana os capitais podem assumir suas mais diversas formas, dependendo do campo em que estão. Bourdieu (2012) destaca, porém, que três capitais são comuns em todos os campos por ele analisados, são estes: capital social, capital cultural e capital econômico. Durante a análise de narrativas dos documentos referentes à e das empresas, a movimentação destes e de outros dois tipos de capitais foram identificados. Estas, porém, não seguiram uma regularidade do começo ao fim do recorte temporal investigado. E a principal informação extraída em relação a este grande tema refere-se à mudança de posicionamento das empresas conforme cometidos os crimes ambientais, relacionando-se diretamente aos modelos de decisão adotados (BOURDIEU, 2007, 2011, 2012).

A Samarco, de 2010 a 2014, apresentou relatos de movimentação de capitais econômico e tecnológico para tomar decisões sobre sustentabilidade. Após o crime ambiental de Mariana/MG, isto é, entre os anos de 2015 e 2016, a postura da empresa mudou. Para tomar decisões sobre sustentabilidade neste intervalo de tempo, a Samarco viu-se obrigada a movimentar seus capitais social e cultural, com o objetivo de tentar reconquistar a confiança da sociedade, e, respectivamente, buscar conhecimento especializado para lidar com a situação inesperada pela qual passou (BOURDIEU, 2007, 2011, 2012). Dois anos após o rompimento da barragem até o ano de 2019, porém, a empresa deixa de dar ênfase a relevância da participação social nas decisões sobre sustentabilidade, e volta a movimentar os capitais econômico e tecnológico para lidar com o assunto, justificando a necessidade de reestruturar a empresa de forma ágil.

O mesmo padrão comportamental foi percebido na Vale em relação à movimentação de capitais em decisões sobre sustentabilidade. A empresa, no ano de 2014, destacou a movimentação de capital econômico como a forma mais eficiente de lidar com o tema. Após o crime cometido por sua subsidiária, entre os anos de 2015 e 2016, apesar de prestar apoio, mas não assumir a culpa, foi perceptível uma alteração na narrativa dos documentos da empresa. A tentativa de mostrar-se aberta ao diálogo social para as decisões, e mostrar-se interessada nas decisões governamentais acerca do setor mineral, revelaram a movimentação forçada de capitais social e político para, de alguma forma, desvincular a má reputação advinda do rompimento da barragem da Samarco (BOURDIEU, 2011; CUI, 2016).

Nos anos seguintes, até o final de 2018, porém, a Vale retomou sua movimentação “normal” de capitais, e deu destaque à relevância do capital econômico para tomar decisões sobre sustentabilidade. A empresa discorreu sobre os altos investimentos feitos para lidar com as externalidades e para tomada de medidas preventivas. Em uma perspectiva de um campo autonomizado, em que os padrões de decisões se repetem, quando foi recorrente no crime ambiental de rompimento de barragens, em 2019, a Vale retomou a movimentação dos capitais social e político nas decisões sobre sustentabilidade. Esta atitude, pôde ser explicada mais uma vez como uma forma de tentar reconquistar a confiança da sociedade e do poder público para manter-se com boa reputação, e manter-se dominante do campo (BOURDIEU, 2011, 2012; CUI, 2016).

Em relação ao objetivo de analisar, a partir de narrativas referentes à e da Samarco Minerações e da Vale S.A., e em uma perspectiva bourdieusiana, os capitais movimentados em decisões sobre sustentabilidade, algumas considerações puderam ser feitas: apesar de as duas empresas que compõem a análise desta pesquisa assumirem posturas semelhantes no que diz respeito as perspectivas da sustentabilidade, aos diferentes modelos de decisão propostos e aos diferentes capitais movimentados de acordo com os eventos ocorridos, percebe-se que a Samarco diante do crime de Mariana/MG, por exemplo, justificou-se muito em seus documentos e não aparentou, ao menos formalmente, questionar as exigências legais que lhes são impostas.

A Vale por sua vez, diante da situação enfrentada por sua subsidiária mostrou-se sucinta em suas explicações, e relatou brevemente informações sobre o ocorrido. A empresa, porém, aparentou estar à frente das decisões legais e políticas

que envolviam sua subsidiária. Quando ocorrido o crime de Brumadinho/MG, por sua vez, a Vale mostrou-se mais disposta a falar e esclarecer o que fosse necessário, dedicando grande parte de seu relatório de sustentabilidade de 2018 para explicar a situação. Da mesma forma, diante deste crime recorrente foi possível perceber que a empresa novamente colocou-se à frente para discutir com o poder público aspectos legais que impactavam seu retorno ao setor de mineração.

Este posicionamento reflete que, enquanto acionista da Samarco, e enquanto maior exportadora de minério de ferro do Brasil, a empresa lida com a maioria, senão todas as situações pautadas no capital econômico que detém. Percebe-se que as decisões sobre sustentabilidade no campo investigado, guiam-se principalmente pelas perspectivas políticas e ideológicas (O'CONNOR, 2000). Quando a Vale assume discussões com a sociedade e com o poder público, percebe-se uma quase garantia de manter-se no poder diante da relevância atribuída ao capital econômico. Capital este que, em um contexto guiado por um sistema capitalista, que financia as elites, torna-se relevante. Capital este movimentado com cautela para que, em um contexto de competição entre empresas em um cenário globalizado, a Vale mantenha-se na posição de reconhecimento que conquistou. Capital que diante deste reconhecimento a permite impor ao campo seus interesses, como se fossem interesses comuns a todos (BOURDIEU, 2004, 2012).

Desta forma, é possível afirmar que esta pesquisa promoveu avanços teórico-metodológicos em relação as discussões do campo analisado, isto é, em relação ao campo que se estende até onde os efeitos das discussões sobre sustentabilidade em organizações são percebidos. Estes avanços advêm da realização de uma pesquisa dinâmica, conforme propõe Bourdieu em sua teoria, pesquisa em que foram analisadas de forma conjunta e interdependente três grandes temas: decisões, enquanto um assunto que permeia o dia a dia organizacional, sustentabilidade, enquanto um tema emergente e de interesse não só das organizações, mas de toda a sociedade impactada por externalidades negativas, e, por fim, a teoria de capitais advinda da sociologia bourdieusiana, que permitiu compreensões aprofundadas acerca da relação entre os aspectos objetivos e subjetivos que envolvem as decisões sobre sustentabilidade.

A pesquisa avançou ao analisar as decisões sobre sustentabilidade em duas organizações, Samarco e Vale, de grande relevância para o setor mineral e para a economia do Brasil. Empresas estas que no decorrer do período analisado,

mais especificamente em 2015 e 2019, cometeram ecocídios. Ambas destruíram o ambiente natural ao entorno de suas regiões de atuação, incluindo fauna e flora, e mataram pessoas de comunidades próximas (GORDILHO; RAVAZZANO, 2017). Esta situação revela um cenário em que as decisões das empresas geraram grande impacto ambiental, econômico e social, o que faz com que estas sejam atualmente, uma fonte emergente de estudos. Nesta pesquisa, especificamente, buscou-se ir além dos relatos sobre os crimes ambientais, e para alcançar seus objetivos, foi compreendida a trajetória histórica da Samarco e da Vale, no que diz respeito às decisões sobre sustentabilidade, antes e depois destes fatos.

Isso foi possível a partir da análise de narrativas de documentos referentes à e das empresas. Este método escolhido para analisar as informações, permitiu que fossem compreendidos os contextos, espaço e tempo das decisões sobre sustentabilidade apresentadas pelas empresas e por outras fontes midiáticas. Analisar as narrativas fez com que fosse possível também compreender o que acontece e como acontece nestas decisões. Além disso escuta/leitura dos dados foi dialógica e a interpretação destes foi construída de forma dinâmica (BANKS, 2000; LIEBLICH; TUVAL-MASHIACH; ZILBER, 1998; SPARKLE; SMITH, 2008). Logo não só as práticas das decisões sobre sustentabilidade e movimentações de capitais foram identificadas, mas também suas motivações puderam ser ressaltadas.

É válido afirmar também, que utilizar a teoria de Pierre Bourdieu para a construção dinâmica na análise, pode não ser considerada razão para apontar avanços em pesquisa, contudo, enxergar para além de sua tríade teórica – campo, *habitus* e capital – o é. Esta pesquisa buscou analisar as decisões sobre sustentabilidade a partir da movimentação de capitais, sem deixar de fundamentar-se no aspecto relacional da sociologia bourdieusiana, isto é, apropriou-se de outros conceitos relevantes para sua construção, como por exemplo: prática, *doxa*, *illusio*, região, dentre outros. Esta construção teórica representou uma tentativa de saída do *status quo* da sociologia bourdieusiana nos estudos organizacionais. Representou uma tentativa de apresentar ao leitor que os conceitos de Pierre Bourdieu são interdependentes, e que pesquisar usando-os de forma conjunta, enriquece o desenvolvimento da pesquisa na área.

Ainda que esta pesquisa tenha apresentado progressos em relação aos aspectos teóricos-metodológicos, sabe-se que outros avanços seriam possíveis para enriquecê-la. Assim, sugere-se que em estudos futuros, seja dada continuidade

à análise dos documentos, isto é, relatórios de sustentabilidade, vídeos, redes sociais e notícias, principalmente sobre a Vale, para que assim seja feito o mesmo acompanhamento de trajetória dos cinco anos após o crime, conforme realizado na Samarco. Sugere-se também que as informações acerca do tema de decisões sobre sustentabilidade sejam acessadas por meio de entrevistas. Isto permitiria maior interação entre o pesquisador e os agentes do campo, sejam eles os decisores das organizações, representantes de órgãos ambientais, comunidade afetada pelas decisões da Samarco e da Vale, ou o agentes do poder público. O fato de estar no local, diante do contexto, e em um tempo específico, permite que aspectos subjetivos sejam ainda mais ressaltados, favorecendo a compreensão não só a história objetivada pelos agentes do campo, mas permitindo maior compreensão acerca da história incorporada, do *habitus*.

## REFERÊNCIAS

ALVES, S. A Multidimensionalidade nas Organizações Empresariais: proposta de um modelo analítico. **RAC**, v. 8, n. 2, p- 71-93, 2004.

ARON, R. Auguste Comte. In.: \_\_\_\_\_. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 83-184.

ASCIGIL, F. S.; M. RYAN. 'Perceptions of decision making and their effect on participation in an international context', **International Journal of Cross-Cultural Management**, v. 1, n.3, 2001, p. 269-285.

AUGUSTO, L. MP fecha acordo com Samarco para indenizar atingidos por desastre em Mariana. **Estadão**, 3 out., 2018. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,mp-fecha-acordo-com-samarco-para-indenizar-atingidos-por-desastre-em-mariana,70002530726>>. Acesso em: jul. 2019.

BALBINOT, Z.; BORIM-DE-SOUZA, R. Sustainable development and sustainability as quase-objects of study in management: a search for styles of reasoning. Management research: **The journal of the Iberoamerican Academy of management**, v. 10, n. 3, p. 153-186, 2012.

BANERJEE, S. B. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature. **Organization Studies**, v. 24, n. 1, p. 143-80, 2003.

BANKS, M. Analysing Images. In: FLICK, U. **The Sage Handbook of Qualitative Analysis**. Great Britain: Henry Ling Limited, 2014.

BARLEY, S. R.; KUNDA, G. Design and devotion: surges of rational and normative ideologies of control. **Administrative Science Quarterly**, v. 37, n. 3, p. 363-399, 1992.

BASTOS, P. P. Z. Lucro acima de tudo, lama em cima de todos. **Carta Capital**, 29 jan., 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaolucro-acima-de-tudo-lama-em-cima-de-todos/>>. Acesso em: jul. 2019.

BAZERMAN, M. H.; SCHOORMAN, F. D. A Limited Rationality Model of Interlocking Directorates. **Academy of Management Review**, v. 8, n. 2, 1983.

BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BEIMS, F. U. **A tomada de decisão estratégica pela alta direção em uma perspectiva bourdieusiana na ótica da estratégia com prática**. 2018. 194fl. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.

BENAKOUCHE, R. Processo decisório, objetivos das organizações e interesses do staff: elementos teóricos de um enfoque incremental. **Revista de Ciência da Administração**, v. 12, n. 28, 2010.

BM&F BOVESPA. **Manual de definições e procedimentos dos índices BM&F BOVESPA**. 2014.

BM&F BOVESPA. **Metodologia do índice de sustentabilidade empresarial**. 2015.

BM&F BOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial: o índice**. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/indices/indicesdesustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indicesdesustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm) 2018>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. O espírito do capitalismo. In.: \_\_\_\_\_. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. 31-61.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, L. S., ALENCAR, H. M. Moralidade e homicídio: um estudo sobre a ação do transgressor. **Paideia**, v.19, n.44, p. 293-302, 2009.

BORGES, A. Carajás é exemplo a ser seguido em toda a Amazônia, diz ministro. **Estadão**, 3 out., 2017. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,carajas-e-exemplo-a-ser-seguido-em-toda-a-amazonia-diz-ministro,70002025863>>. Acesso em: jul. 2019.

BORIM-DE-SOUZA, R.; BALBINOT, Z.; TRAVIS, E. F.; MUNCK, L.; TAKAHASHI, A. R. W. "Sustainable development and sustainability as study objects for comparative management theory", **Cross Cultural Management**, v. 22 n. 2 p. 201 – 235, 2015.

BORIM-DE-SOUZA, R., WOITAS, N. M. A., ZANONI, B. L. and CHIBA, J. H. F. Internationalisation and sustainability as a field: a contingent view of comparative management via Bourdieusian sociology. **Int. J. Comparative Management**, v.1, n.1, 2018, p. 26–44.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. Concluding remarks: for a sociogenetic understanding of intellectual works. In.: CALHOUN, C.; LIPUMA, E.; POSTONE, M. **Bourdieu: Critical Perspectives**. Cambridge: Polity Press, 1993, p. 263-275.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores). 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **The Forms of Capital**. In: Mark Granovetter, Richardson Swedberg (Ed); the sociology of economic life. 3ª ed. Boulder, CO: Westview Press, 2011.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C. e PASSERON, J. C. **O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. Vozes, 2015.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P; WACQUANT, L J. D. **An invitation to reflexive sociology**. University of Chicago press, 1992.

BROADY, D. The epistemological tradition in French sociology. In: **Rhetoric and Epistemology**. Papers from a Seminar at the Maison des sciences de l'homme in Paris. 1996.

BROWN, A. D.; RHODES, C. Narrative, organizations and research. **International Journal of Management Reviews**, v. 7, n. 3., 2005, p. 167-188.

CARMELI, A.; TISHLER, A.; EDMONDSON, A. C. CEO relational leadership and strategic decision quality in top management teams: The role of team trust and learning from failure. **Strategic Organization**, v. 10, n. 1, 2012, p. 31-54.

CARMONA, S.; EZZAMEL, M.; MOGOTOCORO, C. Gender, Management Styles, and Forms of Capital. **Journal of Business Ethics**, v. 153, n. 2, p. 357-373, 2018.

CARTA CAPITAL. Mariana: desastres viram chance de ganhar dinheiro sobre o sofrimento. **Carta Capital**, 12 nov., 2015b. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mariana-desastres-viram-chance-de-ganhar-dinheiro-sobre-o-sofrimento-5488/>>. Acesso em: jul. 2019.

CARTA CAPITAL. União vai processar Vale e Samarco para pagarem R\$ 20 bilhões. **Carta Capital**, 27 nov. 2015c. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/politica/uniao-vai-processar-vale-e-samarco-para-pagarem-r-20-bilhoes-3306/>>. Acesso em: jul. 2019.

CARTA CAPITAL. A Ciência Ambiental tem estudos e soluções, basta chamar. **Carta Capital**, 2 dez., 2015a. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-ciencia-ambiental-tem-estudos-e-solucoes-basta-chamar-3177/page/1218/>>. Acesso em: jul. 2019

CARTA CAPITAL. “Atitude do Estado aumenta a probabilidade de desastres como o de MG”. **Carta Capital**, 19 dez., 2015d. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/politica/atitude-do-estado-aumenta-a-probabilidade-de-desastres-como-o-de-mg-3049/>>. Acesso em: jul. 2019

CARTA CAPITAL. Brasil-China: complementaridade ou dependência?. **Carta Capital**, 15 set., 2016. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/brasil-china-complementaridade-ou-dependencia/>>. Acesso em: jul. 2019

CARTA CAPITAL. Justiça suspende ação criminal por homicídio contra a Samarco. **Carta Capital**, 7 ago., 2017a. Disponível

em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-suspende-acao-criminal-por-homicidio-contr-a-samarco/>>. Acesso em: jul. 2019.

CARTA CAPITAL. A nova “privatização” da Vale, crime de lesa-pátria. **Carta Capital**, 17 ago., 2017b. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-201cprivatizacao201d-da-vale-crime-de-lesa-patria>>. Acesso em: jul. 2019.

CARTA CAPITAL. Vale está proibida de minerar em Brumadinho. Mortos chegam a 9. **Carta Capital**, 26 jan., 2019a. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vale-esta-proibida-de-minerar-em-brumadinho-mortos-chegam-a-9/>>. Acesso em: jul. 2019.

CARTA CAPITAL. Brumadinho: 84 mortes confirmadas e 276 desaparecidos. **Carta Capital**, 30 jan., 2019b. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brumadinho-84-mortes-confirmadas-e-276-desaparecidos/>>. Acesso em: jul. 2019.

CARTA CAPITAL. Presidente da Vale deixa comando da empresa. **Carta Capital**, 3 mar., 2019d. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/presidente-da-vale-deixa-comando-da-empresa/>>. Acesso em: jul. 2019.

CARTA CAPITAL. Vale é multada em 30 milhões de reais e tem base interdita no Rio. **Carta Capital**, 11 mar., 2019e. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vale-e-multada-em-30-milhoes-de-reais-e-tem-base-interditada-no-rio/>>. Acesso em: jul. 2019.

CARTA CAPITAL. Barragem em risco causa aflição a moradores de Barão de Cocais. **Carta Capital**, 25 mai., 2019c. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/barragem-em-risco-causa-aflicao-a-moradores-de-barao-de-cocais/>>. Acesso em: jul. 2019.

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, 2004, p.195-225.

CHADE, J., AUGUSTO, L. Governo responsabiliza empresas por tragédia em Mariana. **Estadão**, 16 jun., 2016. Disponível em:<<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,na-onu-governo-diz-que-responsabilidade-sobre-mariana-e-das-empresas,10000057578>>. Acesso em: jul. 2019.

CHADE, J. Informe oficial do governo brasileiro à ONU omite desastre de Mariana. **Estadão**, 27 fev., 2017. Disponível em:<<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,informe-oficial-do-governo-brasileiro-a-onu-omite-desastre-de-mariana,70001681581>>. Acesso em: jul. 2019.

COHEN, M. D., MARCH, J. G., OLSEN, J. P. A Garbage Can Model of Organizational Choice. **Administrative Science Quarterly**, v. 17, n. 1, p. 1-25, 1972.

COPEHAGEN ACCORD. **Report of the Conference of the Parties on its fifteenth session, held in Copenhagen from 7 to 19 December 2009**. United Nations, 2009. Disponível em:<<https://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/11a01.pdf>>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

COSTA, P. C. G.; BUEDE, D. M. Dynamic Decision Making: A Comparison of Approaches. **Journal of Multi-Criteria Decision Analysis**, v. 9, 2000.

COFFEY, A. Analysing Documents. In: FLICK, U. **The Sage Handbook of Qualitative Analysis**. Great Britain: Henry Ling Limited, 2014.

CRESWEL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CUI, Z. Decision Making in Cross-Functional Teams: The Role of Decision Power. **Decision Sciences**, v. 47, n. 3, 2016, p. 492-523.

CURY, T. Ministro da AGU diz que Vale é responsável por desastre em Brumadinho. **Estadão**, 26 jan., 2019. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-agu-diz-que-vale-e-responsavel-por-desastre-em-brumadinho,70002695933>>. Acesso em: jul. 2019.

CZARNIAWASKA-JOERGES, B. Narration or Science? Collapsing the Division in Organization Studies. **Organization**, v. 2, n. 1, 1995.

DEUTSCHE WELLE. Vale diz que vai pagar indenizações extrajudiciais a vítimas. **Carta Capital**, 1 fev., 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vale-diz-que-vai-pagar-indenizacoes-extrajudiciais-a-vitimas/>>. Acesso em: jul. 2019.

DHOLAKIA, U. M.; BAGOZZI, R. P. Mustering Motivation to Enact Decisions: How Decision Process Characteristics Influence Goal Realization. **Journal of Behavioral Decision Making**, v. 15, p. 167-188, 2002.

DOVERS, S.R. Sustainability: Demands on Policy. **Journal of Public Policy**, 16, 3, p. 303-318, 1996.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educ. rev., Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DURKHEIM, É. Saint-Simon – Sua Doutrina – A Escola Saint-Simoniana. In.: \_\_\_\_\_. **O Socialismo**: definição e origens, a doutrina Saint-Simoniana. São Paulo: EDIPRO, 2016, p. 89-236.

EISENHARDT, K. M.; GRAEBNER, M. E. Theory building from cases: Opportunities and challenges. **Academy of Management Journal**, v. 50, n.1, p. 25–32, 2007.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 1-44, 2008.

ESTADÃO. BHP cria fundo para região afetada por desastre e diz que Samarco não volta a operar este ano. **Estadão**, 30 jun., 2017. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bhp-cria-fundo-para-regiao-afetada-por-desastre-e-diz-que-samarco-nao-volta-a-operar-este-ano-70001871676>>. Acesso em: jul. 2019.

ESTADÃO. Justiça mantém prisão de engenheiros da Vale que atestaram segurança de barragem. **Estadão**, 3 fev., 2019. Disponível em:<<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,justica-mantem-prisao-de-engenheiros-da-vale-que-atestaram-seguranca-de-barragem,70002706402>>. Acesso em: jul. 2019.

FEIL, A.; SCHREIBER, A. D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, 2017.

FIORILLO, C. A. P.; CONTE, C. P. **Crimes Ambientais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

FISHER, W. R. Narration as a human communication paradigm: The case of public moral argument, **Communication Monographs**, v. 51, n. 1, 1984, p. 1-22.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**, 5th edition. London: Sage, 2014.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. Toward a general theory of strategic action fields. **Sociological Theory**, v. 29, n. 1, p. 1-26, 2011.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GÄBLER, K. Green Capitalism, Sustainability, and Everyday Practice. In: **Global Sustainability**. Springer, Cham, 2015. p. 63-86.

GERHARDT, T. E.. et al. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIRARDI, G. Lama no Rio Doce não afeta comportamento de desova de tartarugas. **Estadão**, 18 jan. 2016. Disponível em:<<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,lama-no-rio-doce-nao-afeta-comportamento-de-desova-de-tartarugas,10000007373>>. Acesso em: jul. 2019.

GIRARDI, G., BORGES, A. Flexibilização do licenciamento ambiental opõe Ambiente e Casa Civil. **Estadão**, 13 dez., 2016. Disponível em:<<https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/flexibilizacao-do-licenciamento-ambiental-opoe-ambiente-e-casa-civil/>>. Acesso em: jul. 2019.

GIRARDI, G. Como esvaziar barragens e fazer cimento. **Estadão**, 26 mai., 2019. Disponível em:<<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,como-esvaziar-barragens-e-fazer-cimento,70002843850>>. Acesso em: jul. 2019.

GLADWIN, T., KENNELLY, J.; KRAUSE, T. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 4, p. 878-907, 1995.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **About GRI**. Disponível em:<<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>> Acesso em: 10 de novembro de 2018.

GORDILHO, H. J. S.; RAVAZZANO, F. Ecocídio e o tribunal penal internacional. **Justiça do Direito**, v. 31, n. 3, 2017.

HARTLEY, J. F. Case studies in organizational research. In.: CASSELL, C.; SYMON, G. **Qualitative methods in organizational research**: a practical guide. London: Sage, 1994, p. 208-229.

HICKSON, D.J. Decision making at the top of organizations. **Ann. Rev. Sociol.** n. 13, p.165–192, 1987.

HOPWOOD, B., MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, 13, pp 38-52, 2005.

HURTADO, P. S. Assessing the use of Bourdieu's key concepts in the strategy-as-practice field. **Competitiveness Review: An International Business Journal**, v. 20, n. 1, p. 52-61, 2010.

HUSSERL, E. **Idees directrices pour une phénoménologie**. Paris: Gallinard, 1950.

HUQ, F. M. C., CUTRIGHT, K., HALE, T.S. 'A sensitivity analysis procedure for Bayesian decision-making', **Int. J. Decision Sciences**, Risk and Management, v. 1, n. 1/2, p.23–35, 2009.

IBAMA. **Lei da Vida**: lei dos crimes ambientais. Brasília, 2014

JAN-CHIBA, J. H. F.; TADEO, L. L.; BORIM-DE-SOUZA, R. A criatividade como um habitus regionalizado no campo artístico bourdieusiano. **Ciências Sociais Unisinos**, v.53, n. 3, 2017.

JIMÉNEZ-HERRERO, L. M. **Desarrollo Sostenible: Transición Hacia la Coevolución Global**, Pirámide Ediciones, Madrid, 2000.

JOSEPH, J. E. The linguistic sign. In.: SANDERS, C. (Ed.). **The Cambridge companion to Saussure**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 59-75.

KAPLAN, M. Decision Theory and Epistemology. In.: MOSER, P. K. **The Oxford Handbook of Epistemology**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 434-462.

KYOTO PROTOCOL. **Reference Manual**: on accounting of emissions and assigned amount. United Nations Framework Convention on Climate Change, 2008.

LACERDA, F. H. É preciso responsabilizar a Vale onde mais a atinge: no bolso. **Carta Capital**, 28 jan., 2019. Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/justica/e-preciso-responsabilizar-a-vale-onde-mais-a-importa-no-bolso/>>. Acesso em: jul. 2019.

LEFF, H. Da insustentabilidade econômica à sustentabilidade ambiental. In: \_\_\_\_\_. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010. pp. 19-33.

LÉLÉ, S.M. "Sustainable development: a critical review". **World Development**, v. 19 n. 6, p. 607-21, 1991.

LENZI, C.L. **Sociologia Ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru/SP: Edusc, 2006.

LIEBLICH, A., TUVAL-MASHIACH, R. AND ZILBER, T. **Narrative Research: Reading, Analysis, and Interpretation**. v. 47, Sage, Thousand Oaks, 1998.

LOCATELLI, P. Vale processa quem se manifesta por reparação e emprego. **Carta Capital**, 10 set., 2015. Disponível em:<

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/vale-processa-quem-se-manifesta-por-reparacao-e-emprego-6642/>>. Acesso em: jul. 2019

LUNENBURG, F. C. Decision Making in Organizations. **International Journal of Management, Business, And Administration**, v. 15, n. 1, p.1-9, 2011.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Ambiguity and Choice in Organizations**. Bergen : Universitetsforlaget, 1976.

MARSDEN, R.; TOWLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. São Paulo: Editora Atlas, 2001, p. 31-56.

MARX, K. **Capital**. London: Penguin, 1981.

MATON, K. Reflexivity, relationism, & research: Pierre Bourdieu and the epistemic conditions of social scientific knowledge. **Space and culture**, v. 6, n. 1, p. 52-65, 2003.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, 2003.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environment Impact Assessment Review**, v. 18, p. 493-520, 1998

MERRIAM, S. B. **The case study in educational research: a review of selected literature**. The Journal of Educational Thought (JET), v. 19, n. 3, p. 204-217, 1985.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from " Case Study Research in Education"**. San Francisco, 1998.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1343 p.

MILLER, A. B. Aristotle on habit (εθῶ) and character (ἡθῶ): Implications for the rhetoric, **Speech Monographs**, v.41 n.4, p. 309-316, 1974.

MILLER, S. J.; HICKSON, D. J.; WILSON, D. C. Decision-Making in Organizations. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook of Organizational Studies**. London: Sage, 1996, p. 293-312.

MOREIRA, R. Samarco inicia obras para criar novo local para rejeitos em Mariana. **Estado**, 2 out., 2018. Disponível em:< <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,samarco-inicia-obras-para-criar-novo-local-para-rejeitos-em-mariana,70002529249>>. Acesso em: jul. 2019.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **REBRAE – Revista Brasileira de Estratégia**, v. 2, n. 2, p.185-202, 2009.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. de. O ecletismo do paradigma da sustentabilidade: construção e análise a partir dos estudos organizacionais. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 202-242, 2011.

NÊUMANNE, J. Especialista diz que no Brasil o crime ambiental sempre compensa. **Estadão**, 14 fev. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/neumanne/especialista-diz-que-no-brasil-o-crime-ambiental-sempre-compensa/>>. Acesso em: jul. 2019.

NETTO, A. Prefeito de Mariana pede auxílio da Unesco para reconstrução da cidade. **Estadão**, 3 dez. 2015. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,prefeito-de-mariana-pede-auxilio-da-unesco-para-reconstrucao-da-cidade,10000003795>>. Acesso em: jul. 2019.

NOSSA, L.; MONTEIRO, T. Vale tem o maior número de pedidos para explorar área da Renca. **Estadão**, 26 out. 2015. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,vale-tem-o-maior-numero-de-pedidos-para-explorar-area-da-renca,70002015944>>. Acesso em: jul. 2019.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible?" **Papeles de Población**, año 6, n. 24, p. 9-35, 2000.

OLIVEIRA, T. R. Ativistas denunciam drama dos animais tragados pela lama em Brumadinho. **Carta Capital**, 28 jan., 2019a. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ativistas-denunciam-drama-dos-animais-tragados-pela-lama-em-brumadinho/>>. Acesso em: jul. 2019.

OLIVEIRA, T. R. Brumadinho: há poucas chances de sobreviventes. Cinco são presos. **Carta Capital**, 29 jan., 2019b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/ha-poucas-chances-de-sobreviventes-cinco-sao-presos/>>. Acesso em: jul. 2019.

PELICIONI, A. F. Movimento ambientalista e educação ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014. p. 353-379.

PETTIGREW, A. M. **The Politics of Organizational Decision Making**. London: Tavistock, 1973.

PIERRI, N. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In: PIERRI, N.; FOLADORI, G. (Eds.) **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

PIPPIN, R. B. Idealism and Agency in Kant and Hegel. **The Journal of Philosophy**, v. 88, n. 10, p. 532-541, 1991.

PLUMMER, K. Documents of life: 2. **An invitation to a critical humanism**. London: Sage, 2001.

PONTES, N. Três anos depois, a luta em Mariana contra o esquecimento. **Carta Capital**, 5 nov., 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/tres-anos-depois-a-luta-em-mariana-contra-o-esquecimento/>>. Acesso em: jul. 2019.

PUTTI, A. Tragédia de Brumadinho completa 3 meses sem respostas definitivas. **Carta Capital**, 25 abr., 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/tragedia-de-brumadinho-completa-3-meses-sem-respostas-definitivas/>>. Acesso em: jul. 2019.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) **Handbook de estudos organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 61-97.

RELATÓRIO RIO+20. **O Modelo Brasileiro**: relatório de sustentabilidade da organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável / Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Brasília, FUNAG, 2012

RESE, N.; MONTENEGRO, L. M.; BULGACOV, S.; BULGACOV, Y. L. M. A análise de narrativas como metodologia possível para os estudos organizacionais sob a perspectiva da estratégia como prática: “uma estória baseada em fatos reais”. In: **Encontro de estudos organizacionais da ANPAD, VI**. Florianópolis. Anais. Florianópolis: Anpad, 2010.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2014.

RODRIGUES, L. Tragédia de Mariana: MPF denuncia 21 pessoas por homicídio doloso. **Carta Capital**, 20 out., 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/tragedia-de-mariana-mpf-denuncia-21-pessoas-por-homicidio-doloso/>>. Acesso em: jul. 2019.

SCHWENK, C. R. Cognitive Simplification Processes in Strategic Decision-Making. **Strategic Management Journal**, v. 5, n. 2, p. 111-128, 1984.

SADOWSKI, J. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, p.1-12, 2019.

SALVADORI, F. Como assessores de imprensa agem para barrar notícias de interesse público. **Carta Capital**, 9 jul., 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-assessores-de-imprensa-agem-para-barrar-noticias-de-interesse-publico/>> Acesso em: jul. 2019.

SAMARCO. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2010-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Paulo Rabelo**. Youtube, 22 jun. 2010a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9P00SJggMbc>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ricardo Vescovi**. Youtube, 22 jun. 2010b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7PhSkPy2weU>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Jose Tadeu de Moraes**. Youtube, 22 jun. 2010c. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=qe1js\\_L4V5c](https://www.youtube.com/watch?v=qe1js_L4V5c)>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Rodrigo Dutra**. Youtube, 22 jun. 2010d. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=vtLp\\_rBjdAA](https://www.youtube.com/watch?v=vtLp_rBjdAA)>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Roberto Carvalho**. Youtube, 06 jul. 2010e. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M6F31CFu9yl>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Eduardo Bahia**. Youtube, 22 jun. 2010f. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6XjeKBIBbZ0>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2011-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2012-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ricardo Vescovi**. Youtube, 18 mai. 2012a. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=d7\\_8EZxStp4](https://www.youtube.com/watch?v=d7_8EZxStp4)>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Roberto Carvalho**. Youtube, 16 mai. 2012b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9HuleaOp0VI>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Debate CBN Grandes Projetos 13/06/2013**. Youtube, 14 jun. 2013a. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=voZ6q8\\_Atno](https://www.youtube.com/watch?v=voZ6q8_Atno)>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2013-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Sustentabilidade Samarco**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2016/08/2014-Relatorio-Anual-de-Sustentabilidade.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Reportagem sobre a Samarco na TV Guarapari**. Youtube, 6 fev. 2015a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z7yDEKmfRDA>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Assinatura de Termo de Compromisso com Prefeitura de Mariana (MG)**. Youtube, 12 mar. 2015b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IJoDFWe5BOw>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Coletiva de imprensa: BHP Billiton, Samarco e Vale - HD**. Youtube, 13 nov. 2015c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QOw3IBR4sAo>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Coletiva de imprensa**. Youtube, 18 nov. 2015d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vxRSKw5MjH8>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ações ambientais Samarco – Trabalho para recuperação do Rio Doce é constante.** Youtube, 1 fev. 2016a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pNn3plgiBME>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Ações humanitárias Samarco – Limpeza em Barra Longa teve oito frentes de ação.** Youtube, 1 fev. 2016c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cgj6w6kUgEI>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Estações de tratamento garantem a qualidade da água nos municípios ao longo do Rio Doce.** Youtube, 28 jul. 2016d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bF90QGFHpq4>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Moradores de comunidades impactadas escolhem local para a reconstrução de Bento Rodrigues.** Youtube, 2 mai. 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Clw026COFRg>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório Bial 2015-2016.** Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <[https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/09/Samarco\\_Relatorio-Bial-2015\\_16-08092017.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/09/Samarco_Relatorio-Bial-2015_16-08092017.pdf)>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Como a Samarco pretende voltar a operar - Licenciamento Operacional Corretivo do Complexo de Germano.** Youtube, 14 dez. 2017a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2g3V19dkk2I>>. Acesso em: julho de 2019

\_\_\_\_\_. **Comunicação de Progresso para o Pacto Global das Nações Unidas 2017.** Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <[https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2018/12/Relatorio-COP-Samarco-2017\\_07122018.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2018/12/Relatorio-COP-Samarco-2017_07122018.pdf)>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **A Samarco e a Economia.** 2019. Disponível em: <<https://www.samarco.com/samarco-e-a-economia/>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Sistema Integrado de Segurança.** Youtube, 22 mai. 2019a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P-hTozK2mO8>>. Acesso em: julho de 2019

SAMARCO MINERAÇÃO. **Investimento que gera resultado.** Facebook, 5 nov. 2015a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/photos/a.1669613553255460/1677257075824441/?type=3&theater>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Samarco Informa.** Facebook, 6 nov. 2015b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/photos/a.1669613553255460/1677769712439844/?type=3&theater>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Samarco Informa.** Facebook, 28 nov. 2015d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/photos/a.1669613553255460/1683032298580252/?type=3&theater>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Texto.** Facebook, 1 dez. 2015c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/photos/a.1669613553255460/1683761098507372/?type=3&theater>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Samarco Informa**. Facebook, 12 abr. 2016a. Disponível em:<<https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/photos/a.1669613553255460/1729671310583017/?type=3&theater>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Texto**. Facebook, 20 nov. 2017b. Disponível em:<[https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/?\\_\\_tn\\_\\_=%2Cd%2CPR&eid=ARDcDNK5dQPw71UuaCyp7iOalE0luy5RYGGnPkKPDulCI3x6UsCOBbSldMBFR0bRCBWTCzZMhwYy5f3](https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/?__tn__=%2Cd%2CPR&eid=ARDcDNK5dQPw71UuaCyp7iOalE0luy5RYGGnPkKPDulCI3x6UsCOBbSldMBFR0bRCBWTCzZMhwYy5f3)>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Esclarecimento**. Facebook, 12 dez. 2017a. Disponível em:<<https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/photos/a.1669613553255460/1981767922040020/?type=3&theater>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Desafio minerALL**. Facebook, 20 set. 2018. Disponível em:<[https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/?\\_\\_tn\\_\\_=%2Cd%2CPR&eid=ARDcDNK5dQPw71UuaCyp7iOalE0luy5RYGGnPkKPDulCI3x6UsCOBbSldMBFR0bRCBWTCzZMhwYy5f3](https://www.facebook.com/SamarcoMineracao/?__tn__=%2Cd%2CPR&eid=ARDcDNK5dQPw71UuaCyp7iOalE0luy5RYGGnPkKPDulCI3x6UsCOBbSldMBFR0bRCBWTCzZMhwYy5f3)>. Acesso em: julho de 2019.

SANTOS, L. Juiz ordena bloqueio de R\$ 1 bilhão da Vale por desastre em Brumadinho. **Estadão**, 26 jan., 2019. Disponível em:<<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,juiz-ordena-bloqueio-de-r-1-bilhao-da-vale-por-desastre-em-brumadinho,70002694985>>. Acesso em: jul. 2019.

SEGALLA, V. Bombeiros: há mortos e feridos em Brumadinho. Autoridades vão ao local. **Carta Capital**, 25 jan., 2019a. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/bombeiros-ha-mortos-e-feridos-em-brumadinho-autoridades-vao-ao-local/>>. Acesso em: jul. 2019.

SEGALLA, V. Bombeiros contam 40 mortos em Brumadinho. Buscas recomeçam no domingo. **Carta Capital**, 26 jan., 2019b. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/bombeiros-contam-40-mortos-em-brumadinho-buscas-recomecam-no-domingo/>>. Acesso em: jul. 2019.

SENA, A. M. C.; MATOS, F. R. N.; MESQUITA R. F.; MACHADO, D. Q. Abordagem grassroots e resistência: atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, 2017.

SHEPHERD, N. G.; RUDD, J. M. The Influence of Context on the Strategic Decision-Making Process: a review of literature. **International Journal of Management Reviews**, v. 16, p. 340-364, 2014.

SHWOM, R. Strengthening Sociological Perspectives on Organizations and the Environment. **Organization & Environment**, v. 22, n. 3, p. 271-292, 2009.

SPARKLE, A.C; SMITH, B. Narrative Construcionist Inquiry. In.: HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J.F. **Handbook of Construcionist Research**. New York: The Guilford Press, 2008.

STEINMETZ, G. Bourdieu, historicity, and historical sociology. **Cultural Sociology**, v. 5, n. 1, p. 45-66, 2011.

SWARTZ, D. L. Bringing Bourdieu's master concepts into organizational analysis. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 45-52, 2008

TAYLOR, D. E. The rise of the environmental justice paradigm: injustice framing and the social construction of environmental discourses. **American Behavioral Scientist**, v. 43, n. 4, p. 508-580, 2000.

TERJESEN, S.; ERLAM, A. Transnational Entrepreneurs' Venture Internationalization Strategies: A Practice Theory Approach. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 33, p. 1093–1120, 2009.

VAARA, E.; WHITTINGTON, R. Strategy-as-practice: Taking social practices seriously. **Academy of Management Annals**, v. 6, n. 1, p. 285-336, 2012.

VAARA, E.; SONENSHEIN, S.; BOJE, D. Narratives as Sources of Stability and Change in Organizations: Approaches and Directions for Future Research. **The Academy of Management Annals**, v. 10, n.1, 2016.

VALE. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:<<http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2014.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:<<http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2015.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:<<http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/sustainability-reports/Sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2016.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:<<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade-2017/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:<[http://www.vale.com/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade2018/Documents/relatorio-sustentabilidade2018/pdf/Relatorio\\_Sustentabilidade\\_Vale\\_2018.pdf](http://www.vale.com/PT/aboutvale/relatorio-de-sustentabilidade2018/Documents/relatorio-sustentabilidade2018/pdf/Relatorio_Sustentabilidade_Vale_2018.pdf)>. Acesso em: julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Composição acionária**. 2019a. Disponível em:<<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholdingstructure/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado: Presidente da Vale participa de coletiva de imprensa sobre o rompimento de Barragem**. Youtube, 25 jan. 2019b. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=vCF2luhZ1Po>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Vale Entrevista: Rafael Rezende Silva, sobre o resgate de animais**. Youtube, 29 jan. 2019c. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=vXKy2F4Sjus>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado: Medidas emergenciais, Luciano Siani Pires.** Youtube, 30 jan. 2019d. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=BXkw07hK6TQ>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado: O que é descomissionamento de barragens? Lúcio Cavalli.** Youtube, 1 fev. 2019l. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=Ztb23zfYvHI>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado: Pagamento de indenizações extrajudiciais - Fabio Schvartsman.** Youtube, 01 fev. 2019j. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=rYuRjFahrmk>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado: Pagamento de indenizações extrajudiciais - Fabio Schvartsman.** Youtube, 01 fev. 2019e. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=rYuRjFahrmk>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado: Coletiva de Imprensa, Luciano Siani.** Youtube, 03 fev. 2019f. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=J8HRhdxycgg>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#ValeInforma: Tratamento de animais.** Youtube, 03 fev. 2019i. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=IEHcurXXJnk>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado Coletiva de Imprensa - Luciano Siani Pires e Lucio Cavalli.** Youtube, 14 fev. 2019h. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=B7nZVGQjcHc>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado Diretor jurídico da Vale explica acordo para moradores de Brumadinho e Região.** Youtube, 23 fev. 2019g. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=mD-bgtwOsX4>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado Vale anuncia doação para o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.** Youtube, 15 mar. 2019k. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=mJ5-iPO05VU>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado Vale explica sobre a Barragem Sul Superior, em Barão de Cocais.** Youtube, 23 mar. 2019m. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=598hg2g4Osg>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#ValeResponde Por que acontece o acionamento das sirenes e o que isso significa?** Youtube, 1 abr. 2019n. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=wq29GBNNqg4>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#ValeResponde: A definição de nível 3 é quando a estrutura está se rompendo?** Youtube, 1 abr. 2019o. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=X9t5XWvIBHU>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#ValeResponde Como a população é avisada sobre os simulados?** Youtube, 1 abr. 2019p. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=Pc-kWZIO-Rk>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado Entenda os acordos entre a Vale e autoridades de MG.** Youtube, 3 abr. 2019s. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=uYR5rWvKIVE>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#Comunicado Marcelo Klein fala sobre os 5 meses de reparação em Brumadinho e região.** Youtube, 3 jul. 2019q. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=6MgHfkibzEU>>. Acesso em: jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **#ValeResponde Marcelo Klein fala sobre a Diretoria Especial de Reparação e Desenvolvimento.** Youtube, 6 mai. 2019r. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=MQOOzuzc2eQ>>. Acesso em: jul. 2019.

VAUGHAN, D. Bourdieu and organizations: the empirical challenge. **Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 65-81, 2008.

VIEIRA, V., CARVALHO, M. A. Vale pediu, e conseguiu, autorização para ampliar em 70% exploração na área de barragem rompida. **Estadão**, 25 jan., 2019. Disponível em:< <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,vale-pediu-e-conseguiu-autorizacao-para-ampliar-em-70-exploracao-na-area-de-barragem-rompida,70002694951>>. Acesso em: jul. 2019.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, 2016, p. 36-40.

WACQUANT, L. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu:** Duas dimensões uma ordem pessoal. *Rev. Sociol. Polít. Curitiba*, 19, p. 95-110, nov. 2002.

WACQUANT, L. Poder Simbólico e Fabricação de Grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos**, 96, p. 87-103. 2013.

WINN, M. I.; POGUTZ, S. Business, Ecosystems, and Biodiversity: new horizons for management research. **Organization & Environment**, v. 26, n. 2, p. 203–229, 2013.

WONG, E. M.; ORMISTON, M. E.; TETLOCK, P. E. The effects of top management team integrative complexity and decentralized decision making on corporate social performance. **Academy of Management Journal**, v. 54, n. 6, p. 1207-1228, 2011.

WORLD SUMMIT ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Environment and sustainable development:** implementation of Agenda 21 and the Programme for the Further Implementation of Agenda 21. United Nations, 2002.